

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: QUÍMICA
DA VIDA E SAÚDE**

CLÁUDIA MARIA LOURENÇO DA SILVA MELO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO NÍVEL SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE SUA
ABORDAGEM NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS
APLICADAS E SOCIAIS DE PETROLINA - FACAPE**

**Porto Alegre – RS
2018**

CLÁUDIA MARIA LOURENÇO DA SILVA MELO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO NÍVEL SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE SUA
ABORDAGEM NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS
APLICADAS E SOCIAIS DE PETROLINA - FACAPE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Educação em Ciências.

Orientadora: Prof^a. Dra. Martha Bohrer Adaime.

**Porto Alegre – RS
2018**

CIP - Catalogação na Publicação

da Silva Melo, Cláudia Maria Lourenço
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO NÍVEL SUPERIOR: UM ESTUDO
SOBRE SUA ABORDAGEM NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E SOCIAIS DE
PETROLINA - FACAPE / Cláudia Maria Lourenço da Silva
Melo. -- 2018.
272 f.
Orientador: Martha Bohrer Adaime.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da
Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em
Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BRRS,
2018.

1. Educação. 2. Educação ambiental. 3. Formação
docente. 4. interdisciplinaridade. I. Adaime, Martha
Bohrer, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A minha Mamuska, Ivanilda Maria Santana da Silva, e a minha Vovuska, Maria José Costa (*in memoriam*) por nunca, absolutamente nunca, desistirem de mim.
A vocês duas, entrego meu amor e minha gratidão eterna!

AGRADECIMENTOS

A Deus, que permitiu que eu vencesse mais este desafio.

A minha querida e amada Mamãe, Ivanilda e a minha amada Avó Zeza (*in memoriam*), agradeço absolutamente TUDO. Meu amor por vocês é infinito.

Ao meu amor, meu companheiro, meu parceiro, meu marido, Rilton, pelo apoio, pela compreensão e paciência sem fim. Sem você seria muito mais difícil!

A minha família: minha irmã Shirley e ao meu cunhado Tamai que acreditaram nessa vitória, e em especial às minhas sobrinhas Julia Midori e Sophia Yumi, que iluminaram cada dia dessa caminhada com seus sorrisos.

Ao meu “filho” de quatro patas, Wall-e, pelo carinho, amor e companheirismo nas longas horas de estudo, cujo os intervalos ele enchia de luz e alegria.

A minha querida Orientadora Professora Martha Adaime pelo aprendizado e sobretudo por não desistir de mim.

As amigas queridas Vania e Celimar, pelo apoio e companheirismo nessa caminhada. A todos os companheiros da turma do PPG em Pernambuco e a todos os Professores do Programa que estiveram conosco e nos brindaram com seus valiosos conhecimentos. Somos privilegiados por isso!!!

Aos amigos e alunos, que entenderam as razões da minha ausência e acreditaram na realização desse sonho.

A todos, a minha mais sincera gratidão!!!!

RESUMO

A dimensão ambiental faz parte do dia a dia de todos nós: pessoas comuns, das empresas, e do poder público em toda a parte do mundo. Discutir e compreender as questões ambientais é primordial, principalmente para entender a relação de troca entre o indivíduo com o ambiente. Diante de uma relação tão complexa e significativa como essa, promover a educação ambiental é uma necessidade urgente para a formação dos estudantes em todos os níveis de ensino e ambientes educacionais, seja ele formal, informal ou não formal. A partir desse contexto, o presente trabalho teve como objeto a análise da prática pedagógica adotada por uma instituição de ensino superior para identificar as potencialidades e dificuldades em promover a educação ambiental de forma contínua na dinâmica curricular de seus cursos de graduação. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa junto aos alunos, professores e coordenadores dos cursos da instituição através da aplicação de questionários. Os questionários foram aplicados aos alunos pessoalmente. Os professores e coordenadores responderam aos questionários *on line*. O objetivo foi identificar a percepção ambiental dos alunos, professores e coordenadores, assim como as dificuldades que encontravam para discutir questões referentes ao meio ambiente. Foram analisados documentos como os Projetos Pedagógicos dos Cursos, para identificar a ocorrência de disciplinas com teor ambiental. O Plano de Desenvolvimento Institucional da faculdade foi analisado com o intuito de verificar a existência de harmonia entre a proposta formativa da instituição e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Os resultados demonstraram a existência da abordagem da dimensão ambiental pelos cursos. Entretanto, existe uma necessidade de ampliação dessa abordagem no sentido de tratar o tema de forma transversal e não apenas através da oferta de um componente curricular ao longo de todo o curso, o que resulta num conhecimento fragmentado. Sendo assim, faz-se necessário um esforço coletivo para a superação dos embaraços e dificuldades que impedem que a educação ambiental seja promovida de maneira satisfatória, condição indispensável para a formação de um profissional-cidadão.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Formação. Educação Ambiental.

ABSTRACT

The environmental dimension is part of everyday life for all of us: ordinary people, corporations, and public authority all over the world. Discussing and comprehending environmental issues is crucial, especially in order to understand the relationship of exchange between the individual and the environment. Faced with such a complex and meaningful relationship, promoting environmental education is an urgent need for the training of students of all levels of education and educational environments, whether formal, informal or non-formal. From this context, the present work had as its object the analysis of the pedagogical practice adopted by an institution of higher education to identify the potentialities and difficulties in promoting environmental education in a continuous way in the curricular dynamics of its undergraduate courses. A qualitative research was carried out with the students, teachers and coordinators of the courses in the institution through the application of questionnaires. The questionnaires were applied to the students in person and online to the teachers and coordinators. The objective was to identify the environmental perception of students, teachers and coordinators, as well as the difficulties they encountered in discussing environmental issues. Documents such as the Pedagogical Projects of the Courses were analyzed to identify the existence of disciplines with environmental content. The Institutional Development Plan of the University was analyzed in order to verify the accordance between the training proposal of the institution and the National Curricular Guidelines for Environmental Education. The results demonstrated the existence of the environmental dimension approach by the courses. However, there is a need to extend this approach in order to address the issue in a transversal way and not only through the provision of a curricular component throughout the course, which results in fragmented knowledge. Therefore, a collective effort is necessary to overcome the obstacles and difficulties that prevent environmental education from being promoted in a satisfactory way, indispensable condition for the formation of a professional and citizen.

Keywords: Environment. Formation. Environmental education

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Percentual de professores que concordam/discordam sobre a presença das discussões referentes aos problemas ambientais em sala de aula (2017)	70
Gráfico 2	Percentual de professores que concordam/discordam sobre a adoção da PNEA (Lei nº 9.795/99) em sua <i>práxis</i> pedagógica (2017)	71
Gráfico 3	Percentual de professores que promoveu alguma ação direcionada a temática ambiental (2017)	72
Gráfico 4	Percentual de professores que estimulam os alunos a desenvolver atividades voltadas ao meio ambiente (2017)	74
Gráfico 5	Percentual de professores que acham importante a educação ambiental como disciplina obrigatória no curso (2017)	75
Gráfico 6	Percentual de professores que reconhecem a importância da abordagem interdisciplinar e transdisciplinar (2017)	75
Gráfico 7	Dificuldades apontadas pelos docentes para abordar a temática ambiental em sala de aula (2017)	77

Gráficos do artigo publicado

Gráfico 1	Percentual de alunos quanto ao conhecimento do PPC do curso em que estão matriculados	51
Gráfico 2	Percentual sobre o grau de concordância dos estudantes em relação a contextualização d a educação ambiental no PPC dos cursos em que estão matriculados	53
Gráfico 3	Percentual sobre o grau de concordância dos estudantes em relação ao papel das disciplinas na conscientização dos problemas ambientais	54
Gráfico 4	Percentual de estudantes que já cursaram uma das disciplinas que abordam a temática ambiental	55
Gráfico 5	Percentual de estudantes que já participaram de projetos ou eventos relacionados à temática ambiental na faculdade	56
Gráfico 6	Percentual de estudantes que conhecem a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99)	57

Gráfico 7	Percentual de estudantes que concorda e/ou discorda em relação a existência de estímulos por parte dos professores para o envolvimento em ações voltadas para a temática ambiental	58
Gráfico 8	Percentual de estudantes que concorda e/ou discorda em relação à necessidade de disciplinas obrigatórias que abordem a temática ambiental	60
Gráfico 9	Percentual de estudantes que concorda e/ ou discorda sobre a importância da criação de grupos de estudo ou pesquisa que abordem a educação ambiental	61
Gráfico 10	Percentual de estudantes que manifestaram interesse /desinteresse em relação à participação em grupos de estudo ou pesquisa voltados para a educação ambiental	61
Gráfico 11	Percentual de estudantes que concorda e/ ou discorda em relação aos efeitos positivos da educação ambiental	62
Gráfico 12	Percentual de estudantes que expressam a percepção ambiental em relação aos efeitos positivos da educação ambiental	63

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1	Mapa da localização do município de Petrolina, PE, Brasil	6
Tabela 1	Projetos Públicos de Irrigação do Submédio São Francisco (Pernambuco)	7
Tabela 2	Crescimento Populacional de Petrolina	8
Gráfico 4	Direcionamento da Educação Ambiental do ponto de vista dos Docentes	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Cursos oferecidos pela Facape	9
Quadro 2	Evolução das iniciativas referentes à temática ambiental anteriores à década de 1970	22
Quadro 3	Resumo das políticas públicas voltadas ao meio ambiente	27
Quadro 4	Confrontação dos termos interdisciplinaridade e transdisciplinaridade	33
Quadro 5	Realização de ações sobre a temática ambiental (seminários, minicursos, palestras, etc.) por parte dos cursos, segundo os coordenadores (2017)	73
Quadro 6	Dificuldades apontadas pelos coordenadores para inserção da temática ambiental nas matrizes curriculares dos cursos (2017)	79
Quadro 7	Disciplinas que abordam a temática ambiental no Curso de Ciências da Computação (2017)	82
Quadro 8	Disciplinas que abordam a temática ambiental no Curso de Serviço Social (2017)	84
Quadro 9	Disciplinas que abordam a temática ambiental no Curso de Gestão da Tecnologia da Informação (2017)	86
Quadro 10	Disciplinas que abordam a temática ambiental no Curso de Economia (2017)	91
Quadro 11	Disciplinas que abordam a temática ambiental no Curso de Administração (2017)	94
Quadro 12	Disciplinas que abordam a temática ambiental no Curso de Direito (2017)	98
Quadro 13	Disciplinas que abordam a temática ambiental no Curso de Comércio Exterior (2017)	101
Quadro 14	Análise da adequação do PDI Facape às proposições das DCNEA conforme seu Marco Legal	112

Quadro 15	Análise da adequação do PDI Facape ao Art. 14 das DCNEA	112
-----------	---	-----

Quadros do artigo publicado

Quadro 1	Quantitativo de alunos participantes da pesquisa e cursos da Facape em que estão matriculados	50
----------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UNESCO -	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH -	Índice de Desenvolvimento Humano
PNUD -	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIB -	Produto Interno Bruto
CODEVASF -	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
EMBRAPA -	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
UPE -	Universidade de Pernambuco
IFSERTÃO -	Instituto Federal do Sertão Pernambucano
UNIVASF -	Universidade Federal do Vale do São Francisco
FACAPE -	Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina
AEVSF -	Autarquia Educacional do Vale do São Francisco
AMMA -	Agência Municipal do Meio Ambiente
IES -	Instituição de Ensino Superior
ONU -	Organização das Nações Unidas
ONG -	Organização Não Governamental
UPAN -	União Protetora do Ambiente Natural
FBCN -	Fundação Brasileira para Conservação da natureza
APP -	Área de Proteção Permanente
MAPE -	Movimento Arte e Pensamento Ecológico
PNMA -	Política Nacional de Meio Ambiente
LDB -	Lei de Diretrizes e Bases
PNE -	Plano Nacional de Educação
PCN -	Parâmetros Curriculares Nacionais
CNE -	Conselho Nacional de Educação
PNEA -	Política Nacional de Educação Ambiental
REVASF -	Revista de Educação do Vale do São Francisco
PPP -	Projeto Político Pedagógico
PPC -	Projeto Pedagógico de Curso

GTI -	Gestão da Tecnologia da Informação
TCC -	Trabalho de Conclusão de Curso
CH -	Carga Horária
DOE -	Diário Oficial do Estado
UNEB -	Universidade do Estado da Bahia
CEE -	Conselho Estadual de Educação
SEDUC -	Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco
MEC -	Ministério da Educação
DCNEA -	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental
PDI -	Plano de Desenvolvimento Institucional
SINAES -	Sistema Nacional do Ensino Superior
ENADE -	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Contexto e problemática da pesquisa	22
1.2 Objetivos	28
1.2.1 Objetivo geral	
1.2.2 Objetivos específicos	
1.3 Justificativa	29
2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO NÍVEL SUPERIOR	32
2.1 Trajetória da educação ambiental	32
2.1.1 O estado da arte	36
2.2 Movimentos ambientais e a educação ambiental no Brasil	38
2.2.1 Políticas públicas e a educação ambiental	40
2.3 Relação entre currículo, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e a educação ambiental	45
2.4 Formação docente na educação ambiental	51
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	55
3.1 Métodos utilizados	57
3.2 Análise de conteúdo de <i>Bardin</i>	59
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÕES DOS DADOS	61
4.1 Artigo: Percepção ambiental dos alunos nos cursos de bacharelado de uma IES do Município de Petrolina-PE	62
4.2 Concepções de Educação Ambiental na perspectiva docente	85
4.2.1 Perfil dos Docentes	85
4.2.2 A Educação Ambiental do ponto de vista do docente Facapeano: Vertentes desveladas	87
4.3 A Educação Ambiental nos cursos de graduação da Facape: Aspectos revelados	99
4.3.1 O Curso de Ciência da Computação e a Educação Ambiental	99
4.3.2 O Curso de Serviço Social e a Educação Ambiental	101
4.3.3 O Curso de Gestão da Tecnologia da Informação e a Educação Ambiental	103
4.3.4 O Curso de Ciências Contábeis e a Educação Ambiental	105
4.3.5 O Curso de Economia e a Educação Ambiental	108
4.3.6 O Curso de Administração e a Educação Ambiental	111
4.3.7 O Curso de Direito e a Educação Ambiental	114
4.3.8 O Curso de Comércio Exterior e a Educação Ambiental	118
4.3.9 Os cursos de graduação da Facape e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental	121
4.4 Análise da harmonização da proposta formativa da Facape em relação às proposições das DCNEA	126

4.4.1 Aspectos relevantes acerca do PDI Facapeano	127
4.4.2 Adequação do PDI da Facape às recomendações das DCNEA	128
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
6. REFERÊNCIAS	135
7. APÊNDICES E ANEXOS	147
APÊNDICE A: Instrumento de Coleta de dados discentes	147
APÊNDICE B: Instrumento de Coleta de dados professores	150
APÊNDICE C: Instrumento de Coleta de dados coordenadores	154
APÊNDICE D: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Discentes	155
APÊNDICE E: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Docentes	156
Anexo 1: Matrizes Curriculares	157
Anexo 2: Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI	173
Anexo 3: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental	261

1. INTRODUÇÃO

A palavra desenvolvimento origina-se do verbo des-envolver (onde *des* significa “coisa ou ação contrária àquela que se expressa pelo termo primitivo”, e *envolver*, que vem de “abraçar, prender, cercar, cobrir”) (CALIARI, 2002). Os povos estabeleceram seus modos de produção de maneira a atender suas necessidades e isso os levou a construir seus relacionamentos com a sociedade e com a natureza. Nesse contexto, o desenvolvimento seria o rompimento com as formas mais rudimentares de cultivar essas relações, seria a superação de tais formas, culminando com a substituição delas por outras formas mais eficazes ou mais apropriadas.

Trata-se de um conceito muito ligado à ciência econômica, onde ele é tido como o estágio seguinte ao crescimento. O crescimento econômico acontece quando somente as variáveis econômicas estão a contento. Já para alcançar o desenvolvimento econômico, as variáveis sociais precisam se harmonizar com as variáveis econômicas além de estarem em crescente evolução. O desenvolvimento é tido como um sinônimo de progresso. Gadotti (2008) supõe que todas as sociedades devam orientar-se por uma única via de acesso ao bem-estar e à felicidade, a serem alcançados apenas pela acumulação e consumo de bens materiais. Refere-se a um conceito que fundamentou a divisão dos países do mundo entre “desenvolvidos”, “em desenvolvimento” e “subdesenvolvidos” baseando apenas a um padrão de consumos e industrialização.

O desenvolvimento econômico pode não ser forte o suficiente para se manter e pode assumir um retrocesso, voltando a um nível de crescimento, ou seja, as variáveis econômicas podem voltar a se isolarem dos aspectos sociais. Faz-se necessária a incorporação, além das variáveis sociais, as variáveis ambientais e políticas e culturais, assim como outros fatores importantes na construção de novos modelos econômicos, segundo Veiga (2006).

O grande impasse é que essa nova forma de desenvolver, incorporando novas variáveis, requer alterações nos princípios fundamentais da ciência econômica, algo que transformaria drasticamente a organização do sistema. Segundo Dansa (2008), isto

significa dizer que, para “desenvolver o desenvolvimento” é preciso desenvolver a própria economia prática, libertando-a de suas tradições mais conservadoras. Seria uma mudança na ordem mundial. Algo que merece muitas discussões nos meios acadêmicos, políticos, empresariais, etc.

A incorporação das variáveis ambientais às variáveis econômicas e sociais provoca uma mudança na configuração do processo de desenvolvimento, fazendo com que o mesmo passe a ser conhecido como desenvolvimento sustentável. É o estabelecimento do equilíbrio entre as dimensões econômicas, sociais e ecológicas.

Organizações mundiais voltadas para questões como sobrevivência global passaram a participar e a promover conferências como as de Estocolmo (1972), elaboraram declarações e relatórios como a de Cocoyock (1974) e Dag-Hammarskjöld (1975) e Brundtland (1987), respectivamente. Este último, por sua vez, preocupava-se com as inquietações entre os anseios da sociedade para uma vida melhor, de um lado, e do outro, os limites estabelecidos pela natureza. Segundo Kuhlman e Farrington (2010), a indagação colocada pelo relatório Brundtland foi: como podem as aspirações dos países do mundo com vistas a uma vida melhor se reconciliar com as limitações dos recursos naturais e os perigos da degradação ambiental? A resposta foi dada pela própria comissão¹ que elaborou o relatório: o desenvolvimento sustentável. Segundo a comissão, trata-se de um desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender as suas próprias necessidades.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi consagrado na Rio-92, na Conferência das Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, que ficou conhecida como a Eco-92. A Agenda 21 foi o maior resultado dessa conferência, um documento que apresentava um conjunto de propostas e objetivos para reverter ou minimizar a deterioração do meio ambiente.

Não se trata de uma utopia, mas de uma nova realidade que pode iniciar-se em um país, um estado ou mesmo em um município. No entanto, não tem sido considerada

¹ Comissão Mundial da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

como deveria, como um conceito conciliador das ideias de crescimento e limites para as forças capazes de promovê-lo. Ainda é visto como uma expressão vazia de conteúdo, sendo apropriada por muitos a partir de uma compreensão equivocada e antagônica: podendo assumir formatos ideológicos e ao mesmo tempo servindo de tema para estudos, debates voltados para a construção social, integrando demandas e conhecimentos de setores diferentes da sociedade. Ao se tratar de sustentabilidade, é preciso considerar aspectos como o social, o econômico, o institucional, o espacial, enfim, todos aqueles que compõem a vida na terra, e não somente o ecológico (SILVA, 2012).

O tripé que apoia o desenvolvimento sustentável – ecologia, economia e o social – precisa de solidez e demanda conhecimento da sociedade para a mitigação dos problemas ligados ao meio ambiente. Esse conhecimento necessita ser passado e discutido entre as pessoas o quanto antes. Por intermédio da educação, é possível conscientizar a população de suas responsabilidades em relação ao meio ambiente, de reduzir os impactos causados pelo seu comportamento enquanto ser social. A dimensão ambiental da educação sendo inserida desde cedo nos currículos escolares é capaz de reduzir os danos causados ao meio ambiente a partir da conscientização do indivíduo.

Os problemas relacionados ao meio ambiente estão presentes no cotidiano das pessoas, tornando-se preocupação, não só de setores específicos, mas da sociedade como um todo. A população tem se habituado a conviver com problemas ligados à poluição das águas e do ar, com esgotos a céu aberto, com o lixo, com rios assoreados, como é o caso do Rio São Francisco, maior tesouro da região semiárida, sem esquecer da questão do uso dos agrotóxicos. Infelizmente essa mesma população sofre as consequências desses problemas, não sabe a quem recorrer e nem como agir diante dessa situação. De acordo com Dias (2009), temas como a ameaça à biodiversidade, degradação do solo, contaminação de águas superficiais e subterrâneas, exploração desenfreada das florestas, assim como um cenário cada vez mais degradante de exclusão social, pobreza e miséria, indicam que a abordagem da temática ambiental tem sido tratada de forma incipiente, com resultados insignificantes, uma vez que as ações educativas não contribuem para a mudança desse cenário.

A Conferência Intergovernamental referente à Educação Ambiental de Tbilisi (1977), na Geórgia (ex-União Soviética), afirma que ela resulta da orientação e da articulação de diversas disciplinas e experiências educativas com o objetivo de facilitar a percepção integrada do meio ambiente, possibilitando ações mais racionais capazes de atender às demandas sociais. (UNESCO², 1977).

Trata-se de uma ferramenta que precisa ser direcionada à coletividade, ajustando-se às suas necessidades e interesses, transformando suas atitudes com conhecimento e critério. Não é um processo simples, pois muda radicalmente a educação atual, é algo que não contempla apenas o uso racional dos recursos naturais, mas contempla ainda a participação nas discussões pertinentes a questão ambiental. Essa participação demanda do indivíduo conhecimento prévio e científico a respeito do contexto ambiental. Como participar de discussões sobre meio ambiente sem conhecer as causas dos problemas ambientais ou o que são os problemas ambientais?

É consenso que a educação é fundamental para a formação do indivíduo. Os espaços formais e não formais de educação, as salas de aula, e o ambiente escolar são detentores de grande poder de transformação da sociedade. Nesse contexto, a educação ambiental é uma poderosa arma para enfrentar os problemas ligados ao meio ambiente já que são consequência de valores, conhecimentos e comportamentos extremamente frágeis que orientam a vida humana e a natureza ameaçada de destruição, segundo Pereira (2010), que afirma, ainda, que tais problemas foram intensificados com o tempo.

É inquestionável a relevância da educação para alcançarmos o desenvolvimento sustentável, porém diante da diversidade de realidades conflitantes tanto no aspecto socioeconômico quanto no aspecto ambiental, faz-se necessário compreender a origem e os elos presentes em cada conflito. Para tanto, é preciso voltarmos nosso olhar para a sociedade e questionarmos o modelo que está posto. Brandão (2013) afirma que ninguém escapa da educação, e nos convida a refletir sobre a pergunta: Por que os conflitos e problemas sociais existem já que ninguém escapa da educação?

² Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

A educação é plural e diversa, podendo ocorrer nas famílias, nas comunidades, e em qualquer espaço social. Segundo Brandão (2013) trata-se de educações, pois não há uma forma única e nem um único modelo de educação. A educação constrói ideias, qualificações, especialidades e crenças, envolvendo bens, símbolos e poderes que juntos montam sociedades. Apesar do aspecto plural da educação, Brandão (2013) nos apresenta a dualidade em seu uso, pois, ao mesmo tempo em que a educação pode existir livre, ela também pode surgir como imposição de um sistema de poder que usa o saber e controle sobre o saber como arma que reforça as desigualdades sociais. O pensamento de Brandão (2013) é compartilhado por Libâneo (2010), que afirma que a prática educativa está presente em todos os contextos da vida humana, seja por meio de instituições ou não.

A educação é algo inerente ao ser humano, um instinto importante para a conservação de sua espécie. O homem é capaz de transformar partes da natureza em invenções da sua cultura e partes das trocas feitas nessa cultura em situações sociais de aprender-ensinar-aprender, ou seja, em educação, segundo Brandão (2013). Ainda aborda que o homem continua, por intermédio da educação, o trabalho da natureza: dando continuidade à vida; porém, quando o homem passa a lançar mão de símbolos, de intenções, padrões e relações de poder, ao mesmo tempo em que é capaz de promover a evolução da espécie, como na natureza, também pode gerar distorções e diferenças numa mesma espécie. A partir do momento em que o homem se depara com a complexidade da organização de sua sociedade, ele percebe que é possível problematizar as formas e os processos de transmissão do saber.

A educação, além de ampliar a capacidade de conhecimento do indivíduo, promove o aumento do encantamento com o universo. Gadotti (2008) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável desperta o senso crítico em relação a preservação do meio ambiente, formando a consciência crítica e para tanto depende da educação. Os excessos causados por um estilo de vida poluidor e consumista, desperta no sujeito a necessidade de refletir sobre suas preferências. A educação, segundo Gadotti (2008), carrega a intencionalidade de nossos atos. É urgente a tomada de consciência, por parte dos indivíduos, das implicações de suas predileções, e o processo educativo contribui para a humanização do modo de vida de cada um. O futuro (e o

presente, por que não?) depende das propensões pessoais e a educação é essencial para ajudar a fazer melhores escolhas.

1.1 Contexto e problemática da pesquisa

Por ser rico em recursos naturais, o Brasil é alvo dos olhares de todo o mundo, entretanto, segundo Carpes (2011), é considerado um dos países mais deteriorados. Condição que também afeta a locação espacial da presente pesquisa que, se trata de uma instituição de ensino superior localizada no município de Petrolina, em Pernambuco, considerado o quinto maior do estado e o segundo do interior pernambucano, segundo IBGE³.

Petrolina está localizada na região do Submédio São Francisco, distante 712 km de Recife, limitando-se a norte com o município de Dormentes, a sul com o Estado da Bahia, a leste com o município de Lagoa Grande e a oeste com o Estado da Bahia e o município de Afrânio (ver Figura 1).

Figura 1 – Mapa da localização do município de Petrolina, PE, Brasil



Fonte: Adaptado de AD Diper (2011)

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Segundo dados do IBGE (2015), a área municipal ocupa 4.561, 872 km², sendo 244,8 km² em área urbana e 4.317, 072 km² em área rural. A população total estimada, em 2016, é de 337.683 habitantes. O município possui uma densidade demográfica de 64,44 hab/km² e um Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,697, maior que o do próprio estado de Pernambuco que é de 0,673, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2010).

Petrolina destaca-se no Estado e no País pelo bom desempenho em suas atividades econômicas. Em 2014, o PIB do município era de aproximadamente R\$ 5.230.472 mil reais, enquanto o PIB *per capita*, também em 2014, era de R\$ 16.043,56 reais (IBGE, 2014). Segundo Araújo e Silva (2013), o aumento das exportações agrícolas na década 1990 e 2000 contribuiu para que o PIB *per capita* de Petrolina se apresentasse com importância no Estado de Pernambuco. Essa situação é reflexo da agricultura irrigada que foi introduzida no município na década de 1960, por meio da implantação de projetos públicos de irrigação, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1 - Projetos Públicos de Irrigação do Submédio São Francisco (Pernambuco)

PROJETO DE IRRIGAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO	INÍCIO DE OPERAÇÃO	ÁREA IRRIGÁVEL (ha)	ÁREA OCUPADA lotes empresariais (ha)	ÁREA OCUPADA lotes familiares (ha)
Bebedouro	Petrolina	1968	1968	2.418	858	1034
Nilo Coelho	Petrolina	1979-84	1984	18.563	6043	12520

Fonte: Codevasf (2017)

Todos os projetos irrigados receberam incentivos do Governo Federal que tinha como objetivo, assentar pequenos produtores em lotes com sistema de irrigação, criar mercado para eles, ofertar empregos, fornecer insumos agrícolas para que os mesmos pudessem ter autonomia no desenvolvimento das suas atividades. Os investimentos públicos trouxeram, para o município pernambucano, uma unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, a Embrapa Semiárido, com atuação voltada para a sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola no semiárido

brasileiro. Desde então, o município passou a se destacar na produção de frutas. A fruticultura irrigada é uma expressiva atividade econômica de Petrolina, alcançando o mercado internacional, com destaque para a produção de uva e manga, com o diferencial de ter até duas safras e meia por ano. O município tornou-se atraente para investidores de diversos lugares do Brasil, assim como o aumento da oferta de empregos oriunda da fruticultura irrigada. Conseqüentemente, houve mudanças no perfil demográfico, social e econômico, provocando transformações na urbanização da cidade. O crescimento populacional de Petrolina pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2 – Crescimento populacional de Petrolina

CENSO	POPULAÇÃO	% (+/-)
1970	61.252	----
1980	104.297	70,3%
1991	175.406	68,2%
2000	218.538	24,6%
2010	293.962	34,5%
2016 (estimativa)	337.683	54,5%

Fonte: IBGE (2010)

O crescimento desordenado, segundo Araújo e Silva (2013), gerou problemas na estrutura socioambiental do município, em consequência da atração de imigrantes. Problemas como o aumento da quantidade de lixo e o seu destino, poluição das águas do Rio São Francisco causada pelo derramamento do esgoto sem tratamento e pelos efluentes agrícolas, muitas ruas ainda sem pavimentação, surgimento de bairros periféricos sem a menor infraestrutura, transporte público ineficiente, demanda reprimida por serviços de saúde, configuram um cenário socioambiental precário.

Os expressivos resultados econômicos motivaram os investimentos em pesquisa que se concretizou com a chegada da Embrapa, motivou também investimentos na educação superior que se refletiram na chegada das instituições de ensino superior, como a Universidade de Pernambuco – UPE, o Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IFSertão, a Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf, e uma das pioneiras no ensino superior no município, e alvo da presente pesquisa, a Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – Facape. Esta, por sua vez,

pertence a uma autarquia municipal, a Autarquia Educacional do Vale do São Francisco - AEVSF, criada pela lei municipal nº 25/76. Atualmente a autarquia é o órgão mantenedor da Facape. Seu funcionamento foi autorizado, inicialmente, pelo Conselho Estadual de Educação, através da resolução nº 01/77 de 13 de janeiro de 1977. Somente em 23 de outubro de 1978, através do decreto nº 82.475, a faculdade teve seu funcionamento autorizado e reconhecido em nível nacional. Atualmente a Facape possui oito cursos de graduação, todos reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação, e seis cursos de Pós-graduação *lato sensu*, conforme mostra o quadro 1.

Quadro 1: Cursos oferecidos pela Facape

GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Administração	Psicologia Jurídica
Ciência da Computação	Direito Público Municipal
Comércio Exterior	Gestão de Recursos Humanos nas Organizações
Contabilidade	Engenharia de Software
Direito	Contabilidade Empresarial para Pequenas e Médias Empresas
Economia	Contabilidade e Controladoria aplicada ao Setor Público.
Gestão de Tecnologia da Informação	
Serviço Social	

Fonte: Facape.

Problemas ambientais numa cidade promissora economicamente podem transformá-la num território onde a vida é atropelada pela ânsia por resultados econômicos positivos. A cidade conta com uma Agência Municipal de Meio Ambiente, a AMMA. A agência é responsável pela formulação, implementação e execução da Política Municipal de Meio Ambiente. Suas atribuições são a concessão de licença ambiental, controle, monitoramento e fiscalização das atividades empreendedoras e processo com grande potencialidade de poluição e danos ao meio ambiente.

As ações de educação ambiental também são de responsabilidade da AMMA por intermédio do desenvolvimento e execução de projetos e atividades. Também lhe compete criar ações de educação ambiental, desenvolver e executar projetos e atividades que visem à proteção ambiental nas áreas de preservação e a melhoria da qualidade do meio ambiente. (PMP⁴, 2015).

⁴ Prefeitura Municipal de Petrolina

Apesar disso, as atividades voltadas para a educação ambiental promovidas pelo poder público, por meio da agência, não são suficientes e não produzem a consciência coletiva necessária para que a cidade tenha seus problemas socioambientais mitigados. Existe a necessidade de abordar a educação ambiental de forma mais intensa, ampliando sua aplicação, não se concentrando apenas nos aspectos ecológicos.

O município pernambucano necessita de uma maior conscientização acerca dos problemas ambientais que atingem a cidade e a vida da população. A chegada das instituições de ensino superior, assim como contribuíram para o crescimento da população, podem contribuir para que essa mesma população saiba lidar de forma mais adequada com o meio natural, possibilitando a formação de profissionais com uma consciência mais crítica em relação a esses problemas. A formação de indivíduos comprometidos com a complexidade das questões ambientais é urgente, assim como, o comprometimento das instituições educacionais para fazê-lo. Assim, a transformação é mais do que necessária.

Moradillo e Oki (2004) ressaltam a necessidade de criação de uma mentalidade que busque novos valores e de uma nova ética para regência das relações sociais, e a educação tem um papel fundamental nesse processo. Sendo assim, é apropriado acreditar que o ensino superior é capaz de inserir no processo de formação de seus alunos valores que façam nascer uma nova cidadania, um profissional-cidadão com consciência crítica capaz de criar um espaço social menos alienado, menos ingênuo.

Para isso, é necessário adaptar às práticas pedagógicas das instituições de ensino superior, pois são espaços coletivos de discussão, produção e reflexão de conhecimentos. Moradillo e Oki (2004) afirmam que se trata de um desafio para as instituições, pois devem inserir, em suas práticas pedagógicas, a perspectiva ambiental como um dos eixos norteadores para construção de significados que possam levar à superação do atual contexto sócio-histórico de degradação e exploração da natureza. Para tanto, a metodologia adequada se faz necessária, como ressalta Ab'Saber (1991) na citação abaixo:

A educação ambiental exige método, noção de escala; boa percepção das relações entre tempo e conjunturas; conhecimento sobre diferentes realidades regionais. E, sobretudo, códigos de linguagens adaptados às faixas etárias do aluno. É um processo que, necessariamente, revitaliza a pesquisa de campo, por parte dos professores e alunos. Implica em um exercício permanente de interdisciplinaridade – a prévia da transdisciplinaridade. Faz balançar o gasto correto das velhas disciplinas, eliminando teorizações elitistas e aperfeiçoando novas linhas teóricas, em bases mais sólidas e de entendimento mais amplo.

Como autores e atores da realidade precisamos nos preocupar com essas questões, necessitamos nos preocupar com a formação dos sujeitos que são egressos desses espaços de discussão e entram no mercado de trabalho, atuando das mais diversas formas. Diante disso, a motivação para a realização da presente pesquisa foi identificar como a Faculdade de Ciências Aplicadas de Petrolina – Facape aborda a temática ambiental em suas práticas pedagógicas, ou seja, como a educação ambiental é discutida nos cursos de graduação da faculdade.

Trata-se de uma instituição com 41 anos, responsável pela inserção de um número cada vez maior de profissionais no mercado de trabalho, e que tem um significado especial para o município, pois possibilitou que muitos jovens não precisassem se mudar para a capital em busca de uma graduação. Pelo exposto, a Facape tem um papel importante na transição entre uma consciência ingênua e uma consciência crítica dos sujeitos que constroem a história de Petrolina.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral:

Examinar a prática pedagógica da Facape no sentido de revelar as potencialidades e as dificuldades dos cursos de graduação desta instituição em promover a educação ambiental de forma contínua em sua dinâmica curricular.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- ✓ Identificar as concepções de educação ambiental presentes nas ações pedagógicas cotidianas de membros da comunidade acadêmica da Facape;
- ✓ Analisar os projetos pedagógicos dos cursos da Facape na perspectiva de estabelecer níveis de importância da educação ambiental na definição curricular dos cursos desta instituição;
- ✓ Verificar as semelhanças e divergências entre as diretrizes curriculares nacionais e os projetos pedagógicos dos cursos no aspecto da educação ambiental;
- ✓ Verificar a existência ou não de sintonia entre a proposta formativa da Facape e os debates territoriais, regionais e nacional relacionados à educação ambiental.

1.3 JUSTIFICATIVA

A deterioração ambiental é evidente em todos os momentos, e em todos os lugares. São esgotos a céu aberto, lixões, desertificação, águas poluídas, poluição dos solos, uso inadequado de agrotóxicos, focos de incêndio em lixo, entre outros. E como consequência disso, temos vários problemas como intoxicações, doenças causadas por vetores transmissores, etc. Em algumas ocasiões, esse cenário até desperta a indignação das pessoas, mas, na maioria das vezes, tais problemas são tão corriqueiros que passam despercebidos pela maior parte da população.

Foi possível verificar essa realidade ao cursar o Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável, em 2008, pela Universidade de Pernambuco, ocasião em que conceitos ligados às ciências econômicas, por exemplo, foram revistos e outros absorvidos, como aqueles voltados para a sustentabilidade, que proporcionaram uma nova possibilidade de relacionamento com o meio ambiente. A dissertação, fruto desse mestrado, teve como objetivo analisar, de forma investigativa, os obstáculos na gestão do desenvolvimento local sustentável, considerando dimensões ecológicas, econômicas, sociais, institucionais e espaciais do município de Petrolina-PE.

Os sujeitos da pesquisa foram moradores e secretários municipais de diversas pastas. A pesquisa possibilitou identificar as dificuldades do município para evoluir em direção a um desenvolvimento sustentável. Apontou, principalmente, os problemas ligados a ausência de saneamento básico, problemas de saúde, poluição das águas do Rio São Francisco, problemas com o lixo, problemas com desmatamento da caatinga, entre outros. Uma das conclusões da pesquisa foi que o caminho da sustentabilidade se inicia pela educação formal e informal, preparando a sociedade para as mudanças a serem realizadas.

A educação ambiental é o caminho que conduzirá o município ao desenvolvimento local sustentável através do incentivo de ações que gerem informação para a população, da motivação para inserir a educação ambiental nos programas sociais; da realização de

campanhas que esclareçam os princípios da sustentabilidade, evitando a banalização do tema.

A IES⁵ onde atuo como docente, a Facape, não acompanhava as poucas instituições locais que abordavam a temática ambiental, porém, após a conclusão do curso de mestrado, verificou-se uma atuação profissional renovada, com novas ideias e uma delas foi a inserção da disciplina Desenvolvimento Sustentável nas matrizes curriculares dos cursos de graduação, como tentativa de dialogar com os alunos sobre as questões ambientais. A inserção dessa disciplina, em 2013, provocou a vontade de ampliar as discussões sobre a educação ambiental no espaço institucional, assim como a percepção de que a mesma, sozinha, não era suficiente para promover a educação ambiental na faculdade, pois o conhecimento era apresentado e desenvolvido de forma fragmentada.

Além de ser responsável por ministrar a disciplina Desenvolvimento Sustentável, ministrei outra disciplina referente a temática ambiental, a Economia Ambiental, que despertava o mesmo sentimento: o de fragmentação do conhecimento, já que não havia nenhuma prática pedagógica com abordagem interdisciplinar na instituição. Perceber, através das falas dos alunos, que as outras disciplinas dos currículos dos cursos não traziam nenhuma relação com o meio ambiente, que os professores também não traziam em suas aulas nenhuma ligação com a temática ambiental, foi o que instigou o desejo de realizar o presente trabalho, pois existe a possibilidade da faculdade estar abordando a temática ambiental de forma ineficiente ou equivocada.

As escolas e universidades têm um papel fundamental na promoção da educação ambiental. Carpes (2011) afirma que esse preparo é antrópico, iniciando pela construção do conhecimento e, posteriormente, pela aplicação a campo do treinamento intelectual sobre a dimensão ambiental. A contribuição da educação ambiental é relevante, uma vez que apresenta a complexidade da relação humano-natureza, privilegiando a dimensão política da questão ambiental, focando na necessidade de fortalecimento da sociedade civil e na busca coletiva de transformações sociais (SILVA; CAMPINA, 2011).

⁵ Instituição de Ensino Superior

Este trabalho pretende levantar informações, dados, que possibilitarão a alunos, docentes e gestores saber como a Facape aborda a educação ambiental. Após a identificação de problemas será possível buscar soluções para que a instituição possa atender a urgência de formar profissionais-cidadãos comprometidos com a questão ambiental e toda sua complexidade, e seu papel como agente de transformação da sociedade.

A partir da realização do trabalho poderão ser elaboradas propostas para incentivar o movimento da educação ambiental, enfatizando sua amplitude para além de uma área específica. A legitimidade da educação ambiental está consolidada em muitos espaços sociais, políticos e acadêmicos, e a Facape, por sua vez, deve ser um desses espaços.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO NÍVEL SUPERIOR

2.1 Trajetória da Educação Ambiental

O meio ambiente é um conjunto de elementos vivos e não vivos que constituem o Planeta Terra e que se relacionam influenciando e sofrendo influência entre si de forma equilibrada, segundo Guimarães (2013). O ser humano primitivo surge nesse contexto morando em cavernas, e assumindo um nível trófico na cadeia alimentar. Em suas práticas de sobrevivência, os índios, por exemplo, desenvolveram uma forte integração com a natureza, em seus rituais, tradições, etc.

Com o tempo o homem passa a desenvolver com mais intensidade sua consciência individual, e como resultado temos, nos dias atuais, um distanciamento cada vez maior entre homem e natureza. Guimarães (2013) corrobora com isso e expõe a miopia humana em relação ao ambiente natural, como expõe a seguir:

A separação entre ser humano e natureza, resultou em uma postura antropocêntrica em que o ser humano está colocado centro e todas as outras partes que compõem o ambiente estão a seu dispor, sem se aperceber das relações de interdependência entre os elementos existentes no meio ambiente. (p.12)

Essa postura, por parte do homem, estabelece uma relação de dominação com a natureza que gerou o modelo de sociedade que temos nos dias atuais. Um modelo onde o crescimento econômico está fundamentado na extração ilimitada e irresponsável dos recursos naturais renováveis e não renováveis, acumulação de capitais, e produção de bens. Guimarães (2013) ressalta que, nesse modelo são desconsideradas as interações entre essas intervenções e o ambiente onde acontecem. Consequentemente, temos uma sociedade consumista, que dá valor a acumulação material, individualista. Uma condição que dificulta o desenvolvimento dos países em um mesmo nível, mas que mesmo assim, faz com que aconteça uma “corrida”, por parte deles, para alcançar os padrões de consumo de países desenvolvidos economicamente, provocando uma atividade econômica que impacta, de forma grave, o meio ambiente.

Diante disso, a educação ambiental é uma necessidade, para interromper essa relação predatória entre homem e natureza, com a função de construir novamente, no ser humano, o sentido de integração, de pertencimento em relação a natureza. Uma relação forte capaz de trazer novos valores, atitudes e conhecimento com vistas a transformações no panorama ambiental do qual fazemos parte. Compreender que o universo é um todo, indivisível, interconectado e vivo, é necessário para uma educação ambiental eficiente (MORIN, 2011)

Alguns acontecimentos históricos como a segunda guerra mundial, com os ataques nucleares a Hiroshima e Nagasaki, provocaram, nas pessoas, o medo da vida no planeta acabar. É possível que esse acontecimento tenha contribuído para que as pessoas pudessem refletir sobre suas ações. Outros acontecimentos históricos foram marcos para a consolidação do ambientalismo, conforme Estevam, Pestana e Leal (2008), que citam a proibição de testes nucleares em 1962, através de um tratado entre Estados Unidos, União Soviética (à época) e Grã-Bretanha; citam também o Dia da Terra que aconteceu em 22 de abril de 1970, uma data considerada um marco histórico para o ambientalismo, assim como a Conferência de Estocolmo, em 1972.

Sornberger, Amaral, Carniatto, Tobaldini e Nascimento (2014) ressaltam que outro marco histórico que contribuiu para o despertar da população para a valorização do meio ambiente no século XX foi a publicação do livro Primavera Silenciosa (*Silent Spring*), em 1962, da escritora norte-americana Rachel Louis Carson. O livro traz um novo olhar sobre a espécie humana e seu papel como destruidora de biomas, com uma narrativa realista sobre a morte de animais por pesticidas e a preocupação ambiental sobre essas práticas. Outra publicação que contribuiu para a reflexão sobre a forma como o homem se relaciona com a natureza foi o livro Limites do Crescimento, em 1978, fruto da reunião de cientistas dos países industrializados ocorrida em Roma, em 1968, que referenciou políticas e projetos que tinham como objetivo o controle populacional com o intuito de conservar o padrão de consumo dos países ricos.

Bezerra (2007) aponta algumas conferências internacionais que são verdadeiros marcos para a consolidação da educação ambiental, indicando mudanças de comportamento e pensamento em relação ao meio ambiente.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, onde a educação voltada para o meio ambiente foi discutida, já mencionada anteriormente, teve como essencial em suas discussões, a busca de uma nova forma de pensar através da educação ambiental.

As discussões ocorridas em Estocolmo (1972) foram retomadas em 1975, em Belgrado. No Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, que originou a Carta de Belgrado, onde segundo Lima (1984):

... Estão as metas e os objetivos da educação ambiental, cujo princípio básico é a atenção com o meio natural e artificial, considerando aspectos ecológicos, políticos, sociais, culturais e estéticos. A carta diz ainda que a educação deve ser contínua, multidisciplinar e integrada com as diferenças regionais. (p.18)

Em 1977, aconteceu a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação para o Ambiente, organizada pela ONU⁶, em Tbilisi, na Geórgia (ex-URSS). O documento gerado pela conferência traçou, de forma mais sistemática e enfática, além de estender para uma abrangência mundial os procedimentos, as conceituações e diretrizes para a educação ambiental.

Segundo Guimarães (2013), em Moscou, no ano de 1987, a Unesco organizou a Segunda Conferência Mundial para tratar da educação ambiental, onde foram reforçados os princípios da Conferência de Tbilisi, em 1977, contudo, também foram traçados planos para a década seguinte, 1990, além de avaliações sobre as realizações da década anterior.

Em 1992, relata Guimarães (2013), aconteceu a Rio 92, conhecida também por Eco 92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, organizada pelas Nações Unidas e que reuniu Chefes de Estado de todo o planeta. Paralelamente a conferência, aconteceu o Fórum Global que reuniu Organizações Não Governamentais (ONG's) do mundo todo. Dentro do fórum, aconteceu a Jornada Internacional de Educação Ambiental que produziu o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. No Tratado, foram

⁶ Organização das Nações Unidas

reafirmados e enfatizados os princípios, diretrizes e planos de ação para a educação ambiental. Guimarães (2013) destaca um trecho da introdução do referido tratado:

Consideramos que a Educação Ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em todos os níveis local, nacional e planetário. (p,27)

Em 2002, aconteceu em Johannesburgo, África do Sul, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento sustentável, conhecida também como Rio+10. Seu propósito foi estabelecer paradigmas, alterar princípios e conceitos que fundamentam políticas econômicas e sociais, assim como concretizar pontos da Agenda 21 que não estavam funcionando.

Vinte anos após a Rio 92, em 2012, aconteceu também no Rio de Janeiro, a Rio+20, também conhecida como a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Paralelamente, ocorreu a Cúpula dos Povos que mobilizou diversas pessoas para assistirem à exposição dos movimentos e organizações sociais, e estes, por sua vez, estabelecerem diálogos com a sociedade. A conferência traçou alguns compromissos, tais como:

... o compromisso dos prefeitos das principais cidades do mundo em reduzir as emissões de gases de efeito estufa e a criação do Banco de Investimentos Verdes, com o objetivo de financiar empreendimentos com baixa emissão de carbono (CNO Rio+20, 2012).

Sornberger, Amaral, Carniatto, Tobaldini e Nascimento (2014) destacam que a conferência gerou o documento intitulado “O futuro que queremos”, que se resume a uma reafirmação dos compromissos traçados na Rio+20 e pouco concretizados até hoje.

É preciso acompanhar o desdobramento desses compromissos estabelecidos por essas conferências para promover mudanças de paradigmas em relação ao meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável. Para tanto, é preciso buscar alternativas que

possam contribuir para práticas multidisciplinares, com vistas a estabelecer novas formas de produção, novos modos de vida e, nesse contexto, a educação ambiental é imprescindível.

2.1.1 O estado da arte

A educação ambiental passou a ser objeto de interesse de professores-pesquisadores de universidades em 1984, quando foi tema de dissertações, e em 1989, foi defendida a primeira tese de doutorado com o tema, na Universidade de São Paulo, segundo Carvalho (1989). Somente a partir dos anos 90, a educação ambiental foi institucionalizada e, a partir da elaboração das políticas públicas relacionadas a ela, surgiu uma demanda maior pelas pesquisas. Desde então ela passou a ser discutida com mais ênfase no ambiente universitário e a produção científica intensificou-se com a criação de Programas de Pós-Graduação. As universidades públicas com mestrado e doutorado são as pioneiras e as que mais contribuíram para a produção científica na área, com destaque para Universidade de São Paulo, segundo Reigota (2007). Os programas de pós-graduação em Educação foram os que mais produziram trabalhos na área.

A produção científica que versa pela temática ambiental tem o foco na análise da relação entre cultura e natureza, com destaque para lixo, unidades de conservação, recursos hídricos, saúde, ecossistemas e ocupação do espaço, segundo Reigota (2007). Há ainda a presença de estudos voltados para os problemas socioambientais urbanos, assim como a relação entre a educação ambiental e o ensino de Ciências, Biologia, Geografia, Economia, Ecologia, Química, Matemática. Existem trabalhos voltados para grupos sociais como pescadores, profissionais do lixo, classes populares, grupos de terceira idade, recursos humanos. Isso pode ser um reflexo de que a educação ambiental pode contribuir de forma significativa para a construção da cidadania.

Reigota (2007) destaca que, no contexto teórico-metodológico, a produção científica brasileira é composta por análises de percepções, signos, significados, representações sociais, concepções e conceitos de grupos prévios, falas, perspectivas,

valores, crenças, visões, pensamentos e opiniões de grupos sociais. Verifica-se, então, as correntes cognitivistas (percepção e concepções) e as voltadas para o estudo do imaginário (signos e significados). Existem ainda trabalhos voltados para transdisciplinaridade, teoria sistêmica, estudos culturais, epistemologia, etc. Novamente conforme Reigota (2007), existe o predomínio de estudos de caso, entretanto existem outras propostas metodológicas como a pesquisa-ação, estudos comparativos, modelagem semiquantitativa, análise de discursos, pesquisa participante.

Existe a tendência de ampliação da educação ambiental, saindo dos temas clássicos para se envolver e abordar temas conflituosos com interesses e representações múltiplos e forças políticas diferenciadas. Stengers (2002), ressalta que a pretensão da educação ambiental em formar cidadãos críticos e participativos não é transformá-los em ecologistas ou ambientalistas filiados a partidos políticos, mas formar pessoas conscientes de sua condição de sujeito social e, nessa condição, capazes de lutar por seus direitos. Há uma forte tendência para o crescimento de trabalhos científicos, grupos de pesquisa e projetos de extensão voltados para a análise dos aspectos políticos da educação ambiental, direcionados para as políticas públicas e a construção da cidadania.

Faz-se necessário saber como as várias áreas de conhecimento podem se conectar com a educação ambiental, identificar como essa conexão se dá nas práticas pedagógicas do dia a dia, nas universidades, nas escolas, em espaços informais de aprendizagem, já que conforme Morin (2014), os conhecimentos estão cada vez mais fragmentados, impossibilitando-nos de conceber sua unidade. Faz-se necessário encontrar as verdades implícitas nas diversas áreas de conhecimento, trabalhando-as como uma linguagem comum.

2.2 MOVIMENTOS AMBIENTAIS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

O crescimento desordenado das cidades, a exclusão social o autoritarismo, a ameaça nuclear, os desastres ambientais, foram problemas que reunia mais e mais pessoas em torno de questões relacionadas a qualidade de vida e meio ambiente. Foram muitas as manifestações populares ao redor do mundo demonstrando suas insatisfações com as guerras, com a ditadura, etc. Castoriadis e Cohn-Bendit (1981) salientam que o movimento ecológico colocou em xeque a estrutura de necessidades, o modo de vida das pessoas e as relações entre a humanidade e o mundo.

Segundo Pelicioni (2002), a educação ambiental, na década de 1960, ainda não estava bem delineada, era confundida com educação conservacionista, eram aulas de ecologia, que as vezes privilegiavam o estudo compartimentalizado dos recursos naturais e as soluções para os problemas ambientais locais, e em outras vezes, tinha o objetivo de despertar nos jovens uma espécie de deslumbramento diante da natureza.

A atuação dos movimentos ambientalistas foi fundamental para que a temática ambiental estivesse na pauta das discussões políticas em todo o mundo, e sua ação exitosa se concretizou quando a ONU promoveu a Conferência de Estocolmo em 1972, conforme mencionado anteriormente no presente trabalho.

No Brasil não foi diferente, pois a Conferência de Estocolmo foi um dos fatores externos que contribui para que a sociedade brasileira passasse a desenvolver sua preocupação com o meio ambiente. Contudo, bem antes da conferência da ONU, algumas iniciativas voltadas para a temática ambiental já ocorriam no país, conforme podemos observar no quadro 2:

Quadro 2: Evolução das iniciativas referentes a temática ambiental anteriores a década de 1970

ANO DE CRIAÇÃO	LOCAL	FATO	CARACTERIZAÇÃO
1933	Rio de Janeiro	1ª Reunião Nacional sobre Políticas Ambientais	Reuniu cientistas que discutiram formas de defesa da natureza, que serviram de arcabouço para a criação do Código Florestal Brasileiro. Atividade florestal voltada para o extrativismo.
1934	Rio de Janeiro	Criação do Código Florestal	Visão de conservar as funções básicas dos ecossistemas naturais e com preocupação com a conservação de todos os tipos de vegetação nativa
1955	Rio Grande do Sul	Fundação da UPAN – União Protetora do Ambiente Natural	--
1958 (organizada de fato em 1966)	Rio de Janeiro	Criação da FBCN – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza	Atuação conservacionista na preservação da flora e da fauna nacional.
1965	Rio de Janeiro	Novo Código Florestal	Cria legalmente as áreas de preservação permanente (APP's); Protege não somente árvores e florestas, mas também recursos hídricos, encostas, ambientes costeiros, entre outros recursos naturais.

Fonte: Adaptado de Sornberger, Amaral, Carniatto, Tobaldini, Nascimento (2014)

Na década de 1960, não havia discussão acerca dos problemas fundamentais, como o modelo de desenvolvimento que o país deveria adotar, poluição, industrialização urbana e suas consequências, etc. A consciência ambiental no Brasil era voltada para a preservação do meio natural, geográfico, voltado para criação de áreas naturais

protegidas. Os movimentos ambientais foram calados pela ditadura, que desmobilizou a cidadania.

Na década de 70, o Brasil estava recebendo seus exilados políticos, penalizados pelo regime militar; assistia à formação de uma nova classe média influenciada pelas vertentes culturais atuantes na época, e ao mesmo tempo, essa sociedade e o resto do mundo assistiam ao aumento da devastação da floresta amazônica, conforme exalta Jacobi (2003). O crescimento industrial estava em alta e constava como estratégia para o desenvolvimento brasileiro. Em 1973, tiveram início os movimentos ambientalistas populares, a ditadura já não inibia as manifestações. Estevam, Pestana e Leal (2008) enfatizam que a “Marcha com máscaras contra gases”, que aconteceu em São Paulo, teve destaque na imprensa nacional, e garantiu a criação do Movimento Arte e Pensamento Ecológico (MAPE), que promoveu uma grande mobilização de ativistas em defesa do meio ambiente.

A criação de agências ambientais e secretarias de meio ambiente não garantiu a elaboração de leis ambientais que chegassem, sem discriminação, a toda sociedade. Nos dias de hoje, é sabido que o meio ambiente não se resume a aspectos ecológicos dos recursos naturais, há toda uma gama de fatores que influenciam e são influenciados por ele, como por exemplo as desigualdades regionais, sociais, a questão da educação, saúde, miséria, política.

Os movimentos ambientalistas são motivados por essa realidade, e provocam discussões acerca da educação ambiental nas esferas políticas, acadêmicas, empresariais, porque acreditam que a educação pode ser utilizada como ferramenta para a resolução ou mitigação dos impactos negativos causados pelo homem na natureza.

2.2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os movimentos ambientalistas ao redor do mundo inspiraram muitos países a criar leis voltadas para a temática ambiental. No Brasil não foi diferente, algumas iniciativas relevantes surgiram na legislação brasileira a partir das conferências internacionais, como foi o caso do nosso Código Florestal, instituído pela Lei nº 4.771, de 1965 e a Lei nº 5.197 que protege a fauna brasileira. Segundo Barbieri (2004), foram iniciativas de caráter isolado, episódico, de eficácia reduzida ou nula, em relação a educação ambiental. Outro ponto relevante a ser considerado, segundo Barbieri (2004), é a ênfase dada por essa legislação ao meio natural e seus aspectos biológicos, muito distante da abordagem que era alvo das discussões, ainda tímidas, das conferências internacionais.

Em agosto de 1981 foi publicada a Lei nº 6.938, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, a PNMA, que tem por objetivo a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental, visando assegurar condições adequadas ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e da vida humana. Dentre os princípios da PNMA, está a educação ambiental que segundo a lei, em seu artigo 2º, inciso X, deve ser oferecida em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, com o intuito de torná-la capaz de participar ativamente da defesa do meio ambiente, tornando evidente a dimensão pedagógica na legislação brasileira.

Em 1988, a Constituição Federal, contempla e reforça o direito à educação ambiental no capítulo VI, dedicado ao meio ambiente. A inclusão da educação ambiental passou a ser um compromisso público, um dever do Estado. Barbieri (2004) ressalta que sua inclusão num texto constitucional amplia a sua importância como instrumento de política pública ambiental.

Na legislação educacional, em 20 de dezembro de 1996, foi instituída a Lei nº 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), traz no artigo 32, inciso II, a exigência para o ensino fundamental “a compreensão ambiental natural e social do sistema político, da

tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade. O mesmo documento afirma no artigo 36, § 1º, que os currículos do ensino fundamental e médio “devem abranger, obrigatoriamente, (...) o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil”.

A Lei nº 10.172 de 2001, instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), que dispõe sobre os conteúdos pedagógicos obrigatórios para os currículos no sistema educacional brasileiro, e nele a obrigatoriedade da implantação da educação ambiental no ensino fundamental e médio, e sua operacionalização deve ser multidisciplinar e contínua, de acordo com os PCN's⁷ (BRASIL, 2000).

O Conselho Nacional de Educação (CNE), através das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental, deve inserir a dimensão ambiental nos diferentes cursos de ensino superior, e que na pedagogia e demais cursos da Educação Superior, voltados a formação inicial de professores, as licenciaturas, a educação ambiental seja uma atividade curricular capaz de acrescentar, a tal formação, os conteúdos pertinentes à temática ambiental, assim como de formar profissionais com uma consciência crítica fortalecedora de uma postura ética e política, voltadas para a construção de um projeto de cidadania (SORNBERGER, AMARAL, CARNIATTO, TOBALDINI, NASCIMENTO, 2014).

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) foi criada através da Lei nº 9.795 em 1999, com o objetivo de promover a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, a garantia de democratização das informações ambientais e o incentivo ao exercício da cidadania, por meio da participação individual e coletiva, permanente e responsável. A PNEA veio qualificar e reforçar o direito de todos à educação ambiental através de pontos relevantes presentes em seu conteúdo. Barbieri (2004) destaca a forma como a educação ambiental é entendida nessa lei:

... a educação ambiental é entendida em termos de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a

⁷ Parâmetros Curriculares Nacionais (Ministério da Educação, 2000). São referenciais orientadores para o programa pedagógico das escolas.

conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (art. 1º).

A PNEA afirma em seu art. 2º, que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. De acordo com a PNEA, a educação ambiental deve nortear-se pelos princípios, que estão contidos no capítulo I:

- ✓ Enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- ✓ Concepção do meio ambiente em sua totalidade. Considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e cultural sob o enfoque da sustentabilidade;
- ✓ Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- ✓ A vinculação entre a ética, a educação, trabalho e as práticas sociais;
- ✓ A garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- ✓ A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- ✓ A permanente avaliação crítica.

Na educação formal, em termos de operacionalização e na modalidade de ensino superior, Lipai, Layrargues e Pedro (2007) afirmam que seria vantajosa a criação de disciplina ou atividade que trate da educação ambiental, da legislação e da gestão ambiental incluindo o enfoque de sustentabilidade na formação de profissionais de diferentes áreas. Ainda considerando a PNEA, Lipai, Layrargues e Pedro (2007) comentam que na formação de professores faz-se necessário o reforço do conteúdo pedagógico e político da educação ambiental, considerando interessante a inclusão de disciplina curricular obrigatória com os referidos conteúdos na formação inicial de professores (magistério, pedagogia e licenciaturas).

A Política Nacional de Educação Ambiental representa um marco histórico para o desenvolvimento de ações educativas voltadas para o meio ambiente, por ressaltar a

importância do envolvimento de empresas, instituições de ensino, órgãos públicos e privados e a sociedade como um todo, que passam a ter disposições específicas e obrigações em relação à educação ambiental. No entanto, a adesão e eficácia da lei não estão presentes na “escrita” ou no “papel”. É necessário promover a compreensão do sentido educativo da lei, do seu potencial de transformação de relações sociais, atitudes e valores.

O quadro 3 traz um resumo das políticas públicas voltadas para o meio ambiente e educação ambiental:

Quadro 3 – Resumo das políticas públicas voltadas ao meio ambiente

ANO DE CRIAÇÃO	FATO	OBJETIVO
1965	Código Florestal – Lei nº 4.771 e Lei nº 5.197	Proteger a flora e a fauna brasileira.
1981	Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA – Lei nº 6.938	Preservação e a recuperação da qualidade ambiental, assegurando condições ao desenvolvimento econômico, interesses da segurança nacional e da vida humana. A PNMA diz que a educação ambiental deve ser oferecida em todos os níveis de ensino.
1988	Constituição Federal	Contempla e reforça o direito a educação ambiental no capítulo VI dedicado ao meio ambiente.
1996	Lei de Diretrizes de Bases – Lei nº 9.394	Traz no artigo 32, inciso II, a exigência para o ensino fundamental a compreensão ambiental natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade. Afirma que os currículos dos ensinos fundamental e médio “devem abranger, obrigatoriamente, (...) o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil” (artigo 36, § 1º)
1999	Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA – Lei nº 9.795	Promover a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, a garantia de democratização das informações ambientais e o incentivo ao exercício da cidadania, por meio da participação individual e coletiva, permanente e responsável. Qualifica e reforça o direito de todos à educação ambiental através de pontos relevantes presentes em seu conteúdo.

2001	Plano Nacional de Educação -PNE – Lei nº 10.172	Dispõe sobre os conteúdos pedagógicos obrigatórios para os currículos para o sistema educacional brasileiro, e nele a obrigatoriedade da implantação da educação ambiental no ensino fundamental e médio, e sua operacionalização deve ser multidisciplinar e contínua. O Conselho Nacional de Educação (CNE), através das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental, inseriu dimensão ambiental no ensino superior.
------	---	--

Fonte: Adaptado de Barbieri (2004); Sornberger, Amaral, Carniatto, Tobaldini e Nascimento (2014); Lipai, Layrargues e Pedro (2007).

2.3 A RELAÇÃO ENTRE CURRÍCULO, INTERDISCIPLINARIDADE, TRANSDISCIPLINARIDADE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A realidade atual é composta por diversos problemas advindos dos conflitos humanitários e esgotamento de recursos que se refletem na sociedade de várias formas como a expansão dos problemas sociais, consumo desenfreado, recursos naturais exauridos, problemas econômicos, entre outros. Todos remetem a necessidade urgente de repensar, de rever a forma de relacionamento da sociedade com economia, com a natureza e com a política. Dias (2009) afirma que é cada vez mais frequente a busca por políticas educativas para “resolver” os problemas contemporâneos da sociedade.

A educação ambiental surge como uma estratégia capaz de provocar mudanças nas formas de relacionamento social, relacionamento entre o homem e a natureza, com a economia, com a ciência, e com a política. Tais mudanças fariam com que os atores sociais desenvolvessem um outro perfil, tornando-se sujeitos mais críticos e reflexivos, capazes de atuar na complexa realidade socioambiental, contemplando sua pluralidade de aspectos (DIAS, 2009). Trata-se de um processo difícil, pois a prática da mesma leva a mudanças de valores, de conceitos, de ruptura com o cenário dos dias atuais. Oliveira (2005) destaca que a educação ambiental é um processo de aprendizagem longo e contínuo que busca formar e desenvolver atitudes racionais e responsáveis na perspectiva de criar um modelo de relacionamento entre homem e meio ambiente.

Para Santos e Santos (2016), as instituições de ensino são os maiores campos de atuação da educação ambiental, pois são lugares onde se podem criar condições e alternativas que estimulem os alunos a terem concepções e posturas cidadãs, cientes de suas responsabilidades como integrantes do meio ambiente. Por se tratar de um tema novo, a educação ambiental tem encontrado dificuldades para ser inserida nos currículos escolares, talvez por se tratar de uma ação educativa de natureza permanente e contínua.

É comum a educação ambiental ser abordada nas instituições de ensino através da promoção de eventos como palestras ou seminários que tratam da temática ambiental, como atividades extraclasse., deixando clara a fragmentação de conhecimentos que incluem questões éticas e epistemológicas capazes de consolidar a formação dos estudantes. Com relação a isso, Locatelli e Hendges (2008) apontam que:

o modelo de educação vigente nas escolas e universidades responde a posturas derivadas do paradigma positivista e da pedagogia tecnicista que postulam um sistema de ensino fragmentado em disciplinas, o que se constitui um empecilho para a implementação de modelos de educação ambiental, integrados e interdisciplinares, que se utilizem dos meios midiáticos ou em possibilidades. (p.232)

Nessa discussão, o currículo surge como um elemento relevante na abordagem da educação ambiental e pode ter o papel de “vilão” ou “mocinho”, dependendo de como é trabalhado. A palavra currículo origina-se do latim *curriculum*, e o seu conceito, em português, assume dois sentidos, segundo Sacristán (2013): por um lado, refere-se ao percurso da vida profissional (*curriculum vitae*), e por outro lado, tem o sentido de constituir a carreira do estudante, os conteúdos desse percurso, a organização daquilo que o aluno deverá aprender e a ordem em que deve fazê-lo.

Determinar os conteúdos que serão abordados, o estabelecimento de tipos de exigências para o alcance de graus sucessivos e os níveis de exigência para alcançá-los é determinação do currículo, o que lhe confere um poder de regulação.

Esse poder regulador ocorre – é exercido – sobre uma série de aspectos estruturantes, os quais, juntos com os efeitos que são provocados por

outro elementos e agentes, impõem suas determinações sobre os elementos estruturados: elementos que são afetados. Por exemplo, sobre quando se aprende que conhecimentos são adquiridos, que atividades são possíveis, que processos são desencadeados e que valor eles têm, o ritmo e a sequência da progressão do ensino e da aprendizagem, o modelo do indivíduo normal, etc. (SACRISTÁN, 2013, p.20).

É certo que para promover a educação ambiental na educação formal, o currículo tem um papel relevante. No entanto, existe a necessidade de concepção de um currículo onde a temática ambiental seja abordada de forma interdisciplinar, valorizando os variados pontos de vista de outras áreas de conhecimento com o intuito de encontrar possíveis soluções para os problemas ambientais. A integração da temática ambiental passa pelos princípios da interdisciplinaridade: a espera, a humildade, o respeito e o desapego, que segundo Guevara e Teles (2014), podem facilitar esse processo visto ser uma tarefa complexa e delicada, que exige cuidado na quebra de paradigmas, ao analisar-se modelos fragmentados de projetos curriculares. A interdisciplinaridade tem sido considerada uma exigência da própria natureza do conhecimento disciplinar e, além disso, também é apontada como necessária para a compreensão da natureza complexa da realidade (FAZENDA, 2012).

A interdisciplinaridade demanda um esforço coletivo com planejamento. As Diretrizes Curriculares do Ensino Superior preconizam um ensino que garanta uma formação profissional fundamentada na competência teórico-prática, de acordo com o perfil de um formando adaptável às novas e emergentes demandas (Brasil, 2015). A interdisciplinaridade tem um papel relevante na formação do indivíduo que será capaz de se adaptar às mudanças contínuas da realidade, desde que lhe sejam oferecidas as condições adequadas para isso.

... Se a realidade é complexa, ela requer um pensamento abrangente, multidimensional, capaz de compreender a complexidade do real e construir um conhecimento que leve em consideração essa mesma amplitude (MORAES, 2002, p.30).

A interdisciplinaridade, segundo Thiesen (2008), surge na segunda metade do século passado, em resposta a uma necessidade verificada nos campos das ciências

humanas e da educação: superar a fragmentação e caráter da especialização do conhecimento causadas por uma tendência positivista em cujas raízes estão o empirismo, o mecanicismo científico do início da modernidade. Nos dias atuais, a interdisciplinaridade tem se baseado na ética e na antropologia, concomitantemente, há o surgimento de projetos que requerem a visão interdisciplinar em relação aos currículos e o ensino.

Em termos conceituais, Thiesen (2008) afirma que a interdisciplinaridade será sempre uma reação alternativa à abordagem disciplinar normalizadora, no ensino ou na pesquisa, dos diversos objetos de estudo. A interdisciplinaridade surge nas discussões quando há a intenção de superar o embate entre a fragmentação de conhecimentos e a resistência sobre a compartimentação do saber.

A interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto. A interdisciplinaridade visa à recuperação da unidade humana pela passagem de uma subjetividade para uma intersubjetividade, e assim sendo, recupera a ideia primeira cultura (formação do homem total), o papel da escola (formação do homem inserido em sua realidade) e o papel do homem (agente das mudanças do mundo). (JAPIASSU, 1976, p.55)

A maior característica da interdisciplinaridade é a troca de conhecimentos dos especialistas e a integração das disciplinas num mesmo projeto. Para tanto, faz-se necessária a fecundação recíproca das disciplinas, que conforme atesta Thiesen (2008), para que ocorra é imprescindível a complementaridade dos métodos, dos conceitos, das estruturas e dos axiomas sobre os quais se fundam as práticas pedagógicas das disciplinas científicas.

Ao integrar conhecimentos com liberdade para a pesquisa, tanto os alunos quanto professores desenvolvem melhor suas habilidades mentais, desenvolvem novos olhares para o mundo e suas complexas relações e problemas. A fragmentação do conhecimento praticada no ambiente escolar ou universitário sofre estremecimentos quando o sujeito se depara com a realidade do mundo, ou seja, quando ele percebe que

os problemas requerem soluções integradas para serem solucionados, ou ainda, quando ele percebe a complexidade do outro indivíduo.

O encontro com a realidade demanda a necessidade de um conhecimento que vai além daquele promovido pela interdisciplinaridade. Segundo Morin (2014), a interdisciplinaridade controla tanto as disciplinas como a ONU controla as nações. Cada disciplina pretende, primeiro, fazer reconhecer sua soberania territorial, e, à custa de algumas magras trocas, as fronteiras confirmam-se em vez de desmoronar. Os estudos e pesquisas sobre transdisciplinaridade antecedem os da interdisciplinaridade (FAZENDA, 2008). A história da ciência é percorrida por grandes unificações transdisciplinares marcadas com os nomes de Newton, Einstein, o resplendor de filosofias subjacentes, como o empirismo, o positivismo e o pragmatismo, ou de imperialismos teóricos, como o marxismo e o freudismo, de acordo com Morin (2014).

A transdisciplinaridade vai além do encontro das disciplinas. É o produto social que surge a partir da compreensão do conhecimento integrado. É como se fosse o produto gerado pela interdisciplinaridade. A comunicação entre as ciências desenvolverá a ciência transdisciplinar, capaz de romper com o paradigma da redução/separação, aquele que, segundo Morin (2014), é insuficiente e mutilante. A ciência transdisciplinar é capaz de estabelecer um outro padrão, que ao tempo em que separa também associa, que conceba os níveis de emergência da realidade sem os reduzir às unidades elementares e às leis gerais (Morin, 2014).

Nesse sentido, Barbieri (2004) ressalta que a transdisciplinaridade é uma estratégia que busca teorias e métodos comuns às disciplinas num nível mais elevado de integração. Trata-se de um ir além do tratamento teórico de um tema ou objeto, destaca Coimbra (2000). Ao refletir sobre os conceitos de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, este último seria a etapa superior de integração entre as disciplinas, conforme ressalta Coimbra (2000).

De acordo com Mathias (2011) as visões de ensino se constituem conforme o quadro 4.

Quadro 4: Confrontação dos termos interdisciplinaridade e transdisciplinaridade

TERMOS	SISTEMÁTICA	COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO
Interdisciplinaridade	Sistema de dois níveis e de objetivo múltiplos	Cooperação procedendo do nível superior
Transdisciplinaridade	Sistema de níveis e de objetivo múltiplos	Coordenação com vistas a uma finalidade comum dos sistemas

Fonte: Adaptado a partir de Frade (2017)

Tanto a interdisciplinaridade quanto a transdisciplinaridade se traduzem num verdadeiro desafio para a educação ambiental. No entanto, considerando que a temática ambiental apresenta vários aspectos que devem ser considerados na sua inserção no currículo, é interessante que seja inserida de forma interdisciplinar, agregando vários saberes, oportunizando a elaboração de perspectivas criativas e participativas para convivência salutar com o meio ambiente, assim como, para a solução dos problemas ambientais, com o intuito de alcançar um objetivo mais ambicioso, que é a prática da transdisciplinaridade.

O problema, de acordo com Locatelli e Hendges (2008), reflete-se quando da concepção de meio ambiente e da percepção ambiental desenvolvida no atual sistema capitalista no qual estamos inseridos, ou seja, os interesses do capital e as ações governamentais se encarregam de otimizar o que é necessário para um momento ou fim específico, lançando mão da mídia para promover argumentações distorcidas e alienadas sobre preservação ambiental, onde a natureza e o homem estão em lados opostos, além de colocar o ser humano como uma espécie superior as demais espécies do meio.

Reigota (1991) classifica essa visão como antropocêntrica, aquela em que o homem é o centro do universo e a natureza serve apenas para sua sobrevivência fornecendo matérias-primas. Uma visão que separe o sujeito do seu campo de atuação, de relações, onde se identifica uma verdadeira desconstrução do sistema natural e social. Entretanto, fazemos parte de um sistema interligado, onde estão presentes as relações com sistemas compostos por células minúsculas, assim como estão também

presentes as relações sociais e comportamentais, e todas elas precisam estar conectadas e entrelaçadas para que façam sentido.

Locatelli e Hendges (2008) afirmam que a educação do futuro exige um esforço transdisciplinar que seja capaz de rejuntar ciências e humanidades e romper com a oposição entre natureza e cultura. A educação precisa, de forma urgente, garantir seus espaços com o intuito de perceber, apreciar e valorizar a diversidade da natureza e da sociedade, possibilitando a adoção de postura respeitosa a todas as formas de patrimônio natural, étnico e cultural.

A educação ambiental exige a comunhão da teoria e da prática, pois é necessário desenvolver uma visão holística dos problemas ambientais fomentados pela modernidade, na prática, e assim como é imprescindível desenvolver a compreensão e agir adotando a abordagem sistêmica que trata das inter-relações entre os aspectos naturais, econômicos e culturais que compõem o ambiente (LOCATELLI E HENDGES, 2008, p.237)

Em relação à educação ambiental, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são capazes de promover a inclusão de práticas que envolvem questões relacionadas à temática ambiental em todas as áreas de conhecimento, principalmente no ensino superior, uma vez que podem promover uma mudança de valores com resultados efetivos aplicados no dia a dia. A educação ambiental demanda um currículo onde as abordagens interdisciplinares e transdisciplinares se façam presentes, pois, por consequência, o estudante terá oportunidade de penetrar na dinâmica do conceito e desenvolver sua consciência crítica com vistas a mudança de valores em relação à sua consciência ambiental.

2.4 A FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Assim como a adoção de práticas interdisciplinares no processo de aprendizagem em todos os níveis de ensino, a formação docente também se constitui num desafio para a prática da educação ambiental. À vista disso, Pimenta (2012) ressalta que o professor é o sujeito capaz de levar a informação ao aluno, transformando-as em conhecimento.

É o professor quem vai mostrar ao aluno, que conhecer significa estar consciente do poder do conhecimento para a produção da vida material, social e existencial da humanidade.

No espectro das funções universitárias, consideramos que a formação de professores merece atenção especial, porque os profissionais de educação têm possibilidades de desenvolver a capacidade intelectual de aprendizagem dos estudantes (BOER E SCRLOT, 2011, p.47)

Em relação à educação ambiental, a formação docente pode ser analisada através de dois pontos de vista: a técnica para trabalhar a interdisciplinaridade e a presença da temática ambiental em sua formação inicial ou contínua.

Sobre a interdisciplinaridade, Leff (2001) afirma que a cidadania ambiental está relacionada a um saber ambiental que exige uma postura interdisciplinar diante do contexto. Boer e Scrot (2011), sublinham que a interdisciplinaridade, proposta pelo saber ambiental, implica a integração de processos naturais e sociais de diferentes ordens de materialidade e esferas de racionalidade.

Augusto e Caldeira (2007) e Rivarossa de Polop (1999) elencam aos principais obstáculos para implantação da interdisciplinaridade em sala de aula:

- ✓ Formação muito específica dos docentes, que não são preparados na universidade para trabalhar de forma interdisciplinar;
- ✓ Distância de linguagem, perspectivas e métodos entre as disciplinas;
- ✓ Ausência de espaços e tempos nas instituições para refletir, avaliar e implantar inovações educativas.

Folmer, Junior e Puntel (2015), indicam que a formação disciplinar propicia a aprendizagem de saberes fragmentados e que muitos professores sequer compreendem o que é a interdisciplinaridade no ensino. Existe ainda a cultura egoísta de que cada professor sabe apenas de sua disciplina, de acordo com Prestes e Silva (2009), os docentes seguem os conteúdos programáticos linearmente, sem contextualizá-los ou trabalhar por projetos interdisciplinares.

Apesar dos benefícios da abordagem interdisciplinar, as IES encontram dificuldades para sua implementação. A abertura da instituição para uma prática nova é uma delas, pois existe um certo conservadorismo das mesmas. Existem problemas como as condições de trabalho que podem dificultar os estudos e planejamentos pedagógicos, como a realização das pesquisas, a elaboração de projetos de extensão, que são necessários na adoção da prática interdisciplinar.

Soma-se a isso a ausência da formação interdisciplinar dos professores, consequência dos currículos fragmentados oferecidos nas universidades, e alegam Augusto e Caldeira (2007), a falta de conhecimento dos docentes de conteúdos de outras disciplinas, o desinteresse dos alunos e os problemas das instituições. A inabilidade dos professores em relação a interdisciplinaridade também é fruto das condições de trabalho dos docentes, tais como as grandes jornadas e baixos salários, conforme ressalta Trindade (2004).

As condições de trabalho docente e a formação de professores surgem como os maiores obstáculos para a aplicação de práticas interdisciplinares. Em relação ao primeiro obstáculo, Shaw *et al.* (2017) afirmam que a solução depende de políticas públicas que promovam a valorização do professor, porém, é possível considerar que a interdisciplinaridade encontra os mesmos obstáculos para ser desenvolvida nas instituições de ensino superior de natureza privada, onde as políticas públicas devem se harmonizar com iniciativas internas de valorização do trabalho docente.

Com relação ao segundo obstáculo, Shaw *et al.* (2017) observa que a própria universidade não está preparada para formar professores que trabalhem de forma interdisciplinar, algo que pode ser justificado pela distância entre as universidades e a realidade, a sociedade.

No tocante a inserção da temática ambiental na formação docente, seja na inicial ou continuada, é um ponto de relevância e merece atenção. De acordo com a Lei 9.795/99, no Art. 11, que implementa a Política Nacional de Educação Ambiental, a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas (BRASIL, 1999). No entanto, apensar da lei representar o reconhecimento da importância da educação ambiental na formação de

professores, na prática, a inclusão da dimensão ambiental nas matrizes curriculares dos cursos superiores está longe de ser alcançada, segundo Boer e Scriot (2011).

A educação ambiental, segundo Carvalho (2006), traz consigo uma nova pedagogia que surge da necessidade de orientar a educação dentro de um contexto social e da realidade ecológica e cultural onde se situam os sujeitos e atores do processo educativo. Essa colocação abre duas perspectivas, segundo Boer e Scriot (2011), a primeira mostra a necessidade de formar consciências, saberes e responsabilidade que vão sendo moldados a partir não só da experiência concreta com o meio físico e social; a segunda perspectiva mostra ser necessária a busca por soluções de problemas ambientais locais, o que possibilita questionar a tendência da adoção de concepções homogêneas da realidade.

Conforme Leff (2001), o saber ambiental estabelece uma relação entre realidade e conhecimento, onde se fundiram os valores morais, os saberes culturais e o conhecimento científico da natureza na construção de uma nova racionalidade social. Ele reitera que o saber ambiental é capaz de transformar o conhecimento para construir uma nova ordem social e a aprendizagem exerce importante papel, pois a partir dela que o indivíduo avança em seu desenvolvimento.

Para transformar a realidade, a educação ambiental demanda o conhecimento dos problemas socioambientais emergentes que provoquem a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões. Esse processo requer discussões e reflexões sobre política, cultura e ética. A inserção da temática ambiental como disciplina optativa na formação docente, por exemplo, é insuficiente no sentido de levar os alunos a saírem dos cursos sem terem visto a educação ambiental como estudo, segundo Boer e Scriot (2011).

Existe a necessidade improtelável de incluir na formação inicial ou continuada dos docentes, estudos que tratem dos fundamentos históricos e epistemológicos da educação ambiental, para que os professores possam entender que a educação ambiental não tem a ver somente com a preservação dos recursos naturais. Tem a ver com uma perspectiva de ensino voltada para a formação de valores e de ação participativa, como ressaltam Boer e Scriot (2011).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As discussões acerca da temática ambiental estão presentes nos meios de comunicação assim como no dia a dia das pessoas. Debates acerca da escassez dos recursos naturais e suas consequências para a qualidade de vida das pessoas, para os sistemas econômicos e suas questões políticas devem fazer parte dos espaços formais de educação através da educação ambiental. Porém, a realidade das instituições de ensino mostra que nem sempre isso acontece a contento.

Na presente pesquisa, a trajetória para examinar as discussões e práticas pedagógicas referentes às questões ambientais está representado nas características que compõem o quadro metodológico da pesquisa qualitativa. Tal metodologia foi a forma mais coerente de coletar e analisar dados. Dentre outras características, a pesquisa qualitativa aproxima o pesquisador com a situação estudada.

A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p.58).

Através da pesquisa qualitativa pode-se perceber e entender o significado que as pessoas dão as coisas e a vida, portanto o pesquisador passa a ver todos os pontos de vista como importantes. Segundo Godoy (1995), esse tipo de pesquisa ilumina e esclarece o dinamismo interno das situações. A educação ambiental é um tema de grande relevância para a manutenção da vida na terra, por isso e por sua complexidade, justifica-se a escolha dessa modalidade de pesquisa para o presente trabalho.

Apesar da adoção da abordagem qualitativa, os dados quantitativos também fazem parte da pesquisa, uma vez que são complementares. Godoy (1995) salienta que:

As duas abordagens se complementam e se caracterizam como um esforço cuidadoso para a descoberta de novas informações ou relações e para a verificação e ampliação do conhecimento existente.(p.58)

O delineamento escolhido para a pesquisa foi o estudo de caso, assim definido:

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado (GIL, 1999, p.60)

Yin (1981) destaca que o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.

Segundo Becker (1997), o estudo de caso tem propósito duplo: chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo e tentar devolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estruturas sociais. Nas ciências sociais, essa estratégia de pesquisa está mais direcionada a estudos de grupos ou comunidades.

O estudo de caso pode ser utilizado em pesquisa com diferentes destinações, tais como:

- ✓ Explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- ✓ Descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- ✓ Explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

Yin (2005) alega que o estudo de caso é a estratégia escolhida para um melhor exame dos acontecimentos contemporâneos, com o intuito de entender fenômenos sociais complexos, proporcionando a retenção da perspectiva holística e do mundo real.

Na atualidade, a educação ambiental é um tema de relevância ímpar, por essa razão a escolha pelo estudo de caso é pertinente.

3.1 MÉTODOS UTILIZADOS

Para realização desta pesquisa, foram empregadas como procedimentos a coleta de dados através da pesquisa bibliográfica, a análise documental, a aplicação de questionários e entrevista estruturada.

Inicialmente a pesquisa bibliográfica se esculpiu como a primeira ação da pesquisa, possibilitando a identificação e o reconhecimento do material elaborado, produzido sobre o tema a ser aprofundado, que foi composto por livros, teses, dissertações e artigos científicos.

A análise documental também foi contemplada neste trabalho através de informações apresentadas em documentos oficiais como os projetos pedagógicos dos cursos, a proposta curricular, assim como as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental. Gil (1999) ressalta que durante a análise documental, o pesquisador deve estar atento às fontes adequadas, pois estes documentos irão permitir a obtenção de dados significativos para os objetivos da pesquisa.

Posteriormente, foram aplicados os instrumentos de coleta de dados aos sujeitos da pesquisa: alunos, professores e coordenadores dos cursos de graduação da Facape. Em relação aos alunos, a pesquisa foi realizada com amostra aleatória de 167 estudantes dos cursos de Direito, Administração, Serviço Social, Ciências Contábeis, Economia, Ciência da Computação e Gestão da Tecnologia da Informação.

No tocante aos professores, a pesquisa também foi realizada com amostra aleatória de 47 docentes, de diversas áreas de conhecimento, que ministram aulas nos cursos de graduação da instituição. Tanto os alunos quanto os professores responderam questionários como instrumento de coleta de dados, sendo que os estudantes responderam às perguntas em material impresso, e os professores receberam seus questionamentos através da ferramenta *Google Forms*⁸ (enviado e respondido por *email*).

⁸ Editor de formulários pertencente ao Google.

Pode-se definir questionário como uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc. (GIL, 1999, p.80)

O questionário aplicado aos alunos foi composto por dezoito perguntas fechadas e uma pergunta aberta. As perguntas visaram conhecer a perspectiva dos estudantes em relação à educação ambiental, se a temática ambiental está presente em sala de aula, se o aluno tem a pretensão de estudar o tema em sala de aula, assim como o perfil do aluno em relação à faixa etária e ao conhecimento do projeto pedagógico do seu curso. Para as perguntas fechadas foi adotada a escala *Likert*, que permite conhecer o grau de conformidade do entrevistado em qualquer afirmação proposta.

Os questionários aplicados aos professores tinham o intuito de averiguar a percepção dos docentes em relação a educação ambiental, assim como verificar as ações voltadas a educação ambiental que os mesmos desenvolvem em sala de aula ou fora dela, no caso de projetos de pesquisa ou extensão. O perfil do docente também foi contemplado. O instrumento continha treze perguntas, sendo onze fechadas, e como opção de respostas foi adotada a escala *Likert*, e duas perguntas abertas. Foram respondidos 47 questionários.

Com coordenadores dos cursos, foi realizada uma entrevista estruturada, que segundo Boni e Quaresma (2005), é aquela onde as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir a elas. A entrevista contemplou questões sobre quantidade de alunos do curso, coerência entre o projeto pedagógico dos cursos e as ações dos mesmos, o entendimento de educação ambiental por parte do curso, existência ou inexistência de práticas interdisciplinares ou transdisciplinares, dificuldade para abordar a temática ambiental no curso, etc. Foram entrevistados os oito coordenadores dos cursos de graduação da faculdade. Foram catorze perguntas abertas.

Para análise dos resultados foi empregada a estatística indutiva, que se baseia em resultados da análise da amostra para avaliar o comportamento da população

estudada. As questões abertas dos questionários e das entrevistas serão analisadas por meio da análise de conteúdo de Bardin.

3.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO DE BARDIN

A análise de conteúdo é uma das técnicas de interpretação ou tratamento dos dados em uma pesquisa qualitativa fundamentado no método da *Laurence Bardin*⁹. A análise de conteúdo foi sistematizada no início do século XX, atuando com materiais jornalísticos. Sua aplicação foi intensificada entre 1940 e 1960, porém somente em 1977, foi publicada a obra “*Analyse de Contenu*”, de Bardin, na qual o método foi configurado nos detalhes que servem de orientação atualmente, segundo Câmara (2013).

Para Bardin (2011), a expressão análise de conteúdo se define como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção /recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (p.25)

Trata-se de um método aplicável nos mais variados discursos e formas de comunicação. O pesquisador procura entender as características, os modelos ou estruturas contidas nos elementos das mensagens pesquisadas. De acordo com Câmara (2013), o esforço do analista é duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal e desviar o olhar, buscando outra significação, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira.

Koehler (2014) ressalta que a análise de conteúdo pode ser trabalhada a partir de duas formas: a análise frequencial, que consiste em verificar a ocorrência de uma mesma palavra ou característica que se repete no conteúdo do texto. Neste caso, inexiste a preocupação se tal palavra ou característica apresenta o mesmo sentido ou não, esta análise termina com definições numéricas a partir de tratamentos estatísticos. Numa

⁹ Professora da Universidade de Paris V.

análise por categorias, o pesquisador busca encontrar significações que são acepções através de indicadores tais como uma ideia, um objetivo ou uma hipótese caso esteja determinada pelo pesquisador, segundo Koehler (2014).

Bardin (2016) aponta que as diferentes fases da análise de conteúdo, tal como inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em três fases:

- ✓ A pré-análise → trata-se da fase inicial do método, da organização propriamente dita, segundo Bardin (2016), é um período rico de intuições, mas que tem por objetivo a sistematização das ideias iniciais, conduzindo a um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Bardin (2016) salienta que essa primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos que serão analisados, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que vão fundamentar a interpretação final.
- ✓ A exploração do material → nesse segundo momento, é onde ocorre a aplicação sistemática das decisões tomadas anteriormente. Consiste em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função das regras preliminarmente elaboradas.
- ✓ Categorização → é a última etapa do método, onde as informações são codificadas por categorias. Consiste numa operação de classificação de elementos de um conjunto por diferenciação, seguido de reagrupamento por similaridade de acordo com critérios previamente te definidos.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A pesquisa realizada com os alunos gerou o artigo científico que foi submetido e aceito para publicação. O artigo intitulado “A percepção ambiental dos alunos nos cursos de bacharelado de uma IES do município de Petrolina-PE”, foi aceito e publicado pela Revista de Educação do Vale do São Francisco REVASF/UNIVASF (ISSN: 2177-8183), V.7, N.º 13, p. 33-56. Este periódico pertence ao Grupo de Pesquisa em Educação e Desenvolvimento da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF.

O trabalho supracitado será apresentado a seguir. Na sequência, serão expostos os outros resultados da pesquisa, que ainda, não foram publicados.

**4.1 ARTIGO DA REVISTA DE EDUCAÇÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO –
REVASF/UNIVASF V.7, N.º 13, p. 33-56.**

**A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS ALUNOS NOS CURSOS DE BACHARELADO DE
UMA IES DO MUNICÍPIO DE PETROLINA-PE**

***THE ENVIRONMENTAL PERCEPTION OF STUDENTS IN THE COURSES OF
BACHARELADO OF AN IES OF THE MUNICIPALITY OF PETROLINA-PE***

RESUMO

A temática ambiental está presente em todos os aspectos do cotidiano das pessoas, das empresas, dos governos de todos os países. Trata-se de uma necessidade, visto que não há mais como ignorar as relações de troca entre o meio ambiente e o indivíduo. Com tamanha relevância, esse tema deve se fazer presente nos ambientes educacionais, seja ele formal, informal ou não formal. Nesse contexto, o presente artigo tem o objetivo de analisar e discutir a percepção ambiental dos estudantes dos cursos de bacharelado da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais da cidade de Petrolina, no Estado de Pernambuco – FACAPE. Trata-se de um estudo inicial, uma vez que aborda a percepção de apenas um dos lados da relação discente/docente/instituição no que concerne à forma de abordagem da temática ambiental em sala de aula. Como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário, distribuído pessoalmente com uma amostra aleatória de alunos matriculados nos cursos da faculdade. Como resultado preliminar do estudo, observou-se que os alunos possuem percepção ambiental confusa e equivocada, fruto de conhecimento fragmentado, adotado pela instituição. Por essa razão, os mesmos apresentam o desejo de terem a educação ambiental presente na abordagem dos mais diversos componentes curriculares de seus cursos.

Palavras-chave: Ambiente. Educação Ambiental. Conhecimento.

ABSTRACT

The environmental theme is present in all aspects of the daily lives of people, companies and governments of all countries. This is a necessity, since there is no longer any way to ignore the exchange relations between the environment and the individual. With such relevance, this theme must be present in educational environments, be it formal, informal or non-formal. In this context, the present article has the objective of analyzing and discussing the environmental perception of the students of the baccalaureate courses of the Faculty of Applied and Social Sciences of the city of Petrolina, State of Pernambuco - FACAPE. This is an initial study, since it addresses the perception of only one side of the student / teacher / institution relationship regarding the approach to the environmental theme in the classroom. As a research instrument a questionnaire was used, distributed in person with a random sample of students enrolled in college courses. As a preliminary result of the study, it was observed that students have confused and mistaken environmental perception, the result of fragmented knowledge, adopted by the institution. For this reason, they present the desire to have environmental education present in the approach of the most diverse curricular components of their courses.

Keywords: Environment. Environmental Education. Knowledge.

INTRODUÇÃO

O surgimento da espécie humana é considerado marco inicial da degradação ambiental na Terra, pois, sendo capaz de raciocinar, de exercer o poder de abstração, o ser humano promove mudanças no meio em que vive, com a finalidade de torná-lo adequado às necessidades de sobrevivência e também dos seus desejos. Segundo Mucci (2014), de fato não há, nos dias de hoje, regiões da Terra em que o homem não possa habitar.

Uma vez dotado de muitas habilidades, dentre elas, o juízo e raciocínio, o homem promoveu, ao longo do tempo, elevações na taxa de crescimento populacional do planeta e, em consequência disso, o aumento das necessidades básicas do contingente humano. Mucci (2014) afirma que, em 2025, a estimativa da população mundial será de dez bilhões de habitantes. O desafio é atender as inúmeras demandas sociais dessa população.

Com o passar do tempo, os povos estabeleceram seus modos de produção de maneira a atender suas necessidades e isso os levou a construir seus relacionamentos com a sociedade e a natureza. Nesse contexto, o desenvolvimento seria o rompimento com as formas mais rudimentares de cultivar essas relações, a superação de tais formas, culminando com a substituição das mesmas por outras mais eficazes ou mais apropriadas. As novas formas de produção passam a exigir o uso e o emprego de recursos naturais, como água, por exemplo. O uso intensivo desse tipo de recurso vem provocando, ao longo do tempo, sérios danos ao ambiente, tornando-o incapaz de atender às necessidades humanas. A Revolução Industrial marca o início de mudanças nos aspectos econômicos, políticos, sociais e comportamentais. Nesse período, a natureza passou a ser, com mais intensidade, subordinada às vontades e necessidades do homem e muito em função do avanço técnico-científico.

As novas práticas do homem e os novos olhares para o mundo em sua volta levaram à incorporação das variáveis ambientais às variáveis econômicas. Tal união acontece quando o mundo percebe que os problemas socioeconômicos, políticos e culturais têm relação próxima com os problemas ambientais. A partir daí, há uma espécie de ruptura com o sistema econômico vigente e surge uma nova forma de desenvolvimento: o sustentável. O desenvolvimento sustentável é aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras de prover suas próprias necessidades (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

A base desse novo conceito é composta pelo equilíbrio entre os aspectos social, ecológico e econômico. A compreensão e aplicação desse novo olhar para o desenvolvimento, com vistas a minimizar os impactos negativos causados ao ambiente e ao homem por um sistema econômico capitalista conservador, requer grande esforço da sociedade. O melhor caminho para isto é voltar a atenção para um de seus pilares: o social. A ferramenta principal para reverter a situação e promover o desenvolvimento sustentável é o conhecimento, a educação. A educação em todos os sentidos, mas com foco específico, uma vez que é preciso sensibilizar e dotar a sociedade de uma consciência mais crítica em relação às questões ambientais.

O pensamento sistêmico de Capra (2006) leva a perceber que a educação ambiental é o caminho para atingir uma nova mentalidade da sociedade. Nessa perspectiva de sociedade, o sujeito é valorizado pela ética, na busca dos resultados positivos consequentes da relação do sistema econômico global com todos os setores da sociedade, sem prejuízo ao ambiente natural.

O presente artigo tem como intenção analisar a forma como os alunos se relacionam com a temática ambiental e qual a percepção formada a partir dessa relação. O objetivo geral do artigo consiste em identificar como as questões ambientais são abordadas nas aulas, do ponto de vista dos estudantes.

A Educação Ambiental

O objetivo da educação ambiental, por si só, remete a tratar da mudança de valores e quebra de paradigmas. Dessa forma, visa formar e preparar cidadãos para reflexão crítica e ação social corretiva ou transformadora do sistema, de forma a tornar viável o desenvolvimento integral dos seres humanos (PELICIONI; JUNIOR, 2014). Ela (a Educação Ambiental) é capaz de preparar o indivíduo para exercer a cidadania por meio de participações ativas, tanto individuais quanto coletivas, levando em conta os processos políticos, sociais, econômicos e culturais, capazes de influenciar a consciência cidadã.

Dornfeld (2013) ressalta que para surtir o efeito desejável na construção de sociedades sustentáveis, as estratégias de enfrentamento da problemática ambiental precisam manter articulação coordenada entre todos os tipos de intervenção ambiental direta, incluindo as ações em educação ambiental.

A educação ambiental voltada para o desenvolvimento da consciência crítica deve considerar os interesses dos historicamente excluídos, incluindo no processo as classes populares.

As mudanças devem buscar a melhoria da qualidade de vida para todos os seres vivos. Para Freire (1992), o conhecimento mais crítico da realidade adquirido através de seu desvelamento, não opera, por si só, a mudança da realidade. Ao desvelá-la, contudo, dá-se um passo para superá-la desde que se engajem na luta política pela transformação das condições concretas em que se dá a opressão.

Nesse sentido, a *práxis* pedagógica tem relevante papel, pois, na visão de Guimarães (2000), como dimensão pedagógica, se constituirá como ação criativa sobre as relações de dominação vigentes num modelo de produção de miséria social e da miséria ambiental responsáveis pela crise planetária da atualidade.

A Percepção Ambiental

A busca por conhecimento amplia o olhar do indivíduo e desperta maior sensibilidade em relação aos acontecimentos que ocorrem em sua volta. Nessa jornada, pode se considerar como elementos de construção do conhecimento: as experiências individuais, contatos adquiridos ao longo do tempo, a visita a lugares novos, etc. A percepção também é um desses elementos, contudo, será sempre interpretada de forma diferente, de forma singular, diante de realidades diferentes. Reghin (2002) afirma que ao mesmo tempo que se considera que a própria vivência tende a formar indivíduos com escolhas e comportamentos padronizados e diversos, é preciso considerar também que, por fazerem parte de um mesmo grupo, inseridos num mesmo meio, podem desenvolver comportamentos e percepções padronizadas.

Percepção é definida por Dorin (1984) como o processo pelo qual o indivíduo toma consciência imediata dos fatos e objetos, das relações em determinado contexto. Trata-se de interpretação pessoal que envolve a interligação entre sensações, motivação, cognição, avaliação e formação de conduta. Ao aplicar o conceito de percepção no contexto ambiental, torna-se relevante o estudo que relaciona a percepção ambiental com as experiências do indivíduo, tendo em vista que os problemas ambientais também são problemas humanos.

A partir desse ponto, pode se avaliar o cenário que está posto em relação à percepção como uma espécie de diagnóstico que servirá de ponto de partida para a reflexão em torno de que planeta ficará para o futuro, que educação será deixada, que tipo de profissionais serão apresentados ao mundo do trabalho. Pensando assim, educadores ambientais sinalizam a percepção ambiental

como passo inicial para o entendimento das expectativas, interesses, visões de um grupo, na perspectiva de traçar projetos mais eficazes (REIGOTA, 2002).

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada com alunos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Economia, Comércio Exterior, Direito, Gestão da Tecnologia da Informação, Ciência da Computação, Serviço Social e Secretariado Executivo da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE. A faculdade é mantida pela Autarquia Educacional do Vale do São Francisco – AEVSF, órgão municipal, fundado há 40 anos, no município de Petrolina, Estado de Pernambuco. Os dados foram coletados por meio da aplicação de questionários durante a Semana Universitária, realizada em 2015.

Os questionários eram compostos por dezoito perguntas fechadas e uma pergunta aberta. As perguntas objetivaram identificar a visão dos estudantes em relação à educação ambiental, se há a presença da temática ambiental em sala de aula, se há interesse do aluno em aprofundar o tema em sala de aula, assim como o perfil do aluno em relação à faixa etária e ao conhecimento do projeto pedagógico do seu curso. Para as perguntas fechadas foi adotada a escala Lickert, que permite conhecer o grau de conformidade do entrevistado em qualquer afirmação proposta.

A pesquisa foi realizada com amostra aleatória de 167 estudantes. Para análise dos resultados foi adotada a estatística indutiva, que se baseia em resultados da análise da amostra para estimar o comportamento da população estudada. A questão aberta foi analisada por meio da análise de conteúdo de Bardin (2006), que consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações com procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Foi utilizada também a aplicação da teoria de ação social, que permite analisar o que as pessoas pensam de acordo com sua concepção sobre determinado assunto ou objeto (SILVA *et al.*, 2005).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A apresentação da interpretação e análise dos dados está agrupada em categorias como perfil do aluno, em que estarão presentes informações como faixa etária, curso em que está matriculado, conhecimento do projeto pedagógico do seu curso e as disciplinas relacionadas à temática ambiental. A categoria seguinte está relacionada com a percepção dos estudantes sobre a abordagem da educação ambiental nos cursos em que estão matriculados.

Perfil acadêmico

Em relação à faixa etária dos alunos participantes, verificou-se que 46,7% possuíam entre 21 e 25 anos; 33,1% têm até 20 anos; cerca de 14,2% possuíam entre 26 e 30 anos; e acima dos 30 anos estão apenas 5,9% dos alunos. Tal fato remete a refletir que a Eco 92¹⁰, através da implantação da Agenda 21¹¹, fez com que as escolas organizassem seus parâmetros curriculares para a inclusão da temática ambiental em seus conteúdos. Supostamente, esse público traz a percepção ambiental da educação básica. Enquanto que os maiores de 30 anos vieram de uma educação que não teve o ambiente natural presente em sua pauta. A agenda 21 Global ressalta que:

O ensino tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade do povo para abordar questões de meio ambiente e desenvolvimento. Ainda que o ensino básico sirva de fundamento para o ensino em matéria de ambiente e desenvolvimento, este último deve ser incorporado como parte essencial do aprendizado. Tanto o ensino formal como o informal são indispensáveis para modificar a atitude das pessoas, para que estas tenham capacidade de avaliar os problemas do desenvolvimento sustentável e abordá-los. O ensino é também fundamental para conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em consonância com o desenvolvimento sustentável e que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisão. (BRASIL, 2017)

¹⁰Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que aconteceu no Rio de Janeiro, Brasil, com a participação de 179 países, cujo objetivo era buscar meios para conciliar o desenvolvimento econômico com os vários ecossistemas do planeta (BRASIL, 2017).

¹¹Programa de ação baseado em documento de 40 capítulos, que pode ser definida como instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (BRASIL, 2017).

Os alunos que se dispuseram a responder o questionário se encontravam matriculados em diferentes cursos oferecidos na FACAPE, sendo a maioria dos cursos de Administração e Ciências Contábeis, conforme demonstra o quadro 1 a seguir.

Quadro 1 –Quantitativo de alunos participantes na pesquisa e Cursos de graduação da FACAPE em que estão matriculados

Curso	Alunos participantes (Quantidade)
Administração	41
Ciências Contábeis	52
Ciência da Computação	22
Direito	20
Economia	15
Gestão da Tecnologia da Informação	11
Serviço Social	5
Secretariado Executivo	1
Total	167

Fonte: Dados levantados no campo da pesquisa

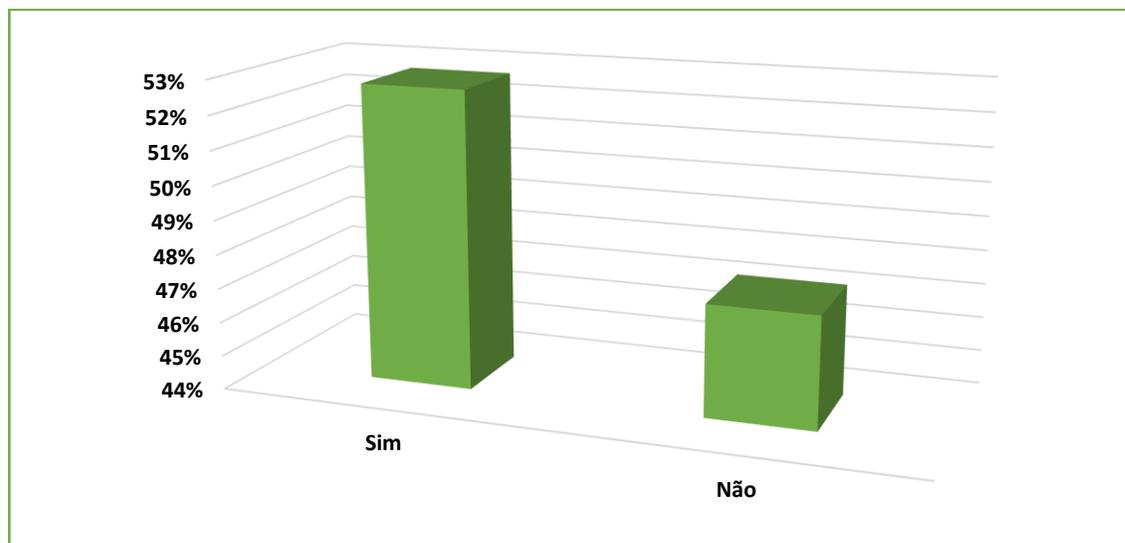
Percebe-se que houve maior adesão dos estudantes de Administração e Ciências Contábeis, uma vez que mais do dobro dos estudantes que responderam ao questionário frequentavam/frequentam esses respectivos cursos. Os demais, cerca de metade, estão matriculados nos cursos de Ciências da Computação e Direito. Aproximadamente um terço estava matriculado em Economia e GTI. A menor parte se concentrava nos cursos de Serviço Social e Secretariado Executivo.

A concentração de um quantitativo maior de estudantes de determinados cursos e menor em outros, significa que durante o evento em que os questionários foram aplicados, as temáticas tinham maior aderência à formação dos administradores e contabilistas. Outro fator que explica a baixa adesão de alunos dos cursos de Secretariado Executivo e Serviço Social para responder ao questionário proposto, é o fato de que o primeiro se encontrava já em processo de extinção na Instituição. O segundo trata-se de um curso recém-implantado, cujos estudantes ainda não estavam totalmente integrados nas dinâmicas formativas da Entidade de Ensino que ocorrem por meio de seminários, encontros, simpósios e outros eventos do gênero.

Partindo do pressuposto de que para argumentar com propriedade e conhecimento de causa sobre a política ambiental da Instituição é importante conhecer a proposta pedagógica de seus

curso. Para isso foi formulada uma pergunta no sentido de revelar se, de fato, os estudantes conhecem o Projeto Pedagógico de seus cursos. As respostas dadas a esse questionamento mostram que 52,8% dos entrevistados afirmaram conhecer o projeto pedagógico de seus cursos; e 42,8% disseram desconhecê-lo, conforme nos mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 1: Percentual de alunos quanto ao conhecimento do PPP do curso em que estão matriculados



Fonte: Dados levantados no campo da pesquisa

Avalia-se que o percentual daqueles que afirmam ter conhecimento sobre o Projeto pedagógico do curso é bastante significativo, supera as expectativas e contraria um discurso recorrente entre os professores, de que os estudantes não possuem tal conhecimento. Vale ressaltar que conhecer o projeto implica, de algum modo, participar da dinâmica de planejamento da Instituição, envolver-se em certo sentido com a definição dos princípios que regem a formação do estudante na Faculdade.

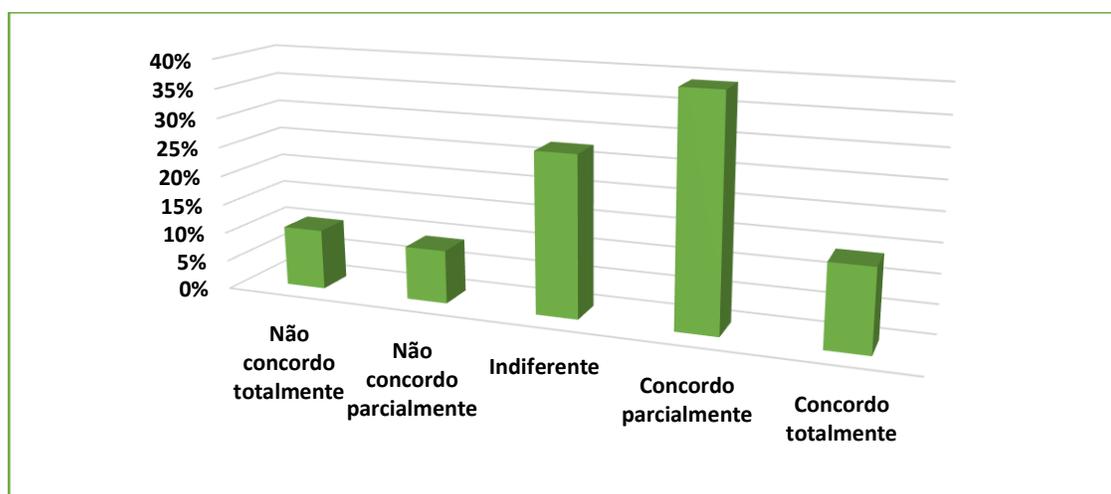
Diante disso, faz-se necessário o aprofundamento da questão com a finalidade de identificar a forma pela qual o aluno toma conhecimento do projeto, situação que não foi contemplada pela pesquisa. Todavia, torna-se interessante confrontar esse resultado com outros obtidos em questionamentos que demandaram um conhecimento mais profundo do projeto e estão expostos no presente artigo.

Segundo Santos (2009), o dicionário associa o projeto à ideia de plano, desígnio, empreendimento; redação provisória de lei. Partindo desse ponto, é possível afirmar que o PPC é, antes de tudo, um planejamento. Planejar de que forma a gestão do curso e docentes irão dialogar com os discentes, assim como o conteúdo e propósito desse diálogo. De acordo com Freire (1992), a dialogicidade não começa quando o docente se encontra com o discente em sala de aula, numa situação pedagógica, mas antes, quando aquele se pergunta em torno do que vai dialogar com estes.

O PPC é um instrumento que remete à mudança, ao rompimento com o que está posto. Santos (2009) salienta que, ao organizar um projeto, planeja-se o que se quer realizar, pois todo projeto é sempre ação consciente voltada à criação de uma realidade futura. É uma oportunidade da instituição/curso rever sua forma de atuar, de formar seus egressos, com o objetivo de construir uma nova realidade. Uma vez conhecendo o PPC, o estudante tem condições de saber com antecedência quais as disciplinas que irá cursar e poderá ter noção de quais valores farão parte da sua formação. Inclusive, a partir do conhecimento do PPC, o aluno poderá saber se a educação ambiental fará parte da sua formação.

No sentido de perceber o grau de concordância ou discordância relacionada à presença da temática ambiental nos PPCs de seus cursos, ofereceu-se aos estudantes a oportunidade de expressar sua opinião em torno da contextualização da educação ambiental considerando fatores sociais e históricos. Os resultados são expressos no gráfico 02, a seguir.

Gráfico 2: Percentual sobre o grau de concordância dos estudantes em relação à contextualização da educação ambiental no PPC dos cursos em que estão matriculados

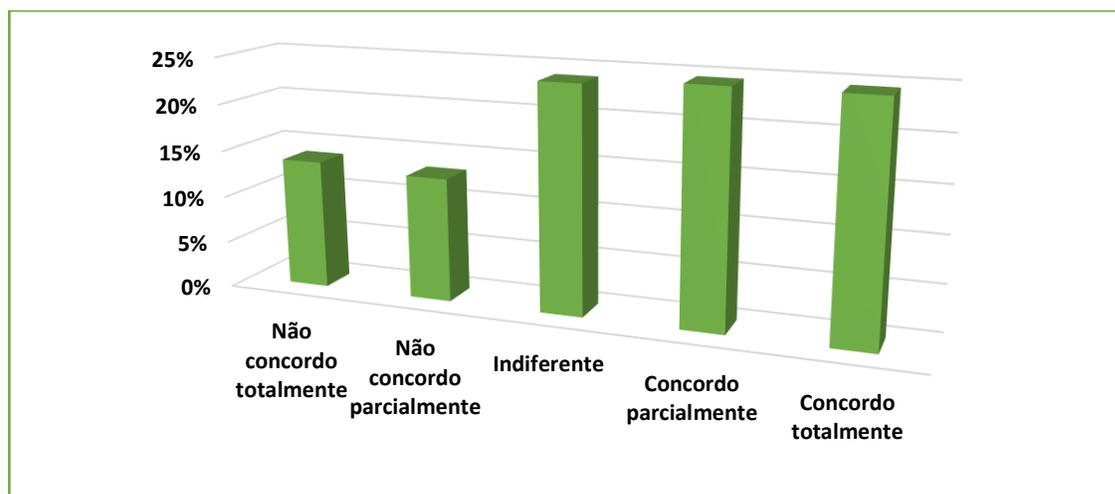


Fonte: Dados levantados no campo da pesquisa

Observa-se que há um grau de concordância equivalente a 53% considerando os 39% dos alunos que afirmaram concordar parcialmente e os 14% dos entrevistados que afirmaram concordar totalmente. O fato de apenas 14% concordarem totalmente se configura como um indicador de que a temática da educação ambiental ainda não ocupa uma centralidade nas pautas formativas dessa instituição. Os que não concordaram totalmente e não concordaram parcialmente, estão em 10,4% e 9,2%, respectivamente, os indiferentes, estão em 27,4% dos alunos. Se considerarmos que quem concorda parcialmente, ao mesmo tempo revela um grau de discordância, torna possível afirmar que entre os estudantes da FACAPE há um elevado grau de discordância e indiferença em relação à problematização das questões ambientais como elementos formativos dos profissionais que poderão vir a ocupar posições-chave nos espaços de decisão no contexto local e em outros contextos sociais.

A pesquisa procurou saber também sobre o grau de concordância em relação ao papel das disciplinas vivenciadas no curso quanto à conscientização dos problemas ambientais. As respostas se distribuem no gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3: Percentual sobre o grau de concordância dos estudantes em relação ao papel das disciplinas na conscientização sobre os problemas ambientais



Fonte: Dados levantados no campo da pesquisa

Entre os que concordam parcialmente estão 24,6% dos alunos - o mesmo percentual foi alcançado por aqueles que concordam totalmente. Aqueles que não concordam parcialmente

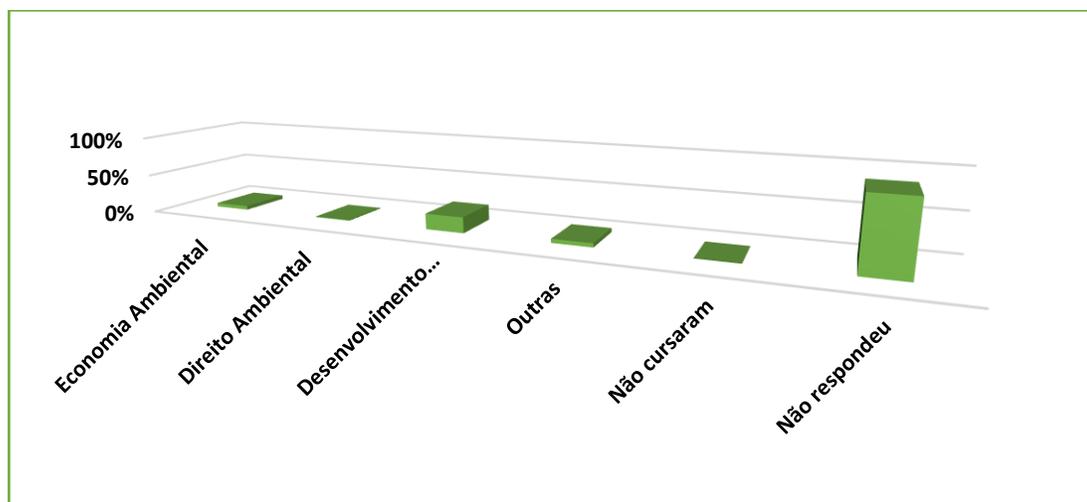
alcançaram 13,2%; e os que não concordam totalmente estão representados por 13,8% dos discentes. Os indiferentes representam 24% dos estudantes. Seguindo um raciocínio semelhante ao da questão anterior é possível perceber que as questões ambientais não se manifestam ou pouco se fazem representadas no imaginário formativo do estudante que busca um dos cursos da FACAPE, com a finalidade de se constituir como um profissional.

No intuito de atender as determinações presentes nas diretrizes curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, a instituição contemplou a temática ambiental no currículo de seus cursos graduação oferecendo disciplinas que abordam especificidades do meio ambiente e sua sustentabilidade. Nesse sentido, a disciplina Desenvolvimento Sustentável está presente nas matrizes curriculares dos cursos de Economia, Administração, Comércio Exterior e Contabilidade. No entanto, com exceção do curso de Administração, é eletiva para os alunos dos demais cursos. O curso de Economia disponibiliza, também como eletiva, a disciplina Economia Ambiental e o curso de Direito oferece em sua matriz curricular a disciplina de Direito Ambiental.

A existência dessas disciplinas nos diferentes cursos demonstra que a instituição formalizou a opção dos estudantes cursarem disciplinas que abordam os conteúdos relativos à educação ambiental. Além disso, o aluno poderá vivenciar e conhecer esses assuntos por meio de outros momentos formativos promovidos pela instituição, tais como eventos com a temática ambiental

Nesse contexto, visando perceber a importância dada pelos estudantes à temática ambiental em sua formação, esta pesquisa procurou verificar as disciplinas que abordam a questão ambiental, já cursadas pelo aluno. As respostas podem ser conferidas no gráfico 4.

Gráfico 4: Percentual de estudantes que já cursaram uma das disciplinas que abordam a temática ambiental



Fonte: Dados levantados no campo da pesquisa

O cenário construído pelas respostas demonstra que 0,6% dos alunos entrevistados cursaram a disciplina Direito Ambiental. Já a disciplina Economia Ambiental foi a opção de 3% dos discentes e a disciplina Desenvolvimento Sustentável surge com 12% dos estudantes. Os alunos que responderam que cursaram outras disciplinas compõem um total de 3%.

Desperta a atenção a quantidade de alunos que responderam não ter cursado quaisquer disciplinas elencadas na pesquisa (28,7%). Impressiona ainda mais a quantidade de discentes que não respondeu ao questionamento (52,7%).

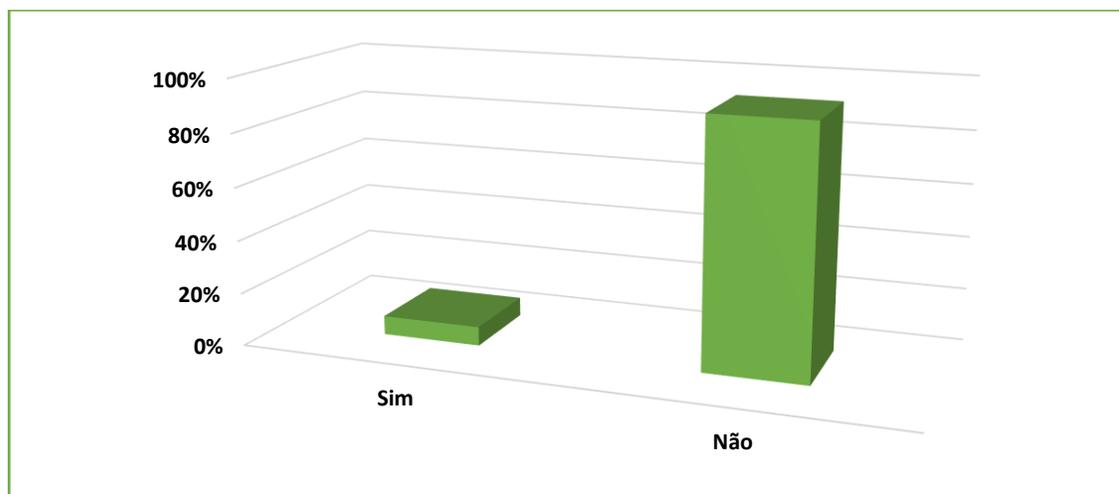
Os números referentes aos que disseram não ter cursado nenhuma das disciplinas e aos que não responderam sinaliza indiferença, ou talvez desinformação do discente em relação à existência das disciplinas citadas. Esse cenário leva a crer que a cultura institucional representada pelas coordenações dos cursos não incentiva seus alunos a buscarem conhecimentos com temática ambiental, apesar de constarem como componentes curriculares em seus projetos pedagógicos. Ao final, no conjunto dos cursos, um número reduzido de alunos cursou tais disciplinas, fato que gera preocupação.

Percepção dos alunos sobre a abordagem da educação ambiental em seus cursos

Neste espaço serão apresentados os resultados das questões referentes ao olhar dos estudantes para a forma de como é abordada a educação ambiental e sustentabilidade nas salas de aula e na instituição onde estavam matriculados. Trata-se do resultado de questões fechadas,

porém, acerca do tema sustentabilidade serão apresentados resultados da questão aberta. Foi perguntado aos entrevistados se os mesmos já participaram de algum evento ou projeto de educação ambiental promovido pela instituição, o percentual das respostas sim ou não, são apresentadas no gráfico 5, a seguir.

Gráfico 5: Percentual de estudantes que já participaram de projetos ou eventos relacionados à temática ambiental na faculdade



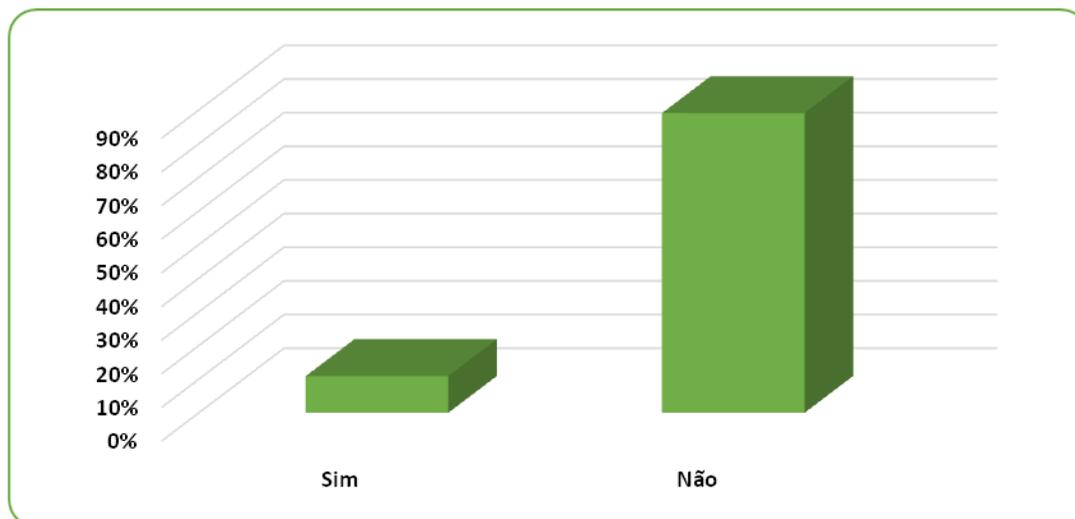
Fonte: Dados levantados no campo da pesquisa

O gráfico 5, mostra que 7,1% dos alunos afirmaram ter participado de algum projeto ou evento de educação ambiental na instituição, porém, a maioria dos estudantes, 92,9%, disse não ter participado de qualquer evento ou projeto dessa natureza, na faculdade. O resultado mostra que a instituição tem pouca iniciativa na promoção de eventos com a temática, o que é preocupante, uma vez que a mesma pode ser vista como indiferente às questões relevantes que permeiam a realidade, como por exemplo, as questões ambientais.

Esse resultado mostra ainda que tal indiferença pode vir da comunidade docente e gestora de cursos, uma vez que as mesmas possuem papel relevante no planejamento dos mesmos e os eventos acadêmicos fazem parte dos cursos.

A pesquisa abordou no rol de questões apresentadas aos alunos o nível de conhecimento desses em relação à política de educação ambiental. Para tanto perguntou se os estudantes conheciam a política nacional de educação ambiental. As respostas foram sistematizadas no gráfico 6, logo abaixo.

Gráfico 6: Percentual dos estudantes que conhecem a política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99)



Fonte: Dados levantados no campo da pesquisa

Os números correspondentes à Figura 6, em que 11% dos discentes afirmaram conhecer a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99), e 90% dos alunos disseram não conhecer, mostram um cenário que corrobora com aquele exposto na análise do gráfico 5, pois, se não são oferecidos eventos como debates, mesas-redondas ou projetos voltados à temática ambiental, o resultado que se espera é o não conhecimento de informações relevantes, como em relação à política nacional de educação ambiental

Essa realidade vai de encontro ao Plano Nacional de Educação - PNE¹², que traz entre suas diretrizes a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (Lei nº 13.005/2014).

O PNE, cujo tema central é Construção do Sistema Nacional Articulado de Educação, é composto por cinco eixos temáticos:

- Os desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação;
- Democratização da gestão e qualidade social da educação;
- Construção do regime de colaboração entre os sistemas de ensino, tendo como um dos instrumentos o financiamento da educação;

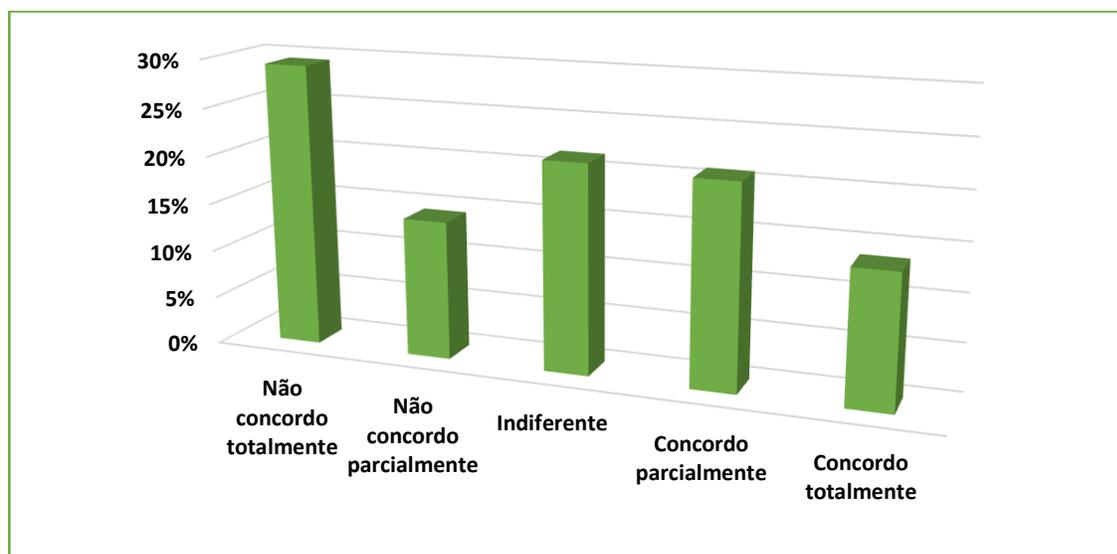
¹² O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, é um instrumento de planejamento do Estado democrático de direito que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor.

- Inclusão e diversidade na educação básica;
- Formação e valorização profissional.

A educação ambiental é um dos temas pertencentes ao quarto eixo, que trata de inclusão e diversidade. Por abranger fatores sociais, econômicos, políticos, éticos e culturais, se configura, naturalmente, como uma matéria complexa. A educação ambiental requer maior abrangência e profundidade em sua abordagem. Em decorrência disso, o PNE recomenda a implementação da mesma em todos os níveis da educação. Nesse sentido, o documento final da conferência da educação básica afirma que está assegurada a inserção de conteúdos e saberes da educação ambiental nos cursos de licenciaturas e bacharelados das instituições de ensino superior, como atividade curricular obrigatória.

Foi questionado se os alunos eram estimulados pelos professores a desenvolver e elaborar atividades voltadas ao tema ambiental através de palestras, seminários, artigos, projetos, etc. Verificou-se que entre aqueles que concordavam parcialmente estavam 21%; os que concordavam totalmente foram representados por 13,8%; os que não concordavam parcialmente alcançaram 14,4%; o percentual daqueles que não concordavam totalmente alcançou 29,3%; e os indiferentes representaram 21,6% dos alunos. Os resultados estão ilustrados no gráfico 7.

Gráfico 7: Percentual de estudantes que concorda e/ou discorda em relação à existência de estímulos por parte dos professores para o envolvimento em ações voltadas para a temática ambiental

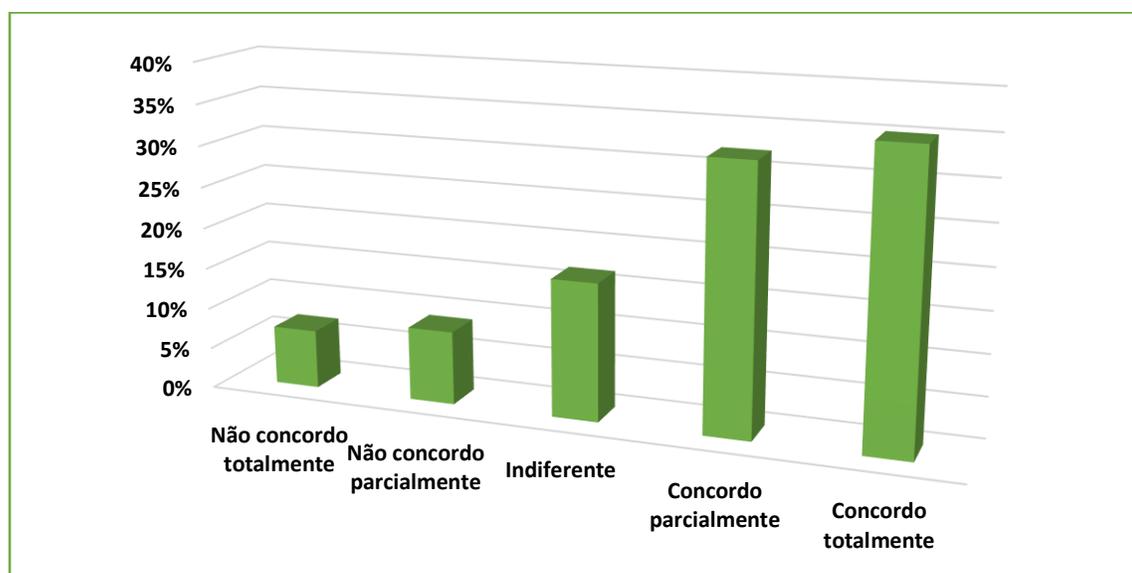


Fonte: Dados levantados no campo da pesquisa

Sem discussões não há como estimular os alunos a aprofundarem a temática ambiental e nem como sensibilizá-los o que os transformaria em profissionais capazes de fazer a diferença em suas atividades. Os resultados apresentados reforçam a ideia de Almeida (2008), que destaca a dificuldade dos professores em desenvolver práticas em espaços e momentos interligados, capazes de provocar novas reflexões e olhares acerca do cotidiano. A fragmentação do conhecimento pode e deve ser superada com uma nova abordagem, de caráter transdisciplinar¹³, sustentada pelas informações e saberes acumulados, dispersos pelas especialidades. Teria de ser um ponto de cruzamento e não de dispersão de informações, de acordo com Mello e Souza (2000).

Os alunos responderam ainda se acham importante para o curso e para seu aprendizado a presença de disciplinas obrigatórias que abordem questões referentes à educação ambiental, assim como se também seria interessante a criação de grupo de estudo ou pesquisa voltado para educação ambiental e o quanto estão dispostos a participar. Os resultados podem ser verificados nos gráficos 8, 9 e 10.

Gráfico 8: Percentual de estudantes que concorda e/ou discorda em relação à necessidade de disciplinas obrigatórias que abordem a temática ambiental



Fonte: Dados levantados no campo da pesquisa

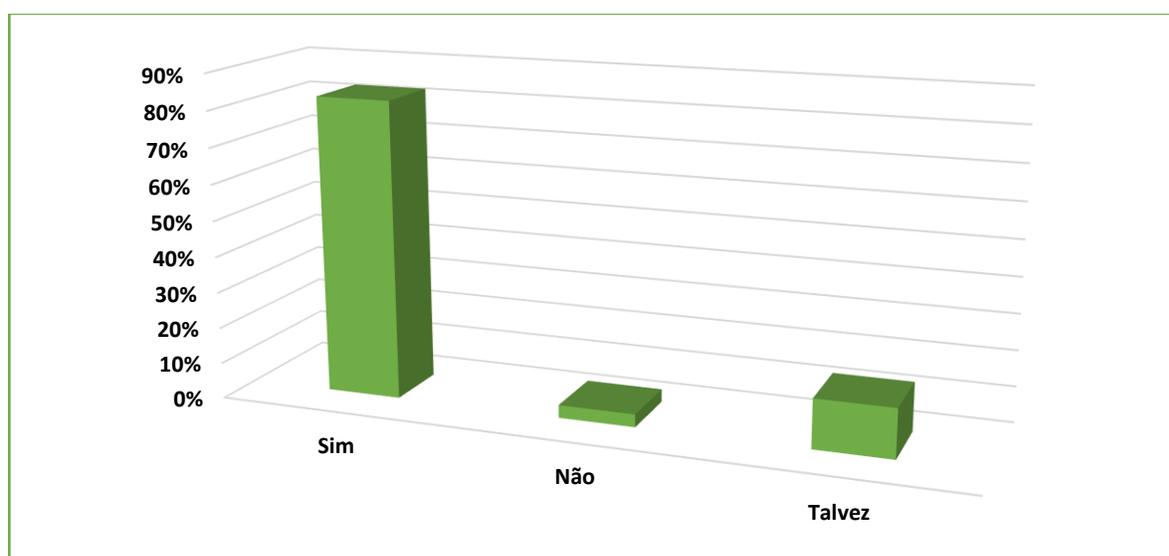
¹³A transdisciplinaridade integra ou visa integrar várias disciplinas (FERREIRA, 2010).

O objetivo desses questionamentos foi identificar o interesse do aluno em participar de ações ambientais ou voltadas para a educação ambiental. Sobre a presença de disciplinas obrigatórias referentes à educação ambiental nos cursos em que estão matriculados, verificou-se que 35,1% dos alunos concordam totalmente com a inserção dessas disciplinas, enquanto que 32,1% concordam parcialmente, ou seja, mais da metade dos estudantes entendem como importante a inclusão de disciplinas referentes ao tema.

Por outro lado, foi verificado que 8,9% dos estudantes não concordam parcialmente com a existências de disciplinas dessa natureza e 7,1% não concordam totalmente. Os indiferentes representam 16,7% dos resultados. Esses números chamam a atenção porque podem ilustrar que o indivíduo ignora o fato de também fazer parte do ambiente e que a educação ambiental não contempla somente o aspecto ecológico. Essa foi a principal problemática até a década de 1970. Trata-se, portanto, de estabelecer relação de causa e efeito dos processos de degradação com a dinâmica dos sistemas sociais (PELICIONI; JUNIOR, 2014).

Sobre a criação de um grupo de pesquisa ou estudo em educação ambiental, foi verificado que acham importante 82,7% dos alunos participantes e, dentre os mesmos, 13,7% responderam que talvez seja importante a criação do grupo. Entre os que não veem relevância na criação de um grupo voltado para estudos de educação ambiental estão 3,6% dos alunos envolvidos na pesquisa.

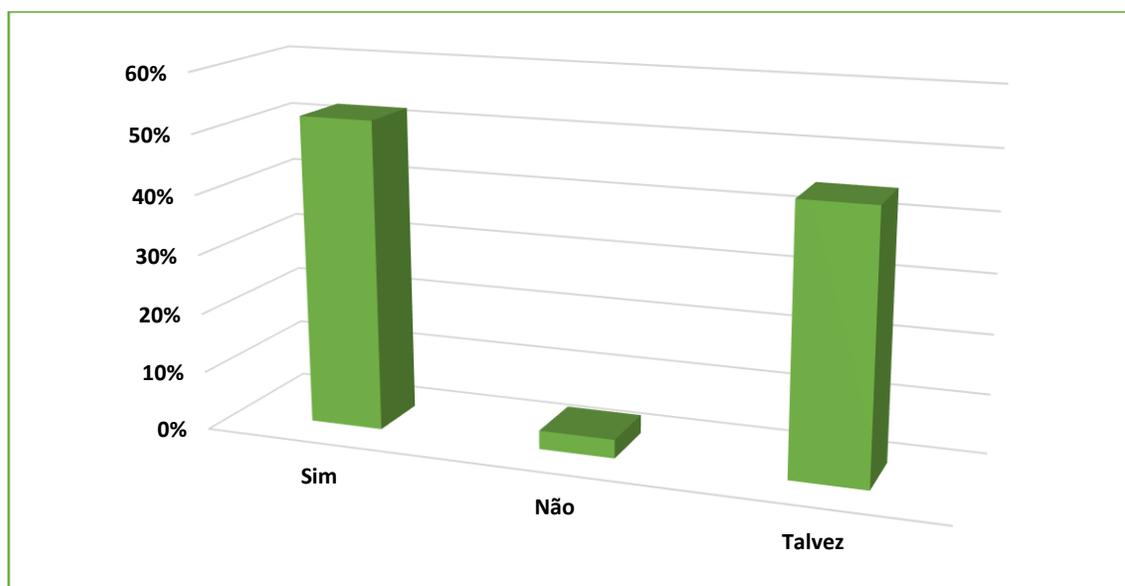
Gráfico 9: Percentual de estudantes que concordam e/ou discordam sobre a importância da criação de grupos de estudo ou pesquisa que abordem a educação ambiental



Fonte: Dados levantados no campo da pesquisa

Quando foram questionados sobre o interesse na participação desse grupo, um pouco mais da metade manifestou o interesse em participar (52,2%). Entre aqueles que responderam que talvez participassem do grupo estão 44,7% dos alunos e aqueles que afirmaram não querer participar foram 3,14%. Os números demonstram um indicativo de que há o interesse dos alunos em compreender como sua formação acadêmica pode contribuir para que sejam profissionais cidadãos capazes de provocar mudanças em sua volta, em seu meio.

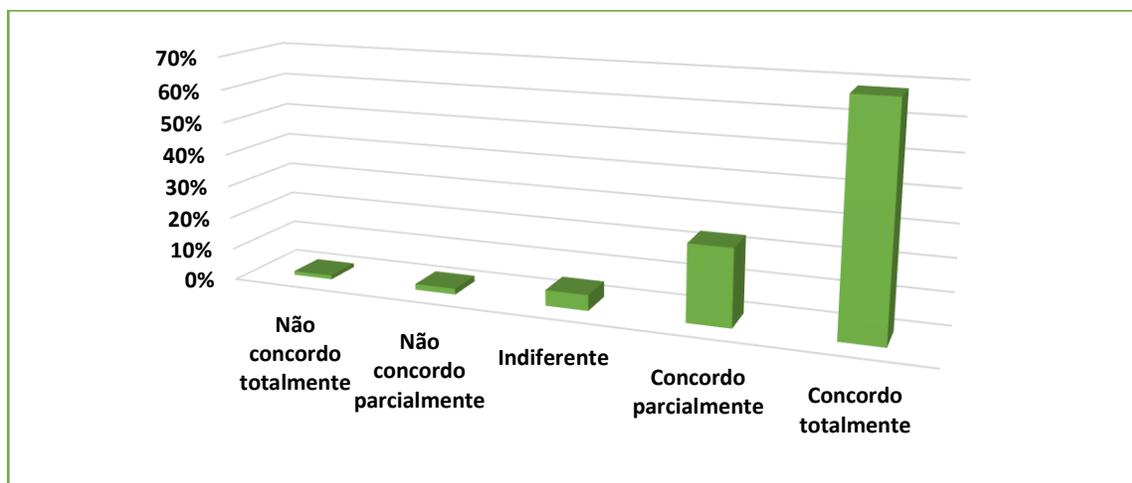
Gráfico 10: Percentual de estudantes que manifestaram interesse /desinteresse em relação à participação em grupos de estudo ou pesquisa voltados para educação ambiental



Fonte: Dados levantados no campo da pesquisa

O gráfico 11 reflete a resposta dos alunos diante da afirmação de que a educação ambiental visa preparar as pessoas para uma convivência saudável de proteção e conservação da natureza. Entre os que concordaram totalmente estavam 68,5% dos estudantes e entre os que concordaram parcialmente, 23,6%. Já entre os que não concordaram totalmente 1,2% e os que não concordaram parcialmente 1,8%. Os indiferentes foram representados por 4,9% dos estudantes. A maioria dos discentes relaciona a educação ambiental com aspectos ecológicos, algo que se distancia de uma educação ambiental eficiente.

Gráfico 11: Percentual de estudantes que concordam e/ou discordam em relação aos efeitos positivos da educação ambiental



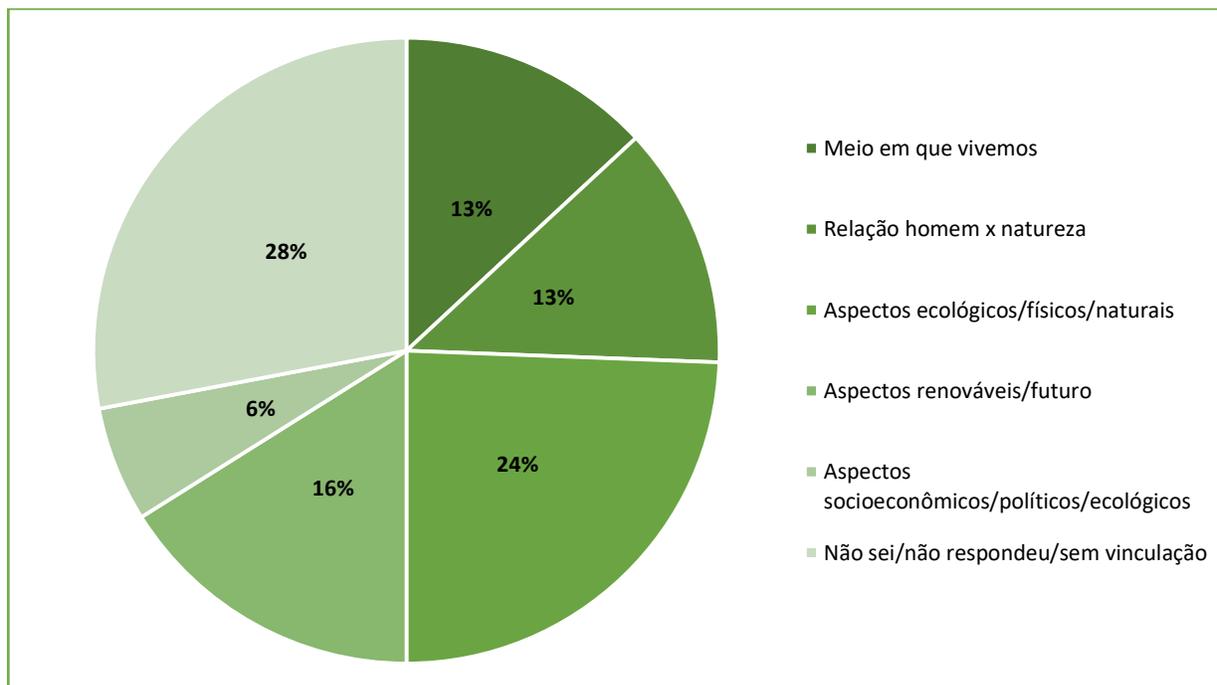
Fonte: Dados levantados no campo da pesquisa

Na questão aberta do questionário, as respostas foram tratadas baseadas na análise de conteúdo de Bardin (2006), que explora o conteúdo por meio da definição de categorias. Aos alunos foi perguntado o que os mesmos entendiam por sustentabilidade e as respostas foram alocadas em seis categorias de análise:

- ✓ Categoria 1: Meio em que vivemos;
- ✓ Categoria 2: Relação homem x natureza;
- ✓ Categoria 3: Aspectos ecológicos, físicos, naturais;
- ✓ Categoria 4: Aspectos renováveis, futuro;
- ✓ Categoria 5: Aspectos socioeconômicos, políticos, ecológicos;
- ✓ Categoria 6: Não sei, não respondeu, sem vinculação.

As respostas dos estudantes que se encaixaram nas categorias 1 e 2 mostram distanciamento entre homem e o ambiente natural. Baseando-se nas respostas dos alunos, a natureza parece ser algo do qual eles não fazem parte. De acordo com Rocha e Barros (2015), o resultado demonstra incapacidade de compreender o tema. Ainda em relação à categoria 2, o aluno enxerga sua relação com a natureza considerando o lugar em que ele vive, apenas. As respostas de cada uma dessas categorias correspondem a 13% dos estudantes.

Gráfico 12 – Percentual de estudantes que expressam a percepção em relação aos efeitos positivos da educação ambiental



Fonte: Dados levantados no campo da pesquisa

A categoria 3 alcançou 24% das respostas, um número expressivo de alunos que compartilhavam da visão de Reigota (2002), que possui uma visão mais naturalista do meio ambiente, mais voltada para os aspectos ecológicos.

A categoria 4 compreendeu 16% dos discentes, cujo entendimento é que sustentabilidade é algo referente à renovação de recursos, assim como a certeza de futuro. Há muitas respostas que se referiram às gerações futuras, desconsiderando aspectos como qualidade de vida, por exemplo, para o presente.

As respostas enquadradas na categoria 5 foram minoritárias, correspondendo a 6% dos alunos. Esse percentual reflete que poucos estudantes possuem clareza em relação ao conceito de sustentabilidade e poucos são capazes de estabelecer relação entre ambiente e políticas econômicas e sociais.

Os alunos que afirmaram não saber o que era sustentabilidade, ou que não responderam ou mesmo que deram respostas sem vinculação ao contexto foram alocados na categoria 6, representando 28% dos entrevistados. O número nos motiva a refletir sobre as razões que levaram os estudantes a se expressarem dessa forma. Seria por não se sentirem à vontade para responder?

Seria por não terem informações acerca do tema para responder? Esse percentual provoca várias reflexões e questionamentos sobre a abordagem do tema na instituição.

A pesquisa mostrou que os bacharelados fazem confusão em relação ao perfil dos egressos dos cursos em que estão matriculados, assim como as habilidades profissionais que devem adquirir. Eles afirmam conhecer os projetos pedagógicos e ao mesmo tempo têm dificuldade em identificar a ocorrência de disciplinas que contemplem os aspectos sociais e históricos do país, do estado ou do município onde moram.

Ressalta-se que durante a pesquisa voltada à percepção do aluno graduando sobre educação ambiental, foi verificado que a temática ambiental abordada na instituição, nas salas de aula é insuficiente, superficial. Embora a temática ambiental esteja presente como componente curricular e por isso se caracteriza como educação formal, ela não traz contribuições técnico-científicas, pois é fruto da fragmentação do conhecimento. Muitos alunos relataram que as questões ambientais não são tratadas de forma transdisciplinar nos seus cursos, fato que gera lacuna a respeito da relação entre ambiente natural e indivíduo, já que a educação ambiental deve considerar aspectos socioeconômicos, políticos e culturais que influenciam o meio em que o sujeito está presente. Os espaços de educação não devem atuar de forma politicamente ingênua, devem promover o aprendizado voltados para todos os atores sociais, contribuindo para a formação do ser crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com o ambiente natural transformou-se em questão de sobrevivência, uma vez que a ausência dessa preocupação resulta em problemas individuais, locais e globais. É necessário construir uma nova consciência, novos valores, para promover a transformação da realidade atual, não só de forma individualizada, mas de maneira mais articulada, debatendo de forma cada vez mais ampliada.

A importância deste trabalho está na consideração da educação ambiental como a melhor alternativa de que se dispõe para transformar a sociedade no sentido de torná-la mais consciente ambientalmente e mais justa socialmente. Por conseguinte, a compreensão das questões ambientais e a forma como são abordadas em cursos de nível superior, como os da FACAPE, são de extrema importância pelo papel que a faculdade possui, tanto de promover o conhecimento quanto de construir valores éticos que se projetarão na sociedade.

Apesar das limitações da averiguação, espera-se que o presente trabalho possa contribuir e acentuar de forma positiva para a formação de profissionais cidadãos capazes de existir e gerir sua vida e suas atividades em sintonia, em harmonia com o meio ambiente. Não há outro caminho senão o da educação desenvolvida de forma multidisciplinar para promover as transformações necessárias a fim de alcançar um desenvolvimento mais sustentável. A pesquisa precisa ser aprofundada passando a considerar outras variáveis e outros atores envolvidos na instituição alvo da pesquisa. Contudo, o alcance dessa consciência e dessa prática é o que se espera com a realização deste trabalho. É como uma janela que se abre para outra realidade.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2006. 279 p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 global**. Disponível em: <www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>. Acesso em: 20 de junho de 2017.
- CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006. 256 p.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988. 430 p.
- DORIN, L. **Enciclopédia de psicologia contemporânea: psicologia geral**. São Paulo: Livraria Editora Iracema, 1984. 318 p.
- DORNFELD, C. B. **Educação ambiental: reflexões e desafios no ensino superior**. 2013. Disponível em: <www.foar.unesp.br/Home/projetoviverbem/educacao-ambiental-reflexoes-e-desafios-no-ensino-superior---resumo.pdf>. Acesso em: 23 de maio 2017.
- FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8ª. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 59. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 253 p.
- GUIMARÃES, M. **Educação ambiental: no consenso um embate?** Campinas: Papirus, 2000. 94 p.
- JUNIOR, A. P.; PELICIONI, M. C. F. (Ed.) **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2014. p.15-36.

MELLO E SOUZA, N. **Educação ambiental: dilemas da prática contemporânea**. Rio de Janeiro: Thex/Universidade Estácio de Sá, 2000. 282 p.

MUCCI, J. L. N. **Introdução às Ciências Ambientais**. In: JUNIOR, A. P.; PELICIONI, M. C. F. (Ed.) Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri, SP: Manole, 2014. p.15-36.

REGHIN, J. A avaliação da percepção sobre a educação ambiental entre os acadêmicos de um curso de nível superior. **Dissertação** (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção de Sistemas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. 94 f.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 88 p.

ROCHA, M. B.; BARROS, C. P. **O que os estudantes de ensino médio pensam sobre a educação ambiental**. 2015. Disponível em: <epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/122.pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2017.

SANTOS, N. O. B. **Projeto Político -Pedagógico: um novo olhar sobre a escola**. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. 2009. Disponível em: <www.pucpr/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2535_1196.pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2017.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. Uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organ. Rurais agroind.**, v.7, n 1, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/878/87817147006.pdf>>. Acesso em: 03 de maio de 2017.

4.2 CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DOCENTE

4.2.1 Perfil dos Docentes

Para essa pesquisa foram pesquisados 47 professores, distribuídos em todos os cursos de graduação da instituição. Os dados que serão apresentados são fiéis às respostas dadas aos questionamentos contidos no instrumento de coleta de dados (ver apêndice B).

Com relação à formação inicial, 23% dos docentes pesquisados, se graduaram em Direito, enquanto 17% possuem graduação em Ciências Contábeis. Os que possuem graduação em Ciência da Computação são representados por 12% dos professores pesquisados e, 11% deles se graduaram em Ciências Econômicas. Os educadores graduados em Administração são representados por 9% dos professores, o mesmo percentual contempla os que possuem Licenciatura em Matemática. A formação em Ciências Sociais foi contemplada por 4% dos docentes. A graduação em outras áreas de conhecimento como a Psicologia, Serviço Social, Licenciatura em História, Ciências Humanas, Engenharia e Relações Internacionais, são representadas por apenas um indivíduo/área. Porém, representam 15% dos docentes pesquisados. Ressalta-se que a maior parte dos professores possuem formação na área de gestão.

No tocante a formação continuada (pós-graduação), todos os professores pesquisados a possuem, sendo que 48,9% são mestres, 8,5% são doutores e 4,3% possuem o pós-doutorado. Os especialistas representam 38,3% dos docentes. Esse é um dado relevante e bastante positivo, já que mais de 50% dos docentes pesquisados são mestres e doutores. No entanto, constata-se um número alto de especialistas apesar, de a instituição possuir um programa de incentivo a pós-graduação *stricto sensu*, onde o docente pode solicitar afastamento para se dedicar ao seu mestrado ou doutorado. Apesar de possuírem a titulação voltada para a pesquisa, a prática e a vivência da mesma ainda são fortuitos. Os motivos para isso vão desde as dificuldades para captação de recursos através dos órgãos de fomento à pesquisa, a falta de estímulo institucional, que não oferece incentivos, passando pela falta de interesse dos

professores, que muitas vezes alegam dificuldades para harmonizar a relação pesquisa *versus* sala de aula. Todos os professores pesquisados ministram mais de uma disciplina e em mais de um curso, uma vez que a carga-horária mínima é de 20 horas e a máxima de 40 horas.

Considerando que a formação docente é importante para a compreensão e execução da educação ambiental, foi perguntado aos professores pesquisados se foi contemplada em seu processo de formação inicial. Dentre os professores pesquisados, 85,1% não tiveram a educação ambiental contemplada em suas graduações. Apenas 14,9% tiveram a abordagem da educação ambiental presente em sua formação inicial. Dentre estes, 57,1% tiveram a educação ambiental como disciplina, para 14,3% a abordagem se deu através da participação em projetos interdisciplinares, pesquisa ou extensão, e para 28,6% a abordagem se deu através de participação em eventos acadêmicos e minicursos.

Também foi perguntado aos docentes sobre o processo de formação continuada dos mesmos. Dentre os professores pesquisados, 38,3% são especialistas, 48,9% fizeram mestrado, 8,5% são doutores e 4,3% possuem pós-doutorado. As áreas de formação continuadas são diversas, tais como: Direito, Economia, Desenvolvimento regional, Auditoria Contábil, entre outras. Entretanto, 68,1% dos professores não tiveram a temática ambiental contemplada em sua formação continuada, enquanto 31,9% a tiveram. Esse cenário remete a refletir e considerar alguns aspectos: na região oferta de pós-graduação, seja *lato* ou *stricto sensu*, voltada para o estudo da temática ambiental ainda é tímida, e a falta de incentivo institucional na formação continuada nessa área, assim como o desinteresse dos professores. A instituição oferece cursos de especialização na área de Direito, Gestão e Contabilidade, fato que estimula os docentes a se qualificarem nessas áreas de conhecimento. Segundo Dias (2009), no caso da Educação Ambiental, os cursos de pós-graduação (*lato e stricto sensu*), contribuem enormemente, tanto em relação ao debate promovido nestes espaços, quanto na capacitação dos profissionais, para as discussões de questões relevantes voltadas para a área ambiental.

4.2.2 A Educação Ambiental do ponto de vista do docente facapeano: Vertentes Desveladas

Neste tópico, serão apresentadas as perspectivas dos professores em relação a abordagem adotada em relação à temática ambiental nos cursos em que ministram suas aulas. Inicialmente, apresentaremos o entendimento dos docentes sobre educação ambiental. Também serão apresentadas as opiniões dos coordenadores dos cursos de graduação da instituição como forma de comparar as visões de professores e coordenadores.

Os docentes foram questionados sobre seu entendimento a respeito da educação ambiental. Sobre a afirmação de que a educação ambiental prepara as pessoas para conservar e proteger a natureza, e sobre a afirmação de que a educação ambiental é uma dimensão que contempla as relações do homem com o meio ambiente, considerando aspectos políticos, sociais, culturais econômicos e históricos. As respostas dos docentes em relação às duas afirmações citadas acima, estão demonstradas na tabela 3.

Tabela 3: Direcionamento da educação ambiental do ponto de vista dos docentes

Respostas	A educação ambiental prepara as pessoas para conservar e proteger a natureza	A educação ambiental contempla as relações entre o homem e o meio ambiente, considerando os aspectos políticos, sociais, culturais, econômicos e históricos
CP	49%	60%
C	40%	36%
D	6%	0%
NDO	5%	4%

Fonte: Dados levantados no campo de pesquisa

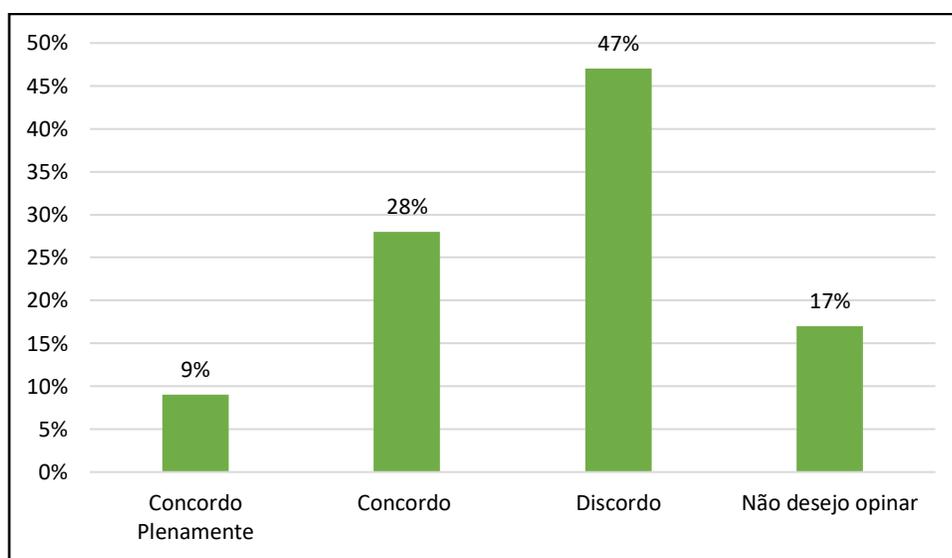
CP- Concordo Plenamente; C – Concordo; D – Discordo; Não Desejo Opinar - NDO

O questionamento, buscou identificar se os professores possuíam apenas a percepção ecológica da educação ambiental, o que a princípio seria uma verdade. Os números mostram que os docentes compreendem que os aspectos que envolvem a educação ambiental vão além da formação da consciência ecológica, contemplando, também, os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. Contudo, chama a

atenção o percentual de professores que não quiseram opinar, uma vez que, segundo Dornfeld (2013), ninguém nega a importância da questão socioambiental e da educação ambiental.

Com o intento de compreender a importância dada pelos docentes a educação ambiental, foi afirmado que os problemas ambientais locais eram discutidos nos cursos onde lecionam. As respostas estão apresentadas no gráfico 1.

Gráfico 1: Percentual de professores que concordam/discordam sobre a presença das discussões referentes aos problemas ambientais em sala de aula (2017)



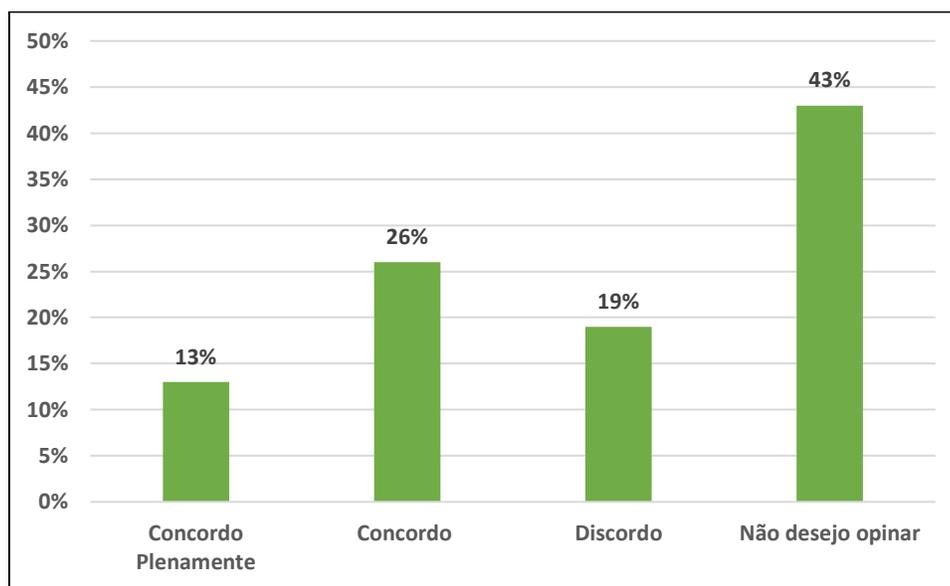
Fonte: Dados levantados no campo da pesquisa.

Diante dos dados apresentados, percebe-se que problemas ambientais que fazem parte do cotidiano dos alunos e dos próprios docentes, como consumo, reciclagem, saneamento básico, etc., não são discutidos em sala de aula, uma situação que demonstra indiferença ao tema, algo que pode atrasar a formação da consciência crítica ambiental no discente.

A pesquisa considera importante saber sobre ações voltadas à temática ambiental realizadas pelos docentes. Nesse sentido, é significativo saber dos docentes, se a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (Lei nº 9.795/99), orienta a realização

de atividades relacionadas à educação ambiental em sua *práxis* pedagógica. As respostas estão demonstradas no gráfico 2.

Gráfico 2: Percentual de professores que concordam/discordam sobre a adoção da PNEA (Lei nº 9.795/99) em sua *práxis* pedagógica (2017)

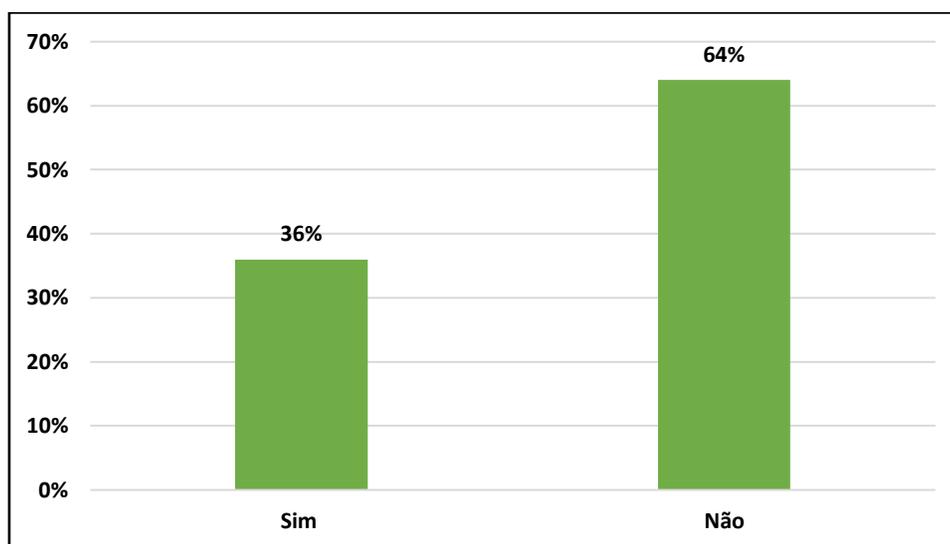


Fonte: Dados levantados no campo da pesquisa.

Chama a atenção o percentual daqueles docentes que não quiseram opinar, pois se leva a crença de que não opinaram por desconhecimento da política nacional de educação ambiental que é clara em sua determinação: a educação ambiental deve ser oferecida em todos os níveis de ensino.

Os docentes foram questionados quanto à promoção de algum tipo de ação direcionada à temática ambiental na faculdade. O gráfico 3 traz as respostas.

Gráfico 3: Percentual de professores que promoveu alguma ação direcionada à temática ambiental (2017)



Fonte: Dados levantados no campo da pesquisa.

Dentre os que afirmaram ter promovido ou participado de alguma ação voltada à temática ambiental, 35% disseram ter desenvolvido alguma ação nas disciplinas que ministram, enquanto 15% responderam que participaram/promoveram algum tipo de ação em parceria com outras IES. Os professores que participaram/promoveram a discussão da temática ambiental de outra forma (diferentes das respostas anteriores), participando de palestras, conferências ou minicursos oferecidos na cidade, representam 50% dos docentes pesquisados. Tais números são preocupantes uma vez que mostra que o assunto não desperta o interesse dos docentes.

O desinteresse se reflete em sala de aula, em relação ao estímulo para que os discentes desenvolvam atividades voltadas ao ambiente. Os números se repetem, 36% afirmaram estimular seus alunos enquanto 64% dos professores pesquisados responderam que não estimulam seus alunos a desenvolver atividades voltadas a temática ambiental.

A ausência de estímulos indica que as discussões sobre os problemas ambientais e a contextualização da temática ambiental nas disciplinas lecionadas pelos docentes

pesquisados não existem em sala de aula, caracterizando indiferença às questões ambientais que fazem parte do cotidiano, tanto dos alunos, quanto dos professores.

Perguntados sobre a promoção de ações com a temática ambiental por parte dos cursos, os coordenadores responderam conforme demonstrado no quadro 5

Quadro 5: Realização de ações sobre a temática ambiental (seminários, minicursos, palestras, etc.) por parte dos cursos, segundo os Coordenadores (2017)

CURSOS	RESPOSTAS DOS COORDENADORES
Ciência da Computação	Sim.
Serviço Social	Sim.
Gestão da Tecnologia da Informação - GTI	Sim.
Ciências Contábeis	Sim, mas ainda é pouco explorada.
Economia	Não diretamente, mas é tratado de forma transversal.
Administração	Não.
Direito	Não.
Comércio Exterior	Alguns trabalhos de TCC's já foram desenvolvidos com a temática Logística Reversa.

Fonte: Dados levantados no campo de pesquisa

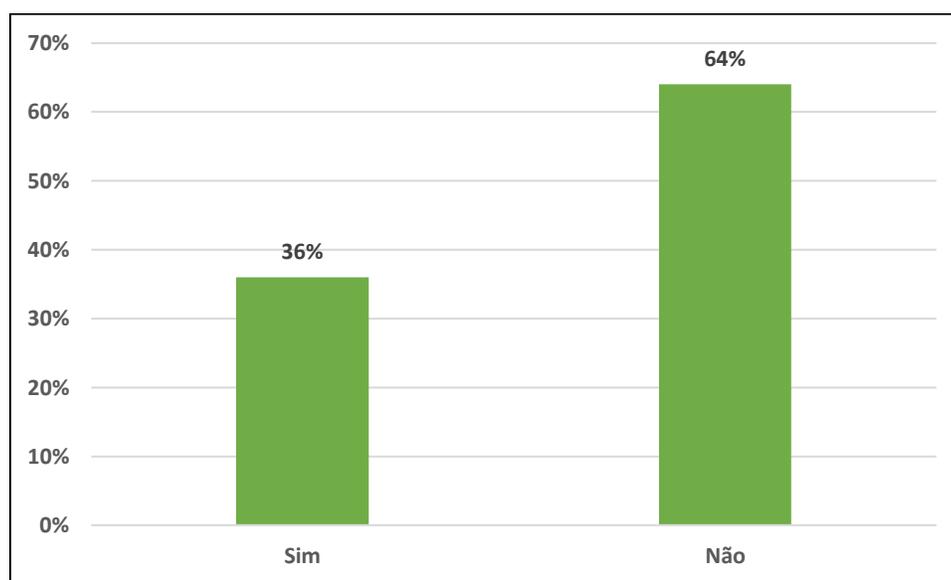
Segundo os coordenadores dos cursos de Ciência da Computação e GTI¹⁴, eles promovem discussões em seus seminários acadêmicos sobre lixo eletrônico. A coordenadora do curso de Serviço Social afirmou promover ações com a tônica ambiental, mas não citou quais foram, assim como o coordenador do curso de Ciências Contábeis, que ainda admitiu que se trata de um conteúdo pouco explorado. A coordenação do curso de Economia afirmou que o curso discute o tema de forma transversal, mas não explicou como isso acontece na prática. Os coordenadores dos cursos de Administração e Direito assumiram não promover nenhum tipo de ação acadêmica voltada a discussões sobre questões ambientais. A coordenação do curso

¹⁴ Gestão da Tecnologia da Informação

de Comércio Exterior afirmou que somente alguns TCC's¹⁵ discorreram sobre o tema logística reversa.

As respostas de docentes e coordenadores revelam um certo desinteresse na efetivação das ações acadêmicas para aprofundamento das discussões das questões ambientais.

Gráfico 4: Percentual de professores que concordam em estimular os alunos a desenvolver atividades voltadas ao meio ambiente (2017)

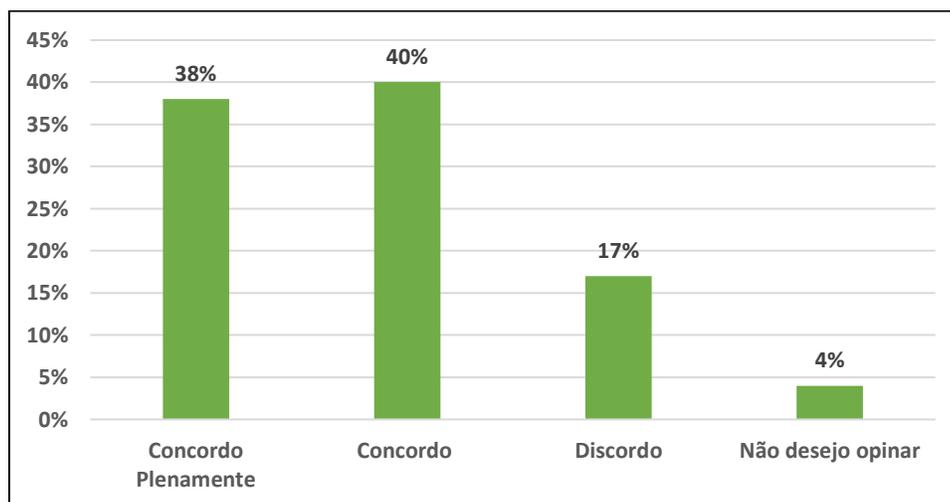


Fonte: Dados levantados no campo da pesquisa.

Sobre a forma de inserção da temática ambiental nos cursos, os docentes responderam se acham importante a presença de disciplinas obrigatórias voltadas a educação ambiental. As respostas estão ilustradas no gráfico 5.

¹⁵ Trabalhos de Conclusão de Curso

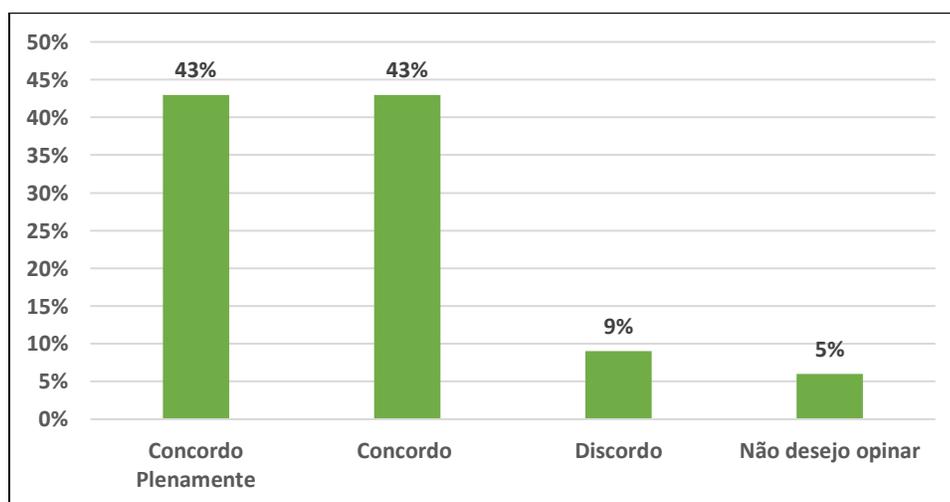
Gráfico 5: Percentual de professores que acham importante a educação ambiental como uma disciplina obrigatória no curso (2017)



Fonte: Dados levantados no campo da pesquisa.

Ainda sobre a forma de inserção da temática ambiental nos cursos, os professores responderam se acham relevante a abordagem da educação ambiental de forma interdisciplinar e transdisciplinar, através de projetos de pesquisa e extensão, grupos de estudos, etc. As respostas dos docentes estão demonstradas no gráfico 6.

Gráfico 6: Percentual de professores que reconhecem a importância da abordagem interdisciplinar e transdisciplinar (2017)



Fonte: Dados levantados no campo da pesquisa.

Os dados revelam que é senso comum inserir a educação seja como uma disciplina obrigatória ou colocando em prática a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. No entanto, a presença de uma disciplina obrigatória na matriz curricular dos cursos, sem a contextualização da temática ambiental nas outras disciplinas que a compõem, promove a fragmentação do conteúdo, fazendo com que a abordagem não seja exitosa.

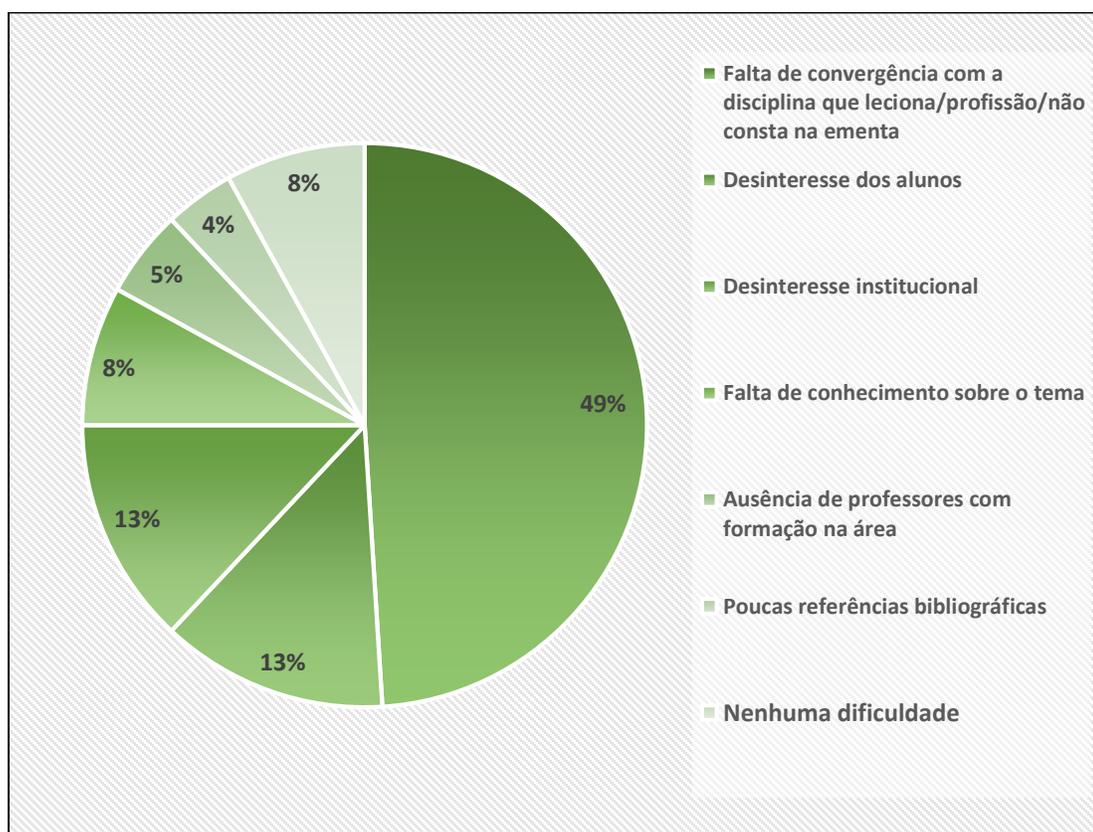
Sem dúvida, os projetos de pesquisa, extensão ou grupos de estudo possuem um papel fundamental nas IES, porém nem todas incentivam seu corpo docente a elaborar propostas de projetos. A educação ambiental para ser praticada num projeto de extensão, necessita antes, ser tratada em sala de aula, caso contrário, o aluno terá dificuldades de levar o conhecimento para além dos muros da instituição de ensino. Os projetos de pesquisa e os grupos de estudo também necessitam da contextualização da temática ambiental em sala de aula para estimular as pesquisas. Sendo assim, a educação ambiental precisa ser discutida em todos os âmbitos da faculdade.

Os docentes foram inquiridos sobre as maiores dificuldades encontradas para discutir a temática ambiental em sala de aula. A inquirição foi aberta e o tratamento das respostas baseou-se na análise de conteúdo de Bardin (2016). As respostas foram alocadas nas categorias de análise a seguir:

- ✓ Categoria 1: Falta de convergência com a disciplina/profissão/não consta na ementa;
- ✓ Categoria 2: Desinteresse dos alunos;
- ✓ Categoria 3: Desinteresse institucional;
- ✓ Categoria 4: Falta de conhecimento sobre o tema;
- ✓ Categoria 5: Ausência de professores com formação na área;
- ✓ Categoria 6: Poucas referências bibliográficas;
- ✓ Categoria 7: Nenhuma dificuldade.

Os resultados encontrados estão demonstrados no gráfico 7.

Gráfico 7: Dificuldades apontadas pelos docentes para abordar a temática ambiental em sala de aula (2017)



Fonte: Dados levantados no campo da pesquisa.

Dentre os professores que alegam não discutir a temática ambiental por falta de convergência com disciplina ministrada pelos mesmos, ou com a profissão que os alunos terão depois de formados, ou pelo fato da temática não constar nas ementas das disciplinas, estão 49% dos docentes pesquisados. Uma situação que reflete a inabilidade do professor para trabalhar a interdisciplinaridade/multidisciplinaridade, além de sinalizar que se trata de uma prática pouco comum na instituição, assim como a configuração de resistência em abordar as questões ambientais.

Entre aqueles docentes que alegam como dificuldade o desinteresse dos alunos, estão 13%. Um dado que revela desconhecimento das áreas de conhecimento que

interessam ao alunado, pois a pesquisa constatou que 52% dos discentes entrevistados afirmou ter interesse em participar de discussões referentes ao ambiente¹⁶.

Outra dificuldade apontada por 13% professores é o desinteresse da instituição, que se caracteriza pela ausência de projetos de pesquisa e de extensão, assim como de grupos de estudo. De fato, os projetos voltados ao meio ambiente não existem, porém, é relevante destacar que a instituição lança anualmente editais para seleção de projetos de extensão elaborados pelos professores. A pesquisa, na realidade, ainda não tem recebido o fomento que deveria. O desinteresse institucional se configura na ausência de ações acadêmicas que contemplem o conteúdo ambiental, ou mesmo quando não estimula a inserção do mesmo nas discussões voltadas às matrizes curriculares.

Alguns docentes pesquisados alegaram não inserir as questões ambientais em suas aulas por terem falta de conhecimento sobre o tema, dentre estes estão 8% dos professores. Essa alegação revela um certo desinteresse do professor em saber o que acontece ao seu redor, pois os problemas ambientais fazem parte do cotidiano de todos. Sendo assim, é interessante estimular os docentes também a discutir o conteúdo ambiental em encontros pedagógicos para que sejam estimulados a inserir os temas em suas disciplinas. Na verdade, os grupos de docentes que acusam a instituição de desinteresse em abordar o conteúdo ambiental em sala de aula ou em seus projetos de pesquisa ou extensão, o fazem numa tentativa de transferir seu desinteresse individual para a instituição. Esquecendo que abordar a temática ambiental num curso superior é responsabilidade de ambas as partes.

A ausência de professores com formação na área foi a alegação de 5% dos docentes pesquisados, sendo que a instituição possui professores com a formação inicial e/ou continuada na área ambiental. No entanto, são professores que não são estimulados a falar sobre o teor ambiental fora da sala de aula, ou seja, além da disciplina que esses docentes ministram, não há outra oportunidade na instituição de divulgar desse conhecimento, por essa razão, muitos professores desconhecem as áreas de formação dos seus colegas. Outro fator que contribui para essa situação, é a falta de incentivo a

¹⁶ Ver gráfico 10 do artigo publicado na Revista de Educação do Vale do São Francisco – Revvasf/Univasf v.7, nº 13, como resultados iniciais da presente pesquisa (página 60 deste trabalho).

produção científica dos professores. Aqueles que conseguem divulgar sua produção, em congressos ou periódicos, não são estimulados a apresentar seus trabalhos no próprio local de trabalho.

Uma vez que as discussões sobre meio ambiente não acontecem além das salas de aula daqueles professores que, de fato, ministram disciplinas com teor ambiental, é natural que a biblioteca da instituição possua poucas referências bibliográficas voltadas ao tema. Essa foi a dificuldade alegada por 4% dos professores pesquisados.

Apesar de todas as dificuldades apontadas, 8% dos professores pesquisados afirmaram não encontrar nenhuma dificuldade em levar a temática ambiental para sala de aula introduzindo-a em suas disciplinas.

Os coordenadores também apontaram dificuldades para inserir o conteúdo ambiental na dinâmica curricular dos cursos. As respostas deles estão expostas no quadro 6:

Quadro 6: Dificuldades apontadas pelos coordenadores para inserção da temática ambiental nas matrizes curriculares dos cursos (2017)

CURSOS	RESPOSTAS DOS COORDENADORES
Ciência da Computação	Resistência ¹⁷ de alguns professores
Serviço Social	O escanteamento ¹⁸ da discussão a nível institucional
Gestão da Tecnologia da Informação - GTI	Ausência de profissional que possa integrar a temática ambiental e que entenda da atuação do Gestor de Tecnologia da Informação.
Ciências Contábeis	Não tenho dificuldade. Mas diria que é essencial convencer o aluno da importância da temática, antes de sair jogando conteúdo
Economia	Não há dificuldades
Administração	Foco do PPC.
Direito	Maior relação com as demais disciplinas do curso

¹⁷ Grifo nosso.

¹⁸ Grifo nosso.

Comércio Exterior	Desvincular conscientização de capitalização.
--------------------------	---

Fonte: Dados levantados no campo de pesquisa

Ao confrontarmos as dificuldades apontadas pelos docentes em abordar as questões ambientais em sala de aula e aquelas apontadas pelos coordenadores em inserir tais questões nos currículos dos cursos, é possível identificar pontos convergentes, tais como:

A resistência por parte dos professores foi apontada pela coordenação do curso de Ciência da Computação, enquanto 49% dos docentes pesquisados afirmaram que não discutem as questões ambientais por elas não constarem na ementa ou por julgarem ser um conhecimento desnecessário ao profissional que o curso forma, demonstrando uma forma de resistência;

O desinteresse institucional foi apontado por 13% dos docentes e foi também citado pela coordenação do curso de Serviço Social, como uma dificuldade para inserção do conteúdo ambiental na matriz curricular;

O desinteresse dos discentes, citado por 13%, foi apontado pela coordenação do curso de Ciências Contábeis que acha necessário convencer o alunado a discutir questões ambientais;

A coordenação do curso de GTI indica como dificuldade a ausência de professores com formação na área, uma dificuldade também apontada por 5% dos docentes pesquisados;

A dificuldade em trabalhar a interdisciplinaridade ou a transdisciplinaridade foi apontada pela coordenação do curso de Direito, um obstáculo subentendido quando os docentes resistem, argumentando que o conteúdo não faz parte da ementa da disciplina, por exemplo.

A concordância verificada pode indicar que há a necessidade de intensificar as ações voltadas para a formação continuada dos docentes, assim como aprofundar as discussões sobre os temas atuais, como as questões ambientais, que podem ser introduzidas nos currículos dos cursos.

4.3 A Educação Ambiental nos cursos de graduação da Facape: aspectos revelados

Serão apresentados, neste tópico, o entendimento dos cursos sobre educação ambiental, e a existência, ou não, de consonâncias entre os projetos político pedagógicos dos cursos e as diretrizes curriculares nacionais para educação ambiental, assim como a existência de disciplinas, obrigatórias ou eletivas, que abordem a temática ambiental, nas matrizes curriculares.

4.3.1 O Curso de Ciência da Computação e a Educação Ambiental

O curso de Ciência da Computação iniciou suas atividades no primeiro semestre de 1999, tendo seu primeiro reconhecimento, através do parecer nº 91, em setembro de 2003. Houve um segundo reconhecimento em 2006, através do processo nº 202/2006, com o parecer emitido pelo Conselho Estadual de Educação, CEE/PE nº 139/2006-CES. Atualmente, o curso conta com 327 alunos matriculados. É um curso que oferta 100 vagas por ano, com uma carga horária total de 3.200 horas, assim divididas:

- ✓ Disciplinas de formação básica: 480 horas
- ✓ Disciplinas de formação profissional: 1.680 horas
- ✓ Formação complementar: 300 horas
- ✓ Formação humanística: 300 horas
- ✓ Formação de extensão: 440 horas

O curso possui uma matriz curricular composta por 43 componentes curriculares, entre obrigatórios e eletivos, distribuídos em 8 períodos. As disciplinas com conteúdo ambiental oferecidas pelo curso estão destacadas no quadro 7.

Quadro 7: Disciplinas que abordam a temática ambiental no Curso de Ciência da Computação (2017)

Disciplina	Obrigatória	Eletiva	CH
Desenvolvimento Sustentável		X	60

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

O curso apresenta, em sua matriz curricular, apenas uma disciplina eletiva com teor ambiental: a disciplina Desenvolvimento Sustentável. É relevante destacar que os componentes curriculares do curso estão divididos em três eixos de formação: formação básica, formação profissional, formação complementar e formação humanística. Este último eixo, o de formação humanística, seria um ponto positivo se o mesmo tratasse de disciplinas voltadas a construção de valores humanos e sua relação com tecnologia, o que de fato não acontece, pois é composto por disciplinas como Tecnologia da Informação da Sociedade, Inovação Tecnológica, Metodologia da Pesquisa Científica, Trabalho de Conclusão de Curso I e II. Destaca-se a ausência da disciplina Desenvolvimento Sustentável nesse eixo.

O entendimento do curso acerca da temática ambiental é voltado a orientação para o desenvolvimento de projetos. De fato, o curso possui um curso de extensão chamado Reciclagem do Lixo Eletrônico, que foi criado há 7 anos e desenvolvido pelos alunos do curso. O projeto recebe doações de computadores e seus similares danificados ou ultrapassados, estes por sua vez são reciclados e doados a instituições carentes. Os equipamentos que não são aproveitados seguem para São Paulo para uma empresa que faz o descarte adequado. A coordenação do curso afirma que o mesmo possui parceria com a Prefeitura do município e entidades sem fins lucrativos para o desenvolvimento de ações com a temática ambiental.

A coordenação afirma ainda que a temática ambiental faz parte de eventos acadêmicos como seminários, mesas redondas, etc., periodicamente, porém, as discussões acerca dos problemas ambientais locais, não são regularmente incentivadas ou provocadas pelo curso.

É imperativo destacar que a disciplina Desenvolvimento Sustentável, segundo a coordenação do curso, nunca foi ofertada aos seus alunos. Diante disso, é possível dizer que a discussão ambiental se faz presente no curso de forma contraditória ou desconexa, a abordagem se restringe ao projeto. As discussões sobre seu impacto ambiental positivo parecem não existir ou se perder entre as paredes do mesmo.

A coordenação do curso classifica a resistência dos professores como dificuldade para abordar a temática ambiental no curso. Considerando que a coordenação deve

buscar meios para “quebrar” a resistência docente mostrando a todos que a educação ambiental deve fazer parte dos cursos superiores, é de relevância saber a percepção da coordenadora que afirma: “Acho importante e incentivo a inserção de disciplinas de teor ambiental no curso”.

Os resultados obtidos pelo projeto ao longo de tantos anos, fomentaria essas discussões em todo ambiente acadêmico, assim como nas ações acadêmicas do curso. Em contraponto a isso, a coordenação afirma que as disciplinas do curso e suas discussões, oferecem condições/meios para a atuação de um profissional-cidadão, através do projeto sobre lixo eletrônico.

4.3.2 O Curso de Serviço Social e a Educação Ambiental

O curso de Serviço Social foi implantado na Facape no primeiro semestre de 2013. É um curso que oferta 100 vagas ao ano e, atualmente, conta com 160 alunos matriculados. A carga horária total do curso é de 3.030 horas, assim divididas:

- ✓ Núcleo de Fundamentos teórico-metodológicos da vida social: 510 horas
- ✓ Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira: 300 horas
- ✓ Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional: 2.220 horas

A matriz curricular do curso é composta por 44 componentes curriculares, entre obrigatórios e eletivos, distribuídos em 8 períodos. Os componentes curriculares que abordam a temática ambiental estão demonstrados no quadro 8.

Quadro 8: Disciplinas que abordam a temática ambiental no Curso de Serviço Social (2017)

Disciplina	Obrigatória	Eletiva	CH
Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade		X	30
Economia Ambiental		X	60
Gestão e Educação ambiental		X	30

Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais		X	30
Teorias e Estratégias do Desenvolvimento Sustentável		X	30

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

Ao analisarmos a matriz curricular do curso, é possível observar a presença de cinco componentes que contemplam o teor ambiental, dentre o elenco de disciplinas eletivas, que são: Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade, Economia Ambiental, Gestão e Educação Ambiental, Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, e Teorias e Estratégias do Desenvolvimento Sustentável. Um cenário animador e confirmado pela coordenação do curso ao afirmar que o entendimento do mesmo em relação a ambiência diz respeito a formulação e efetivação de políticas públicas.

No entanto, sobre a oferta das disciplinas citadas acima, a coordenação afirma que: “nenhuma dessas disciplinas existem na nossa grade curricular seja como eletiva ou obrigatória. Estamos tentando reformular o PPC, mas estamos enfrentando a burocracia do conselho estadual de educação. Confirmando que estas não foram oferecidas de 2015 para frente”.

Sobre a promoção de eventos como seminários, palestras, minicursos, projetos, etc., a coordenação afirma incentivar a abordagem das questões ambientais, e que o encoraja as discussões, principalmente, quando o evento trata de questões regionais. A coordenação reconhece que, em relação a temática ambiental, as disciplinas do curso e suas discussões, não oferecem condições/meios para a atuação de um profissional-cidadão, gerando uma lacuna na formação dos graduandos, configurando uma contradição em relação ao projeto pedagógico, que afirma: “...Este conjunto de ideias reafirma que o assistente social, quanto ao campo de trabalho, atua em diversas instituições públicas ou privadas que implementam políticas sociais nas áreas da seguridade social (previdência, assistência social e saúde); nas áreas de educação, **meio ambiente**¹⁹, sócio-jurídica; desenvolvimento urbano e rural; nos movimentos

¹⁹ Grifo nosso.

sociais urbanos e rurais; organizações sociais e não governamentais e entidades filantrópicas”.

A oferta das disciplinas e as discussões de conteúdo ambiental são imprescindíveis, uma vez que a atuação do assistente social é fundamental nos cenários onde as questões ambientais não recebem a atenção necessária. As disciplinas devem ser oferecidas considerando a prática da interdisciplinaridade ou da transdisciplinaridade, que segundo a coordenação, é uma prática comum e acontece através do equilíbrio entre disciplinas básicas e de formação profissional. Apesar disso, a coordenação afirma existir harmonia entre o projeto pedagógico e as ações do curso.

Em relação as dificuldades para a oferta das disciplinas de teor ambiental no curso, a coordenação menciona o desinteresse nas discussões em nível institucional, mas é possível considerar que o desinteresse exista, tanto por parte da instituição como por parte do colegiado. Levando-se em consideração que as discussões sobre questões ambientais devem fazer parte do cotidiano das instituições de ensino, a provocação pode ser gerada dentro do curso independentemente da gestão institucional.

4.3.3 O Curso de Gestão da Tecnologia da Informação e a Educação Ambiental

O curso de Gestão em Tecnologia da Informação iniciou suas atividades no segundo semestre de 2013. Segundo o seu projeto pedagógico, o curso surgiu no contexto da política da expansão de oferta de cursos de graduação, com o foco nos cursos superiores tecnológicos, como forma de atendimento a uma nova demanda no cenário do desenvolvimento regional e global.

O curso oferta 50 vagas por semestre, e conta, atualmente, com 140 alunos regularmente matriculados. A carga horária total do curso é de 2000 horas, assim divididas:

- ✓ Disciplinas da Formação profissional: 1800 horas
- ✓ Atividades Complementares e Atividades de Extensão: 200 horas

A matriz curricular do curso é formada por 31 disciplinas, com carga horária de 30h e 60h. As disciplinas com teor ambiental adotadas pelo curso estão demonstradas no quadro 9.

Quadro 9: Disciplinas que abordam a temática ambiental no Curso de Gestão da Tecnologia da Informação (2017)

Disciplina	Obrigatória	Eletiva	CH
Desenvolvimento Sustentável		X	60

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

A matriz curricular do curso traz a disciplina Desenvolvimento Sustentável, como uma opção dentre as eletivas, que está sendo oferecida pela primeira vez na história do curso e conta com 19 alunos matriculados. Os cursos de GTI e Ciência da Computação são parceiros na gestão do projeto de extensão Reciclagem do Lixo Eletrônico²⁰.

No curso de GTI, a educação ambiental, segundo a coordenação, é entendida como uma maneira de orientar a formação da percepção do profissional conscientizando-o de que suas ações impactam diretamente no ambiente em que ele está inserido e que servem de espelho para outras pessoas. A temática ambiental se faz presente, segundo a coordenação do curso, nos seminários, cursos, minicursos, promovidos pelo curso, porém a coordenadora, ressalta que é um tema recorrente nas discussões geradas pelo projeto de extensão Reciclagem de Lixo Eletrônico e pela disciplina Ética e Legislação Aplicadas à Informática.

Em relação a educação ambiental a coordenação acredita que o curso e suas discussões oferecem condições para a formação de um profissional-cidadão, estimulando a consciência crítica do mesmo. Nesse sentido, é possível destacar que, entre habilidade competências do egresso, o curso procura promover aquelas consideradas importantes pelo CNE na supracitada Resolução CNE/CP n.º 3, de 18/12/2002, com destaque para:

²⁰ Projeto de extensão descrito na análise do projeto pedagógico do curso de Ciência da Computação no tópico 4.3.1.

- ✓ a compreensão e avaliação dos **impactos** sociais, econômicos, culturais e **ambientais**²¹ resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias
- ✓ a capacidade de empreender estudos continuados.

A coordenação do curso aponta como uma dificuldade relevante para promoção exitosa da formação do egresso, de acordo com a regência do projeto pedagógico, é a ausência de profissional que possa integrar a temática ambiental e que entenda da atuação do Gestor de Tecnologia da Informação.

De fato, a gestão do curso tem se esforçado para cumprir de maneira satisfatória o que impõe o projeto pedagógico. Mas, apesar disso, é interessante promover maior divulgação dos impactos positivos do projeto de extensão que mantém em parceria com o curso de Ciência da Computação, para que alunos de todos os cursos pudessem compreender e vivenciar a interdisciplinaridade.

4.3.4 O Curso de Ciências Contábeis e a Educação Ambiental

O curso de Ciências Contábeis oferecido pela Facape, foi reconhecido pelo Ato nº 624 de 4 de março de 2002, publicado no DOE²². / PE, em 5 de março de 2002. O período mínimo de integralização curricular é de 4 anos e o período máximo é de 8 anos. O curso oferece 50 vagas por semestre e atualmente, possui 450 alunos matriculados nos turnos vespertino e noturno. A carga horária total do curso é de 3000 horas, assim divididas:

- ✓ Disciplinas obrigatórias: 2.280h
- ✓ Disciplinas Eletivas: 180h
- ✓ Disciplinas Optativas: 60h
- ✓ Estágio Supervisionado: 300h
- ✓ Atividades Complementares: 180h

²¹ Grifo nosso

²² Diário Oficial do Estado

A matriz curricular do curso é composta por 42 componentes curriculares, obrigatórios, eletivos e optativos²³ distribuídos em 8 períodos letivos.

Apesar de não constar entre os componentes obrigatórios e eletivos, a disciplina Desenvolvimento Sustentável foi oferecida aos alunos no segundo semestre de 2017, com 40 alunos matriculados. Assim como, no semestre atual, onde 59 discentes se interessaram em discutir as questões ligadas ao Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com o coordenador, o entendimento acerca da educação ambiental que permeia o curso é situar o aluno no ambiente. Fazendo-o entender que todas as ações devem ter em conta o ambiente inserido. O conteúdo ambiental ainda é um tema pouco explorado nos eventos acadêmicos promovidos pelo curso, segundo o coordenador. Contudo, ele afirma que as disciplinas do curso e suas discussões oferecem condições para formar um profissional-cidadão, com senso crítico em relação as questões ambientais, e que o mesmo está desenvolvendo uma linha de pesquisa voltada para Economia Circular aplicada ao Bioma Caatinga.

Ainda segundo ele, o curso trata da temática ambiental nas argumentações pertinentes às disciplinas: Contabilidade Agrícola, Gestão do Agronegócio e Desenvolvimento Sustentável, que são, no seu entender, disciplinas que tratam diretamente sobre a tônica ambiental. Sobre a qualificação dos professores designados para ministrar tais disciplinas, o coordenador reconhece que nenhum deles possui formação na área ambiental.

Sobre dificuldades para incluir ou tratar da temática ambiental no curso de Ciências Contábeis, o coordenador afirma que: “Não tenho dificuldade. Mas, diria que é essencial convencer o aluno da importância da temática, antes de sair jogando conteúdo”.

²³ Segundo o projeto pedagógico do curso, foi dada maior flexibilidade de escolha para a disciplina optativa, facultando ao aluno escolher qualquer disciplina, com no mínimo 60h/aula, cursada na graduação ou na pós-graduação, que o aluno julgue complementar ou ampliar seus conhecimentos, habilidades ou aptidões. Essa disciplina pode ser realizada no âmbito da Facape ou nas instituições parceiras que possuem Convênio de Mobilidade Discente: UNIVASF, UNEB e UPE.

A formação dos alunos do curso se divide em núcleos que são refletidos na estrutura curricular, são eles:

- ✓ **Núcleo de formação geral quantitativa; Núcleo de formação geral qualitativa; Formação básica** → Fundamentos da Contabilidade, Contabilidade Básica, Contabilidade Financeira, Contabilidade Comercial e Estrutura das Demonstrações Contábeis;
- ✓ **Núcleo de formação técnica** → Práticas Contábeis, Jogos Empresariais, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Contabilidade Tributária e Contabilidade de Custos, Contabilidade Aplicada ao Setor Agropecuário e Gestão do Agronegócio;
- ✓ **Núcleo de formação avançada** → Contabilidade Avançada I e II, Contabilidade Internacional, Controladoria, Auditoria Contábil e Perícia Contábil;
- ✓ **Núcleo de formação científica** → disciplinas que preparam o aluno para a pesquisa científica.

O projeto pedagógico do curso destaca a preocupação do colegiado com o encadeamento e distribuição das disciplinas ao longo da estrutura curricular, contudo, percebe-se a ausência de disciplinas com teor ambiental na matriz curricular. O que configura uma contradição, já que a coordenação do curso afirma que trabalha o conteúdo ambiental em suas discussões, tanto como conteúdo de disciplinas, quanto nos eventos acadêmicos, mesmo que de forma ainda tímida.

As disciplinas Desenvolvimento Sustentável apesar de estar sendo oferecida nesse semestre, não consta na matriz curricular, assim como a disciplina Contabilidade Ambiental, que segundo Brondani e Trindade (2005):

Em fevereiro de 1998, a Contabilidade Financeira Ambiental passou a ter o status de um novo ramo da ciência contábil, através da criação do Relatório financeiro e contábil sobre passivos e custos ambientais, pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (ISAR - *United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting*). (p.237)

Segundo Dol'col (2012), a evolução da disciplina Contabilidade Ambiental vem se acentuando dia após dia, uma vez que as organizações que querem atuar em prol do meio ambiente querem divulgar suas ações, apresentando como vantagens aspectos que favorecem a redução de custos, redução de penalidades por poluição, aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da poluição, melhoria da imagem institucional entre outros benefícios.

Dol'col (2012) ressalta ainda, que diante desse cenário, existe mais espaço para a atuação e, conseqüentemente, mais responsabilidade por parte dos profissionais da área contábil no processo de gestão social e ambiental.

Sendo assim, é recomendável a inserção da disciplina Contabilidade Ambiental, precedida da disciplina Desenvolvimento Sustentável, para contextualizar e incentivar as discussões acerca do ambiente, na estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis da Facape, para que o mesmo possa alcançar de forma exitosa, oportunizar ao egresso a qualificação necessária à compreensão de questões científicas, técnicas, sociais e econômicas em processo no mundo contemporâneo, como afirma em seu projeto pedagógico.

4.3.5 O Curso de Economia e a Educação Ambiental

O curso de Economia oferecido pela Facape foi reconhecido em 2006 pelo Processo Nº 285/2006, Parecer CEE/PE²⁴ Nº 109/2008-CES, homologado pela Portaria-SE Nº 462/2009, de 23/01/2009, publicada no DOE de 24 de janeiro de 2009.

O período mínimo de integralização curricular é de 4 anos e, o período máximo é de 8 anos. São oferecidas 50 vagas por semestre através de vestibular, e atualmente o curso conta com 60 alunos matriculados no turno noturno. A carga horária total do curso é de 3000 horas, assim divididas:

- ✓ Formação Geral: 600 horas
- ✓ Formação Teórico-Quantitativa: 1.380 horas

²⁴ Conselho Estadual de Educação do Estado de Pernambuco

- ✓ Formação Histórica: 240 horas
- ✓ Formação Teórico Práticos: 780 horas

Ao todo, são 43 componentes curriculares, entre obrigatórios e eletivos que compõem a matriz curricular do curso. As disciplinas que discutem as questões ambientais no curso de Economia estão apresentadas no quadro 10.

Quadro 10: Disciplinas que abordam a temática ambiental no Curso de Economia (2017)

Disciplina	Obrigatória	Eletiva	CH
Desenvolvimento Sustentável		X	60

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

O único componente curricular com teor ambiental oferecido pelo curso é a disciplina Desenvolvimento Sustentável e está entre os componentes eletivos a disposição dos alunos do curso. Atualmente, ela está sendo oferecida, porém a coordenação não informou a quantidade de discentes matriculados.

Segundo o projeto pedagógico, o curso visa, entre outros objetivos:

- ✓ Promover uma formação profissional humanista, focadas no desenvolvimento econômico e social da região;
- ✓ proporcionar aprendizado multidisciplinar, estimulando o acadêmico à percepção interdisciplinar das Ciências Econômicas;
- ✓ oferecer e incentivar a busca de conhecimentos de caráter científicos, técnicos, sociais, econômicos e financeiros em âmbito nacional e internacional nos diferentes setores da sociedade;
- ✓ formar profissionais com senso ético, responsabilidade social e formação humanista.

Além disso, pretende formar profissionais conscientes do seu papel na sociedade e com capacidade de influir nos rumos da economia regional, nacional e mundial contribuindo com soluções práticas, estruturadas e propositivas para o desenvolvimento

sustentável, economicamente rentável e, sobretudo, socialmente justo, segundo consta no projeto pedagógico do curso.

Tanto os objetivos listados quanto o perfil do egresso almejado pelo curso, levam a entender que os discentes sejam apresentados a todos os conteúdos inerentes ao estudo da ciência econômica, incluindo discussões sobre problemas sociais, políticos e ambientais, pois é notável que a sociedade vem sofrendo mudanças, deparando-se com novas vertentes, culturais, sociais e econômicas. Vertentes que demandam novas formas de conexão entre atividades econômicas e o meio ambiente.

Todavia, ao ser questionada sobre qual o entendimento do curso sobre a temática ambiental, a coordenação afirmou que não lida com esse tema diretamente. A promoção de seminários, minicursos ou projetos que abordem o teor ambiental, segundo a coordenação, não é recorrente, pois acontecem de forma transversal. Em relação ao ambiente, a gestão do curso afirma que as disciplinas do curso e suas discussões oferecem condições para atuação de um profissional-cidadão. Ainda de acordo com a coordenação, o curso não possui nenhum projeto de pesquisa ou extensão voltado para a temática ambiental.

Ainda de acordo com a coordenação, a única disciplina, com conteúdo ambiental da matriz curricular do curso, é ministrada por docentes sem formação na área. Sobre dificuldades para discutir as questões ambientais no curso, a coordenação afirma não ter nenhuma.

É possível notar que o curso de Economia oferecido pela Facape é um curso que carece de discussões acerca de conteúdo ambiental. A atuação de um economista exige que o mesmo seja capaz de compreender as transformações pelas quais passam a sociedade e o meio ambiente, para isso faz-se necessário oferecer o conhecimento adequado, para que possa elaborar proposições que favoreçam tal relação. Sobre isso, Menuzzi e Silva (2015), destacam que:

Um dos desafios da problemática ambiental é que esta é compreendida de maneira diferente conforme o conhecimento humano, não sendo, às vezes, compartilhada por todos, dificultando a formação de um pensamento mais integral e racional, que possa contribuir para o

desenvolvimento de ações que resultem em um impacto positivo para a sociedade. (p.10)

Com o intento de atender aos objetivos do projeto pedagógico do curso, é pertinente que outros componentes de teor ambiental sejam inseridos em sua matriz curricular. Como sugestão, podemos citar as disciplinas: Economia Ambiental e a Economia Ecológica, que são as duas correntes principais onde se divide o debate acadêmico sobre economia do meio ambiente e sustentabilidade, conforme asseveram Menuzzi e Silva (2015). As duas correntes metodológicas visam esclarecer, explicar o problema ambiental e desenvolver ações que gerem resultados satisfatórios, segundo Menuzzi e Silva (2015), partindo de considerações acerca das características de tais recursos.

‘Para formar um profissional-cidadão ético, é imperativo que a estrutura curricular do curso e suas ações acadêmicas²⁵ se transformem num palco onde se possam realizar discussões que conduzam o aluno a refletir e questionar, conforme recomenda Menuzzi e Silva (2015), se conseguiremos manter o progresso material (contínuo) em harmonia com a preservação da natureza e o que precisa mudar na ciência econômica para que isso ocorra.

4.3.6 O Curso de Administração e a Educação Ambiental

O curso de Administração é o mais antigo da faculdade. Suas atividades tiveram início através da Resolução 01/77 de 13.01.1977 do Conselho Estadual de Educação – CEE/PE. O período mínimo de integralização curricular é de 4 anos e o máximo é de 8 anos. O curso oferece 100 vagas por semestre, disponibilizadas em dois turnos: matutino e noturno. Atualmente, o curso conta com 446 alunos matriculados. A carga horária total do curso de Administração é de 3070 horas, assim divididas:

- ✓ Disciplinas da Formação básica: 780 horas
- ✓ Disciplinas da Formação Profissional: 1990 horas
- ✓ Disciplinas de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: 300 horas

²⁵ Promoção de seminários, minicursos, grupos de discussão, etc.

A matriz curricular do curso é composta por 44 disciplinas, entre obrigatórias e eletivas. Os componentes curriculares que discutem o meio ambiente no curso estão expostos no quadro 11.

Quadro 11: Disciplinas que abordam a temática ambiental no Curso de Administração (2017)

Disciplina	Obrigatória	Eletiva	CH
Desenvolvimento Sustentável	X		60

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

Assim como acontece nos outros cursos da Facape, o curso de Administração possui apenas um componente curricular com conteúdo ambiental, a disciplina Desenvolvimento Sustentável. No entanto, ao contrário do que ocorre nos outros cursos, a matéria faz parte dos componentes obrigatórios, o que representa um pequeno avanço se compararmos ao cenário geral estabelecido na instituição que a oferece apenas como eletiva.

A cadeira vem sendo ofertada pelo curso desde 2012, assim como acontece atualmente. A coordenação não soube informar quantos alunos foram matriculados para cursar a disciplina desde então. Porém, no ano de 2017, foram 106 alunos matriculados e no presente semestre, são 41 discentes inscritos.

De acordo com o seu projeto pedagógico, o curso busca, entre outros objetivos: Formar profissionais qualificados para o mundo do trabalho nos diferentes segmentos organizacionais, capazes de contribuir com o desenvolvimento da sociedade; Difundir os diversos modelos organizacionais, de modo a construir uma concepção de desenvolvimento sustentável aplicável ao contexto social contemporâneo, numa perspectiva ética e cidadã.

Além disso, ainda segundo o seu projeto pedagógico, para a formação do perfil do egresso:

O curso de Administração busca oportunizar ao egresso a qualificação necessária à compreensão de questões científicas, técnicas, sociais e

econômicas em processo no mundo contemporâneo. Nesta perspectiva, busca habilitar o egresso ao gerenciamento e à assimilação de novas informações, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade às mudanças e ainda, habilidade e competência no trato de situações adversas presentes ou emergentes no campo de atuação do administrador.

Diante das colocações expostas no projeto pedagógico do curso, entende-se que o egresso deve ser capaz de lidar com as mudanças constantes do mundo contemporâneo, no sentido social, ético, político, ambiental, econômico e cidadão, devendo estar pronto a assimilar as novas informações. Contudo, apesar de contar com um componente curricular que, através de seu conteúdo programático, promove discussões sobre as questões ambientais, o entendimento do curso de Administração da Facape acerca da temática ambiental, segundo a coordenação, é de tratar-se de proteção à natureza. Uma visão já superada nos dias atuais.

A coordenação do curso afirma que o conteúdo ambiental, apesar de fazer parte da matriz curricular, não é objeto de promoção de seminários, curso ou minicursos oferecidos, não sendo sequer incentivados, isto é, as discussões se resumem a sala de aula correspondente ao período letivo onde a matéria de teor ambiental é ministrada. É relevante salientar, que segundo a coordenação, a matéria é lecionada por um docente com formação na área ambiental.

A coordenação aponta como dificuldades para abordar a temática ambiental no curso, a falta de foco do projeto político pedagógico. Além disso, alega que existe fatores que contribuem para a inconsistência da abordagem ambiental no curso: a resistência²⁶ e a falta de compromisso do colegiado.

As dificuldades apontadas pela coordenação para tornar efetiva a abordagem da temática ambiental no curso, não são exclusividade do curso de Administração da Facape. A resistência nasce na incompreensão de que, segundo Barbieri (2004), grande

²⁶ Em sua resposta ao questionamento, o coordenador não deixou claro de quem partia a resistência, se do colegiado ou da instituição.

parte dos problemas ambientais decorre da maneira como os empresários e administradores exercem suas atividades.

As empresas são parte desses problemas ambientais, pela utilização de recursos do meio ambiente para produzir bens e serviços ou pelos resíduos que geram direta ou indiretamente. Adquiriram uma enorme capacidade para induzir comportamentos, modificar hábitos de consumo, despertar necessidades latentes e criar desejos, em outras palavras, influenciando corações e mentes de um modo avassalador: muito do que as pessoas pensam a respeito do ser humano e do meio ambiente provém das suas atividades e do seu modo de agir. Por isso, talvez nenhum curso de formação profissional tenha tanta necessidade e urgência de incluir a educação ambiental do que os de administração de empresas (BARBIERI, 2004, p. 15)

Ao não desdobrar o conteúdo ambiental visto, em apenas uma disciplina, em sala de aula, em outras ações acadêmicas como seminários, grupos de estudos, etc, o curso faz com que o aluno pense que a administração é uma atividade que deve produzir efeito exclusivo à empresa. Um posicionamento que segundo Barbieri (2004), não se sustenta, uma vez que desde as discussões ocorridas na Conferência de Estocolmo, em 1972, não faltaram estudos apontando para a necessidade urgente de incluir o meio ambiente em todas as decisões empresariais.

Sendo assim, é imprescindível que a qualificação do egresso contemple a compreensão de questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e **ambientais**²⁷. As decisões empresariais desse profissional geram impactos consideráveis ao ambiente social, físico e biológico. Diante disso, discutir as questões ambientais, faz com que o discente possa abrir os olhos aos problemas ambientais e enxerga-lo além do atendimento às exigências legais obrigatórias em qualquer atividade produtiva.

4.3.7 O Curso de Direito e a Educação Ambiental

Direito é o curso mais concorrido nos vestibulares semestrais da faculdade, uma situação levou a abertura de mais uma turma²⁸ nos turnos matutino e vespertino. As atividades do curso tiveram início em 2003, através do Processo Nº 48-B/2002. Parecer

²⁷ Grifo nosso.

²⁸ O curso já possuía turmas matutinas e vespertinas do 1º ao 10º período.

CEE/PE Nº 105/2003-CES. Aprovado pelo plenário em 03/11/2003. O período mínimo de integralização curricular é de 5 anos, e a máxima de 10 anos. São disponibilizadas 250 vagas por semestre através de vestibular, sendo 100 vagas para o turno matutino, 100 vagas para o turno vespertino e 50 vagas para o turno da noite. Atualmente, o curso conta com 1500 alunos matriculados. A carga horária total do curso de Direito da Facape é de 4.100 horas, divididas em:

- ✓ Formação Fundamental: 840 horas
- ✓ Formação Profissional: 2.760 horas
- ✓ Formação Prática: 770 horas

O curso oferta 64 disciplinas, entre obrigatórias e eletivas. Os componentes curriculares que versam sobre o contexto ambiental e que são oferecidos pelo curso estão dispostos no quadro 12.

Quadro 12: Disciplinas que abordam a temática ambiental no Curso de Direito (2017)

Disciplina	Obrigatória	Eletiva	CH ²⁹
Direito Ambiental		X	
Desenvolvimento Sustentável		X	
Gestão e Educação ambiental		X	30
Meio Ambiente e Cidadania		X	30
Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade		X	30
Teorias e Estratégias do Desenvolvimento Sustentável		X	
Economia do Meio ambiente e dos Recursos Naturais		X	
Ordenamento Ambiental e Zoneamento Ecológico-Econômico		X	

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

²⁹ No PPC do curso não consta a carga-horária de todas as disciplinas eletivas.

O curso de Direito se destaca em relação aos demais cursos da Facape não somente pela alta concorrência, mas também pela quantidade de disciplinas com conteúdo ambiental que o mesmo disponibiliza em sua estrutura curricular. É o único que possui um eixo temático, com 8 componentes curriculares, voltados para as discussões referentes ao meio ambiente, numa abordagem que vai além da percepção ecológica, tão presente nos demais cursos da instituição.

Todavia, das oito disciplinas disponíveis, apenas 3 foram oferecidas aos alunos. No semestre atual, apenas duas foram disponibilizadas: Gestão e Educação Ambiental e Meio Ambiente e Sociedade. A primeira conta com 105 alunos matriculados nesse semestre e em relação a segunda matéria, não nos foi informado o quantitativo de discentes matriculados.

No tocante a formação do discente de Direito, o projeto pedagógico do curso elenca os objetivos abaixo:

- ✓ Dotar os bacharéis em Direito com formação científica e técnico-profissional, capacitando-os para compreender e enfrentar os desafios da vida profissional e social;
- ✓ Formar operadores do Direito com postura reflexiva, crítica e criativa diante da complexidade dos problemas jurídicos e sociais orientados pelos princípios da justiça, ética e democracia;
- ✓ Propiciar uma formação acadêmica que atenda às complexidades dos problemas jurídicos nacionais bem como às peculiaridades, regionais e locais fomentada pelos preceitos legais consagrados pela Constituição da República Federativa do Brasil;
- ✓ Promover o estudo do Direito a partir de uma perspectiva interdisciplinar capaz de atender ao mundo do trabalho sem perder de vista a sensibilidade para os valores de uma sociedade em constante transformação.

Em referência ao perfil do egresso, de acordo com o projeto pedagógico, almeja-se que:

...o bacharel em Direito da FACAPE em seu entorno profissional seja um agente transformador, **comprometido com o exercício pleno da cidadania, o desenvolvimento sustentável, economicamente rentável e, sobretudo, socialmente justo**³⁰.

Nota-se que o projeto pedagógico traz a preocupação em desenvolver no discente a sensibilidade para as transformações sociais e ambientais, uma percepção confirmada pela coordenação do curso que, ao ser indagada sobre o entendimento do mesmo em relação à educação ambiental, nos respondeu que no projeto mais recente do curso foi dado um espaço maior para a temática ambiental.

No entanto, a coordenação afirmou também que as questões ambientais não são temas de seminários, minicursos ou projetos promovidos pelo curso de Direito. Ainda segundo a coordenação, em datas comemorativas cogita-se a discussão sobre o tema, mas as ações não acontecem de fato.

Sobre as dificuldades apontadas pela coordenação para levar as discussões sobre ambiência para além dos conteúdos programáticos previstos para as disciplinas, foi apontada a necessidade de promover uma maior relação da temática ambiental com as demais disciplinas do curso. Para a coordenação, uma forma de tornar isso uma realidade é ampliar o espaço dentro do curso para a temática.

Comparativamente aos outros cursos de graduação da Instituição, o curso de Direito se destaca pelo espaço ocupado pelos componentes curriculares com conteúdo ambiental, mesmo como eletivos, em sua matriz curricular. Ainda assim, somente 3 disciplinas foram oferecidas pelo curso desde que suas atividades foram iniciadas. Apesar disso, o curso de Direito apresenta os mesmos problemas dos demais cursos da instituição, ou seja, encontra dificuldades para tratar do tema além da sala de aula, de forma transversal. Tal situação pode comprometer os objetivos do curso e a almejada formação do egresso.

De acordo com Souza (2012), é preciso inserir a educação ambiental, ao menos como princípio, na formação dos discentes do curso de Bacharelado em Direito,

³⁰ Grifo do projeto pedagógico.

introduzir esta concepção não somente como disciplina, mas como tema transversal que deve ser abordado em qualquer matéria do ramo, não somente do Direito Ambiental. Souza (2012) afirma ainda que:

É imprescindível que o profissional de Direito exercite a prática da educação ambiental em seu dia a dia, principalmente quando se confronta com casos na seara do direito ambiental, pois o profissional que possui os instrumentos jurídicos intelectuais a sua disposição deve exercitá-los no seu cotidiano, seja para defender uma tese, seja para esclarecer em juízo algum ponto controvertido de cunho ambiental. (p.5)

Sendo assim, faz-se necessário que o profissional de Direito desenvolva uma melhor percepção acerca das questões ambientais para que o mesmo não acredite que a aplicação do Direito no ambiente aconteça apenas de forma punitiva e que seja capaz de promover transformações socioambientais positivas através dos instrumentos legais.

4.3.8 O Curso de Comércio Exterior e a Educação Ambiental

O curso de Comércio Exterior iniciou suas atividades através do Processo Nº 52/2002, Parecer CEE/PE Nº 83/2004-CES, aprovado pelo plenário em 14/09/2004 e autorizado pela Portaria SEDUC³¹ nº 5041 de 27/09/2004. O período mínimo de integralização curricular é de 03 anos e o máximo, é de 6 anos. O curso oferece, através de vestibular, 50 vagas por semestre. Atualmente conta com 81 alunos matriculados no turno da noite. A carga horária total do curso é de 2.400 horas distribuídas em:

- ✓ Formação Geral: 600 horas
- ✓ Formação Profissional: 1.200 horas
- ✓ Formação Teórico-Prática: 600 horas

A matriz curricular é composta por 34 disciplinas. Os componentes curriculares do curso, que tratam das discussões referentes ao meio ambiente estão dispostos no quadro 13.

³¹ Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco

Quadro 13: Disciplinas que abordam a temática ambiental no Curso de Comércio Exterior (2017)

Disciplina	Obrigatória	Eletiva	CH
Desenvolvimento Sustentável	X		60
Gestão Ambiental Portuária		X	30
Gestão Logística Reversa		X	30
Economia Ambiental		X	60

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

Assim como acontece no curso de Administração, o curso de Comércio Exterior possui como obrigatória, a disciplina Desenvolvimento Sustentável. Dentre as eletivas, são oferecidas 3 matérias com conteúdo ambiental.

Contudo, segundo a coordenação, a disciplina desenvolvimento sustentável não está sendo ofertada nesse semestre. A coordenação revelou que a disciplina Gestão Ambiental Portuária, infelizmente, não é ofertada na grade do curso. No entanto, a referida disciplina está presente na matriz curricular do curso, conforme consta em seu projeto pedagógico.

Sobre educação ambiental o curso entende, segundo a coordenação, que por se tratar de um curso no qual está inserido sua relação direta com o meio ambiente, algumas disciplinas ofertadas na grade curricular possibilitam ao discente essa visão, como acontece com o estudo da Logística Reversa nas empresas de exportação do Vale. Apesar disso, a coordenação afirma que o curso não possui parceria diretas ou permanentes com nenhuma empresa ou instituição pública.

Mesmo com disciplinas com conteúdo ambiental presentes em sua grade curricular, o curso não tem as questões ambientais como tema de seminários ou minicursos promovidos por ele, embora haja tentativas, segundo a coordenação. O que a gestão do curso cita como relevante nesse sentido, é a realização de alguns trabalhos de conclusão de curso que abordaram o tema logística reversa. A coordenação alega que a dificuldade de inserir a temática ambiental nas ações acadêmicas, que

ultrapassam a sala de aula, consiste em desvincular a conscientização da capitalização. A coordenação afirma perceber que: “a carência que tanto os nossos alunos, quanto a população em geral tem de informações que de fato retratem a realidade do nosso meio ambiente, sobretudo quando se trata do Vale do São Francisco. Já que temos um Rio que está pedindo socorro e um bioma pouco estudado.”

No entanto, entre os objetivos do curso que constam no projeto pedagógico, podemos destacar:

- ✓ Formar profissionais-cidadãos competentes, empreendedores, éticos, hábeis e comprometidos para atuarem em qualquer cenário ocupacional de natureza política, econômica e cultural;
- ✓ Formar o bacharel-cidadão crítico, consciente, reflexivo e ético para com as questões socioambiental e de responsabilidade social.

Ainda segundo o projeto pedagógico, o egresso estará qualificado para exercer seu papel como agente impulsionador do desenvolvimento sustentável, atuando assim, nas mais diversificadas áreas como: de abertura de mercados consumidores no exterior e nas operações de embarque e desembarque de mercadorias e recebimento de divisas; instituições financeiras; órgãos governamentais; embaixadas; escritórios de despachantes; empresas comerciais; empresas de transportes; empresas de seguros; dentre outras.

Mas como alcançar essa formação se as discussões acerca das questões ambientais se restringem ao conteúdo programático de disciplinas apenas? É um entendimento que, segundo Santiago (2015), nos dias atuais, proteger o meio ambiente significa ampliar oportunidades para expansão de mercados, reduzir os custos dos fatores de produção e prevenir o comércio contra barreiras impostas por economias avançadas.

Ainda de acordo com Santiago (2015), há grande necessidade de se conciliar as políticas voltadas ao comércio internacional com as medidas de qualidade ambiental, de modo que o crescimento do comércio e a livre iniciativa deixem de ser os grandes vilões do meio ambiente e tornem-se potenciais propulsores da universalização de tecnologias

mais limpas, com baixos custos de produção, assegurando conservação do capital natural do planeta.

Diante disso, é uma necessidade urgente ultrapassar as paredes das salas de aula para provocar e oferecer oportunidades de discussões que possam de fato proporcionar a formação de um profissional-cidadão como almeja o projeto pedagógico do curso.

4.3.9 Os cursos de graduação da Facape e as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental

Os mais diversos problemas ambientais presentes em todo o planeta, provocam discussões acerca da inserção da temática ambiental na prática educacional. É possível perceber a inquietação das instituições de ensino para implementar de forma eficiente o conteúdo na sua rotina pedagógica. A Constituição Federal do Brasil, de 1988, já determinava que o Estado deveria proporcionar a educação ambiental em todos os níveis de ensino, conforme consta no inciso VI do § 1º do artigo 225, entretanto, somente em junho de 2012, após 24 anos, foram aprovadas pelo MEC, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Segundo Santos e Costa (2015), as diretrizes são orientações para o pensamento e a ação, portanto, trazem orientações explícitas de como deve ser pensada e conduzida a ação educacional em todos os níveis de ensino, em relação a educação ambiental.

São muito os esforços para a melhor compreensão da educação ambiental, são esforços que demandam desenvolvimento de um olhar multidimensional. Sobre isso, Morin (2011) afirma que o meio ambiente é um macrossistema complexo, cujos elementos estão interligados e inter-relacionados entre si. As DCNEA³², destacam que:

Art. 13. I – Desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo (BRASIL, 2012, p.4)

Art. 1º II – Estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da educação ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de educação ambiental como integrante do currículo supere a

³² Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental

mera distribuição do tema pelos demais componentes (BRASIL, 2012, p.2)

Art. 4º - A educação ambiental é construída com responsabilidade cidadã, na reciprocidade das relações dos seres humanos entre si e com a natureza (BRASIL, 2012, p.2)

Os artigos apresentados ressaltam que a educação ambiental não pode ser reduzida a explicações singelas e soltas, uma vez que o meio ambiente deve ser estudado e analisado de forma sistêmica e integradora.

Após a análise dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Facape, é possível perceber a existência de um esforço institucional para inserir a educação ambiental nos currículos dos seus cursos, entretanto, a visão desconexa e simplificada ainda está presente na percepção dos atores envolvidos com os cursos: docentes e coordenação.

As DCNEA destacam que para o desenvolvimento da educação ambiental é necessário entendê-la como uma prática educativa integradora, interdisciplinar, permanente e contínua, não devendo ser implantada como disciplina ou componente curricular específico (BRASIL, 2012).

Art. 14.II – Abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas (BRASIL, 2012, p.4)

Os currículos presentes nos projetos pedagógicos dos cursos da Facape nem sempre consideram o papel socioeducativo da instituição, os aspectos ambientais, culturais, as questões de gênero, etnia e diversidade na elaboração dos mesmos. A proposta curricular não contempla as peculiaridades dos cursos, isso é perceptível ao analisar as matrizes curriculares, onde a maioria dos cursos apresenta disciplinas iguais, como é o caso da disciplina Fundamentos de Economia, e Desenvolvimento Sustentável, presentes em todos os cursos, mas com o mesmo conteúdo programático, uma situação que desconsidera as especificidades de cada área de conhecimento. Acerca disso, as DCNEA ressaltam nos § 1º e no § 2º do Art. 15, que:

§ 1º A proposta curricular é constitutiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e dos Projetos e Planos de Cursos (PC) das instituições de Educação Básica, e dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e do Projeto Pedagógico (PP) constante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições de Educação Superior (BRASIL, 2012, p. 5);

§ 2º O planejamento dos currículos deve considerar os níveis dos cursos, as idades e especificidades das fases, etapas, modalidades e da diversidade sociocultural dos estudantes, bem como de suas comunidades de vida, dos biomas e dos territórios em que se situam as instituições educacionais (BRASIL, 2012, p. 5).

Santos e Costa (2015) ressaltam que a educação ambiental é capaz de proporcionar, aos alunos, a compreensão da interação entre meio ambiente equilibrado/qualidade de vida do homem, além do aprofundamento crítico-reflexivo, resultante dos estudos científicos e da perspectiva crítica. Quanto a isso, as DCNEA dizem que:

III - Aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade educacional em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual.

IV - Incentivo à pesquisa e à apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos que aprimorem a prática discente e docente e a cidadania ambiental.

V - Articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações (BRASIL, 2012, p. 4).

Todos os cursos de graduação da Facape almejam formar profissionais-cidadãos, capazes de desenvolver uma consciência crítica e reflexiva acerca dos desafios da sociedade, nos contextos social, econômico, político e ambiental. Para tanto, a instituição precisa desenvolver novas metodologias com o intuito de construir a cidadania ambiental. A instituição precisa estar aberta para as inovações educativas, precisa se despir de preconceitos, segundo Carvalho (2006), objetivando um ensino de qualidade,

uma formação integral ao aluno intencionado a contribuir com uma mudança de valores e atitudes, formando um sujeito ecológico capaz de identificar e problematizar questões socioambientais, agindo sobre elas.

Essa transformação do ensino passa por outra inovação: a formação docente. É necessário investir na formação dos docentes que se tornem capazes de discutir as questões ambientais de forma crítica. Essa preocupação está descrita nas DCNEA:

Art. 19. Os órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino devem articular-se entre si e com as universidades e demais instituições formadoras de profissionais da educação, para que os cursos e programas de formação inicial e continuada de professores, gestores, coordenadores, especialistas e outros profissionais que atuam na Educação Básica e na Superior capacitem para o desenvolvimento didático-pedagógico da dimensão da Educação Ambiental na sua atuação escolar e acadêmica (BRASIL, 2012, p. 7);

§ 1º Os cursos de licenciatura, que qualificam para a docência na Educação Básica, e os cursos e programas de pós-graduação, qualificadores para a docência na Educação Superior, devem incluir formação com essa dimensão, com foco na metodologia integrada e interdisciplinar (BRASIL, 2012, p. 7).

Poucos docentes da Facape possuem formação inicial ou continuada na área ambiental, fato que dificulta o desdobramento da temática ambiental em ações acadêmicas, como seminários, minicursos, etc. Além disso, algumas disciplinas de conteúdo ambiental são ministradas por docentes que não possuem tal formação, o que contribui para que o discente desenvolva um conceito de que a educação ambiental se restringe a ações de viés biológico, ou seja, desenvolve no aluno uma consciência ingênua a respeito da educação ambiental. Sobre isso as DCNEA, ressaltam que:

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender de forma pertinente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Educação Ambiental. (p.8)

Um ponto delicado em relação a abordagem da educação ambiental nos cursos de graduação da Facape, é o fato do debate se restringir ao conteúdo programático da

disciplina, quando a mesma é ofertada. Sobre a inserção da educação ambiental nos currículos, as DCNEA orientam que:

Art. 16. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer:

I - Pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;

II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;

III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

Parágrafo único. Outras formas de inserção podem ser admitidas na organização curricular da Educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerando a natureza dos cursos.

A transversalidade, segundo Barbieri (2004), é um conjunto de temas que devem ser integrados nas diversas matérias que são oferecidas pelos cursos. A transversalidade também se faz presente quando os seminários, as palestras, os debates são promovidos fora da sala de aula específica de um curso, convidando a todas as áreas de conhecimento a entender como aplicar a educação ambiental na sua formação.

O conceito de transversalidade dentro de um currículo refere-se a um tipo de ensino que deve estar presente na educação obrigatória, não como uma unidade didática isolada, mas como eixo fundamental dos objetivos, conteúdos e princípios para salvaguardar as interconexões entre matérias clássicas, acrescentando novidades próprias de contextos sociais dinâmicos que mudam e evoluem ao longo do tempo (BARBIERI, 2004, p.21).

É possível afirmar que a palavra eixo, no sentido figurado, é como se fosse a linha principal que une vários pontos. Do ponto de vista educacional, Barbieri (2004) afirma que um eixo transversal permite articular os conteúdos e objetivos das disciplinas em torno de si.

Sendo assim, ao examinarmos os currículos dos cursos de graduação da Facape, podemos notar a ausência desse eixo voltado para a educação ambiental,

consequentemente, a ausência da transversalidade, orientada pelas DCNEA. Contudo, existe uma exceção: o curso de Direito, que divide seus componentes curriculares eletivos em eixos, sendo um deles voltado para sustentabilidade socioambiental, contemplando 8 disciplinas de conteúdo ambiental, mas apesar disso, as disciplinas permanecem isoladas. Segundo Bernardes e Pietro (2010), nenhuma área de conhecimento ou disciplina isolada consegue abordar todas as questões ambientais.

A articulação entre as disciplinas de um eixo somente acontecerá com a aplicação da interdisciplinaridade e da multidisciplinaridade. As DCNEA incentivam fortemente o desenvolvimento da educação ambiental na perspectiva interdisciplinar. Entretanto, instituições como a Facape que ainda não conseguem adotar essa perspectiva e sofrem com uma educação compartimentada, onde as áreas de conhecimento não conversam entre si, não devem abrir mão de componentes curriculares com conteúdo ambiental específico, mesmo indo de encontro com a legislação, uma vez que é necessário e urgente discutir as questões ambientais.

Em relação a educação ambiental, os cursos de graduação da Facape ainda não atendem às orientações das DCNEA. Entretanto, a existência das disciplinas isoladas leva a crer que, apesar das resistências, é possível acreditar que num futuro próximo as discussões ultrapassem as paredes das salas de aula e cheguem até os seminários, minicursos e palestras promovidos pelos cursos. Já seria um bom começo.

4.4 Análise da harmonização da proposta formativa da Facape em relação as proposições das DCNEA

Considerando que os debates atuais no âmbito territorial, regional e nacional, são norteados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, as DCNEA, a verificação da existência de sintonia foi realizada considerando as mesmas e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, da Facape.

Por conseguinte, faz-se necessário esclarecer que o PDI analisado pelo presente trabalho é um documento que está expirado, pois se trata de um plano redigido em 2010, com ações previstas para o quadriênio 2011-2015. Segundo a Direção da instituição, o

PDI atual está em fase de finalização. Ainda de acordo com a Direção, a instituição encontrou dificuldades em formar uma comissão que se responsabilizasse pela elaboração do documento. Na inexistência de um PDI atual, o plano com a vigência expirada, foi o objeto de análise da presente pesquisa juntamente com as DCNEA.

Em decorrência do fato supracitado, é necessário ressaltar que plano foi elaborado antes das DCNEA, que ocorreu em 2012. Por essa razão, a análise não ocorreu no intuito de encontrar consonâncias ou divergências entre os dois documentos analisado, e sim, com a intenção de encontrar no plano, linhas de pensamento que comunguem com aquelas contidas nas orientações das DCNEA.

4.4.1 Aspectos relevantes acerca do PDI³³ Facapeano

O PDI da Facape foi elaborado no ano de 2010, com vigência prevista para o quadriênio 2011-2015, representando um instrumento normativo de planejamento e gestão da instituição. O projeto atende às exigências legais estabelecidas na Lei 10.861 de 14 de abril de 2004 que institui o SINAES³⁴, pelo Decreto 5.773 de 09 de maio de 2006 (PDI, 2010).

O plano possui 87 páginas, distribuídas em 9 capítulos:

- Cap. I → Perfil institucional
- Cap. II → Projeto pedagógico institucional – PPI
- Cap. III → Implantação e desenvolvimento de cursos
- Cap. IV → Perfil do corpo docente e técnico – administrativo
- Cap. V → Organização administrativa
- Cap. VI → Política de atendimento aos discentes
- Cap. VII → Infraestrutura
- Cap. VIII → Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional
- Cap. IX → Aspectos financeiros e orçamentários

³³ Plano de Desenvolvimento Institucional

³⁴ Sistema Nacional do Ensino Superior

O PDI está estruturado em eixos temáticos, sendo eles:

- Eixo 1 → Metas e objetivos da gestão
- Eixo 2 → Ensino, pesquisa e extensão
- Eixo 3 → Infraestrutura

A análise do documento se concentrou nos capítulos I, II e III.

4.4.2 Adequação do PDI da Facape às recomendações das DCNEA

A necessidade da inserção da educação ambiental em todos os níveis de ensino é uma realidade. Nesse sentido, as instituições de ensino passam a ter maior responsabilidade na abordagem do tema. As instituições de ensino superior estão incluídas nesse contexto e sobre o seu papel nesse processo, Santos e Costa (2015) ressaltam que é dever da universidade induzir o educando a desenvolver o senso crítico, sendo capaz de compreender e atuar na sociedade, proporcionando conhecimento dialético e não meramente mecanicista.

Diante de uma crise ambiental como a que vivemos nos dias atuais, é urgente a necessidade de desenvolver uma formação nova para docente e cidadãos com o intuito de promover uma consciência ambiental mais crítica. Quanto a isso, é possível fazer um paralelo entre a missão da instituição e o que diz Art. 10 das DCNEA:

Quadro 14 - Análise da adequação do PDI Facape às proposições das DCNEA, conforme seu Marco Legal

Art. 10 – Marco Legal	PDI Facape
As instituições de Educação Superior devem promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios da educação ambiental.	<p>I - Em seu capítulo 1, como missão e visão do futuro, a instituição admite a formação de profissionais comprometidos com a transformação das disparidades sociais e da degradação ambiental da região.</p> <p>II – Encontra-se como uma das metas pertencentes ao eixo temático 2, que trata do ensino, da pesquisa e da extensão, o compromisso de inserir a educação ambiental e o</p>

	desenvolvimento sustentável como componente de atividade extensionista. Essas posturas, ainda tímidas, estão em desacordo com as orientações das DCNEA, pois demonstra desconhecimento da abrangência da educação ambiental.
--	---

Fonte: Pesquisa

O Art. 14 das DCNEA é composto por 5 incisos que discorrem sobre os aspectos que as instituições de ensino devem contemplar em relação à educação ambiental. O quadro 15 mostra quais desses incisos são contemplados pelo plano da instituição.

Quadro 15 - Análise da adequação do PDI Facape ao Art. 14 das DCNEA

Art. 14	Contempla	Não contempla
I - Abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social	X	
II - Abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas		X
III - Aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade educacional em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual;	X	
IV - Incentivo à pesquisa e à apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos que aprimorem a prática discente e docente e a cidadania ambiental	X	
V - Estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental.		X

Fonte: Pesquisa

O inciso I está contemplado pelo PDI, e a instituição entende que se trata de um desafio, admitido pelo documento em seus Princípios Filosóficos e Técnico-Metodológicos.

... Este projeto percebe que o mais significativo desafio da Facape, diante das situações-limite da realidade social, ambiental, e de desenvolvimento econômico de Petrolina e seu entorno, é promover ações que efetivamente interfiram nas políticas públicas municipais exercitadas no campo das ciências aplicadas e sociais – na educação, na cultura e na

arte, nos direitos humanos, nas tecnologias da informação e da comunicação e nos procedimentos de gestão (PDI, 2010)

Em relação aos currículos dos cursos, plano afirma que:

Na concepção da FACAPE, o currículo a ser proposto, funda-se na perspectiva da teoria histórico-crítica, de modo a possibilitar o desenvolvimento de um trabalho educativo como atividade mediadora entre o indivíduo e a cultura humana e nessa linha de pensamento, considerar a seleção de conteúdos necessários à formação e ao desenvolvimento do estudante no contexto da prática social. Ademais, o currículo deve também privilegiar o aumento das possibilidades de acesso do egresso ao mundo do trabalho, o desenvolvimento da capacidade reflexiva e crítica associada a competência e a inventividade, a fim de permitir a construção de saberes edificados nas emergências da convivência humana (PDI, 2010).

No entanto, apesar de existir a tendência a integralização curricular, o plano não contempla a adoção de currículos que possibilitem a prática da interdisciplinaridade e da transversalidade. Assim sendo, o inciso II não é contemplado pelo PDI da instituição.

O pensamento crítico-reflexivo em relação aos problemas e transformações da sociedade, é contemplado pelo PDI, que entende que são imprescindíveis ainda o desenvolvimento do pensamento autônomo e crítico, a elaboração de julgamentos de valores próprios, aliando tais características à estética que nos permite a alteridade e daí aprender com o experienciar do outro (PDI, 2010), Assim sendo, entende-se que o inciso III é contemplado pelo plano, ainda que a palavra ambiental não esteja presente no texto, pois, para compreender os processos de transformação ocorridos na sociedade e no ambiente, faz-se necessário desenvolver a criticidade, estar disposto a rever valores entre outras habilidades.

O incentivo a pesquisa e a extensão estão presentes no plano e por isso atendem ao inciso IV do art. 14 das DCNEA. Segundo o PDI:

... A prática da pesquisa e da extensão se constituem campo de aprendizagem significativa por excelência e, portanto, é dever da

Facape oportunizar aos estudantes vivenciar tais experiências; ademais, é pela ação extensionista e pela pesquisa nas ciências humanas que a instituição de ensino superior poderá contribuir com a transformação da realidade socioambiental dessa região (PDI, 2010).

O inciso V não é contemplado pelo PDI da IES, pois não se verificou, no mesmo, a presença de planos de fazer uma instituição que no futuro se transforme em uma referência regional em sustentabilidade socioambiental.

Ao analisar os dois documentos e considerando o intervalo de tempo em que foram elaborados, foi possível perceber que o PDI apresenta uma discreta tendência a se aproximar daquilo que orientam as DCNEA. No entanto, são tendências voltadas para o viés ecológico da educação ambiental. Portanto, é necessário ampliar as discussões entre a comunidade acadêmica para que se alcance uma compreensão mais adequada sobre educação ambiental e sua abrangência.

As DCNEA trazem orientações para o desenvolvimento da educação ambiental em suas múltiplas particularidades, para isso é importante fomentar discussões entre os docentes, instituição e a sociedade. Sobre isso as DCNEA, em seu art. 15, destacam que:

Art. 15. O compromisso da instituição educacional, o papel socioeducativo, ambiental, artístico, cultural e as questões de gênero, etnia, raça e diversidade que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes dos projetos institucionais e pedagógicos da Educação Básica e da Educação Superior (BRASIL, 2012, p. 5);

Forma-se uma espécie de compromisso entre a instituição de ensino e a sociedade, com vistas ao desenvolvimento da educação ambiental. Cria-se uma situação onde todos ganham, pois, os bons resultados obtidos podem projetar positivamente a instituição.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da pesquisa foi examinar a prática pedagógica da Facape, buscando identificar as dificuldades e as potencialidades dos cursos de graduação da instituição em inserir a educação ambiental em sua dinâmica curricular.

Para tanto, foram ouvidos os membros da comunidade acadêmica, como professores, alunos e coordenadores de curso. Em seguida, foram feitas análises dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e do Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI, com o intuito de buscar semelhanças e divergências com as orientações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Em relação aos alunos dos cursos de graduação que participaram do estudo, ficou evidente que possuem uma compreensão desacertada a respeito da educação ambiental, uma situação que é consequência da abordagem fragmentada adotada pela instituição.

Os professores por sua vez, alegaram que não discutem a temática ambiental em sala de aula porque o tema não faz parte dos ementários dos componentes curriculares, o que demonstra uma falta de habilidade para trabalhar a interdisciplinaridade.

Alegaram ainda o desinteresse dos alunos e da instituição. O desinteresse dos alunos é questionável uma vez que mais de 50% deles afirmaram o contrário, algo que é perceptível quando observamos a quantidade de matriculados nas poucas disciplinas com conteúdo ambiental oferecidas pelos cursos.

Os coordenadores dos cursos de graduação apontaram como dificuldades para discutir os problemas ambientais, a resistência dos docentes, o desinteresse institucional, o fato do tema não fazer parte do foco do PPC, entre outras.

Como parte da pesquisa foram realizadas as análises dos PPC's dos cursos de graduação. Em relação às matrizes curriculares, foi observada a presença de poucas disciplinas de conteúdo ambiental. Em alguns cursos, toda a discussão a respeito do

meio ambiente se resume a uma única disciplina. Na maioria dos cursos, a disciplina não é obrigatória.

De fato, o meio ambiente se faz pouco presente nos projetos pedagógicos algo que reflete o entendimento sobre educação ambiental de professores e coordenadores, um entendimento voltado apenas para o viés ecológico.

Ainda na análise dos PPC's em afinação com as DCNEA, foi verificado que os objetivos para a educação ambiental precisam ser considerados no PPC, precisam ser conectados ao mesmo, pois não foi identificada essa preocupação no conteúdo dos projetos.

O PDI também foi analisado em paralelo às DCNEA. Observou-se, no corpo do plano, uma tendência a considerar o meio ambiente na proposta formativa da instituição, contudo, ao aprofundar a análise, percebe-se que as ações descritas e previstas são incipientes para afirmar que a instituição quer, de fato, formar um profissional-cidadão com consciência crítica e reflexiva em relação às questões ambientais.

Em referência à concepção ambiental da instituição, considerando todo material analisado, ficou claro que se ampara numa visão conservacionista do meio ambiente, uma visão ecológica, muito ligada a deterioração física do ambiente que compõe o entorno da instituição. Existe uma preocupação forte com o mercado de trabalho, com o cenário econômico, avanços tecnológicos, como se o meio ambiente não sofresse intervenções de cada um desses aspectos.

Com base nos resultados encontrados no presente estudo, é recomendável que a instituição amplie seu entendimento sobre educação ambiental e possa assumir uma postura mais harmonizada com a realidade dos dias atuais.

Para tanto, é preciso investir na formação pedagógica dos docentes para entender a interdisciplinaridade. Discutir as questões ambientais com os discentes de forma transversal e não apenas com uma disciplina no currículo dos cursos. A transversalidade deve acontecer em forma de ações acadêmicas como os seminários, as palestras, os minicursos, o incentivo à pesquisa e a extensão com projetos que contemplem o ambiente em seus objetivos e em suas discussões. A busca de parcerias com outras IES

que já trabalham a educação ambiental de forma mais positiva na formação de seus alunos, é um caminho que pode ser bastante proveitoso.

A instituição deve considerar também que os instrumentos de avaliação como o Enade³⁵ já contemplam em seus critérios avaliativos a dimensão ambiental³⁶, fato que pede urgência na promoção da integração entre as disciplinas dos cursos de graduação.

É preciso que a instituição trabalhe a educação ambiental não somente para que seja cobrada em provas, mas para que ela faça parte do entendimento de outras áreas de conhecimento, que ela seja integrada à formação completa do discente, para que os alunos possam se transformar de fato num profissional-cidadão, capaz de promover transformações benéficas e relevantes para a sociedade.

³⁵ Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

³⁶ Segundo o Diário Oficial da União, publicado em 09 de junho de 2017.

6. REFERÊNCIAS

AB SABER, A. N. **(Re) Conceituando Educação Ambiental**. (artigo) Coordenadoria de Educação Ambiental. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 1991. Disponível em: <www.ambiente.sp.gov.br/cea/artigos-e-dissertacoes/re-conceituando-educacao-ambiental>. Acesso em: 05 abr 2017.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO (AD-DIPER). **Mapa de localização do município de Petrolina-PE**. 2011. Disponível em: <www.addiper.pe.gov.br>. Acesso em: 02 abr 2017.

ARAÚJO, G. J. F. de; SILVA, M. M. da. **Crescimento econômico no semiárido brasileiro: o caso do polo frutícola Petrolina/Juazeiro**. Revista Caminhos de Geografia. Vol. 14, nº 46, 2013. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdageografia/article/view/18291/12824>. Acesso em: 02 jul 2017.

AUGUSTO, T. G. da S.; CALDEIRA, A. M. de A. **Dificuldades para a implantação de práticas interdisciplinares em escolas estaduais, apontadas por professores da área de Ciências da Natureza**. Revista Investigações em Ensino de Ciências, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://www.if.ufrgs.br/cref/ojs/index.php/ienci/article/view/481/283>> Acesso em: 26 dez 2017.

BARBIERI, J. C.; **A educação ambiental e gestão ambiental em cursos de graduação em administração: objetivos, desafios e propostas**. RAP – Revista de Administração Pública, v. 38, nº 6 (2004). Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6766>. Acesso em: 03 ago 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BERNARDES, M. B. J.; PRIETO, E. C. **Educação ambiental: disciplina versus tema transversal**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 24, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3891/2321>> Acesso em: 13 abr 2018.

BEZERRA, A. A. **Fragmentos da história da educação ambiental (EA)**. Dialógica: Revista eletrônica da Faced. Vol. 1 n. 3. 2007. Disponível em: <http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no3/Aldenice_Educacao_ambiental.pdf>. Acesso em: 04 jul 2017.

BOER, N.; SCRITOT, I. **Educação ambiental e formação inicial de professores: ensino e concepções de estudantes de pedagogia**. Revista eletrônica Mestrado em Educação Ambiental da Universidade Federal do rio Grande – FURG. Vol. 26. 2011. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/3345>>. Acesso em 20 dez 2017.

BONI, V.; QUARESMA, S.J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais**. Revista eletrônica do pós-graduandos em sociologia política da UFSC: Em Tese. Vol. 2, nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewfile/%2018027/16976>> Acesso em: 22 jan 2018.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação?** 1. ed. (57ª reimpressão) São Paulo: Brasiliense, 2013. – (Coleção Primeiros Passos)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 ago 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965. Estabelece o Código Florestal.** Brasília, DF, DOU, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm> Acesso em: 05 ago 2017.

BRASIL. **Lei nº 5.197 de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.** Brasília, DF, DOU, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm> Acesso em: 05 ago 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.** Brasília, DF, DOU, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> Acesso em: 05 ago 2017.

BRASIL. **Lei nº 9394 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF, DOU, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 05 ago 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.172 de janeiro de 2001. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação.** Brasília, DF, DOU, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm> Acesso em: 05 ago 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.795 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental.** Brasília, DF, DOU, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm> Acesso em: 05 ago 2017.

BRASIL. **Organização Curricular da Educação Superior. Produto 1: Estudo sobre as Diretrizes Curriculares da Educação Superior.** Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/projeto-cnunesco> Acesso em: 11 dez 2017.

BRONDANI, G.; TRINDADE, L. de L. **A contabilidade e sua responsabilidade social.** Santa Maria, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/download/230/3727>> Acesso em: 28 mar 2018.

CALIARI, R. **Pedagogia da alternância e Desenvolvimento local**. UFLA. Ed. Lavras, 2002, 212 p.

CÂMARA, R. H. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações**. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v.6, n.2, jul-dez, 2013. Disponível em: <pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf> Acesso em: 31 jan 2018.

CARVALHO, L.M. **A temática ambiental e a escola de primeiro grau**. Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989

CARVALHO, L. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2006.

CASTORÍADIS, C.; COHN-BENDIT, D. **Da ecologia à autonomia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARPES, C. M. **Educação ambiental objetiva para os níveis de ensino: fundamental e médio**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, RS, 2011.

CODEVASF. **Elenco de projetos**. Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba, 2017. Disponível em: <www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos/pontal>. Acesso em: 04 jul 2017.

COIMBA, J. de Á. A. **Considerações sobre interdisciplinaridade**. In: PHILIPPS, A.; TURCI, C. E. M.; HOGAN, D. J.; NAVEGANTES, R. (Orgs.). Interdisciplinaridade em ciências ambientais. São Paulo: Signus, 2000

CNO RIO+20. **Governos: alguns compromissos assumidos durante a Rio+20**. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sala_de_imprensa/noticias-nacionais1/governos-alguns-compromissos-assumidos-durante-a-rio-20.html>. Acesso em: 03 jul 2017.

DAL'COL, S. C. **A importância da disciplina Contabilidade Social e Ambiental no Curso de graduação de Ciências Contábeis da Faculdade de Aracruz-FAACZ/Espírito Santo.** 2012. Disponível em: <www.revistaeea.org/artigo.php?idartigo=1188> Acesso em: 28 mar 2018.

DANSA, C. V. de A. **Educação do campo e desenvolvimento sustentável na Região do Sertão Mineiro Goiano: a contribuição do curso técnico em agropecuária e desenvolvimento sustentável da escola Agrícola de Unai – MG para jovens assentados de reforma agrária.** 2008. 307 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

DIAS, V.B. **Educação ambiental no ensino superior: um estudo sobre o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).** Salvador, BA: UNEB, 2009.

DORNFELD, C. B. **Educação ambiental: reflexões e desafios no ensino superior.** 2013. Disponível em: <www.foar.unesp.br/Home/projetoviverbem/educacao-ambiental-reflexoes-e-desafios-no-ensino-superior---resumo.pdf>. Acesso em: 23 maio 2017.

DOU **Diário Oficial da União.** 09 de junho de 2017. Disponível em: portal.impresanacional.gov.br/acervo-dou/2017 Acesso em: 27 abr 2018.

ESTEVAM, F. H. C.; PESTANA, G. S.; LEAL, T. R. **Ambientalismo: uma perspectiva histórica.** UFPE. Recife, 2008. Disponível em: <http://www.slideshare.net/pedro_s/historia-do-ambientalismo>. Acesso em: 06 jul 2017.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** Campinas, SP: Papyrus, 2012.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade-Transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas e as condições de produção.** Revista Ideação, v. 10, n. 1, 1ºsem. 2008. Disponível em: <www.pucsp.br/gepi/downloads/revista2-gepi-out12.pdf> Acesso em: 14 dez 2017.

FOLMER, V.; JUNIOR, J. D. P.; PUNTEL, R. L. **A percepção dos professores do ensino médio de uma escola da rede pública do município de Santa Maria/RS sobre ações interdisciplinares.** Revista Ciências e Ideias, v. 6, 2015. Disponível em: <<http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/view/385/334>> Acesso em: 26 dez 2017.

FRADE, E.das.G. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental: proposição de metodologia para plano de gestão ambiental em instituição de ensino superior.** Tese Doutorado Universidade Federal de Lavras – UFLA, 2017. Disponível em: <repositorio.ufla.br> Acesso em: 25 abr 2018.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo, Atlas, 1999.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf> Acesso em 18 jan 2018.

GUEVARA, A. J. DE H.; TELES, B. M. **Sustentabilidade.** In: FAZENDA. I.C.A (Org.); GODOY, H.P (coordenadora técnica). Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar e intervir. São Paulo: Cortez, 2014.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação.** Campinas: Papirus, 2013. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico)

GUIMARÃES, M.; SOARES, A.M.D.; CARVALHO, N.A.O.; BARRETO, M. P. **Educadores ambientais nas escolas: as redes como estratégia.** Campinas, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 03 jul 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em:

<idades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=261110&idtema=1&search=pernambuco/petrolina/censo-demografico-2010:-sinopse-> Acesso em: 17 abr 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010.

Disponível em:

<idades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=26110&search=pernambuco/petrolina/infograficos:-informacoes-completas> Acesso em: 17 abr 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto dos Municípios 2014. Disponível em:

<idades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=261110&idtema=162&search=pernambuco|petrolina|produto-interno-bruto-dos-municipios-2014>. Acesso em: 05 jul 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Evolução da população dos Municípios 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>>. Acesso em: 05 jul 2017.

JACOBI, P. **Movimento ambientalista no Brasil: representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas.** In: RIBEIRO, W. (org.) Publicado em Patrimônio Ambiental. EDUSP. São Paulo: 2003.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KOEHLER, E. G. **Módulos didáticos sobre tópicos de educação ambiental para o ensino médio.** 2014. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, RS, 2014. Disponível em: <<repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3541/koehler%20%20eduardo%20giuliani.pdf?sequence=1&isallowed=y> > Acesso em: 18 dez 2017.

KUHLMAN, T.; FARRINGTON, J. **What is Sustainability?** Sustainability 2010, 2, 3436-3448; doi: 10.339/su2113436. ISSN 2071-1050. Disponível em: www.mdpi.com/journal/sustainability. Acesso em 10 jun 2018.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Tradução: Lúcia M. E. Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para que?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, M. A. J. **Ecologia Humana.** Petrópolis, Vozes, 1984.

LIPAI, E. M.; LAYRARGUES, P. P.; PEDRO, V. V. **Educação ambiental na escola: tá na lei....** in Mello, S.S. de; TRAJBER, R. (coord.) **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.** Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. Disponível em: <portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Acesso em: 18 ago 2017.

LOCATELLI, O.C.; HENDGES, C.D. **A educação ambiental na perspectiva de um currículo interdisciplinar.** Cadernos do CEOM, v. 21, nº 39, 2008 – Bens culturais e ambientais. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/336> Acesso em: 07 nov 2017.

MATHIAS, A. C. **Currículo oculto x currículo formal: práxis pedagógica e a formação do educador.** EFDeportes.com, Buenos Aires, v.16, n. 161, out. 2011. Disponível em: <http://www.efdeporte.com/efd161/curriculo-oculto-x-curriculo-formal.htm> Acesso em: 07 dez 2017.

MENUZZI, T. S.; SILVA, L.G.Z. **Interação entre economia e meio ambiente: uma discussão teórica.** Revista Eletrônica Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental (UFES), v. 19, n. 1, jan-abr, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/reget/article/download/19148/pdf> Acesso em: 04 abr 2018.

MORADILLO, E. F. de; OKI, M. da C. M. **Educação ambiental na universidade: construindo possibilidades.** Quím. Nova [online]. 2004, vol.27, n.2, pp.332-336. ISSN 0100-4042. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-40422004000200028>. Acesso em: 10 maio 2017.

MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente.** São Paulo: Papirus, 2002.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de SILVA, C.E.F. da; SAWAYA, J.; Revisão técnica de CARVALHO, E.de A. – 2ª. ed.rev. – São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Tradução de ALEXANDRE, M.D.; DORIA, M.A.A.de S. Ed. Revista e modificada pelo autor. 16ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

OLIVEIRA, H.M.A. **Perspectiva dos educadores sobre o meio ambiente e a educação ambiental**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005

PELICIONI, A. F. **Educação ambiental: limites e possibilidades de uma ação transformadora**. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado). Faculdade de Saúde Pública da USP.

PEREIRA, J. L.; **Educação ambiental e a formação de professores na Universidade Federal de Santa Maria – RS**. Porto Alegre, RS, 2010.

PIMENTA, S. G. (Org.) **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

PNUD – **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>> Acesso em: 20 abr 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA. **Agência Municipal de Meio Ambiente – AMMA**. 2015. Disponível em: <www.petrolina.pe.gov.br>. Acesso em: 19 jun 2017.

PRESTES, R. F.; SILVA, A. M. M. da. **As contribuições do educar pela pesquisa no estudo das questões energéticas**. Revista Experiências em Ensino de Ciências (UFRGS), v. 4, 2009. Disponível em: <http://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo_ID77/v4_n2_a2009.pdf>. Acesso em: 26 dez 2017.

REIGOTA, M. **O estado da arte da pesquisa em educação ambiental no Brasil**. Pesquisa em Educação Ambiental. Vol. 2, n. 1 – pp. 33-66, 2007. Disponível em: <www.revistas.usp.br/pea/article/view/30017/31904>. Acesso em: 24 jul 2017.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Volume Especial: maio de 2014. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/4452/2804>> Acesso em: 22 jul 2017.

RIVAROSSA DE POLOP, A. **El área de ciencias naturales: concepciones espistemológicas y diálogo pedagógico**. Jornadas Nacionales de Enseñanza de la Biología, p. 46-59. San Juan, 1999. Disponível em: <<https://catalogo.biblio.unc.edu.ar/Record/exactas.4900>> Acesso em: 26 dez 2017.

RIVELLI, E. A. L. **Evolução da legislação ambiental no Brasil: políticas de meio ambiente, educação ambiental e desenvolvimento urbano**. São Paulo: 2014.

SACRISTÁN, J.G. (Org). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTIAGO, D.R. **Comércio internacional e o meio ambiente: aspectos teóricos e perspectivas futuras**. 2015. Disponível em: <www.pensamentoverde.com.br/colunistas/comercio-internacional-e-o-meio-ambiente-aspectos-teoricos-e-perspectivas-futuras/> Acesso em: 13 abr 2018.

SANTOS, A.G. dos; SANTOS, C.A.P. **A inserção da educação ambiental no currículo escolar**. Revista Monografias ambientais – REMOA v.15, n.1, jan-abr, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/re,oa/article/download/19893/pdf>> Acesso em 07 nov 2017.

SANTOS, T. C. dos; COSTA, M. A. F. da. **Um olhar sobre a educação ambiental expressa nas diretrizes nacionais para a educação a educação ambiental**. Revista Práxis, ano VII, nº 13, 2015. Disponível em: <revostas.unifoa.edu.br/index.php/praxis/article/view/658/590> Acesso em: 13 abr 2018.

SHAW, G. S. L.; ROCHA, B. T. da; FOLMER, V. **Uma revisão sobre a interdisciplinaridade no ensino e a formação de professores.** Revista Ciências e Ideias, v. 8, n. 1, p. 202-226, 2017. Disponível em: <<http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/view/633>> Acesso em 12 nov 2017.

SILVA, C. M. L. da. **Estudo das dinâmicas territoriais do município de Petrolina-PE: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável** / Dissertação de Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável. – Recife: Universidade de Pernambuco. Faculdade de Ciências da Administração, 2012.

SILVA, R.L.F.; CAMPINA, N.N. **Concepções de educação ambiental na mídia e em práticas escolares: contribuições de uma tipologia.** Pesquisa em Educação Ambiental, v. 6, n. 1, p. 29-46, 2011.

SORNBERGER, N. A.; AMARAL, A. Q.; CARNIATTO, I.; TOBALDINI, B. G.; NASCIMENTO, E.V.J. do. **A consolidação do movimento ambientalista e da educação ambiental no Brasil e no mundo: algumas perspectivas históricas.**

SOUZA, M. F. A. de. **A educação ambiental para o desenvolvimento sustentável na formação do profissional do Direito.** 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/22614/a-educacao-ambiental-para-o-desenvolvimento-sustentavel-na-formacao-d0-profissional-do-direito>> Acesso em: 13 abr 2018.

STENGERS, I. **A invenção das ciências modernas.** São Paulo: Ed. 34, 2002.

THIESEN, J. da S. **A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo de ensino-aprendizagem.** Rev. Bras. Educ. Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p.545-554, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782008000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 dez de 2017.

TRINDADE, I. L. **Interdisciplinaridade e contextualização no novo ensino médio: conhecendo obstáculos e desafios no discurso dos professores de ciências**. 2004. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico, Belém, 2004. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/1832>> Acesso em: 26 dez 2017.

UNESCO/PNUMA. **Seminário Internacional de Educação Ambiental**. Belgrado, Yugoslávia. Informe Final. Paris, 1977.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável, o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro, Garamond, 2ª ed. 2006, 220 p.

YIN, R. K. **The Case Study Crisis - Some Answers**. Administrative Science Quartely, Vol 26, 1981. Disponível em: <http://blogbook.co/downloads/yin_r_k_1981_the_case_study_crisis_some_jstor.pdf> Acesso em 19 jan 2018.

YIN, R. K. **Estudo De caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

O projeto pedagógico do seu curso apresenta a contextualização da Educação Ambiental, levando em consideração fatores sociais e históricos.

- Não concordo totalmente Não concordo parcialmente Indiferente
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

No que tange a Educação Ambiental seu curso realiza em conjunto com instituições locais, ações voltadas para a comunidade.

- Não concordo totalmente Não concordo parcialmente Indiferente
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

As questões ambientais são abordadas de forma multidisciplinar e transdisciplinar no meu curso.

- Não concordo totalmente Não concordo parcialmente Indiferente
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

A Educação Ambiental visa preparar as pessoas para a convivência saudável, a proteção e a conservação da natureza.

- Não concordo totalmente Não concordo parcialmente Indiferente
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

Em relação à Educação Ambiental, as discussões propostas pelas disciplinas do seu curso dão subsídios para uma atuação profissional consciente.

- Não concordo totalmente Não concordo parcialmente Indiferente
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

Saneamento básico, degradação de áreas naturais, consumo, reaproveitamento do lixo, desmatamento, extinção de espécies, são temas que fazem parte das discussões em sala de aula.

- Não concordo totalmente Não concordo parcialmente Indiferente
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

Os alunos são estimulados pelos professores a desenvolver e elaborar atividades voltadas ao tema ambiental (palestras, seminários, projetos, artigos, etc.)

- Não concordo totalmente Não concordo parcialmente Indiferente
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

É imprescindível para o seu curso a presença de disciplinas obrigatórias que abordem as questões referentes à Educação Ambiental.

- Não concordo totalmente Não concordo parcialmente Indiferente
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

O que você entende por sustentabilidade?

Você age de forma sustentável.

- Não concordo totalmente Não concordo parcialmente Indiferente
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

Você acha importante a criação de um Grupo de Estudo ou Pesquisa voltado para a Educação Ambiental na sua IES?

- Sim Não Talvez

Você participaria?

- Sim Não Talvez

Que marcas você quer deixar no Planeta?

APÊNDICE B – INSTRUMENTO COLETA DE DADOS PROFESSORES**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS****PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE - PPGQVS****PERFIL DO (A) DOCENTE**

1 – Faixa Etária

25 a 30 anos

36 a 40 anos

31 a 35 anos

acima dos 40 anos

2 – Em que área se graduou?

3 – Qual sua titulação?

Especialista

Área: _____

Mestre (a)

Área: _____

Doutor (a)

Área: _____

Pós-doutorado

Área: _____

4 – Há quanto tempo você pertence ao corpo docente da FACAPE?

Até 3 anos

7 a 9 anos

4 a 6 anos

10 anos ou mais

5 – Em quais cursos ministra aula

Administração Ciências Contábeis Ciências da Computação Comércio Exterior

Direito Economia Gestão da Tecnologia da Informação Serviço Social

6 – Quais disciplinas leciona?

7 – Conhece a Política Nacional de Educação Ambiental? (Lei nº 9.795/99)

Sim Não

8 – A Educação Ambiental foi contemplada na sua formação inicial?

Sim Não

9 – Caso tenha respondido SIM, como foi apresentada a temática ambiental?

Disciplinas Projetos interdisciplinares/pesquisa/extensão Outra

.....

10 - A Educação Ambiental foi contemplada na sua formação continuada?

Sim Não

11 – Promoveu, enquanto professor (a), alguma ação ou evento direcionado a temática ambiental?

Sim Não

12 - Caso tenha respondido SIM, como aconteceu essa ação ou evento?

Na minha disciplina Em parceria com outras disciplinas do curso Em parceria com outros colegiados Em parceria com outras IES locais Outra

.....

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

IMPORTANTE: Marque com um **X** apenas uma alternativa.

1 – A temática ambiental nos cursos em que ministra aulas possui uma abordagem multi e interdisciplinar.

Concordo plenamente Concordo Discordo Não desejo opinar

2 – Para o (a) senhor (a), a Educação ambiental é uma dimensão que deve contemplar a relação dos homens entre si, dos mesmos com o meio ambiente, levando em consideração aspectos políticos, sociais, culturais, econômicos e históricos.

Concordo plenamente Concordo Discordo Não desejo opinar

3 – A Educação Ambiental prepara as pessoas para conservar e proteger a natureza.

Concordo plenamente Concordo Discordo Não desejo opinar

4 – A Educação Ambiental desenvolve nas pessoas uma consciência crítica que ultrapassa a dimensão ecológica, passando pelas questões sociais, históricas, econômicas e culturais.

Concordo plenamente Concordo Discordo Não desejo opinar

5 – Os cursos de bacharelado oferecidos pela Facape promovem discussões acerca de temas como consumo, saneamento básico, extinção de espécies, reaproveitamento do lixo, desmatamento, licenciamento ambiental, degradação de áreas naturais, política ambiental, entre outros.

Concordo plenamente Concordo Discordo Não desejo opinar

6 – Em relação à Educação Ambiental, as discussões propostas pelas disciplinas nos cursos onde o (a) senhor (a) ministra aula oferecem subsídios para formar um profissional-cidadão.

Concordo plenamente Concordo Discordo Não desejo opinar

7 – Os problemas ambientais locais são contemplados pelos cursos onde o (a) senhor (a) ministra aulas.

Concordo plenamente Concordo Discordo Não desejo opinar

8 – O (a) senhor (a) estimula seus alunos a desenvolver atividades (projetos, seminários, pesquisas) voltadas para a temática ambiental, mesmo que de forma transversal, na sua disciplina.

Concordo plenamente Concordo Discordo Não desejo opinar

9 – A Política Nacional de Educação (Lei nº 9.795/99) orienta a realização das atividades relacionadas à Educação Ambiental em sua práxis pedagógica.

Concordo plenamente Concordo Discordo Não desejo opinar

10 – É importante para os cursos onde o (a) senhor (a) ministra aulas a presença de disciplinas obrigatórias voltadas a Educação Ambiental.

Concordo plenamente Concordo Discordo Não desejo opinar

11 – É importante para os cursos onde o (a) senhor (a) ministra aulas que a Educação Ambiental seja abordada de forma multi, inter e transdisciplinar através da oferta de projetos de extensão, projetos de pesquisa, grupos de estudo, etc.

Concordo plenamente Concordo Discordo Não desejo opinar

12 – Qual (is) as maiores dificuldades que o (a) senhor (a) encontra para abordar a temática ambiental em suas aulas?

.....
.....
.....
.....

13 – Em relação a Educação Ambiental, o (a) senhor (a) gostaria de acrescentar algum ponto relevante que considera não ter sido abordado no presente questionário? Qual (is)?

APÊNDICE C - INSTRUMENTO COLETA DE DADOS COORDENADORES DE CURSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE - PPGQVS

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM O (A) COORDENADOR (A) DE CURSO

- 1 – Qual o curso você coordena?
- 2 – Quantos alunos estão matriculados atualmente no curso?
- 3 – Existe harmonia entre o PPC e as ações do curso?
- 4 – O PPC do curso incentiva a interdisciplinaridade/transdisciplinaridade? Se sim, de que forma acontece a abordagem interdisciplinar/transdisciplinar?
- 5 - Qual o entendimento sobre Educação ambiental que transpõe o curso?
- 6 – O curso estabelece parcerias com instituições locais (ou não) para o desenvolvimento de ações com a temática ambiental? Quais?
- 7 – A temática ambiental é objeto de promoção periódica de seminários, cursos, minicursos, projetos, por parte do curso que o (a) senhor (a) coordena?
- 8 – Essas ações são extensivas a outros cursos de Bacharelado da Facape?
- 9 – Em seus eventos (datas comemorativas, seminários, etc), o curso incentiva/provoca discussões que considerem os problemas ambientais locais?
- 10 – Em relação a Educação Ambiental, as disciplinas do curso e suas discussões, oferecem condições/meios para a atuação de um profissional-cidadão? O curso participa de projetos de pesquisa ou extensão? Se sim, quais são eles?
- 11 - Os professores designados para ministrar aulas em disciplinas voltadas para a temática ambiental ou aqueles responsáveis pelas atividades referentes a temática ambiental, possuem formação/qualificação na área?
- 12 - Qual (is) as maiores dificuldades que o (a) senhor (a) encontra para abordar a temática ambiental na dinâmica curricular do curso?
- 13 – Como o (a) senhor (a) se posiciona em relação a esse processo?
- 14 – Diante da discussão apresentada, o (a) senhor (a) considera algum ponto relevante que não foi abordado? Qual (is)?

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - DISCENTES

Título do estudo: **O ENSINO SUPERIOR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO SOBRE SUA ABORDAGEM NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E SOCIAIS DE PETROLINA - FACAPE**

Pesquisador (es) responsável (is): Cláudia Maria Lourenço da Silva Melo e Martha Bohrer Adaime

Instituição: **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – SECTEC/PE**

Telefone para contato: **(87) 981332306**

Local da coleta de dados: **Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE**

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Objetivo do Estudo: Examinar a prática pedagógica da FACAPE no sentido de revelar as potencialidades e as dificuldades desta instituição em promover a Educação Ambiental de forma contínua em sua dinâmica curricular

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento do questionário, respondendo às perguntas formuladas que buscam fazer um levantamento de dados referentes ao perfil discente, e suas percepções acerca da educação ambiental, assim como a forma como os professores abordam a temática ambiental em sala de aula.

Benefícios: Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado.

Riscos: O preenchimento do questionário, efetivando sua participação, não trará nenhum risco de ordem física ou psicológica para você.

Sigilo: As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____ concordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando de posse de uma delas.

_____, de _____ de 201____.

Assinatura

Pesquisador Responsável

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - DOCENTES

Título do estudo: **O ENSINO SUPERIOR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO SOBRE SUA ABORDAGEM NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E SOCIAIS DE PETROLINA - FACAPE**

Pesquisador (es) responsável (is): Cláudia Maria Lourenço da Silva Melo e Martha Bohrer Adaime

Instituição: **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – SECTEC/PE**

Telefone para contato: **(87) 981332306**

Local da coleta de dados: **Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE**

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Objetivo do Estudo: Examinar a prática pedagógica da FACAPE no sentido de revelar as potencialidades e as dificuldades desta instituição em promover a Educação Ambiental de forma contínua em sua dinâmica curricular

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento do questionário, respondendo às perguntas formuladas que buscam fazer um levantamento de dados referentes ao perfil docente e a forma como os professores abordam a temática ambiental em suas disciplinas e suas percepções acerca da educação ambiental.

Benefícios: Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado.

Riscos: O preenchimento do questionário, efetivando sua participação, não trará nenhum risco de ordem física ou psicológica para você.

Sigilo: As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____ concordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando de posse de uma delas.

_____, de _____ de 201____.

Assinatura

Pesquisador Responsável

ANEXO 1**MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACAPE**

Componentes curriculares do Curso de Ciência da Computação (2017)

PE ³⁷	NRO ³⁸	COMPONENTES CURRICULARES	CH ³⁹
1º	01	Matemática Básica	60
1º	02	Algoritmos	60
1º	03	Geometria Analítica e Álgebra Linear	60
1º	04	Fundamentos da Computação	60
1º	05	Metodologia da Pesquisa Científica	60
2º	06	Inovação Tecnológica	60
2º	07	Tecnologia da Informação e Sociedade	60
2º	08	Cálculo 1	60
2º	09	Física para Computação	60
2º	10	Programação Imperativa	60
3º	11	Programação Avançada	60
3º	12	Matemática Discreta	60
3º	13	Estatística	60
3º	14	Estrutura de Dados	60
3º	15	Cálculo 2	60
4º	16	Programação Orientada a Objetos	60
4º	17	Circuitos Digitais	60
4º	18	Banco de Dados 1	60
4º	19	Lógica para Computação	60
4º	20	Sistemas Operacionais	60
5º	21	Engenharia de Software 1	60
5º	22	Computação Gráfica	60
5º	23	Teoria dos Grafos	60
5º	24	Arquitetura e Organização de Computadores	60
5º	25	Banco de Dados 2	60
6º	26	Sistemas de Informação	60
6º	27	Linguagens Formais	60
6º	28	Interação Humano-Computador	60
6º	29	Redes de Computadores 1	60
6º	30	Laboratório de Circuitos Digitais	60
6º	31	Laboratório de Arquitetura de Computadores	60
6º	32	Estágio Supervisionado	60
7º	33	Auditoria e Segurança em Sistemas de Informação	60
7º	34	Compiladores	60
7º	35	Trabalho de Conclusão 1	60
7º	36	Eletiva 1	60
7º	37	Eletiva 2	60
8º	38	Sistemas Distribuídos	60

³⁷ Período

³⁸ Número

³⁹ Carga Horária

8º	39	Inteligência Artificial	60
8º	40	Eletiva 3	60
8º	41	Eletiva 4	60
8º	42	Eletiva 5	60
8º	43	Trabalho de Conclusão 2	60

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

Componentes curriculares eletivos do Curso de Ciência da Computação (2017)

COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS	CH
Ambiente de Negócios e Marketing	60
Arquitetura e Organização de Computadores 2	60
Cálculo Numérico	60
Controle e Avaliação de Sistemas	60
Criptografia	60
Cultura e Sociedade	60
Desenvolvimento Sustentável	60
Desenvolvimento de Jogos	60
Engenharia de Software 2	60
Ética e Legislação para Informática	60
Empreendedorismo	60
Fundamentos da Administração	60
Fundamentos da Economia	60
Fundamentos de Contabilidade	60
Gestão de Projetos de TI	60
Gestão do Conhecimento	60
Gestão e Infraestrutura de TI	60
Governança em TI	60
Inglês	Governança em TI
Leitura e Produção de Texto	60
Libras	30
Multimídia	60
Pesquisa Operacional	60
Práticas de Programação	60
Processamento Digital de Imagens	60
Programação para Dispositivos Móveis	60
Programação em Lógica	60
Programação Funcional	60
Redes de Computadores 2	60
Redes Neurais	60
Sistemas Microcontrolados	60
Sistemas Operacionais II	60
Software Livre	60
Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação	60

Tecnologias WEB	60
Teoria da Computação	60
Tópicos Especiais em Computação I	60
Tópicos Especiais em Computação II	60
Tópicos Especiais em Computação III	60

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

Componentes curriculares do Curso de Serviço Social (2017)

PE	NRO	COMPONENTES CURRICULARES	CH
1º	01	Fundamentos do Serviço Social	60
1º	02	Fundamentos de Economia	60
1º	03	Cultura e Sociedade	60
1º	04	Filosofia e Ética	60
1º	05	Métodos Quantitativos I	60
2º	06	Antropologia Social	60
2º	07	Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social I	60
2º	08	Estado, Classes e Movimentos sociais	60
2º	09	Métodos Quantitativos II	60
2º	10	Metodologia da Pesquisa Científica	60
2º	11	Ética Profissional em Serviço Social	60
3º	12	Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social II	60
3º	13	Economia Brasileira Contemporânea	60
3º	14	Questão Social no Brasil	60
3º	15	Psicologia Social	60
3º	16	Política Social	60
4º	17	Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social III	60
4º	18	Direito e Legislação social	60
4º	19	Economia Regional	60
4º	20	Prática e Formação profissional I	60
4º	21	Trabalho e Sociedade	60
5º	22	Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social IV	60
5º	23	Planejamento Social	60
5º	24	Práticas e Formação Social II	60
5º	25	Seminários Temáticos I	60
5º	26	Serviço Social e Processo de Trabalho	60
6º	27	Dinâmica das Relações de Gênero, Classe e Raça	60
6º	28	Programas e Projetos sociais	60
6º	29	Seminários Temáticos II	60
6º	30	Gestão e Controle social	60
6º	31	Estágio Supervisionado	60
6º	32	Eletiva I	60
7º	33	Gerontologia Social	60
7º	34	Trabalho de Conclusão – (TC-I)	60
7º	35	Serviço Social e Saúde Mental	60

7º	36	Seminários Temáticos III	60
7º	37	Eletiva II	60
7º	38	Eletiva III	60
8º	39	Trabalho de Conclusão de Curso – (TC-2)	60
8º	40	Eletiva IV	60
8º	41	Eletiva V	60
8º	42	Serviço Social e Política Educacional	60
8º	43	Seminários Temáticos IV	60
8º	44	Oficina de Assistência Social e Política Municipal	60
RESUMO DA CARGA HORÁRIA DO CURSO:			
Carga Horária Teórica dos Componentes Curriculares			2.430h
Estágio Supervisionado			300h
Atividades Complementares			150h
Atividades de Extensão (5%)			150h
TOTAL			3.030h

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

Componentes curriculares eletivos do Curso de Serviço Social (2017)

COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS	CH
Libras	30
Comportamento Organizacional	60
Empreendedorismo	60
Economia Solidária e Responsabilidade Social	60
Psicologia Organizacional	60
Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade	30
Composição e Estrutura da Sociedade do Vale do São Francisco	30
Sistema de Informação	60
Acessibilidade e Inclusão	30
Gestão Estratégica de Pessoas	60
Leitura e Produção de Textos	60
Cultura e Desenvolvimento	30
Direitos Humanos	60
Direito da Criança e do Adolescente	60
Direito das Minorias e dos Grupos Vulneráveis	30
Política Social: Urbana e Rural	60
Economia Ambiental	60
Gestão e Educação ambiental	30
Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais	30
Administração Pública	60
Direito da Seguridade Social	30

Teorias e Estratégias do Desenvolvimento Sustentável	30
---	-----------

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

Componentes curriculares do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação (2017)

PE	NRO	COMPONENTES CURRICULARES	CH
1º	01	Fundamentos da Administração	60
1º	02	Fundamentos da Economia	60
1º	03	Métodos Quantitativos I	60
1º	04	Fundamentos da Computação	60
1º	05	Sistema de Informação	60
1º	06	Atividades Integradoras I	60
2º	07	Gestão do Conhecimento	60
2º	08	Aplicações Empresariais	60
2º	09	Inovação em TIC	60
2º	10	Organização, Sistemas e Métodos	60
2º	11	Métodos Quantitativos II	60
2º	12	Atividades Integradoras II	60
3º	13	Ética e Legislação Aplicadas à Informática	30
3º	14	Comportamento Organizacional	60
3º	15	Gestão de Banco de Dados	60
3º	16	Redes de Computadores	60
3º	17	Gestão de Contratos	30
3º	18	Software Livre	
3º	19	Atividades Integradoras III	
4º	20	Gestão de Projetos de TI	60
4º	21	Tecnologia para Internet	60
4º	22	Auditoria e Segurança de Sistemas	60
4º	23	ELETIVA	60
4º	24	Marketing Estratégico e Operacional	60
4º	25	Atividades Integradoras IV	
5º	26	Gestão Estratégica de Pessoas	60
5º	27	Gerencia de Infraestrutura de TI	60
5º	28	Logística de Suprimentos	60
5º	29	Governança de TI	60
5º	30	Tópicos em Tecnologia da Informação	60
5º	31	Atividades Integradoras V	
CARGA HORÁRIA			1800
AC	Atividades Complementares		200
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			2000

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

Componentes curriculares eletivos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação (2017)

COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS	CH
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	30
Gestão da Produção	60
Geoprocessamento	60
Desenvolvimento Sustentável	60
Português	60
Inglês Instrumental	60
Gestão de Serviços e Varejo	60
Administração aplicada a microempresas e empresas de pequeno porte	60
Fundamentos da Contabilidade	60
Banco de dados II	60
Teoria das Organizações	60

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

Componentes curriculares do Curso de Ciências Contábeis (2017)

PE	NRO	COMPONENTES CURRICULARES	CH
1º	01	Fundamentos da Contabilidade	60
1º	02	Fundamentos da Administração	60
1º	03	Fundamentos de Economia	60
1º	04	Sistema de Informação	60
1º	05	Métodos Quantitativos I	60
2º	06	Contabilidade Básica	60
2º	07	Comportamento Organizacional	60
2º	08	Microeconomia	60
2º	09	Metodologia da Pesquisa Científica	60
2º	10	Métodos Quantitativos II	60
3º	11	Contabilidade Financeira	60
3º	12	Estrutura das Demonstrações Contábeis	60
3º	13	Direito Trabalhista e Previdenciário	60
3º	14	Direito Comercial e Tributário	60
3º	15	Matemática Financeira	60
4º	16	Contabilidade Comercial	60
4º	17	Ética Contábil e Cidadania	60
4º	18	Contabilidade de Custos	60
4º	19	Orçamento e Finanças Públicas	60
4º	20	Finanças Corporativas	60
5º	21	Apuração e Análise de Custos	60
5º	22	Contabilidade Fiscal e Tributária I	60
5º	23	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	60

5º	24	Práticas Contábeis	60
5º	25	Tópicos Contemporâneos em Contabilidade	60
6º	26	Contabilidade Aplicada ao Setor Agropecuário	60
6º	27	Contabilidade Fiscal e Tributária II	60
6º	28	Análise das Demonstrações Contábeis I	60
6º	29	Fundamentos de Auditoria e Perícia	60
6º	30	Elaboração de Projetos de Pesquisa	60
7º	31	Contabilidade Avançada I	60
7º	32	Gestão do Agronegócios	60
7º	33	Análise das Demonstrações Contábeis II	60
7º	34	Auditoria Contábil	60
7º	35	Planejamento Fiscal e Tributário	60
7º	36	Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC I	60
8º	37	Contabilidade Avançada II	60
8º	38	Controladoria	60
8º	39	Contabilidade Internacional	60
8º	40	Jogos Empresariais	60
8º	41	Eletiva	60
8º	42	Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II	60
	43	Estágio Supervisionado	300
	44	Atividades Complementares	180

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

Componentes curriculares eletivos do Curso de Ciências Contábeis (2017)

COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS		CH
Tópicos Contemporâneos de Contabilidade		60
Gestão do Agronegócio		60
Jogos Empresariais		60

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

Componentes curriculares do Curso de Economia (2017)

PE	NRO	COMPONENTES CURRICULARES	CH
1º	01	Fundamentos da Contabilidade	60
1º	02	Fundamentos da Administração	60
1º	03	Fundamentos de Economia	60
1º	04	Sistema de Informação	60
1º	05	Métodos Quantitativos I	60
1º	06	Leitura e Produção de Textos	60
2º	07	Contabilidade Básica	60
2º	08	Comportamento Organizacional	60
2º	09	Microeconomia I	60
2º	10	Metodologia da Pesquisa Científica	60

2º	11	Métodos Quantitativos II	60
3º	12	Contabilidade Nacional	60
3º	13	Material Aplicada	60
3º	14	História Econômica Geral	60
3º	15	Microeconomia II	60
3º	16	Direito Comercial e Tributário	60
4º	17	Econometria I	60
4º	18	Formação Econômica do Brasil	60
4º	19	Macroeconomia I	60
4º	20	História do Pensamento Econômico	60
4º	21	Matemática Financeira	60
5º	22	Macroeconomia II	60
5º	23	Cultura e Sociedade	60
5º	24	Economia Brasileira Contemporânea	60
5º	25	Econometria II	60
5º	26	Economia Industrial	60
6º	27	Mercado de Capitais	60
6º	28	Desenvolvimento Econômico	60
6º	29	Economia Política	60
6º	30	Elaboração de Projetos I	60
6º	31	Eletiva	60
6º	32	Estágio Curricular Supervisionado	
7º	33	Elaboração de Projetos II	60
7º	34	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I	60
7º	35	Economia Internacional	60
7º	36	Eletiva	60
7º	37	Eletiva	60
8º	38	Economia Regional	60
8º	39	Economia do Setor Público	60
8º	40	Economia Monetária	60
8º	41	Eletiva	60
8º	42	Eletiva	60
8º	43	Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II	60
RESUMO DA CARGA HORÁRIA DO CURSO			
Carga Horária Teórica dos Componentes Curriculares			2.400h
Estágio Curricular Supervisionado			240h
Trabalho de Curso – TC I			60h
Trabalho de Curso – TC II			60h
Atividades Complementares			240h
TOTAL			3.000

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

Componentes curriculares eletivos do Curso de Economia (2017)

COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS	CH
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	30
Desenvolvimento Sustentável	60
Governança Corporativa	60
Empreendedorismo	60
Orçamento e Finanças Públicas	60
Gestão Estratégica de Pessoas	60
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	60
Administração Pública	60
Gestão do Agronegócio	60
Comunicação Empresarial	60

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

Componentes curriculares do Curso de Administração (2017)

PE	NRO	COMPONENTES CURRICULARES	CH
1º	01	Fundamentos da Contabilidade	60
1º	02	Fundamentos da Administração	60
1º	03	Fundamentos de Economia	60
1º	04	Sistema de Informação	60
1º	05	Métodos Quantitativos I	60
1º	06	Leitura e Produção de Textos	60
2º	07	Contabilidade Básica	60
2º	08	Comportamento Organizacional	60
2º	09	Microeconomia I	60
2º	10	Metodologia da Pesquisa Científica	60
2º	11	Métodos Quantitativos II	60
3º	12	Matemática Financeira	60
3º	13	Cultura e Sociedade	60
3º	14	Direito Trabalhista e Previdenciário	60
3º	15	Teoria das Organizações	60
3º	16	Contabilidade de Custos	60
4º	17	Direito Comercial e Tributário	60
4º	18	Análise das Demonstrações Contábeis	60
4º	19	Finanças Corporativas	60
4º	20	Psicologia Organizacional	60
4º	21	Filosofia e Ética	60
5º	22	Organização, Sistemas e Métodos	60
5º	23	Gestão de Serviços e Varejo	60
5º	24	Gestão Estratégica de Pessoas	60
5º	25	Macroeconomia	60
5º	26	Marketing Estratégico e Operacional	60
6º	27	Gestão da Produção	60

6º	28	Empreendedorismo	60
6º	29	Economia Brasileira e Contemporânea	60
6º	30	Pesquisa de Marketing	60
6º	31	Gestão Estratégica da Remuneração	60
6º	32	Práticas da Administração	60
7º	33	Estratégia Empresarial	60
7º	34	Gestão do Agronegócio	60
7º	35	Logística de Suprimentos	60
7º	36	Elaboração de Projetos I	60
7º	37	Eletiva I	60
7º	38	Eletiva II	60
7º	39	Estágio Curricular Supervisionado	60
8º	40	Elaboração de Projetos II	60
8º	41	Desenvolvimento Sustentável	60
8º	42	Mercado de Capitais	60
8º	43	Trabalho de Curso - TC	60
8º	44	Administração Aplicada as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte	60

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

Componentes curriculares eletivos do Curso de Administração (2017)

COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS		CH
	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	30
	Fundamentos de Comércio Exterior	60
	Governança Corporativa	60
	Redação Empresarial	60
	Orçamento e Finanças Públicas	60
	Consultoria e Jogos Empresariais	60
	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	60
	Administração Pública	60
	Análise das Demonstrações Contábeis II	60
	Finanças Internacionais	60
	Tópicos Avançados de Administração	60

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

Componentes curriculares do Curso de Direito (2017)

PE	NRO	COMPONENTES CURRICULARES	CH
1º	01	Introdução ao Estudo do Direito I	60
1º	02	Teoria do Estado	60
1º	03	Filosofia e ética	60
1º	04	Cultura e Sociedade	60
1º	05	Leitura e Produção de Texto	60

1º	06	Fundamentos da Economia	60
2º	07	Criminologia	60
2º	08	Introdução ao Estudo do Direito II	60
2º	09	Direito Constitucional I	60
2º	10	Direito Civil I – Parte Geral I	60
2º	11	Filosofia Jurídica	30
2º	12	Sociologia Jurídica	30
2º	13	Psicologia Geral e Jurídica	60
3º	14	Direito Civil II – Parte Geral II	60
3º	15	Direito Constitucional II	60
3º	16	Direito Administrativo I	60
3º	17	Direito Penal I – Teoria do Delito	60
3º	18	Teoria Geral do Processo	60
3º	19	Direito Tributário I	60
4º	20	Direito Civil III - Obrigações	60
4º	21	Direito Penal II – Teoria da Sanção Penal	60
4º	22	Direito Administrativo II	60
4º	23	Direito Tributário II	60
4º	24	Direito Processual Civil I	60
4º	25	Hermenêutica Jurídica e Constitucional	30
4º	26	Antropologia	30
5º	27	Direito Civil IV - Contratos	60
5º	28	Direito Penal III – Crimes em Espécies	60
5º	29	Metodologia do Trabalho Científico	60
5º	30	Direito do Trabalho	60
5º	31	Direito Processual Civil II	60
5º	32	Direito Processual Penal I	60
6º	33	Direito Civil V – Responsabilidade Civil	60
6º	34	Direito Penal IV – Crimes em Espécies	60
6º	35	Direito Processual do Trabalho	60
6º	36	Direito Empresarial I – Sociedade Empresária e Títulos de Crédito	60
6º	37	Direito Processual Civil III	60
6º	38	Direito Processual Penal II	60
7º	39	Direito Civil VI - Reais	60
7º	40	Direito Penal V – Crimes em Espécies	60
7º	41	Empresarial II – Recuperação Judicial e Falência	60
7º	42	Direito Processual Civil IV	60
7º	43	Direito Processual Penal III	60
7º	44	Prática Civil I	60
8º	45	Direito Civil VII - Família	60
8º	46	Direito da Seguridade Social	60
8º	47	Trabalho de Conclusão – TC I	60
8º	48	Direito Processual Penal IV	60
8º	49	Prática Civil II	60

8º	50	Direito Processual Civil V	60
9º	51	Direito Civil VIII - Sucessões	60
9º	52	Direito Internacional Público	60
9º	53	Trabalho de Conclusão – TC II	60
9º	54	Prática Penal	60
9º	55	Eletiva – Disciplina do Eixo Temático I	30
9º	56	Eletiva – Disciplina do Eixo Temático II	30
9º	57	Eletiva – Disciplina do Eixo Temático I	30
10º	58	Direito Internacional Privado	60
10º	59	Deontologia Jurídica	60
10º	60	Prática Trabalhista	60
10º	61	Eletiva – Disciplina do Eixo Temático I	30
10º	62	Eletiva – Disciplina do Eixo Temático II	30
10º	63	Eletiva – Disciplina do Eixo Temático II	30
10º	64	Eletiva – Disciplina do Eixo Temático I	30

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

Componentes curriculares eletivos do eixo temático I - Sustentabilidade Socioambiental (2017)

EIXO TEMÁTICO I - SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	
Direito Ambiental	
Direito Agrário	
Direito Urbanístico e Legislação Municipal	
Desenvolvimento Sustentável	
Gestão Estratégica de Pessoas	
Gestão e Educação Ambiental	
Meio Ambiente e Cidadania	
Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade	
Teorias e Estratégias do Desenvolvimento Sustentável	
Economia do Meio ambiente e dos Recursos Naturais	
Composição e Estrutura da Sociedade do Vale do São Francisco	
Ordenamento Ambiental e Zoneamento Ecológico-Econômico	
Bacias Hidrográficas: planejamento estratégico e operacional	
Direitos Difusos, impactos ambientais e participação popular	
Economia Solidária e Responsabilidade Social	
Empreendedorismo	

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

Componentes curriculares eletivos do eixo temático II - Sustentabilidade Socioambiental (2017)

EIXO TEMÁTICO II – CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E SOLIDARIEDADE
Direito do Consumidor
Direito da Criança e do Adolescente
Direito Humanos
Legislação Penal e Processual Penal Extravagante
Direito Previdenciário
Medicina Legal
Direito, Cinema e Literatura
Criminalística
Direito Eleitoral
Poderes, Partidos Políticos, Bancadas e Emendas
Acessibilidade e Inclusão
Direitos Fundamentais e Alteridade
Garantias Constitucionais
Remédios Constitucionais e Estado Democrático de Direito
Acesso à Justiça e Cidadania
Direitos das Minorias e dos Grupos Vulneráveis
Bioética e Biodireito
Conciliação, Mediação e Arbitragem
Informática Jurídica
Língua Brasileira de Sinais – Libras

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

Componentes curriculares do Curso de Comércio Exterior (2017)

PE	NRO	COMPONENTES CURRICULARES	CH
1º	01	Fundamentos de Comércio Exterior	60
1º	02	Fundamentos da Administração	60
1º	03	Fundamentos de Economia	60
1º	04	Fundamentos da Contabilidade	60
1º	05	Métodos Quantitativos I	60
2º	06	Métodos Quantitativos II	60
2º	07	Metodologia da Pesquisa Científica	60
2º	08	Macroeconomia	60
2º	09	Relações e Negociações internacionais	60
2º	10	Economia Brasileira	60
3º	11	Matemática Financeira	60
3º	12	Inglês Aplicado ao Comércio Exterior	60
3º	13	Economia Internacional	60
3º	14	Direito Comercial e Tributário	60
3º	15	Teoria e Prática cambial	60

4º	16	Finanças Corporativas	60
4º	17	Direito do Comércio Internacional	60
4º	18	Gestão e Marketing Internacional	60
4º	19	Legislação Aduaneira	60
4º	20	Eletiva	60
5º	21	Finanças Internacionais	60
5º	22	Mercado de Capitais	60
5º	23	Gestão do Agronegócio	60
5º	24	Prática de Exportação	60
5º	25	Estratégia Empresarial	60
5º	26	Eletiva	30
5º	27	Estágio Curricular Supervisionado	300
6º	28	Desenvolvimento Sustentável	60
6º	29	Logística Internacional	60
6º	30	Prática de Importação	60
6º	31	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	60
6º	32	Eletiva	30
6º	33	Eletiva	30
6º	34	Eletiva	30
RESUMO DA CARGA HORÁRIA DO CURSO:			
Carga horária teórica dos componentes curriculares			1.860 h
Estágio curricular supervisionado			300 h
Atividades complementares de ensino pesquisa e extensão			240 h
Total			2.400 h

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

Componentes curriculares eletivos do Curso de Comércio Exterior (2017)

COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS	CH
Leitura e Interpretação de Texto em Espanhol	60
Empreendedorismo	60
Cultura e Sociedade	60
Pesquisa <i>de Marketing</i>	60
Logística de Suprimentos	60
Microeconomia	60
Cooperativismo	60
LIBRAS	30
Leitura e Produção de Texto	60
Tópicos Avançados em Comércio Exterior	30
Empregabilidade e Profissionalização continuada	30
Gestão Portuária	30
Gestão Ambiental Portuária	30
Gestão Logística Reversa	30
Comportamento Organizacional	60
Governança Corporativa	60

Economia Ambiental	60
Direito Trabalhista e Previdenciário	60
Orçamento e Finanças públicas	60

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2017)

ANEXO 2

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI FACAPE

PLANO DE DESENVOLVIMENTO

INSTITUCIONAL – PDI

2011 - 2015

**Rinaldo Remígio Mendes Presidente da
AEVSF (mantenedora)**

DIRETORIA DA FACAPE

**Mário Silvio de Oliveira Campos Diretor
Administrativo/Financeiro**

Romério Pereira Galvão

Diretor Executivo

**Ruth de Souza Dias Ferreira Diretora
Acadêmica**

COORDENAÇÕES ACADÊMICAS

**Antonio Cláudio Siqueira Pires de Souza Curso de
Comércio Exterior**

**Antonio de Santana Padilha Neto Curso de
Administração**

**Cláudia Maria Lourenço Silva Curso de
Secretariado Executivo**

**Deise Cristiane do Nascimento Curso de
Economia**

**Fernando José de Holanda Nunes Curso de
Ciências Contábeis**

Jonas Figueiredo Matos

Coordenador de Estágio Supervisionado

José Ivan Galvão da Costa

Curso de Direito (Colaborador)

Sérgio Faustino Ribeiro

Curso de Ciência da Computação

**Sérgio Alberto Menezes Barreto Curso de
Turismo**

Vânia Cristina Lasalvia

Coordenação de Pós-Graduação Pesquisa e Extensão

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Prof. Antonio Cavalcante da Trindade – Coordenador

Prof. Antonio Henrique Habib Carvalho

Prof. Dr. Josenilton Nunes – Presidente da CPA

Prof^a Marilúcia Correia Vasconcelos

Prof^a Me Ruth de Souza Dias Ferreira

REVISORES

Prof. Me Genivaldo Nascimento

Prof.^a Me Glaucia Rejane da Costa

Prof.^a Dr. Dinani Gomes Amorim

De tudo ficaram três coisas: A
certeza de que estava sempre começando, A
certeza de que era preciso continuar e
A certeza de que seria interrompido antes de terminar. Fazer
da interrupção um caminho novo,
Fazer da queda um passo da dança, do medo uma escada, Do
sonho uma ponte, da procura um encontro.

Fernando Pessoa

LISTA DE ABREVIações

**AEVSF – Autarquia Educacional do Vale do São Francisco FACAPE –
Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina CA – Centro
Acadêmico**

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Educação Superior

CDA – Conselho Deliberativo Autárquico

**CEE/PE – Conselho Estadual de Educação de Pernambuco CEPE –
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**

CNE/CES – Conselho Nacional de Educação / Câmara de Ensino Superior

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba

**CONAES – Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior CPA –
Comissão Permanente de Avaliação**

DCE – Diretório Central de Estudantes

**EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária EFSEP – Escola de
Formação do Servidor Público**

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IDEB -

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica MEC -

Ministério da Educação

PCCV – Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos PPI– Projeto

Pedagógico Institucional

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional PROCON -

Proteção e Defesa do Consumidor

PROUPE – Programa Universidade para todos de Pernambuco

INCUBAVALÉ – Incubadora de Empresas de Base Tecnológica do Vale do São Francisco

UNIVASF – Universidade do Vale do São Francisco PPC –

Projeto Pedagógico de Curso

IF Sertão-PE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano

SEST – Serviço Social do Transporte

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte SENAC –

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SESC – Serviço Social do Comercio

SESI – Serviço Social da Indústria SESu–

Secretaria de Educação Superior

SINAIS – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Tecnologia

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo UFS –

Universidade Federal de Sergipe

VALEEXPORT - Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
I - PERFIL INSTITUCIONAL	
1. Breve Histórico	12
2. Missão e visão do futuro	14
3. Objetivos e metas	15
4. Área de atuação acadêmica	22
II - PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI	
1. Inserção regional	24
2. Princípios filosóficos e técnico-metodológicos	27
3. Organização didático pedagógica	28
4. Políticas de ensino, pesquisa e extensão	31
5. Políticas de gestão Institucional.....	33
6. Responsabilidade social	34
III - IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CURSOS	
1. Graduação (bacharelado, licenciatura e tecnologia).....	38
2. Pós graduação (lato sensu)	39
3. Síntese dos cursos de graduação	40
IV - PERFIL DO CORPO DOCENTE E TECNICO – ADMINISTRATIVO	
1. Perfil do corpo docente	45
2. Perfil do corpo técnico-administrativo	46
3. Política de qualificação dos servidores	47
4. Plano de carreira e regime de trabalho	49
V- ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	
1. Organização administrativa	52
2. Organograma AEVSF	54

3. Organograma FACAPE	55
VI – POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	
1. Programas de apoio pedagógico e financeiro	57
2. Organização estudantil.....	60
3. Acompanhamento dos egressos	61
VII – INFRAESTRUTURA	
1. Descrição da Infraestrutura física.....	63
2. Biblioteca.....	64
3. Políticas de melhoria da infraestrutura	67
VIII - AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	
1. Alinhamento Institucional ao SINAES	70
2. Avaliação e Acompanhamento das Atividades acadêmicas de ensino	71
3. Avaliação e Acompanhamento das Atividades acadêmicas de pesquisa	73
4. Avaliação e Acompanhamento das Atividades acadêmicas de extensão	74
5. Avaliação e Acompanhamento das Atividades acadêmicas de gestão	75
IX - ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	
1. Sustentabilidade financeira.....	77
2. Estratégia de gestão econômico-financeira.....	79
3. Planos de investimento	80
4. Projeção orçamentária	80
BIBLIOGRAFIA.....	84

INTRODUÇÃO

O Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI, período 2011/2015, está proposto considerando os resultados dos processos de autoavaliação desenvolvidos pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, que contemplou a escuta e registro das aspirações da comunidade acadêmica, as demandas do mundo do trabalho e a análise e reflexão sobre as demandas sociais no polo Petrolina/Juazeiro e seu entorno.

Este projeto, atende às exigências legais estabelecidas na Lei 10.861 de 14 de abril de 2004 que institui o SINAES, pelo Decreto 5.773 de 09 de maio de 2006, está alinhado à Lei nº 9.394/96 (LDB) e instrumentos regulatórios do CES/CNE, ao Estatuto da AEVSF, ao Regimento Interno da FACAPE e às Normas e Resoluções que se constituem documentos institucionais necessários à sistematização do que se pensa e do que se planeja.

Os resultados do processo de análise desses documentos, dados e informações culminaram na elaboração deste PDI que bem demarca campo de atuação e compromissos da FACAPE, como instituição pública de ensino superior e projeta as ações futuras no horizonte temporal de cinco anos, que sem dúvida, deverão sinalizar a expansão desse campo.

A lógica de construção deste projeto fez âncora em dois princípios os quais devem interconectar as ações desta IES: *formação profissional* que implica o desenvolvimento das competências e habilidades para inserção no mundo do trabalho, radicalizando a concepção humanística cuja centralidade está na compreensão das relações humanas e os compromissos com a cidadania; e a *contextualização*, construída pelo reconhecimento das emergências da realidade social, econômica, cultural e educacional da região e, desse modo, busca atender as necessidades do lugar onde se realiza a ação político-pedagógica da FACAPE.

Neste documento, a FACAPE reafirma o ato que justifica sua criação e sua missão institucional, reforça seus princípios e valores e apresenta os modos pelos quais se organiza, no intuito de cumprir os compromissos publicamente declarados neste PDI para o exercício 2011/2015.

CAPÍTULO I

PERFIL INSTITUCIONAL

1. BREVE HISTÓRICO

A Autarquia Educacional do Vale do São Francisco – AEVSF foi criada pela lei municipal nº 25/76, de 19 de julho de 1976, com a atribuição precípua de implantar os cursos de Administração e o de Enfermagem médico-cirúrgica e obstétrica. À época, as possibilidades de fazer acontecer com o necessário rigor técnico-científico apontaram à necessidade de postergar a implantação do curso de Enfermagem, ao mesmo tempo em que indicaram um cenário promissor para o curso de Administração.

Tal análise definiu a criação da Faculdade de Administração de Petrolina cuja autorização para funcionamento se deu em primeira instância pela Resolução nº 01/77 de 13 de janeiro de 1977 do Conselho Estadual de Educação – CEE/PE, e a seguir, em nível federal, através do Decreto nº 82.475 de 23 de outubro de 1978, publicado no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 1978.

No período de 1977 a 1981 o curso de Administração funcionou nas dependências do Campus da UPE, especificamente na então Faculdade de Formação de Professores de Petrolina – FFPP. A sede própria da Faculdade de Administração de Petrolina foi inaugurada em 1981, instituindo a sigla FACAPE.

O curso de Administração de Empresas foi reconhecido pela Portaria 247/84 de 31 de maio de 1984 do MEC. Em 2002, a FACAPE logrou o reconhecimento do curso de Ciências Contábeis, através do Ato nº 624 de 04 de março de 2002, publicado no Diário Oficial do Estado em 5 de março de 2002.

Na sequência, o contexto de crescimento do mercado regional na área de gestão de empreendimentos de médio e grande porte levou a AEVSF a encaminhar ao Poder Legislativo Municipal projeto de Lei transformando a Faculdade de Administração de Petrolina em Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina, o que foi promulgado pelo Poder Executivo Municipal, em 12 de dezembro de 2002, através de Lei 1.201. Esse Ato possibilitou a expansão do campo de atuação e área de saber

da FACAPE, além disso proporcionou, em um momento posterior, a implantação dos cursos de Ciência da Computação, Direito e Economia.

Assim, a FACAPE abriga mais seis outros cursos de bacharelado, além do de Administração de Empresas e de Ciências Contábeis, conforme segue: Secretariado Executivo, reconhecido através do Ato nº 2.840 de 4 de agosto de 2003, publicado no Diário Oficial do Estado, em 5 de agosto de 2003; Ciência da Computação, reconhecido através do Ato nº 3.275 de 23 de setembro de 2003, publicado no Diário Oficial do Estado, em 24 de setembro de 2003; Economia, reconhecido através do Ato nº 285 de 24 de janeiro de 2009, aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação em 18 de agosto de 2003, homologado pela Portaria SEDUC nº 5.490 de 11 de setembro de 2003 e publicada no Diário Oficial do Estado, em 18 de setembro de 2003; Turismo, reconhecido através do Ato nº 286 de 27 de julho de 2007, aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação em 03 de novembro de 2003, homologado pela Portaria SEDUC nº 7.848 de 19 de novembro de 2003 e publicada no Diário Oficial do Estado, em 20 de novembro de 2003; Direito, reconhecido através do Ato nº 6.713 de 06 de novembro de 2007, aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação em 17 de agosto de 2004, autorizado pela Portaria SEDUC nº 4.523 de 30 de agosto de 2004 e publicado no Diário Oficial do Estado, em 31 de agosto de 2004; e Comércio Exterior, reconhecido através do Ato nº 69 de 30 de junho de 2009, aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação em 14 de setembro de 2004, autorizado pela Portaria SEDUC nº 5.041 de 27 de setembro de 2004 e publicado no Diário Oficial do Estado, em 28 de setembro de 2004.

Para atender a demanda de formação continuada dos Servidores Públicos da região, em 28 de julho de 2010, foi promulgada a lei 2.283, instituindo a Escola de Formação do Servidor Público de Petrolina – EFSEP. Tal escola, vinculada a AEVSF, tem as diretrizes de I - promover ações educativas, valorizando as experiências e saberes do servidor público em sua prática como cidadão; II - desenvolver uma visão ampla e integrada da Administração Pública junto aos participantes, favorecendo a reflexão e o debate sobre a ética pública, a democracia, a cidadania e a responsabilidade perante a sociedade; III - promover a prospecção e a difusão de novos

conhecimentos sobre gestão pública por meio de pesquisas, estudos, estágios, convênios de cooperação, eventos, atividades de extensão, publicações, prestação de serviços e intercâmbio com instituições nacionais e internacionais; IV - proporcionar aos participantes o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à melhoria da qualidade da gestão das políticas públicas; V - difundir entre os participantes o macro conceito de cidadania e ainda despertar o senso crítico sobre as leis, planos, orçamentos, diretrizes que regem o cotidiano do agente público.

Nessa trajetória, a AEVSF/FACAPE e a AEVSF/EFSEP procuram se afirmar no propósito de contribuir com a formação de profissionais aptos a atuarem em instituições públicas e privadas, na gestão de pequenas e médias empresas e em organizações não governamentais, de modo a participar do processo de desenvolvimento regional sustentável.

2. MISSÃO E VISÃO DE FUTURO

No artigo 5º. do Regimento Interno, a Missão da FACAPE está assim descrita:

Exercer uma ação integrada das atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à universalização da educação superior de qualidade, à promoção do desenvolvimento das ciências, artes e à formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, capazes de enfrentar desafios e atender às demandas da sociedade.

Em coerência com o descrito em seu instrumento regulador, a visão de futuro da FACAPE neste PDI, para o período 2011/2015, atribui prioridade a consolidação da gestão ética e democrática, efetivada pelo respeito a liberdade e ao senso da autonomia crítica e responsável, implicados numa prática acadêmica que busca a formação de profissionais competentes e cidadãos comprometidos com a transformação das disparidades sociais e da degradação ambiental da região.

3. OBJETIVOS E METAS

O reconhecimento do atual contexto institucional em confronto com a missão que lhe é atribuída imprime sentido aos objetivos específicos e metas que a FACAPE deve alcançar no período em referência, a partir da visualização de outros desafios para o quinquênio seguinte; trata-se pois, da apresentação de uma plataforma que se propõe ampliar o campo de atuação da Instituição.

Para tal, e seguindo as orientações da SESu/MEC para elaboração do PDI, as dimensões institucionais foram trabalhadas sob **eixos temáticos essenciais** que, orientando a lógica de construção deste Plano, possibilitaram expor os objetivos e metas desta IES para o exercício de 2011/2015.

EIXO 1 – Metas e objetivos da gestão – Apresenta as ações que devem ser realizadas com vistas ao desenvolvimento de um processo contínuo de transformação organizacional, especificamente no que se refere ao estilo gerencial, a revisão dos instrumentos normativos e dos procedimentos técnicos- administrativos, de modo a instituir uma cultura organizacional compartilhada, ética e democrática.

EIXO 2 - Ensino, pesquisa e extensão – Indica as ações indispensáveis ao reconhecimento pela comunidade acadêmica da responsabilidade social da FACAPE com a formação de profissionais competentes para a inclusão no mundo do trabalho e convivência humana, a partir da experiência formativa da extensão e da pesquisa, indissociável do ensinar/aprender.

EIXO 3 – Infraestrutura – Apresenta as metas de adaptação, manutenção e ampliação da estrutura física com especial atenção aos indicadores de acessibilidade e responsabilidade ambiental; aumento da capacidade de acesso/uso das novas tecnologias de informação e comunicação, garantindo a adoção de tecnologias inclusivas.

EIXO1 – Metas e objetivos de gestão

METAS	PERÍODO				
	2011	2012	2013	2014	2015
Realizar concurso público para compor necessidades de docentes	X	X	X		
Realizar concurso público para compor necessidades na área técnico administrativo		X			
Revisar o Regimento Interno da Faculdade	X	X			
Criar resolução para o Apoio a qualificação strictosensu	X	X			
Criar resolução para incentivo financeiro a titularidade aos docentes	X	X			
Criar resolução para incentivo financeiro a titularidade dos técnicos administrativos		X			
Iniciar concessão de apoio a qualificação Docente		X	X	X	X
Implantar o PCCV – Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da FACAPE		X	X		
Implantar Ouvidoria	X				
Implantar e-mail institucional	X				
Implantar Protocolo Digital			X		
Implantar e manter programa de Qualidade de Vida Trabalho		X	X	X	X
Revitalizar Coordenação de planejamento			X		
Consolidar avaliação institucional		X	X	X	X
Informatizar Biblioteca	X	X			
Instituir o Núcleo de Tecnologia Educacional -NTE	X				
Implantar Núcleo de Tecnologia Educacional - NTE		X			
Implantar incubadora de empreendimentos de base tecnológica	X				
Implantar incubadora de empreendimentos de base associativa			X		

Editar revista científica on-line indexada	X	X	X	X	X
Editar revista científica impressa		X	X	X	X
Implantar radio web FACAPE		X			
Implantar TV WEB FACAPE		X	X		
Implantar Laboratório de <i>Hardware</i>		X	X		
Criar sistema de suporte a decisões acadêmicas		X	X		
Criar e ampliar parcerias para certificação na área tecnológica	X	X	X	X	X
Atribuir ampla autonomia aos Conselhos Superiores (CEPE e CDA)	X	X	X	X	X

EIXO 2 – Ensino, pesquisa e extensão

METAS	PERÍODO				
	2011	2012	2013	2014	2015
Renovar reconhecimento dos cursos de Ciências Contábeis e Secretariado Executivo	X				
Renovar reconhecimento dos cursos de Turismo, Administração, Direito, Ciência da Computação e Economia		X			
Renovar reconhecimento do curso de Comércio Exterior			X		
Implantar novos cursos de pós graduação <i>lato senso</i>	X	X	X		
Implantar novos cursos de graduação		X	X		
Criar programa de Mestrado Profissional – MP		X	X	X	
Formalização de convênio com o Governo do Estado de PE para concessão de bolsas de estudos para alunos da escola pública – PROUPE	X				
Ampliação de números de bolsas concedidas pelo PROUPE		X	X	X	X
Atribuir autonomia aos NDE´s na gestão dos PPC´s	X	X	X	X	X
Difundir o Núcleo de Tecnologia Educacional - NTE		X	X		
Consolidar a Escola do Servidor	X	X			
Construir plano de trabalho para implantação da Radio Web FACAPE	X				
Implantar Câmara de conciliação, mediação e arbitragem	X				
Implantar o PROCON - Proteção e defesa do consumidor	X				
Implantar o RH FACAPE		X			
Implantar Fundação de Cultura, ensino e pesquisa		X			
Consolidar a câmara de pesquisa e extensão		X			
Consolidar pesquisas em engenharia de software no INES (Instituto Nacional de Engenharia de Software)	X	X	X	X	X

Implantar projeto de extensão de reciclagem de lixo eletrônico		X			
Ampliar projetos de extensão	X	X	X	X	X
Implantar a Faculdade da terceira idade		X			
Implantar o Núcleo de Línguas			X		
Implantar avaliação institucional dos Docentes	X	X	X	X	X
Contribuir para elaboração de políticas públicas na área de educação		X	X	X	X
Valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional;			X	X	X
Inserir a educação ambiental e o desenvolvimento sustentado como componentes da atividade extensionista			X	X	X
Desenvolver estudos para implantação de Cursos de Graduação na área de saúde		X			
Desenvolver estudos para implantação de Cursos tecnológicos		X			
Desenvolver estudos para implantação do Curso de Graduação em Serviço Social		X			
Desenvolver estudos para implantação do Curso de Licenciatura em matemática		X			
Consolidar e ampliar projeto de inclusão digital	X	X	X	X	X
Consolidar o programa S2B (Studentstwo business)	X	X	X	X	X

EIXO 3 – Infraestrutura

METAS	PERÍODO				
	2011	2012	2013	2014	2015
Climatizar todas as salas de aula	X				
Ampliar e modernizar todos os laboratórios		X	X		
Ampliar sistema interno de segurança		X	X		
Promover o pleno funcionamento da Biblioteca no novo prédio	X				
Adquirir cadeiras ergonômicas para salas de aula	X	X			
Adquirir equipamentos para sonorização nas salas de aula			X		
Ampliar o acervo da Biblioteca	X	X	X	X	X
Ampliar espaços de convivência com a criação de áreas verdes (praças)		X	X	X	X
Realocar a CAD – Centro de Atendimento ao Discente, com melhoria da qualidade no atendimento com área diferenciadas a portadores de necessidades especiais			X	X	
Ampliar do pavilhão de práticas jurídicas		X			
Construir Arena para eventos			X		
Melhorar as condições de acessibilidade a portadores de necessidades especiais	X	X	X	X	X
Ampliar o acesso a internet <i>wi-fi</i> no campus	X	X			
Ampliar <i>link</i> dedicado de acesso a internet no campus para 6 Mbps		X			
Readequar a sala dos professores			X	X	
Implantar cantina			X		
Equipar todas as salas de aula com projetores multimídia		X	X		
Implantar a estrutura do laboratório de <i>hardware</i>		X			

Integrar a vídeo conferência com o auditório central		X			
Sonorizar todas as salas de aula		X	X		
Implantar a infraestrutura do NTE - Núcleo de Tecnologia Educacional		X	X		

4. ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A FACAPE atua nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e da Tecnologia da Informação e Comunicação. Planeja nesse quinquênio expandir seu campo de atuação para a área de formação de professores da educação básica, especificamente licenciaturas em Matemática e Português, bacharelado em Serviço Social e graduação tecnológica em Gestão de Tecnologia da Informação, objetivando contribuir mais diretamente com a melhoria dos indicadores sociais da região.

Portanto, o desafio assumido pela FACAPE, no sentido da responsabilidade com a transformação da realidade socioambiental em seu entorno, consubstancia-se tanto pela implantação desses novos cursos quanto pela exigência de consolidação dos cursos existentes.

A AEVSF/FACAPE abriga também a Escola de Formação do Servidor Público – EFSEP, que tem diretrizes I - promover ações educativas, valorizando as experiências e saberes do servidor público em sua prática como cidadão; II - desenvolver uma visão ampla e integrada da Administração Pública junto aos participantes, favorecendo a reflexão e o debate sobre a ética pública, a democracia, a cidadania e a responsabilidade perante a sociedade; III - promover a prospecção e a difusão de novos conhecimentos sobre gestão pública por meio de pesquisas, estudos, estágios, convênios de cooperação, eventos, atividades de extensão, publicações, prestação de serviços e intercâmbio com instituições nacionais e internacionais; IV - proporcionar aos participantes o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à melhoria da qualidade da gestão das políticas públicas; V - difundir entre os participantes o macro conceito de cidadania e ainda despertar o senso crítico sobre as leis, planos, orçamentos, diretrizes que regem o cotidiano do agente público. a promoção de ações educativas observando a valorização das experiências e saberes do servidor público em sua prática como cidadão. Ao mesmo tempo, propõe-se a desenvolver uma visão ampla e integrada da Administração Pública, a fim de favorecer a reflexão e o debate sobre a ética pública, a democracia, a cidadania e a responsabilidade perante a sociedade.

Enquanto campo de produção e experimentação de saberes a EFSEP está orientada a promover a prospecção e a difusão de novos conhecimentos sobre gestão pública por meio de pesquisas, estudos, estágios, convênios de cooperação, eventos, atividades de extensão, publicações, prestação de serviços e intercâmbio com instituições nacionais e internacionais.

Nesta perspectiva, a EFSEP busca tornar-se referência institucional no que se refere ao desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico dos servidores públicos em relação à sua prática e ao exercício das políticas públicas pelos órgãos gestores.

Assim sendo, a Escola do Servidor institucionaliza o espaço formativo através do qual a AEVSF/FACAPE potencializa sua ação nas políticas públicas do município, com reflexos possíveis em outras instâncias, à medida que está aberta à participação de servidores de órgãos estaduais e federais nos programas desenvolvidos pela Escola.

CAPÍTULO II

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL- PPI

1. INSERÇÃO REGIONAL

A FACAPE, instituição pública de ensino superior, está situada no sertão pernambucano, cidade de Petrolina, que faz fronteira com os estados da Bahia, Piauí e Ceará. A maior aproximação se dá entre as cidades de Petrolina/PE e Juazeiro /BA, unidas pelo rio São Francisco, as quais constituem polo de produção agrícola e de prestação de serviços, notadamente na área de educação e produção do conhecimento. Registra-se pois, a presença de cinco instituições públicas de ensino superior, duas unidades da CODEVASF, unidades de pesquisa agrícola, IPA, CPATSA/EMBRAPA, e ONGs que atuam na formação de pessoas para convivência com o semiárido brasileiro, neste recorte do Nordeste.

Esse cenário, induziu a promulgação da Lei Complementar N° 113 que cria a Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE, constituindo um território formado por oito municípios: Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, no Estado de Pernambuco; Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho, no Estado da Bahia, que no conjunto, devem participar de programas especiais do Governo Federal.

No contexto econômico, Petrolina e Juazeiro lideram o polo de agricultura irrigada cuja influência se irradia neste território de desenvolvimento, o qual atrai a atenção e gera expectativas em pessoas de regiões mais distantes. Isso faz aumentar, progressivamente, a população local, desafiando as instituições públicas a buscarem soluções para os problemas decorrentes do progresso econômico e do rastro de pobreza, miséria e degradação ambiental evidenciado nessas cidades.

A FACAPE é coparticipe da dinâmica de desenvolvimento da região, problematizando as contradições deste processo e produzindo as tecnologias necessárias à emergência de soluções criativas que orientem as decisões políticas para a sociedade.

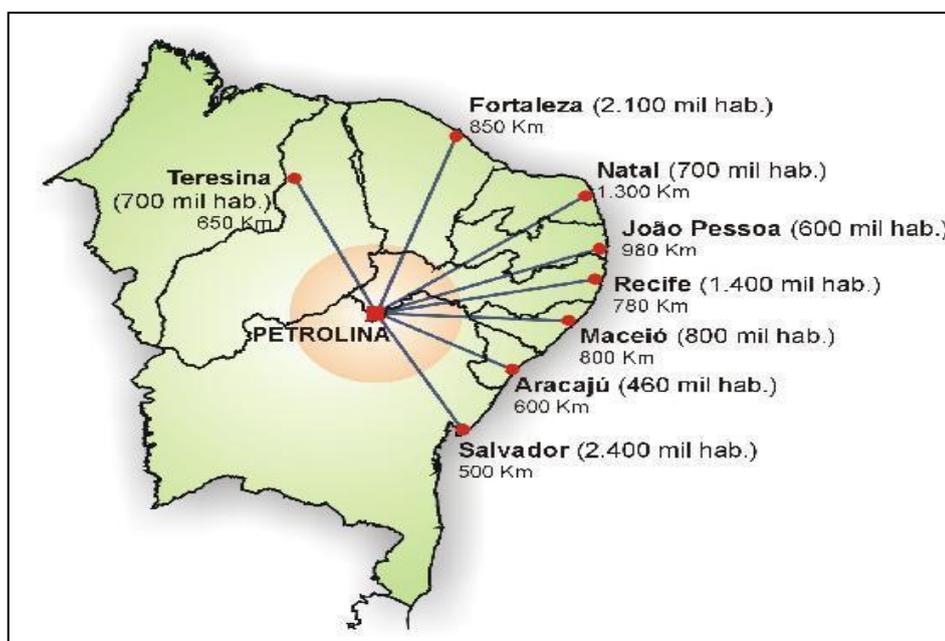
Assim, enquanto Instituição de Ensino Superior, a FACAPE vem procurando aperfeiçoar a sua política de ensino, pesquisa e extensão debruçada sobre os problemas do contexto local, na tentativa de compreendê-los e compreender a região implicada numa realidade social complexa.

É neste sentido que a FACAPE se propõe a intervir através das atividades desenvolvidas pela comunidade acadêmica, nos problemas relacionados à gestão

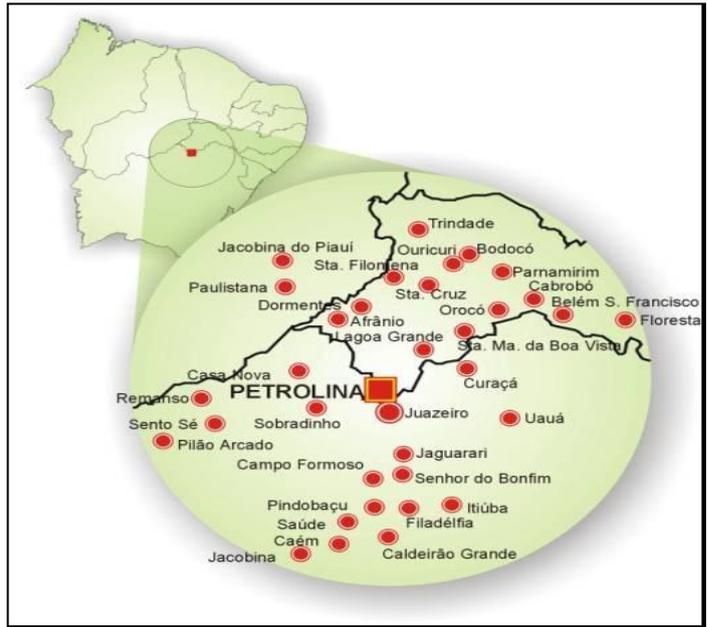
socioambiental da cidade, aos conflitos interpessoais e coletivos emergentes na comunidade regional, à sustentabilidade dos agentes econômicos e aos aspectos educacionais da população.

Essa intervenção é decisiva para contribuir com a qualidade de vida das novas gerações à medida que nessa área, mais de 15 mil estudantes, anualmente, concluem o curso médio. Na maioria são jovens que não tendo condições de completar os estudos num grande centro metropolitano, buscam alternativas locais.

Os Mapas 01 e 02 demonstram a distância entre o polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA das capitais nordestinas, evidenciando as dificuldades da população para atendimento às demandas prioritárias, sobretudo aquelas que exigem permanência de 4 a 5 anos, fora do domicílio de origem, a exemplo da participação em cursos superiores na modalidade presencial. O Gráfico 01 evidencia a contribuição da FACAPE no atendimento a essa demanda reprimida, totalizando 3.036 estudantes matriculados.



Mapa 01: Distância do polo para as capitais do NE
Fonte: Prefeitura Municipal de Petrolina, 2010



Mapa 02: Cidades compreendidas num raio de 500 km do polo
 Fonte: Prefeitura Municipal de Petrolina, 2010



Gráfico 01: Procedência dos alunos
 Fonte: Dados internos, 2010

2. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS

A FACAPE afirma como preocupação dominante a formação de profissionais de excelência para o mundo do trabalho, implicada no imperativo ético da cooperação, da participação sobretudo na solidariedade humana. Tais princípios revelam o papel social desta IES no sentido de, para além do discurso, contribuir com a criação de novas possibilidades e alternativas de inclusão social. Isso significa dizer que se propõe atuar para redução dos índices de pobreza e miséria que ainda atingem expressiva parcela da população na região.

Nesse propósito, a FACAPE ao questionar sua prática ao longo do processo de avaliação interna realizado pela CPA, dá-se conta da necessidade de ampliar a percepção da comunidade acadêmica sobre o semiárido nordestino, lugar no qual está situada, no intuito de construir e vivenciar um projeto pedagógico contextualizado, capaz de reinventar a instituição, buscando torná-la aberta à prática da cooperação, da solidariedade e de maior respeito à diversidade.

Por consequência, este projeto percebe que o mais significativo desafio da FACAPE, diante das situações-limite da realidade social, ambiental e de desenvolvimento econômico de Petrolina e do seu entorno, é promover ações que efetivamente interfiram nas políticas públicas municipais exercitadas no campo das ciências aplicadas e sociais – na educação, na cultura e na arte, nos direitos humanos, nas tecnologias da informação e da comunicação e nos procedimentos de gestão.

Ações que efetivamente promovam formas de inclusão, com destaque para a inclusão política cuja raiz se dá na atribuição do empoderamento às pessoas de modo a fortalecer o sentido e o significado do coletivo, e daí a prática da solidariedade e da dádiva.

Assim sendo, este projeto busca apresentar as diretrizes do fazer acadêmico, entendendo o ensino, a pesquisa e a extensão implicadas nas experiências formativas vivenciadas nesta IES.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Na conformidade dos princípios afirmados no item anterior, é preciso buscar alternativas eficazes que visem organizar o trabalho pedagógico na perspectiva crítica e democrática e que neste *fazer*, promovam o sentido e o significado da solidariedade através da insistente busca da equidade, da justiça e da paz, que se constrói a partir das relações humanas vivenciadas no espaço acadêmico.

Visto sob tais dimensões, o profissional e cidadão que a FACAPE idealiza requer uma organização do ensino-aprendizagem que possibilite ao mesmo tempo, o convívio de saberes tanto na sala de aula quanto na pesquisa e extensão. E assim, favorece a leitura crítica da realidade no contexto regional a partir da análise coletiva da prática social existente, da experiência e dos conhecimentos já adquiridos pelos estudantes com a indispensável mediação do professor.

Essa determinação para tornar efetivamente indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão requer que os professores questionem as possibilidades e necessidades da sociedade, a fim de poder cumprir um currículo interdisciplinar, que articule o binômio teoria-prática.

Desse modo, o que está em questão é o exercício de uma política institucional na qual toda atividade desenvolvida nesta IES integre o currículo, reconstruído ou ressignificado no dia a dia do ato pedagógico pelo estudante, pelo professor e, quando for o caso, com a participação da comunidade. Nesse sentido, o currículo constitui-se um *fazer-se* consequência do convívio e do encontro com a diversidade e que se propõe pautado no Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI UNESCO/1999.

De acordo com esse Relatório, a educação precisa ser concebida a partir de quatro pilares: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser*, indicando que a função de uma instituição de ensino, em qualquer uma das suas modalidades, deve estar voltada à realização do ser humano em suas diversas dimensões.

Importa comentar que historicamente as instituições educacionais preocuparam-se, predominantemente, com as duas primeiras formas de aprendizagem, em atendimento a certalógica que presidiu (ou preside?) as diferentes concepções de

desenvolvimento e os marcos regulatórios das relações do capital. A pós-modernidade vem abrindo espaço para o debate sobre outras aprendizagens necessárias à vida: *aprender a conviver* com o outro e com o planeta enquanto nossa morada, e nele *aprender a ser*, na perspectiva da ontologia humana.

Nessa linha de pensamento, este projeto pedagógico procura criar estratégias formativas que contribuam significativamente com a dupla aprendizagem: *aprender a conviver e aprender a ser*.

Assim, cabe uma educação em que, tanto no ensino quanto na pesquisa e extensão, todos participem de projetos comuns, os quais envolvam a descoberta progressiva do outro, convivendo com a diversidade e o multiculturalismo.

São imprescindíveis ainda o desenvolvimento do pensamento autônomo e crítico, a elaboração de julgamentos de valores próprios, aliando tais características à estética que nos permite a alteridade e daí aprender com o experienciar do outro.

Tal forma de conceber o profissional e cidadão para o século XXI reforça a importância social da Instituição, pois destaca uma forma diferente de ele se relacionar com o conhecimento, de preparar-se para exercer a cidadania e incluir-se no mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que se realiza como pessoa.

Atribuindo esse sentido à vida acadêmica, fez-se necessário repensar os currículos dos oito cursos de graduação e ao mesmo tempo buscar programas de pós-graduação no intuito de redesenhar o perfil das competências e habilidades essenciais que podem caracterizar o profissional competente em sua área de atuação, tendo em vista as necessidades da sociedade contemporânea no âmbito regional, nacional e global.

Tal resignificação do papel da Instituição orientou a necessidade de buscar compreender como se dá a prática pedagógica institucional e a possível coerência entre a concepção de educação/formação descrita nos documentos internos e o fazer no cotidiano. Nesse sentido o ano de 2010 foi dedicado à observação da vida acadêmica considerando a forma de cumprimento dos PPCs (Projetos Pedagógicos dos Cursos) e os resultados avaliativos do SINAES, tanto dos cursos de graduação quanto aqueles da Instituição.

A análise dos PPCs nos levou a identificar em diversos cursos de graduação, componentes curriculares de nomenclatura idêntica ou análoga, com descrição de objetivos semelhantes, apresentando nos planos de curso, ementas e bibliografias diversas; foram ainda identificadas outras formas de engessamento que determinavam a inflexibilidade do currículo. Considerando que alguns cursos deverão ter renovação de reconhecimento em 2011, 2012 e 2013, foi iniciado, neste ano de 2010 árduo trabalho de análise dos PPCs e dentre os ajustes iniciais mais significativos destacam-se:

- A. Equivalência de alguns componentes curriculares dos eixos de formação básica e humana que, dentre outros méritos, imprimiu autonomia ao estudante permitindo flexibilizar a escolha do semestre e o turno (matutino / vespertino / noturno) para cumprimento da disciplina ao tempo em que assevera o aproveitamento dos créditos em caso de transferência interna de curso.
- B. Identificação de elevado índice de retenção de estudantes no último período do curso, notadamente em Administração, em razão da sobrecarga imposta ao estudante, uma vez que há no mesmo período o Trabalho de Conclusão Curso, na modalidade de monografia, e a disciplina de Elaboração de Projeto, cuja exigência curricular é a realização de um plano de negócios. No processo de avaliação da evasão discente, esse quesito impactou o índice de trancamento e abandono.

Ainda nesse percurso, foi identificada a necessidade de promoção de medidas estruturantes que visaram atender as Resoluções do CONAES ou do CNE/CES, merecendo referência:

a) Lei 10.861 14 de abril de 2004 que institui o SINAES

A indicação de novos membros para compor a CPA e a retomada da Avaliação Institucional Interna ensejou a criação de subcomissões para avaliação da evasão, avaliação docente, avaliação dos coordenadores de cursos, avaliação dos serviços, avaliação da infraestrutura e avaliação da gestão. A produção de relatórios parciais contribuiu decisivamente para identificação de pontos de estrangulamento e daqueles que podem mediar/facilitar a participação e comprometimento dos

diferentes atores institucionais com os objetivos aqui propostos, reconhecendo que participar do planejar difere do fazer acontecer.

b) Resolução 01 de 17 de junho de 2010 Núcleo Docente Estruturante – NDE

A criação de NDEs em todos os cursos de graduação, esses assumiram ao lado do coordenador do curso a responsabilidade de acompanhamento, avaliação e revisão do Projeto Pedagógico - PPC. Coube aos NDEs a análise das demandas sociais e econômicas e as do mundo do trabalho trianguladas com a percepção dos estudantes quanto a sua formação. Considera-se nessa trajetória as formas alternativas da FACAPE atender as indicações/solicitações que vêm sendo identificadas.

Ademais, cada NDE procedeu o confronto com as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN específica, com os instrumentos regulatórios emanados dos órgãos do MEC (Resoluções / Portarias) e com a Lei 9.394/96- LDB.

4. POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O cenário contemporâneo evidencia uma demanda por profissionais cada vez mais competentes na produção de conhecimentos, domínio de saberes e ideias inovadoras e arrojadas. A literatura sobre o mundo do trabalho e o mercado vem também registrando que há uma crescente e legítima demanda pela educação superior, certamente em decorrência da consciência sobre a sua importância como garantia de inclusão num espaço profissional mais diferenciado.

As instituições de ensino superior estão, pois, pressionadas pela necessidade de oferecer ensino de excelência, focado numa formação que atenda ao mais exigente perfil de profissional demandado pelo mercado.

Essa formação, pensada na perspectiva da mercantilização do profissional, traz detrimento a uma formação humana ética, crítica, criativa e socialmente comprometida. Entende-se que as IES no exercício das políticas de ensino devam potencializar a capacidade profissional do egresso de produzir e difundir o conhecimento e de compreender as experiências de vida que estimulam a aprendizagem nas mais diferentes situações; que considerem a primazia da ética, da cooperação, da participação e da solidariedade implicada na formação profissional.

Nesta perspectiva, as IESalém de constituir-se como instância de produção de conhecimento, de cultura e de tecnologia, é também um espaço de formação do pensamento crítico e profissional lastreado no sentido do imperativo ético, do *dever ser* que norteia a vida no coletivo.

O olhar crítico sobre a prática pedagógica desta Instituição, indica os tênues vínculos entre o ensino, a pesquisa e a extensão; é no sentido da totalidade do processo de ensino, implicado na extensão e na pesquisa, que os projetos pedagógicos dos cursos, em processo de renovação e reconhecimento, e os projetos de novos cursos, estão sendo exaustivamente discutidos.

Neste particular, cumpre reconhecer que é indispensável estimular a prática da extensão e o fomento à pesquisa, apesar de compreender as dificuldades peculiares do perfil da maioria dos estudantes desta IES, concentrada no turno noturno, adultos trabalhadores e em sua maioria, pais/mães de família.

Contudo, a prática da pesquisa e da extensão se constituem campo de aprendizagem significativa por excelência e, portanto, é dever da FACAPE oportunizar aos estudantes vivenciar tais experiências; ademais, é pela ação extensionista e pela pesquisa nas ciências humanas que esta IES poderá contribuir com a transformação da realidade socioambiental desta região. E este compromisso vem sendo afirmado ao longo deste PDI- 2011/2015.

No que diz respeito à pesquisa, a FACAPE tem como princípio fundamental estimular o trabalho de investigação científica e do pensamento reflexivo, com a inserção de eixos de pesquisa nas matrizes curriculares e nas temáticas de extensão, com vistas ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia, do conhecimento e da cultura.

Desta forma, o eixo fundamental da política de ensino, está implicado na prática da extensão e da pesquisa, entendendo-se que esta possibilita a imersão na realidade e o pesquisador sendo por ela impactado dá-se conta da emergência de apontar alternativas para superação das situações-limite nas quais se percebe incluso. E assim a aprendizagem se dá pelo experienciar situações desafiadoras. É o confronto desejável entre teoria e prática.

5. POLÍTICAS DE GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

Diante das crescentes demandas da sociedade, a FACAPE vem realizando investimentos em projetos que visam elevar a qualidade acadêmica e administrativa da Instituição; neste sentido, é previsível o investimento na infraestrutura física e tecnológica procurando tornar mais eficaz a estrutura dos serviços de apoio e de logística que dão suporte às exigências peculiares dos serviços educacionais que a FACAPE presta a sociedade.

A gestão da FACAPE ao buscar cumprir as regras atribuídas ao setor público faz-se atenta às dimensões de excelência em gestão pública, importando destacar os princípios gerenciais que devem ser praticados para exercício de uma política de gestão humanizada e eficaz:

1. visão de futuro;
2. pensamento sistêmico;
3. liderança participativa e constância de propósitos;
4. comprometimento e capacitação de recursos humanos;
5. responsabilidade social;
6. orientação por processos e informações;
7. desenvolvimento de parcerias;
8. viabilização de recursos;
9. aprendizagem organizacional.

Na busca do atendimento dessas dimensões, a FACAPE procura nortear seus programas, de modo a promover o avanço estratégico da Instituição, propiciando condições de crescimento e realização profissional dos servidores, permanente melhoria na infraestrutura física, tecnológica e operacional, e que, em seu conjunto, gerem impactos positivos na qualidade dos programas acadêmicos oferecidos em todos os níveis e modalidades.

Para tanto, a política institucional de gestão está suportada nas ações que vem desenvolvendo, com destaque para:

a) Promoção e incentivo à titularidade, à qualificação, à valorização, ao reconhecimento e autorrealização dos servidores, em sintonia aos objetivos e metas institucionais declinados neste PDI;

b) consolidação de uma infraestrutura física e de basetecnológica, moderna e adequada, bem como a manutenção e expansão permanente e qualificada do acervo bibliográfico e do patrimônio;

c) incentivo à formação de uma cultura de preservação e valorização ambiental;

d) aperfeiçoamento, permanente e sistemático, dos processos de acompanhamento e avaliação das atividades acadêmicas e da gestão, de modo a assegurar o cumprimento da missão da instituição;

e) promoção de meios que garantam o exercício da gestão democrática através da participação dos diferentes segmentos acadêmicos nos processos decisórios.

Para dar conta desses objetivos de gestão, há de se manter incessante busca de fontes alternativas de recursos para financiamentoda pesquisa,da extensão, da qualificação dos servidores (docentes, técnicos e administrativos), e da infraestrutura.Nesse pensamento, é significativo manter integração comàs demais instituições de ensino da região, com instituições públicas (Ministérios, Fundações de apoio a pesquisa, INCRA, ITEP, Embrapa etc.), instituiçõesprivadas (Fundação Abrinq, Fundação Airton Senna, e outras) e com ONGs,que sejam organizações representativas das demandas sociais.

6. RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

Há que ser disseminado na FACAPE o reconhecimento da necessidade e urgência do exercício de uma política institucional que contribua com a redução da pobreza e da miséria que ainda atinge significativa parcela da população brasileira ebem presente na região do Nordeste semiárido.

A análise mais crítica sobre o perfil dessa população indica o quão significativa pode ser a participação das atividades de pesquisa e extensão da FACAPE na políticade ascensão dos deserdados sociais, através da intervenção no sistema municipal da educação básica, na promoção do ensino profissionalizante aberto e gratuito, na implantação daincubadora de empreendimentos fundados na economia solidária e na promoção de ações comprometidas com a prática dos direitos humanos.

A expectativa é que esse sentido de compromisso social possa se constituir em atitude ao longo da vida, por todos aqueles, que em diferentes tempos, transitaram na FACAPE; apesar do apelo mercadológico de que o trabalho voluntário contribui para elevar a autoestima de quem o realiza e que o mercado valoriza o profissional com currículo marcado pela participação em projetos sociais.

Se de um lado, as ações de responsabilidade social são entendidas como aquelas que se realizam na e para a sociedade, há também ações que são desenvolvidas *intra campus* e que visam a inclusão de estudantes portadores de necessidades especiais, a inclusão e respeito à diversidade e ao cuidado com o ambiente.

Ancorada nesses princípios basilares da responsabilidade social, a FACAPE destaca as seguintes ações estratégicas que vem desenvolvendo e que projeta para o quinquênio 2011 a 2015:

- Acesso à justiça pela população mais carente através das ações de Assistência Jurídica, da Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem e do PROCON, em funcionamento nesta IES;
- Acessibilidade às áreas externas e internas da Faculdade, de modo a possibilitar a inclusão dos portadores de necessidades especiais na vida acadêmica;
- Acesso de estudantes de escolas públicas à tecnologia da informação e comunicação, através do programa de inclusão digital básica e avançada;
- Formação de estudantes para reciclagem de lixo eletrônico (em processo de implantação);
- Inclusão de pessoas da 3ª. Idade na vida acadêmica, criando espaço específico de integração e desenvolvimento de atividades/cursos apropriados a essa faixa etária (em processo de implantação);
- Utilização de recursos midiáticos para formação de uma cultura inclusiva e de respeito à diversidade na comunidade acadêmica;
- Promoção de programas de ensino profissionalizante, em nível da educação básica, no intuito de contribuir para o acesso dos participantes ao mercado de trabalho (em fase de projeto);

- incubação de empreendimentos de base comunitária, no modelo de economia solidária (em fase de projeto);

Tais ações contribuem com a difusão do conhecimento sobre políticas públicas de direitos humanos, educação inclusiva e ambientalização, considerando a divulgação de experiências, pesquisas e projetos de trabalho, entrecruzando o papel político da Faculdade com a responsabilidade social.

CAPÍTULO III

IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS

1. GRADUAÇÃO

No que diz respeito a gestão acadêmica dos atuais cursos de graduação, a FACAPE instituiu o Núcleo Docente Estruturante – NDE, composto por cinco professores do corpo docente de cada curso, conforme Resolução no. 01/2010 e Parecer do no. 04/2010 CONAES/MEC.

Em razão das atribuições especificadas nos citados instrumentos regulatórios, os NDEs assumiram o desenvolvimento do processo da revisão curricular dos cursos, que os está projetando numa investigação sobre *qual currículo* poderá constituir um percurso de formação significativa para os estudantes das graduações ofertadas por esta IES.

Na concepção da FACAPE, o currículo a ser proposto, funda-se na perspectiva da teoria histórico-crítica, de modo a possibilitar o desenvolvimento de um trabalho educativo como atividade mediadora entre o indivíduo e a cultura humana e nessa linha de pensamento, considerar a seleção de conteúdos necessários à formação e ao desenvolvimento do estudante no contexto da prática social. Ademais, o currículo deve também privilegiar o aumento das possibilidades de acesso do egresso ao mundo do trabalho, o desenvolvimento da capacidade reflexiva e crítica associada a competência e a inventividade, a fim de permitir a construção de saberes edificados nas emergências da convivência humana.

Para análise do currículo em uso e discussão de possibilidades da revisão curricular, estão sendo realizadas sucessivas reuniões dos NDEs com os colegiados dos cursos, com estudantes, além da indispensável escuta de gestores e profissionais em postos de trabalho das áreas de saber desses cursos, em processo de revisão curricular. Tal estratégia fundamenta-se na necessidade de que a proposta curricular a ser construída possa garantir/consolidar a identidade do curso e sua inserção na realidade regional/nacional.

Nesse processo, considera-se também, a possibilidade de redução da carga horária de alguns cursos, mantendo a conformidade com o Parecer CNE/CES nº 184/2006.

É imperativo pautar, que esta proposta de reestruturação curricular está sendo pensada conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs, específicas de cada curso e demais marcos regulatórios que definem a integralização e duração dos

cursos de graduação/bacharelados na modalidade presencial e na Lei 9.394/96 (LDB). Afirma-se ainda a observância do Projeto aos instrumentos internos que legitimam a prática desta IES e que estão efetivamente consubstanciadas na Lei Municipal 25/1976, no Decreto 85/2009 e no Regimento Interno.

Este PPI registra a indicação da necessidade da oferta de cursos de licenciatura nas áreas de matemática e português, tendo em vista o baixo IDEB consignado nesta região e o sentido da co-responsabilização da FACAPE com as políticas públicas municipais de ensino. Há ainda a previsão de implantação do bacharelado em Serviço Social, tendo em vista a demanda advinda dos programas sociais dos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

2. PÓS-GRADUAÇÃO

Em que pese a respeitável formação profissional dos docentes da FACAPE, advinda da atitude reflexiva sobre as experiências vivenciadas no mundo do trabalho, a pós-graduação vem sendo estimulada no sentido de atender, prioritariamente, à demanda interna de qualificação/titularidade do corpo docente, de modo a aumentar o índice de professores portadores de titulação *stricto sensu* e propiciar especialização aos docentes que se encontram em nível de graduação, conforme demonstra o Gráfico 02, exposto no Capítulo IV, item (1) item Perfil do Corpo Docente

Nesse quesito importa considerar a meta prevista para o PNE2011-2020 - 75% dos docentes com qualificação *stricto sensu* e destes 35% em nível de doutorado. A FACAPE está exercitando uma política de apoio à qualificação dos seus professores, estabelecendo como meta elevar, neste quinquênio, a titulação de 55% do corpo docente.

Nessa linha de pensamento, prevê também a realização de concurso público para 15 docentes com doutorado, na expectativa de estimular a institucionalização da pesquisa multidisciplinar, sobretudo, possibilitar em 2012 a submissão à CAPES de programa de mestrado profissional como forma eficiente para alcançar a meta de qualificação docente em nível de mestrado, prevista para atendimento até 2015. Entende-se também, como suporte indispensável ao cumprimento dos

macroobjetivos institucionais a busca por programas MINTER e DINTER além do incentivo à participação em programas realizados em outras regiões do País.

Ao mesmo tempo, a pós-graduação na FACAPE oferta cursos de especialização *lato sensu*, entendida como fator estratégico no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade; constitui-se numa referência indispensável à formação de profissionais aptos a atuar, nos diferentes setores da sociedade e capazes de contribuir, a partir da formação recebida, com o processo de aprendizagem significativa.

Os objetivos dessa política são:

- a) Instituir a prática da pesquisa científica no espaço do currículo, considerando o vínculo indissociável no processo do ensino/aprendizagem;
- b) Possibilitar a oferta de curso *stricto sensu* de modo a institucionalizar a produção acadêmica da FACAPE;
- c) Promover a integração da pós-graduação com as demandas do setor produtivo;
- d) Estimular a formação continuada dos estudantes da graduação.

Na perspectiva da qualificação do corpo funcional, a pós-graduação visa essencialmente apoiar a elevação da titularidade dos docentes e promover a qualificação dos servidores da FACAPE, tendo em vista o compromisso institucional com a oferta de um trabalho de excelência, com a auto realização do servidor e com a responsabilidade social a partir dos processos formativos.

3. SÍNTESE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

SÍNTESE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

CURSO	Ultima Renovação	Autorização	Modalidade	Vagas/se m	Turno s	Período s	Carga Horária	
							Por disciplina	Tota l
Administração de empresas	Processo no. 205/2006. Portaria 3517/2008DOE de 09/05/2008	Resolução Nº 011977 de 13/01/1977 do CEE/PE e Ato de Autorização por Decreto Presidencial no, 82.475/1978 em 23/10/1978 ereconhecido em 31/05/1984 pela portaria do MEC no. 247/1984.	Presencial	100	M/N	8	60	3040
Ciências Contábeis	Processo no. 203/2006. Parecer CEE/PE no. 140/2006. Homologado pela portaria 8087/2006, DOE 19/12/2006	Ato nº 624 de 4 de março de 2002, publicado no D.O.E. / PE, em 5 de março de 2002	Presencial	100	V/N	9	60	3000
Ciência da Computação	Processo no. 202/2006. Parecer CEE/PE no. 139/2006. Homologado pela portaria 1195/2007, DOE	Processo Nº 55/2002 - CEE/PE. Homologado pela Portaria SEDUC 5938 de 17/09/2003. Reconhecido através do Ato 3275 de 23/09/2003.	Presencial	90	M/N	10	60	3120

	31/10/2006							
Direito	Processo no. 90/2007. Parecer CEE/PE no. 118/2007. Homologado pela portaria 6713/2007, DOE 07/10/2007	Processo Nº 48/2002. Parecer Nº 75/2004-CES. Aprovado em 14/09/2004 e Autorizado pela Portaria SEDUC no. 5042 de 27/09/2004	Presencial	150	M/V/N	10	60	3900
Turismo	Processo no. 286/2006. Parecer CEE/PE no. 59/2007. Homologado pela portaria 4746/2007, DOE 27/07/2007	Processo Nº 48-B/2002. Parecer CEE/PE Nº 105/2003-CES. Aprovado pelo plenário em 03/11/2003.	Presencial	50	V	8	60	3000
Comércio Exterior	Processo no. 69/2008. Parecer CEE/PE no. 33/2009. Homologado pela portaria	Processo Nº 52/2002. Parecer CEE/PE Nº 83/2004-CES. Aprovado pelo Plenário em 14/09/2004. Autorizado pela Portaria SEDUC nº 5041 de 27/09/2004, publicada no DOE de	Presencial	50	N	8	60	3000

	5535, DOE 30/06/2009	28/09/2004.						
Secretariado Executivo	Processo no. 204/2006. Parecer CEE/PE no. 141/2006. Homologado pelaportaria 8126, DOE 31/10/2006	Processo Nº 204/2006. Parecer CEE/PE Nº 141/2006-CES. Homologado pela Portaria SEDUC nº 8126, de 18/12/2006, publicada no DOE de 19/12/2006.	Presencial	50	N	8	60	3000
Economia	Processo no. 285/2006. Parecer CEE/PE no. 109/2008. Homologado pelaportaria 462/2009, DOE 24/01/2009	Processo Nº 54/2003. Parecer CEE/PE Nº 78/2003-CES. Aprovado pelo Plenário em 18/08/2003.	Presencial	50	N	10	60	3400

CAPÍTULO IV

PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO- ADMINISTRATIVO

1. PERFIL DO CORPO DOCENTE

O conjunto dos professores dos oito cursos oferecidos pela FACAPE tem a formação em nível de graduação razoavelmente heterogênea, apresentando uma maior concentração de docentes com titulação acadêmica nas áreas de Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Direito. As outras se distribuem em menor número nas áreas das Ciências Exatas e Humanas, destacando-se as formações em Engenharia, Ciência da Computação, Matemática, Letras, História, Pedagogia, Psicologia e Filosofia; tais professores integram o corpo docente dos diferentes cursos, isto é, o mesmo professor, em geral, atua em mais de um curso de graduação, conforme demonstrado no Gráfico02 em valores nominais e no Gráfico 03 com percentual:

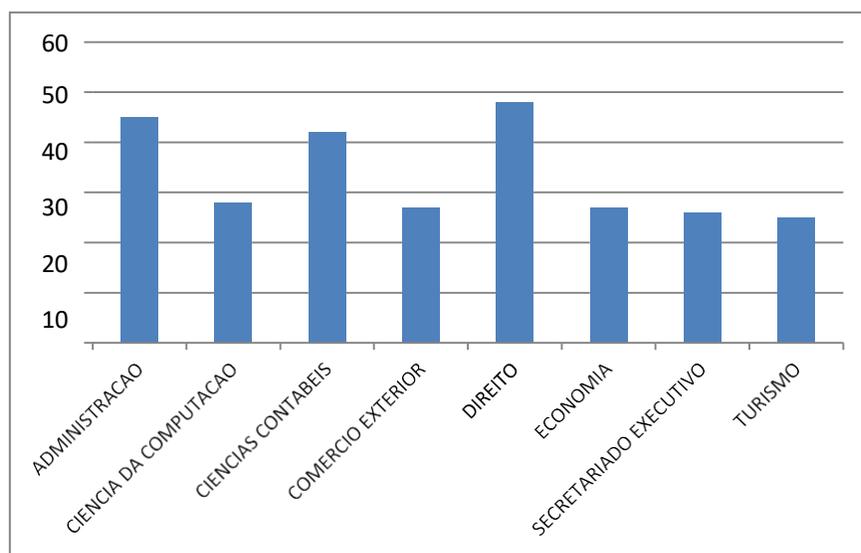


Gráfico 02: Quantidade absoluta de professores por curso

Fonte: Dados internos, 2010

A maior concentração percentual de professores titulados na área de formação dos cursos são: Direito, Administração, Contabilidade, Economia e Ciência da Computação que têm, respectivamente, 65%, 39%, 32%, e 29% para os dois últimos cursos. Além de contar com um significativo percentual de profissionais da área,

contam ainda, na composição do seu quadro docente, com profissionais das áreas correlatas, o que implica um percentual acima de 75% em cada um destes cursos.

Os demais cursos demonstram uma situação em que menos de 10% dos professores são titulados nas respectivas áreas de atuação destes; é o caso específico dos cursos de Comércio Exterior, Secretariado Executivo e Turismo.

Estes cursos estão sendo avaliados considerando a questão da identidade do curso, tendo em vista a pulverização da formação dos docentes que atuam nesses cursos, os indicadores relativos, a demanda de estudantes para ingresso, e os índices de evasão, triangulados com os informes sobre ocupação desses profissionais no mercado de trabalho.

No que se refere a titularidade do corpo docente, merece registro a presença de 22% apenas de professores com graduação e 2% com doutorado. Tal cenário faz-se exigente do exercício da agressiva política de apoio a elevação da titularidade, considerando os objetivos acadêmicos propostos pela instituição e o atendimento as metas determinadas no PNE 2011 2020.

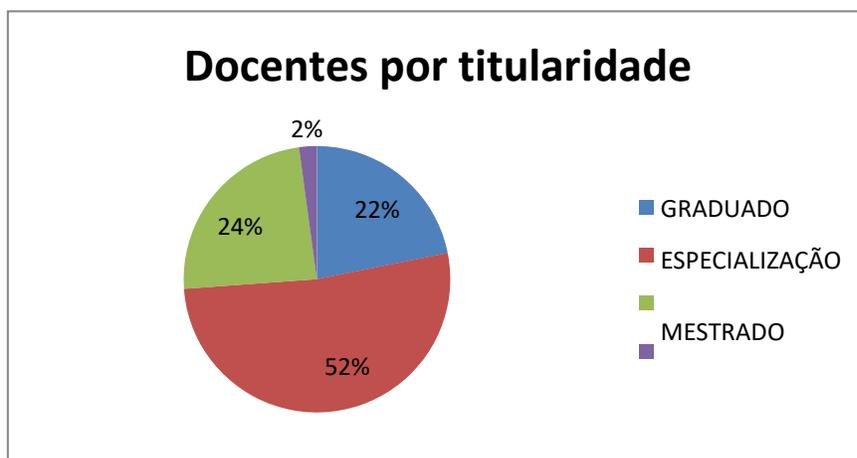


Gráfico 03: Quantidade relativa de docentes por titularidade
Fonte: Dados internos, 2010

2. PERFIL DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O ingresso para os cargos de técnico-administrativo, far-se-á através de um concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme o a Lei Municipal 301 de 04 de junho de 1991.

O concurso poderá ser realizado por áreas de especialização, organizado em uma ou mais fases, bem como incluir curso de formação, conforme dispuser o PCCV. Atualmente o Corpo Técnico-Administrativo é composto de 41 servidores, dos quais 15 estão no nível fundamental, 07 com ensino médio, 15 graduados e 06 especialistas. Informa-se ainda, que para dar suporte à demanda administrativa da FACAPE, conta ainda com 03 servidores cedidos da Prefeitura Municipal de Petrolina. A titulação está expressa no Gráfico 04:

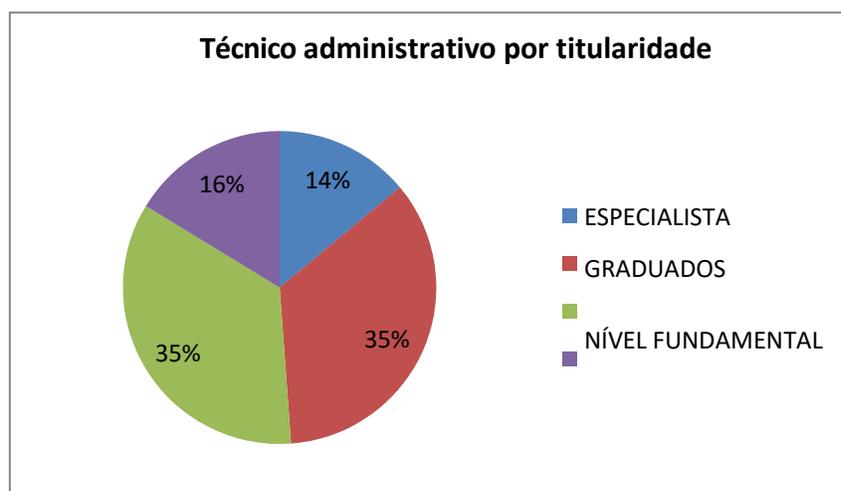


Gráfico 04: Quantidade relativa de técnico-administrativos por titularidade Fonte: Dados internos, 2010

3. POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES

Os desafios enfrentados pela FACAPE nos domínios do ensino de nível superior, para a criação de uma massa crítica e ampliação de sua capacidade de pesquisa, são de uma forma geral os mesmos enfrentados em outras instituições do interior do Nordeste ou mesmo de outras regiões do país.

Em tese, as instituições que ofertam cursos *stricto sensu* se encontram localizadas, em sua maioria, nos grandes centros urbanos e em cidades do interior dos estados do sul e sudeste brasileiro o que inviabiliza a mobilidade dos docentes para participação nesses cursos que se efetiva em caráter presencial.

A FACAPE tem procurado valer-se da escassa possibilidade de realização de programas MINTER/DINTER efetivados no eixo Petrolina/Juazeiro, na qualidade de instituição associada, vez que os acordos são prioritariamente celebrados entre universidades públicas federais ou estaduais.

Assim considerando, a FACAPE desde 2001 vem desenvolvendo ações de qualificação do docente através de programas MINTER, tendo como instituições promotoras Universidade Federal do Ceará - UFC e a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Com a primeira, em 2001, foi ofertado o curso de mestrado em Economia, na área de concentração de pesquisa em Desenvolvimento Regional, registrando-se a titulação de 12 (doze) professores desta IES. Em 2003, com a UFPE, foram oferecidos e ministrados dois cursos de Mestrado, sendo um na área de Sociologia e outro em Ciência da Computação, oportunidades nas quais esta instituição pôde qualificar, respectivamente, 03 (três) e 02 (dois) professores. Outros 06 (seis) docentes, por iniciativa própria, buscaram meios para titulação em nível de mestrado com a UFS, UFES e Universidade do Québec – Canadá e 02 (dois) outros, doutorado na Universidade de Santiago de Compostela – USC – Espanha.

O esforço institucional para efetivar a titulação desse número de docentes com vistas ao fortalecimento da prática acadêmica da FACAPE e consequente atendimento das exigências para transformação em Centro Universitário, restou frustrada em razão da evasão de muitos desses docentes para a UNIVASF, instalada nesta cidade em 2006 e para o CEFET – Centro de Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, durante o processo de transformação em IF Sertão-PE-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.

Esse cenário de perda no quadro de professores pesquisadores de qualidade constituiu significativo retrocesso à FACAPE na prática da pesquisa e, certamente no desempenho da atividade de ensino, uma vez que a iniciação científica se faz implicada na relação do ensino/aprendizagem. Tal situação ensejou a definição de políticas institucionais para efetivo estímulo a titularidade docente. Neste sentido, está sendo procedida revisão no PCCV de modo a garantir salários e incentivos

pecuniários competitivos com as demais IES públicas na expectativa de reter e atrair profissionais competentes e identificados com o ser professor no ensino universitário. A FACAPE, como instituição associada, está participando de novos programas DINTER em Administração e MINTER/DINTER em Computação, tendo novamente a UFPE como instituição promotora. Tais programas foram encaminhados a CAPES e a expectativa é de que os editais sejam lançados em 2011/2012; ainda em 2012, será submetido à CAPES o programa DINTER em Sociologia, também com a UFPE, cujo início está pensado para o ano 2012. Conversações iniciais, estão sendo realizadas com a UNEB-Campus III, no sentido de garantir a participação da FACAPE, no programa do DINTER em Comunicação Social, cuja instituição promotora é a USP – Universidade de São Paulo. O programa está previsto para submissão a CAPES em 2012, e em caso de ser devidamente recomendado, o processo seletivo e início das aulas devem ocorrer no primeiro semestre de 2013.

4. PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO

O plano de carreira e a forma de admissão do servidor da FACAPE são normatizados por lei, na forma de concurso público de provas e títulos, conforme determinado para qualquer instituição pública, podendo variar nos critérios específicos. De uma forma geral, as provas são: escrita (demonstração de conhecimento); didática (habilidade de socializar conhecimento); títulos (histórico de trabalho e estudos na área do concurso) e, se for o caso, prova prática (demonstração de habilidade manual e técnica na área de conhecimento).

Conforme Estatuto da AEVSF e do Decreto nº 069/05, no seu artigo 119, o corpo docente da FACAPE está assim constituído:

- I – Professores Titulares
- II – Professores Assistentes
- III – Professores Auxiliares
- IV – Professores Substitutos
- V – Professores Visitantes

O ingresso na carreira docente pode ocorrer no cargo de Professor Auxiliar, no de Professor Assistente ou de Titular conforme Edital do Concurso, sendo exigência para o professor Auxiliar, o certificado de especialista, para o de Assistente, o diploma de Mestre, e para o de Titular, o de Doutor.

Professores substitutos, ingressam na Instituição através da participação em processo de seleção simplificada constituindo-se da avaliação dos títulos e prova didática, podendo ou não haver outras provas; o contrato é temporário, não podendo ultrapassar quatro anos consecutivos.

Atualmente está constituída comissão especial para elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos servidores da FACAPE e tem previsão de encerramento dos trabalhos em de junho de 2011. Tão logo seja apreciado nas instâncias superiores desta IES, será enviado ao Poder Executivo Municipal para encaminhamento ao Legislativo; se aprovado, deverá ser sancionado pelo Poder Executivo e entrará em vigor.

Tal plano deve normatizar os critérios de ingresso, enquadramento, ascensão, regime de trabalho, remuneração e vantagens atribuídas ao corpo funcional da FACAPE, conforme titularidade, produção acadêmica, cumprimento de mandato de gestão e exercício de atribuições administrativas diferenciadas.

Como critério de ingresso para docente, a idoneidade profissional, a capacidade didática, e a competência técnico-científica são condições fundamentais. O critério de seleção por provas e títulos estará especificado no referido Plano.

O atual regime de trabalho docente é de 100h/mês ou 200h/mês o que equivale a jornada de 20h ou 40h/semanais, respectivamente. Os servidores técnicos e administrativos cumprem 30h semanais/trabalho, equivalente a 06h/dia. O regime de contrato obedece ao Estatuto do Servidor Público Municipal a exceção dos casos eventuais de contratação de professores substitutos, que seguem as normas de Direito Administrativo. Idêntica norma é aplicada aos contratos sob Regime Especial de prestação de serviço, no que diz respeito ao professor visitante.

CAPÍTULO V

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

1. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Conforme Decreto 85/09 e 12 de novembro de 2009, a organização administrativa da AEVASF e da FACAPE apresenta-se o seguinte desenho:

I – Órgãos Colegiados:

- Conselho Deliberativo Autárquico - CDA
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE

II – Órgão Diretivo:

- Presidência da AEVASF
- Diretoria da FACAPE

III – Coordenações Acadêmicas:

- Coordenação do Curso de Administração
- Coordenação do Curso de Ciências Contábeis
- Coordenação do Curso de Secretariado Executivo
- Coordenação do Curso de Ciência da Computação
- Coordenação do Curso de Turismo
- Coordenação do Curso de Economia
- Coordenação do Curso de Direito
- Coordenação do Curso de Comércio Exterior
- Coordenação de Pós-Graduação Pesquisa e Extensão
- Coordenação de Estágio Supervisionado

VI – Órgãos Suplementares

- Biblioteca
- Núcleo de Tecnologia da Informação
- Assessoria de Comunicação
- Assessoria Pedagógica

VII – Coordenações Técnico-administrativas

- Manutenção e Serviços Gerais
- Administração de Pessoal

- Central de Atendimento ao Discente
- Administração Financeira e Contábil

O Conselho Deliberativo Autárquico, órgão superior de direção administrativa e disciplinar na AEVSF, é assim constituído:

I – Presidente da AEVSF – como presidente do órgão;

II – Diretores da FACAPE;

III–Coordenadores Acadêmicos (exceto a coordenação de estágio supervisionado);

III – Representação das diversas categorias do corpo funcional (docentes, técnicos e administrativos);

IV – Representação da comunidade científica e da sociedade local.

Dentre as competências que são cometidas ao CDA, destacam-se como essenciais:

1. Homologar o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI;
2. Aprovar a Proposta Orçamentária da AEVSF e da FACAPE;
3. Resolver, em grau de recurso, todas as questões administrativas ou disciplinares que lhe forem encaminhadas;
4. Pronunciar-se acerca dos Relatórios Anuais das atividades da FACAPE, elaborados pelas respectivas Diretorias, Coordenações e órgãos de apoio administrativo;
5. Reunir-se, solenemente, nas reuniões de grau da AEVSF.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão superior de direção acadêmica da FACAPE, é constituído pelos Diretores da FACAPE, Coordenador de Pós-Graduação, Coordenadores de Cursos e membros do CDA que não integram o Conselho Fiscal e/ou Conselho de Ética.

Dentre as competências essenciais do CEPE destacam-se, especificamente, deliberar sobre:

I – Diretrizes e normas para o ensino, a pesquisa e a extensão;

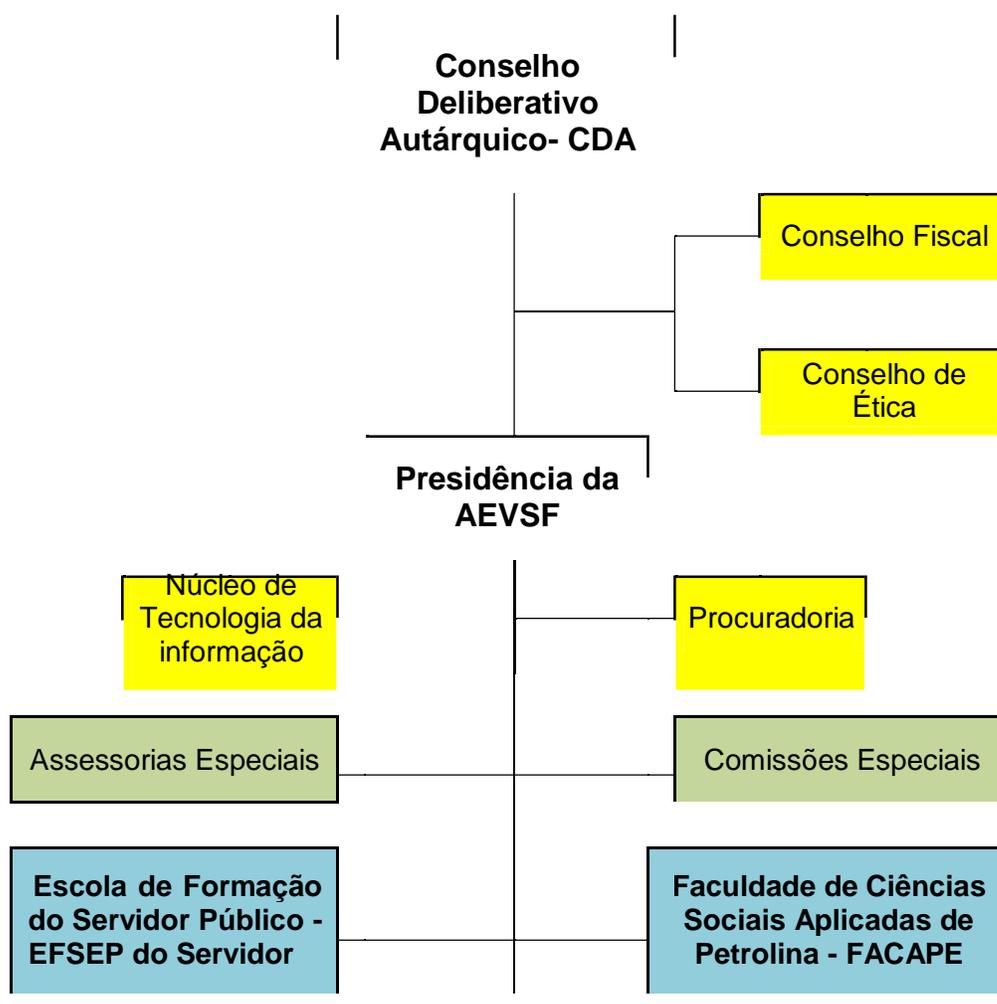
II – Questões de ordem didático-científica;

III – Criação, expansão, modificação e extinção de cursos de graduação e pós-graduação;

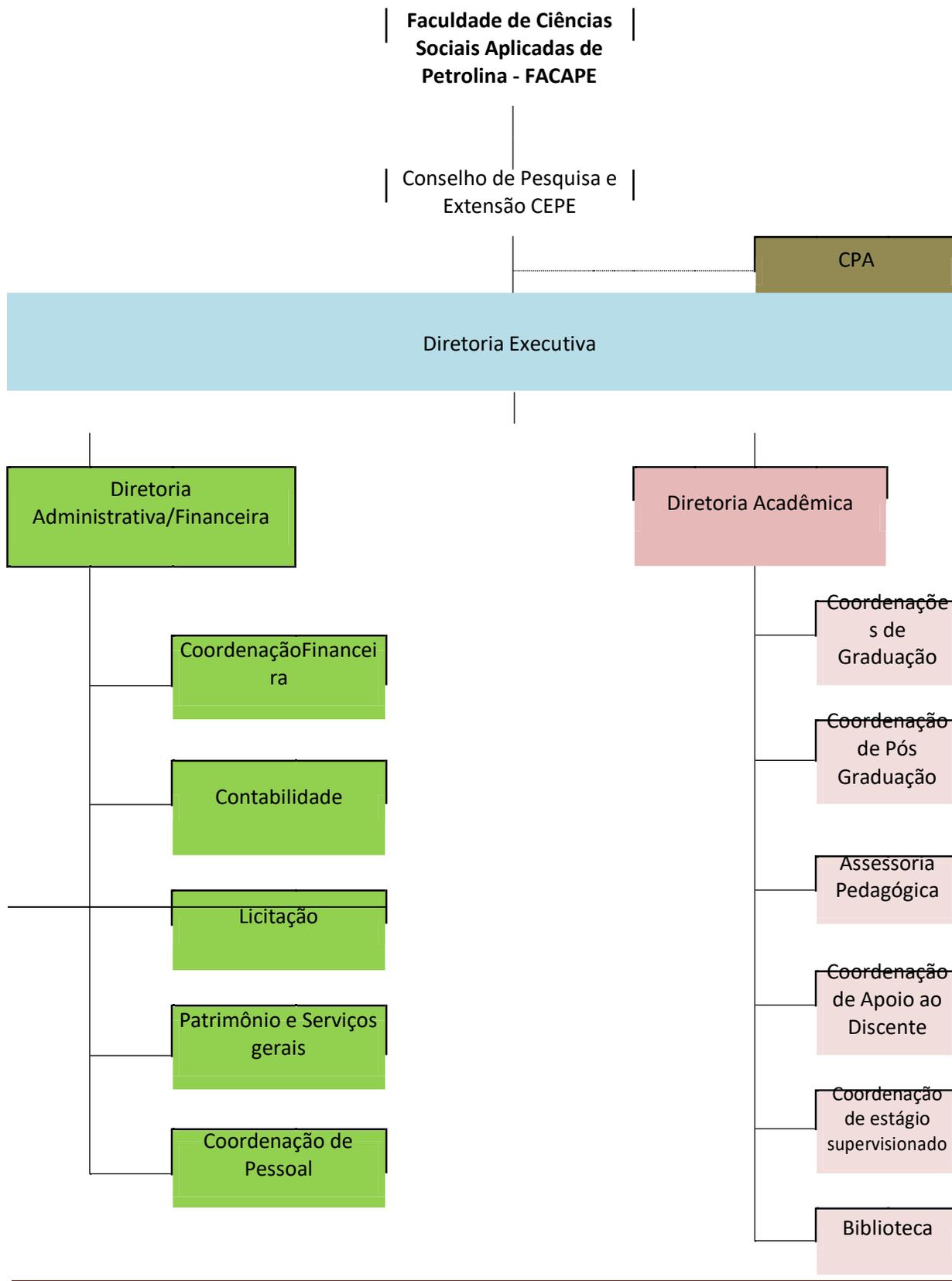
IV – Aprovação dos projetos pedagógicos dos cursos;

V – Aprovação de proposta de qualificação do pessoal docente e técnico-administrativo.

2. ORGANOGRAMA AEVSF



3. ORGANOGRAMA FACAPE



CAPÍTULO VI

POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

1. PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

No desenvolvimento da prática acadêmica, a FACAPE constituiu um *lócus* de assessoria didático-pedagógica com o propósito de acompanhar o desenvolvimento dos PPCs, prestar apoio aos professores e estudantes nas diversas dimensões educativas.

Efetivamente, sua principal finalidade é assessorar os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem em sintonia com os objetivos e metas interpostas no PDI, PPI e nos PPCs. Esses instrumentos articulam o trabalho didático-pedagógico estruturando suas bases a partir das três instâncias da organização educativa: gestores, professores e estudantes.

A assessoria aos professores teve como prioridade a constituição de espaço coletivo para reflexão sobre a prática docente, mediante encontros acadêmicos, reuniões pedagógicas e grupos de estudos temáticos; esses eventos vem sendo realizados ao longo dos semestres letivos. Tais ações visam complementar e aprofundar os conhecimentos em metodologias para a educação universitária buscando o melhor desempenho acadêmico no processo do ensinar e o aprender.

Em relação ao apoio aos estudantes, este se efetiva, particularmente com aqueles que se encontram em regime de tratamento excepcional¹, aos portadores de necessidades especiais e aqueles aos quais é solicitado o respeito à diversidade e a etnia, assegurando equalização de oportunidades; tais ações ainda reverberam na permanente orientação ao professor quanto a forma de lidar com essas excepcionalidades em situação de ensino/aprendizagem.

Contudo, um dos mais relevantes desafios posto a Instituição é o de criar propostas formativas que inibam a prática do *bullying*, uma vez que este tem efeitos danosos à subjetividade humana, impedindo o melhor desenvolvimento pessoal. Outra questão que vem preocupando a gestão acadêmica do ponto de vista da formação discente

¹Decreto 1044/69 e Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975 c/c a Resolução nº 007/2003- CAS - Conselho de Administração Superior

diz respeito as atitudes de violência que vem permeando as relações estudante/professor. A violência aqui referida diz respeito as atitudes de estudantes frente aos resultados avaliativos – registro de faltas e notas abaixo da média.

Nesse sentido, a assessoria pedagógica busca orientar o professor quanto às possibilidades da mediação nos possíveis conflitos emanados das relações humanas, resguardando direitos e deveres das partes.

A ouvidoria, assumida pela assessoria pedagógica, tem a intenção de ampliar as possibilidades de uso de canais de comunicação abertos que possam contribuir para a tomada de decisão mais ágil e desburocratizada. O modelo de ouvidoria que está proposto deve atuar como instrumento de apoio à gestão uma vez que tem por objetivo receber, analisar, encaminhar e atender as demandas recebidas pelo sistema. Através da ouvidoria a Instituição abre a escuta de reclamações, denúncias, sugestões e elogios; pode prestar esclarecimentos quanto às dúvidas sobre os serviços prestados e providenciar atendimento às solicitações, quando pertinentes, mantendo o demandante informado sobre os procedimentos que devem ser adotados sobre a questão requerida.

No sentido de estimular a inserção na educação superior, principalmente do egresso das escolas públicas, a FACAPE desenvolve um programa de apoio aos estudantes através de concessão de bolsas de estudos oriundas do Governo Municipal, conforme Lei 2179 de 22 de dezembro de 2006, ao tempo em que desenvolve gestão junto ao Governo Estadual para concessão de bolsas destinadas ao aumento da participação dos estudantes da escola pública na formação profissional universitária.

Os Gráficos 05, 06, 07 e 08 demonstram a contrapartida progressiva do estudante no Programa de Bolsas do Governo Municipal.

Bolsas com 100% de gratuidade

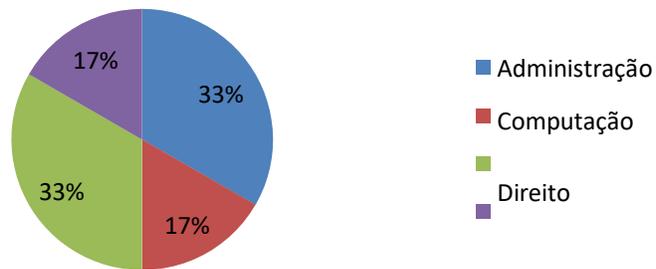


Gráfico 05: Quantitativo relativo de bolsas com 100% gratuidade

Fonte: Dados internos, 2010

Bolsas com 75% de gratuidade

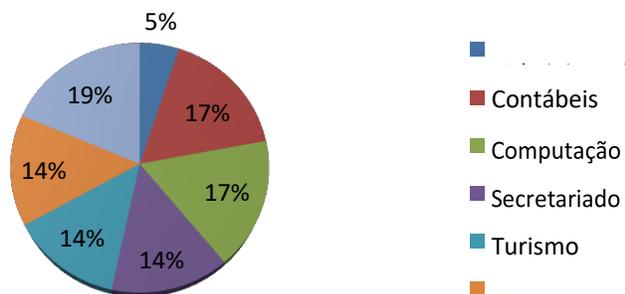


Gráfico 06: Quantitativo relativo de bolsas com 75% gratuidade

Fonte: Dados internos, 2010

Bolsas com 50% de gratuidade

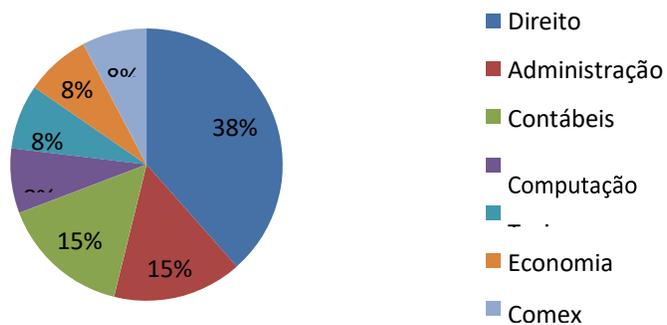


Gráfico 07: Quantitativo relativo de bolsas com 50% gratuidade

Fonte: Dados internos, 2010



Gráfico 08: Quantitativo relativo de bolsas por tipo

Fonte: Dados internos, 2010

Para aproximar o estudante do mercado de trabalho, a FACAPE está desenvolvendo *software* que permite ao estudante ou egresso disponibilizar o *currículumna* mídia eletrônica, especificando seu perfil de habilidades e competências; desse modo, o estudante ou egresso estará ganhando visibilidade junto as empresas/instituições publicas parceiras para possível preenchimento de postos de trabalho disponíveis no mercado. Por esse caminho, o estudante precisa desenvolver a habilidade do auto conhecimento a fim de se tornar capaz de identificar suas aptidões, habilidades e competências, confrontando com suas aspirações do fazer profissional e assim encontrar sentido e funcionalidade naquilo que constitui o foco de seus interesses para realização pessoal e profissional.

Sob essa ótica, a proposta da FACAPE, faz-se também no sentido de investir na construção de suas competências institucionais no que se refere ao atendimento do discente e do egresso, nas diversas atribuições e instâncias acadêmicas.

2. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

Os estudantes da FACAPE estão organizados em núcleos estudantis representativos de cada curso, denominados Centros Acadêmicos- CA, e estes se mantêm vinculados a uma instância estudantil superior, o DCE – Diretório Central de Estudantes, órgão

máximo de representação discente na Faculdade.

Vale assinalar, que os estudantes estão representados em todas as instâncias deliberativas, com direito a voz e voto de qualidade igual aos demais membros, conforme determina o Estatuto da FACAPE

3. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

Conforme exposto no item anterior, a FACAPE está desenvolvendo um programa de assistência ao discente que se alonga ao egresso, na perspectiva de inclusão no mercado de trabalho; ao mesmo tempo, o programa de pós-graduação *lato sensu* está proposto no sentido de estimular o egresso a considerar a necessidade permanente da aprendizagem, valorizando a troca de saberes de forma mais sistematizada.

Nesta perspectiva, a FACAPE vem incluindo o estudante egresso como membro de grupos de trabalho para revisão dos PPCs – especificamente do curso de Direito e Ciências da Computação – e membros da CPA; destaca-se ainda que está em processo a construção do banco de dados que permite localizar e manter contato permanente com o egresso o que abre espaço para *feedback* quanto às exigências do mercado de trabalho em confronto com a formação acadêmica recebida e os desafios do início da atuação profissional. Ademais, propõe-se a incentivar a participação do egresso em ações de extensão, na promoção de eventos acadêmicos e outras formas que venham surgir no cotidiano.

Os egressos que são servidores da instituição estão se mobilizando para criar a associação dos ex-alunos; para tal, contam com a efetiva possibilidade de cedência de espaços físicos para a implantação das seccionais dos Conselhos de classe e da própria associação; a expectativa é que esses espaços estejam disponíveis no exercício de 2013.

CAPÍTULO VII

INFRAESTRUTURA

1. DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA

O campus universitário da FACAPE conta com uma área de 44.700 m², dos quais 10.535 m² é de área construída, 15.870 m² de estacionamento com área pavimentada, 9.880 m² de área livre e área verde, e área de passeio com 8.415 m².

1.1 Núcleo Executivo- 187,3m² - Abriga a Presidência da Autarquia, as Diretorias Executiva, a Acadêmica e a Diretoria Administrativa e Financeira, a Assessoria de Comunicação, Coordenação de Planejamento, Procuradoria Autárquica e Secretaria Executiva;

1.2 Núcleo Acadêmico- 282,26m²– Coordenações de Cursos, Assessoria Pedagógica, Sala de Professores, Sala de Reunião, Sala de Apoio Docente;

1.3 Núcleo de pessoal -Coordenação de Pessoal e de Processos Seletivos;

1.4 Núcleo de Tecnologia e Informática- 666,7m² - constituído de sete Laboratórios de Informática, Sala de Videoconferência, Laboratório de Práticas Contábeis, Coordenação de Informática, Sala de Desenvolvimento de Sistemas e da Sala de Manutenção de Equipamentos de Informática;

1.5 Núcleo Controle Financeiro -212,8m²– Espaço no qual funciona a Tesouraria, o Controle financeiro e a Contabilidade;

1.6 Coordenação de Apoio ao Discente (CAD)- 330m² -Onde funcionam a Secretaria de Registro de Ensino(matrícula, transferência, trancamento, emissão de diplomas).

1.7 Espaço de Convivência 658m² – abriga lanchonetes, livraria, copiadora e Diretório Acadêmico.

1.8 Auditório Central 285m² -com 250 lugares, sonorizado e climatizado.

1.9 Salas de aula – 3.940m²-cinquenta e cinco salas, numa média de 75m² por sala;

1.10 - Coordenação de Estágio– 48m²;

1.12 - Praça do Projeto Viva Verde– 607m²;

1.13 - Salas de empresas incubadas– 40m² – INCUBAVALÉ;

1.14 Setor de Licitação- 58,8m².

2. BIBLIOTECA

A Biblioteca Professor Luciano José Pinto Barbosa está aberta à comunidade para leitura, estudo, pesquisas, com acesso livre ao acervo. Dotada de espaços climatizado para estudo individual e em grupo, para uso da internet, projeção de filmes/vídeo e hemeroteca;os serviços de apoio são constituídos através da Coordenação técnica de uma bibliotecária, de profissionais que trabalham na recuperação e manutenção do acervo. A informatização do acervo estará disponível para consulta aos usuários no exercício 2012.

Com uma área física de 1.489 m², para os portadores de necessidades especiais de locomoção a Biblioteca tem espaço físico adequado – rampas, portas amplas e Wcs especiais. Em detalhe, a biblioteca apresenta a seguinte infraestrutura:

1. Mural para divulgação de eventos, cursos, realizações pela FACAPE;
2. Sala de estudo individual e uso de notebooks. A
3. Ambiente *WI-FI*;
4. Áudio, Videoteca com fitas de vídeo, DVD, CD-ROM, e Mp3;
5. Auditório com capacidade para 100 pessoas;
6. Sala de vídeo com capacidade para até 50 pessoas, contendo um televisor de 52 polegadas, vídeo cassete, aparelho de DVD e conexão com TV por assinatura;
7. Sala para leitura coletiva – hemeroteca;
8. Praça de informação com 12 computadores ligados à internet, disponíveis para pesquisa de alunos e digitação de trabalho;
9. Bloco destinado ao setor técnico-administrativo com três salas;
10. Laboratório de restauração e tratamento de livros;

2.1 Horário de funcionamento

O horário de funcionamento da biblioteca é de 7:30h às 22h de segunda a sexta-feira; aos sábados funciona das 8h às 12h. É prevista a extensão do horário de funcionamento aos sábados até as 17h, considerando a existência de aulas regulares no turno vespertino.

2.2 Acervo geral

ACERVO	
Títulos	7.392
Exemplares	20.095
Vídeos	308
Revistas nº de Assinaturas	8
Publicações	374
Cdroom	63
Mapas	34

2.3 Livros por área

	ÁREAS DO CONHECIMENTO	Nº DE TÍTULOS	Nº DE EXEMPLARES
1	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	617	1.999
2	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	6	6
3	ENGENHARIA E TECNOLOGIA	614	1.629
4	CIÊNCIAS DA SAÚDE	232	443
5	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	17	50
6	CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS	3.870	10.150
7	CIÊNCIAS HUMANAS	730	2.770
8	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	1.306	3.048
	TOTAL	7.392	20.095

2.4 Usuários

Alunos de graduação	2.274
Professores	179
Funcionários	42
Alunos de pós-graduação	104
Frequência Média Diária	-
Empréstimos por dia	294

2.5 Mobiliários e Equipamentos

Cadeiras (inclusive anexo)	108
Mesas	13
Baias	27
Assento Sala de Vídeo	40
Computador(consulta)	21
Computador(administração)	5
Televisor(52")	2
Aparelho de DVD	2
Video K7	1
Assento Auditório	80

2.6 Utilização de salas

SALA	Média / Mês
Utilização sala de vídeo e monitoria	12
Utilização Auditório	16

2.7 Política de aquisição e expansão

A aquisição de novos títulos segue uma política de atendimento prioritário as indicações bibliográficas constantes no projetos pedagógicos dos cursos. Ao mesmo tempo, é possível proceder outras aquisições por indicação docente durante a vigência dos PPCs, tendo em vista o prazo de vigência de cinco anos para renovação curricular. Deste modo, a atualização bibliográfica ocorre ao longo dos períodos letivos, obviamente obedecendo processo licitatório e os valores constantes na matriz orçamentária para essa destinação.

A seleção quantitativa é feita atendendo as recomendações do MEC, para disponibilização das referências bibliográficas básicas constantes nos PPCs, e portanto, considerada de leitura obrigatória dos componentes curriculares ou disciplinas.

A política de crescimento do acervo deverá ser constante, conforme quadro 09 de metas abaixo:

PERÍODO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Quantidade	1157	1273	2430	2650	2940	3200

Quadro 09: Previsão de ampliação do acervo bibliográfico

Fonte: CEPE, 2010

3. POLÍTICAS DE MELHORIA DA INFRAESTRUTURA

A Instituição vem desenvolvendo, nos últimos anos, um plano de trabalho para atendimento às necessidades essenciais da instituição, projetando a expansão e modernização da infraestrutura, de modo a acompanhar a demanda de novos cursos, e conseqüente número de estudantes, docentes e servidores técnicos administrativos.

Neste sentido, a FACAPE determina como prioridade as seguintes metas para o quinquênio de 2011 a 2015:

- Manutenção preventiva de todos os equipamentos, máquinas, aparelhos e instalações;
- Acompanhamento das mudanças tecnológicas dos equipamentos, máquinas e aparelhos que possui e análise de viabilidade didático-pedagógica, tecnológica, financeira e das necessidades de possíveis atualizações, por seus próprios técnicos e professores e por especialistas terceirizados;
- Ampliar o número de laboratórios, de modo a atender às necessidades dos programas de ensino e pesquisa;

- Ampliar o núcleo de práticas jurídicas, reunindo de forma lógica todas as ações da área;
- Construir uma arena para eventos;
- Ampliar a acessibilidades aos portadores de necessidades especiais;
- Reestruturar a área administrativa e do Centro de Atendimento ao Discente - CAD;
- Atualizar os equipamentos de multimídia existentes;
- Implantação da cantina destinada aos servidores;
- Ampliar os espaços de convivências com a criação de novas áreas verdes;
- Estruturar um sistema interno de segurança;
- Adquirir equipamentos para sonorização e de multimídia nas salas de aula;
- Ampliar o acesso à internet *wi-fi* no campus;
- Ampliação do *link* dedicado de acesso à internet no campus para 6 Mbps;
- Implantar e difundir o Núcleo de Tecnologia Educacional.

CAPITULO VIII

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

1. ALINHAMENTO INSTITUCIONAL AO SINAES

Na perspectiva do SINAES, a avaliação da educação superior contextualiza distintos procedimentos de avaliação e centra-se na defesa da qualidade, da participação e da ética, comprometida com a transparência e fundamentada nas diretrizes gerais estabelecidas na legislação.

Vista neste sentido, a Lei que criou o SINAES possibilita as IES utilizarem-se dos resultados obtidos na avaliação externa e na autoavaliação para reorientar o fazer acadêmico, tendo em vista a busca incessante por estratégias de ensino/aprendizagem que devam privilegiar as ações da extensão e da pesquisa no processo do ensinar/aprender; considera-se ainda que o dever institucional de cumprir tais ações está posto como finalidade constitucional das IES, notadamente das públicas.

Nesta ancoragem, a avaliação do fazer acadêmico na FACAPE estratificou as dimensões especificadas pelo SINAES buscando identificar sob quais condições – pedagógicas, culturais, infraestruturais, financeiras e de gestão – a Instituição opera tendo em vista o pleno alcance de sua proposta formativa.

É nesse processo que a avaliação possibilita o desenvolvimento da aprendizagem organizacional à medida que revela tanto os pontos positivos quanto as fragilidades da Instituição. Além disso, sistematiza os dados/informações que possibilitam aos sujeitos envolvidos, nas diferentes instâncias acadêmicas, a reflexão crítica sobre tais resultados, abrindo espaço para revisão da prática institucional.

Nesse sentido, o processo de avaliação e acompanhamento que está em prática pela CPA tem como proposta fundante a responsabilidade de criar interfaces entre as instâncias acadêmicas, a partir da observação sistêmica do *modus operandi* no cotidiano. Nessa proposta, o processo avaliativo tem caráter permanente e sistemático, não sendo circunscrito a simples emissão de relatórios periódicos, porquanto se propõe a criar eventos que oportunizem às pessoas que fazem parte da Instituição o desenvolvimento da habilidade de refletir

criticamente sobre sua prática, num processo de autoanálise, que se pretende possa conduzir a consciência das responsabilidades individuais para com o coletivo.

Nessa trajetória, avalia-se a efetividade das ações realizadas, subsidia-se a tomada de decisão e a prospecção das ações futuras em sintonia com o planejamento institucional.

Os dados/informações fornecidos pela CPA estão postos neste PDI sendo um dos objetivos institucionais a consolidação do processo de autoavaliação institucional como prática permanente de leitura, análise e crítica das ações da instituição.

2. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS DE ENSINO

A FACAPE há vários anos utiliza o sistema eletrônico de registro das atividades docentes desenvolvidas em sala de aula; contudo, resta criar indicadores que possam pontuar outros produtos acadêmicos do docente tais como: publicações, projetos de inovação tecnológica, aprovação de projetos para financiamento por instituições de fomento, organização de eventos científicos, entre outros da mesma natureza.

No que se refere às atividades acadêmicas de ensino/aprendizagem, está em processo de formalização junto às instâncias acadêmicas, o Sistema de Acompanhamento e Avaliação do Ensino – SAE, visto como peça chave do projeto avaliativo da FACAPE. Propõe-se que o SAE avalie o desempenho dos cursos, articulando a prática acadêmica com as estratégias pedagógicas e o suporte administrativo. Espera-se que as ferramentas utilizadas pelo SAE produzam informações que possam contribuir com a periódica e sistemática reflexão sobre o processo formativo e a relação ensino/aprendizagem desenvolvido pela FACAPE.

OSAE será coordenado pela CPA de forma integrada com os NDEs, cujas atribuições tem fundamento na Lei nº 10.861/2004 que regula a CPA e na Resolução

nº 01 de 17/06/2010 do CONAES que define a competência do NDE em relação ao Projeto Pedagógico do curso.

O SAE, como processo avaliativo, vincula as dimensões do ensino com a pesquisa e com a extensão considerando:

- No ensino, o desempenho discente e a prática pedagógica da docência na relação teoria/prática e ensino/aprendizagem;
- Na pesquisa, a participação do docente e do estudante nas atividades de investigação, produção científica e difusão do conhecimento;
- Na extensão, a participação do docente e do estudante na prática da intervenção em contextos sociais de população carente da ação pública para propiciar as condições de vida indispensáveis ao bem-estar humano.

O instrumento avaliativo que deve ser aplicado semestralmente aos estudantes tem caráter multidisciplinar e conteúdo cumulativo e inclui o desempenho do docente no processo ensino-aprendizagem, a pertinência da disciplina no contexto do currículo, os recursos materiais e de infraestrutura que contribuem (ou não) para a aprendizagem significativa.

Nesse prisma, tem por finalidade última fornecer dados/informações sobre a aprendizagem dos estudantes, possibilitando a análise sobre o currículo e as estratégias pedagógicas de forma articulada com o ensino, a extensão e a pesquisa. Nesse conjunto, objetiva melhor conhecer o desenvolvimento da aprendizagem do estudante e, portanto, avaliar a pertinência e a qualidade do curso.

A avaliação docente e dos Coordenadores de Curso já vem sendo desenvolvida mediante utilização de instrumentos estruturados na forma de autoavaliação, avaliação dos coordenadores, dos pares e dos estudantes. Observa-se contudo, a necessidade de repensar o modelo avaliativo uma vez que os resultados apresentados na última avaliação indicaram desempenho docente de excelência em contraponto ao volume de requerimentos de estudantes e dos registros na ouvidoria relatando ocorrências da prática docente, cuja maior incidência diz respeito às questões de pontualidade, assiduidade, cumprimento de prazo para correção dos trabalhos e lançamento de notas.

Considerando o viés observado nesses resultados, a CPA está sistematizando os dados para emissão do competente relatório e encaminhamento ao CEPE, para ciência e memória da Instituição.

Os professores em situação de estágio probatório, além da submissão a avaliação periódica instituída para os docentes estáveis, submetem-se a uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação que se instituiu especificamente para tal finalidade e cria ferramentas para avaliação do docente. Para isso considera, dentre outras dimensões, a produção acadêmica, a conduta ética e o relacionamento interpessoal cujo resultado é encaminhado às instâncias internas e define a efetivação ou não do servidor.

3. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA

Essa atividade na FACAPE ainda se encontra num estágio incipiente e seu desenvolvimento está a depender do poder de articulação com grupos de pesquisa de outras instituições de modo a possibilitar o cadastro de docentes e estudantes da FACAPE no CNPq. Tal dependência ocorre pelo fato de que esta IES ainda não oferece programa *stricto sensu* e também não está instituída como universidade.

Contudo, entendendo que a pesquisa se constitui num conjunto articulado de atividades de longo/médio prazo e que tem caráter estratégico, a FACAPE vem estimulando essa prática pela destinação de carga horária docente para desenvolvimento de pesquisa cuja tematização e problema estejam coerentes com uma das linhas de pesquisa do curso.

Os projetos e programas de pesquisas são submetidos ao Colegiado do Curso no qual o Coordenador do projeto de pesquisa atua, encaminhado a seguir para a Câmara de Pesquisa e Extensão² a qual terá atribuições relativas à análise dos projetos do ponto de vista da pertinência social e científica e ancoragem teórico-metodológica.

² Em processo de criação e submissão às instâncias acadêmicas para aprovação.

Para dar fôlego à pesquisa, estão sendo estimuladas a participação de estudantes da graduação em projetos dos docentes que se encontram em programas de doutoramento e a criação de “rodas de conversa” para apresentação desses projetos.

4. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Os cursos de graduação que desenvolvem mais significativamente as atividades de extensão são o curso de Direito e o de Ciência da Computação. Ambos envolvem a participação de número relevante de estudantes e atendem à demanda da sociedade, tanto no espaço da Faculdade quanto na base da comunidade, em associações de bairro e escolas da rede pública.

A FACAPE vem participando sistematicamente do FORPROEX e os indicadores para avaliação das atividades de extensão ainda estão em processo de discussão naquele Fórum. No sentido da inclusão dos demais cursos em atividades de extensão e da expansão dessa atividade, os cursos que tem renovação do reconhecimento em 2011, 2012 e 2013 terão em seus PPCs a aplicação de 5% da carga horária destinada a extensão.

Conforme consta nas metas deste PDI, os projetos de extensão deverão ser submetidos à Câmara de Pesquisa e Extensão e como ação implicada no processo de ensino/aprendizagem, a extensão deve ser avaliada pelos instrumentos adotados pelo SAE e sob regência da CPA.

Atualmente, a avaliação das ações vem sendo desenvolvida sem a sistematização necessária à qualificação da atividade e à indicação de elementos que podem contribuir com a prática extensionista, considerando sobretudo o impacto social das atividades realizadas.

5. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO

O Plano de Gestão expresso no PDI para o período de 2006-2010 enumera os objetivos e metas a serem perseguidos no quinquênio. A avaliação desse PDI permitiu identificar que algumas ações não foram cumpridas integralmente ou pelo menos não atenderam aos objetivos declarados no documento. É suficiente referir que esse PDI estabeleceu objetivos e metas considerando que a AEVSF, mantenedora da FACAPE, teria sido transformada em Centro Universitário, em cumprimento a Lei nº 1.824, de 05 de maio de 2006 Poder Executivo Municipal, de acordo com as exigências instituídas pelo CONAES para reconhecimento dessa instância de nível universitário. Tal evidência gerou a necessidade de desconstrução dessa referência institucional e o esclarecimento à comunidade acadêmica sobre os termos da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e as suas regulamentações, que normatiza a matéria.

Este PDI, elaborado para o quinquênio 2011-2015 está sendo construído tendo por base as propostas do Plano de Trabalho para o primeiro ano de gestão da atual Diretoria, dezembro/2009 a dezembro/2010 e os dados/informações recebidos da CPA. O acompanhamento físico-financeiro está disponível na página www.facape.br em obediência a lei de transparência do serviço público. Por meio dele, as ações que implicam investimento/despesas são apresentadas à comunidade, o que permite a avaliação pública quanto a eficiência da aplicação dos recursos financeiros disponíveis.

CAPÍTULO IX

ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

1. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Por ser constituída sob a forma de Autarquia Educacional, a FACAPE tem a sua personalidade jurídica lastreada nos moldes do Direito Público, no que tange à sua organização administrativa, econômica e financeira, gozando, portanto, de autonomia na gestão e os seus bens e rendas constituem patrimônio próprio.

Por tratar-se de uma instituição da Administração Pública Indireta, para a concretização das suas ações administrativas, no que diz respeito aos aspectos financeiros e orçamentários, estes deverão ser consignados no orçamento geral do município, através de lei anual específica.

A arrecadação das receitas são obtidas, em quase sua totalidade através da prestação de serviços educacionais oferecidos pela FACAPE. Sendo distribuídas da seguinte forma, na média: 86,82% (oitenta e seis ponto oitenta e dois por cento) correspondem ao percentual de receitas provenientes da prestação de serviços de natureza educacional, 13,18% (treze ponto dezoito por cento) referente às taxas, emolumentos e outros, do total das receitas arrecadadas nos exercícios de 2006 a 2010.

Para o cumprimento das atividades no âmbito administrativo-financeiro, as receitas auferidas são aplicadas nas atividades relacionadas às despesas com pessoal, incluindo-se os encargos sobre a folha, que representam 75,32%, despesas com manutenção e custeio que representam 17,47% e os gastos com investimentos que representam 7,21%.

Para a concretização dos objetivos institucionais, no que diz respeito à aplicabilidade dos seus recursos financeiros, os gastos são distribuídos nas seguintes categorias:

- 1 – Despesas com Pessoal, incluindo os encargos sociais, que representam um percentual de 75,32% (setenta e cinco, ponto trinta e dois por cento) do total dos gastos;
- 2 – Despesas com Manutenção e Custeio, que representam um percentual de 17,47% (dezessete ponto quarenta e sete por cento) e;

3 – Investimentos, que representam 7,21% (sete ponto vinte e um por cento).

Em face do modelo administrativo, a instituição sujeita-se às normas aplicadas à gestão pública, tanto em relação à aquisição e/ou contratação de bens e serviços, quanto nos aspectos relacionados a contabilidade, controle financeiro, prestação de contas, dentre outros, sujeitando-se inclusive à fiscalização pelos órgãos oficiais de controle externo.

Nos anos de 2008 e 2009, houve um investimento considerável na construção da Biblioteca que, apesar de existir receita oriunda de convênio externo, a FACAPE teve que investir recursos próprios como contrapartida, havendo portanto, desvio nos resultados especificamente nesses anos.

De acordo com o histórico dos resultados financeiros da AEVSF/FACAPE, é possível afirmar que a sustentabilidade financeira será suprida com a capacidade da instituição em obter receitas, na forma de mensalidades e outras formas de captação, para manter suas atividades e projetos em andamento e/ou expansão, realizar sua missão, os objetivos e metas propostos neste plano.

Além disso, existe uma discussão de implantação de um projeto de bolsas para os alunos oriundos da escola pública, patrocinados tanto pela esfera estadual como federal, aumentando ainda mais a abrangência da Faculdade, assim como sua sustentabilidade financeira.

A realização de estudos no sentido de melhorar o processo de planejamento econômico-financeiro, articulado com as ações previstas, permite a efetivação de informações mais abrangentes, primando sempre pela transparência, cujos dados são consolidados a partir das seguintes informações:

- ✓ Levantamento dos custos operacionais e dos investimentos necessários ao cumprimento do plano de expansão, melhoria e consolidação das modalidades de ensino (cursos sequenciais, graduação e pós-graduação);
- ✓ Contratação e capacitação de pessoal docente e não-docente, e implementação dos planos de carreira docente e de cargos e salários;
- ✓ Investimento na ampliação e melhoria do acervo da biblioteca;

- ✓ Investimento na ampliação e atualização tecnológica de equipamentos e aparelhos para os laboratórios e serviços técnicos;
- ✓ Investimento na ampliação e reforma da infraestrutura física e de apoio, inclusive na adaptação da infraestrutura física aos requisitos de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais e atendimento às normas de biossegurança;
- ✓ Implementação do processo de avaliação institucional.

A Instituição também estuda a inserção no seu planejamento econômico-financeiro de um percentual da sua receita líquida anual para investimento nos itens adiante:

- ✓ Capacitação Docente - aperfeiçoamento/treinamento;
- ✓ Biblioteca - expansão do acervo.

Apresenta-se nas tabelas 1, 2 e 3 a evolução histórica dos últimos cinco anos das receitas e despesas da faculdade, assim como do resultado.

2. ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A gestão econômica financeira da FACAPE, tem como objetivo o acompanhamento constante do seu orçamento na busca da eficácia das ações planejadas, para tanto adotará alguns procedimentos como:

a. Ampliar a discussão com a comunidade acadêmica sobre as prioridades e estabelecimento das diretrizes orçamentárias para:

- Atividades de Extensão;
- Projetos de Pesquisa;
- Programas de Iniciação Científica;

b. Ampliar e consolidar a sistemática de planejamento;

c. Adotar mecanismos flexíveis e transparentes de acompanhamento e controle da execução orçamentária.

3. PLANOS DE INVESTIMENTO

A FACAPE desenvolverá ações de investimento voltadas para o enquadramento das metas, planejamento e diretrizes constantes neste PDI.

Com uma política de transparência e de facilitação da aplicação do seu planejamento, a FACAPE destinará 5% (cinco por cento) de toda a sua receita para investimentos nos projetos já iniciados e dos constantes neste PDI. Além disso, envidará todos os esforços no sentido da celebração de novos convênios com entidades governamentais, Organizações Sociais, entre outras, para aplicação em grandes projetos como a construção do novo auditório e da área destinada ao desenvolvimento de práticas esportivas para a comunidade Facapeana e sociedade em geral.

Como principais políticas de investimentos, a Facape pretende:

- ✓ Investir os recursos que forem necessários para a consolidação e expansão da oferta de cursos e vagas disponíveis;
- ✓ Investir na ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- ✓ investir na ampliação e melhoria do acervo da biblioteca;
- ✓ investir na ampliação e atualização tecnológica de equipamentos e aparelhos para os laboratórios e salas de aula;
- ✓ investir na ampliação e reforma da infraestrutura física e de apoio de toda a Faculdade;
- ✓ Investir no melhoramento da formação dos docentes e técnicos administrativos através de programas de incentivos à qualificação.

4. PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As tabelas 01, 02 e 03 e os gráficos 09, 10 e 11 demonstram a evolução histórica das receitas e despesas da FACAPE nos últimos 5 anos (2006 a 2010 - realizado),

bem como, a previsão orçamentária para os próximos 5 anos (2011 a 2015 - projetado), com os respectivos demonstrativos de capacidade e sustentabilidade financeiras.

Receitas por tipo

	REALIZADO					PROJETADO				
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Serviços educacionais	8.078.685	9.643.121	10.406.058	10.372.618	11.485.259	12.059.522	12.662.498	13.295.623	13.960.404	14.658.424
Taxas multas e juros	191.306	260.658	759.195	474.172	490.474	514.998	540.748	567.785	596.174	625.983
Outras Fontes	853.629	1.267.649	515.281	456.896	639.834	671.826	705.417	740.688	777.722	816.608
Convênios				415.513			400.000	200.000		2.000.000
TOTAL	9.123.620	11.171.428	11.680.534	11.719.199	12.615.567	13.246.345	14.308.663	14.804.096	15.334.301	18.101.016

Tabela 1: Tipos de receita
Fonte: Dados internos, 2010

Receitas por tipo

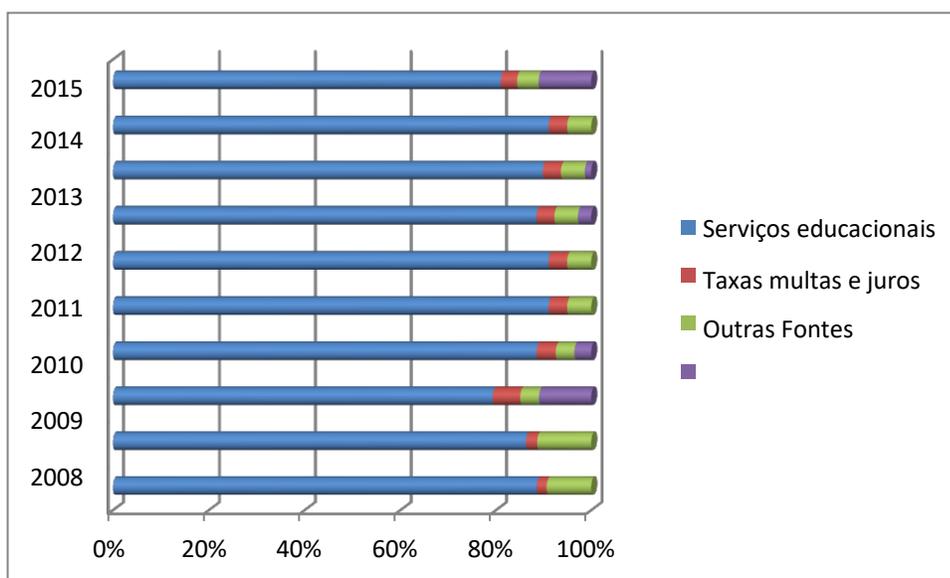


Gráfico 09: Receitas anuais por tipo
Fonte: Dados internos, 2010

Despesas por tipo

	REALIZADO					PROJETADO				
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pessoal	6.624.626	7.502.602	8.028.681	9.392.768	9.768.342	9.963.709	10.461.894	10.984.989	11.534.238	12.110.950
Material Consumo	250.939	224.829	247.239	224.087	272.490	286.115	300.420	315.441	331.213	347.774
Serv. Terceiros	1.226.177	1.301.633	1.748.096	1.827.478	1.956.537	1.995.668	2.035.581	2.076.293	2.117.819	2.160.175
Outras	229.126	881.122	241.487	244.184	192.504	202.129	212.236	222.847	233.990	245.689
Investimentos	658.060	527.731	2.153.032	1.936.292	693.690	0	400.000	200.000	0	2.000.000
TOTAL	8.988.928	10.437.917	12.418.535	13.624.809	12.883.563	12.447.620	13.410.131	13.799.570	14.217.260	16.864.589

Tabela 2: Despesas anuais por tipo

Fonte: Dados internos, 2010

Despesas por tipo

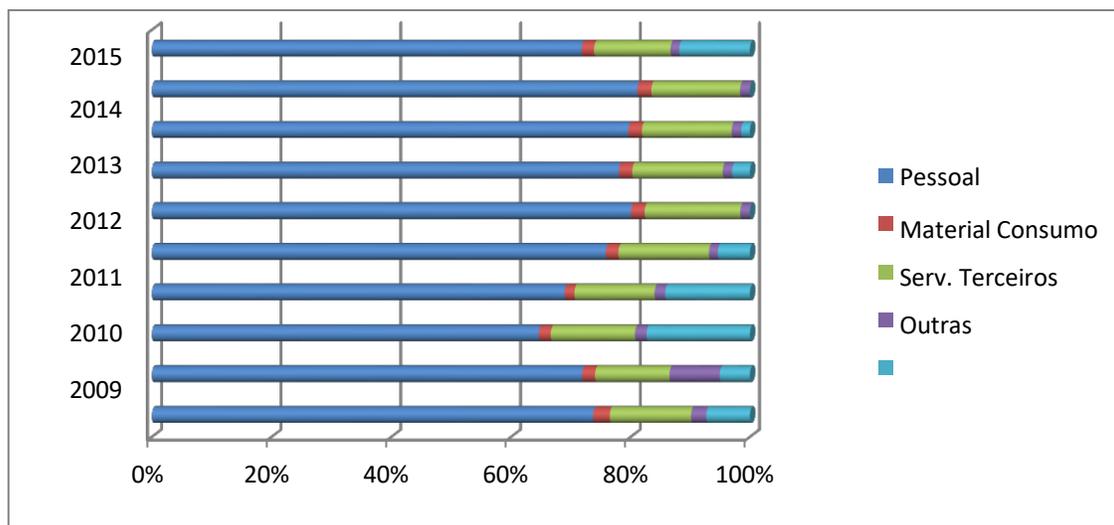


Gráfico 10: Despesas anuais por tipo

Fonte: Dados internos, 2010

Resultado

	REALIZADO					PROJETADO				
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
RESULTADO	134.692	733.511	701.582	(1.905.610)	(267.996)	136.408	183.098	264.321	350.325	331.376

Tabela 3: Comparação entre realizado e projetado

Fonte: Dados Internos, 2010



Gráfico 11: Evolução do resultado
Fonte: Dados internos, 2010

BIBLIOGRAFIA

PETROLINA. Autarquia Educacional do Vale do São Francisco – Decreto nº 85/09, de 12 de novembro de 2009, dispõe sobre o estatuto da AEVSF.

_____. Autarquia Educacional do Vale do São Francisco – Decreto nº 069 de 11 de agosto de 2005, dispõe sobre o Regimento Interno da AEVSF.

BRASIL. Lei nº 9.394, Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. **Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Decreto Lei nº 6.202 de 17 de abril de 1975 atribui à estudante gestante o regime de exercícios domiciliares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 11/04/2012.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Lei- 10.861 de 14 de abril de 2004 que regula a Comissão Própria de Avaliação das IES. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>. Acesso em 2/04/2012.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Comissão de Avaliação Institucional da Daes/Inep. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sesu/manual>. Acesso em 4/01/2012.

_____. Ministério da Educação- Conselho Nacional de Educação-Câmara de Educação Superior- Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação – Parecer CNE/CES nº 146 de 3 de abril de 2002. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>. Acesso em 2/01/2012.

_____. **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Decreto Lei nº 1.044 de 21 de outubro de 1969 dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores de afecções. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 11/03/2012

_____. **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Decreto nº 5.786 de 25 de maio de 1991 dispõe sobre os centros universitários e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 2/01/2012

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Plano Nacional de Educação. Projeto Lei que aprova o PNE para o decênio 2011-2020, e da outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>. Acesso em 19/04/2012.

_____. Ministério da Educação- Conselho Nacional de Educação-Câmara de Educação Superior- Parecer Nº 184 de 7 de julho de 2006 que propõe a carga horária

mínima dos cursos de graduação, bacharelados,
na
de presencial. Disponível
em:<<http://www.mec.gov.br>. Acesso em 2/04/2012.

modalida

_____. Ministério da Educação- Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES - Parecer nº 4 e Resolução nº 1 de 17 de junho de 2010 que defini as competências acadêmica do Núcleo Docente Estruturante – NDE em relação ao Projeto Pedagógico do Curso. Disponível em:<<http://www.mec.gov.br>. Acesso em 25/04/2011.

_____. Ministério da Educação- Conselho Nacional de Educação-Câmara de Educação Superior - Resolução nº 1 de 20 de janeiro de 2010 que dispõe sobre normaseprocedimentos para credenciamento e recredenciamento de Centros Universitários. Disponível em:<<http://www.mec.gov.br>. Acesso em 6/01/2012.

Ministério da Educação – Secretaria de Educação Superior. Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia – Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – Diretrizes para elaboração. Disponível em:<<http://www2.mec.gov.br/sapiens>. Acesso em 6/01/2012.

PETROLINA. Prefeitura Municipal de Petrolina. Lei nº 25 de 19 de julho de 1976 que cria a Autarquia Educacional do Vale do São Francisco

_____. Prefeitura Municipal de Petrolina. Lei Municipal nº 1.201 de 12 de dezembro de 2012 que confere nova denominação de FACAPE – Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina-PE

_____. Prefeitura Municipal de Petrolina. Lei Municipal nº 2.179 de 22 de dezembro de 2006 que confere concessão de bolsas de estudos destinadas aos estudantes da escola pública

_____. Prefeitura Municipal de Petrolina. Lei Municipal nº 2.283 de 28 de julho de 2010 que institui a Escola de Formação do Servidor Público de Petrolina – EFSEP, vinculada a AEVSF

_____. Prefeitura Municipal de Petrolina. Lei Municipal nº 301 de 04 de junho de 1991 que institui o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Petrolina.

ANEXO C

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO CONSELHO
NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO**

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012

*Estabelece as Diretrizes Curriculares
Nacionais para a Educação Ambiental.*

O **Presidente do Conselho Nacional de Educação**, de conformidade com o disposto na alínea “c” do § 1º e na alínea “c” do § 2º do artigo 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e nos artigos 22 ao 57 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CP nº 14/2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 15 de junho de 2012,

CONSIDERANDO que:

A Constituição Federal (CF), de 1988, no inciso VI do § 1º do artigo 225 determina que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”;

A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no inciso X do artigo 2º, já estabelecia que a educação ambiental deve ser ministrada a todos os níveis de ensino, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente;

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevê que na formação básica do cidadão seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social; que os currículos do Ensino Fundamental e do Médio devem abranger o conhecimento do mundo físico e natural; que a Educação Superior deve desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive; que a Educação tem, como uma de suas finalidades, a preparação para o

exercício da cidadania;

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo;

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades reconhecem a relevância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental;

O Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos incluindo os direitos ambientais no conjunto dos internacionalmente reconhecidos, e define que a educação para a cidadania compreende a dimensão política do cuidado com o meio ambiente local, regional e global;

O atributo “ambiental” na tradição da Educação Ambiental brasileira e latino-americana não é empregado para especificar um tipo de educação, mas se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental;

O reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidencia-se na prática social,

RESOLVE:

TÍTULO I

OBJETO E MARCO LEGAL

CAPÍTULO I

OBJETO

Art. 1º A presente Resolução estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior, orientando a implementação do determinado pela Constituição Federal e pela Lei nº 9.795, de 1999, a qual dispõe sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), com os seguintes objetivos:

I - sistematizar os preceitos definidos na citada Lei, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam com a formação humana de sujeitos concretos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, com suas condições físicas, emocionais, intelectuais, culturais;

II - estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes;

III - orientar os cursos de formação de docentes para a Educação Básica; IV - orientar os sistemas educativos dos diferentes entes federados.

Art. 2º A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Art. 3º A Educação Ambiental visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído.

Art. 4º A Educação Ambiental é construída com responsabilidade cidadã, na reciprocidade das relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

Art. 5º A Educação Ambiental não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica.

Art. 6º A Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática

pedagógica das instituições de ensino.

CAPÍTULO II

MARCO LEGAL

Art. 7º Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.

Art. 8º A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico.

Parágrafo único. Nos cursos, programas e projetos de graduação, pós- graduação e de extensão, e nas áreas e atividades voltadas para o *aspecto metodológico* da Educação Ambiental, é facultada a criação de componente curricular específico.

Art. 9º Nos cursos de formação inicial e de especialização técnica e profissional, em todos os níveis e modalidades, deve ser incorporado conteúdo que trate da *ética socioambiental* das atividades profissionais.

Art. 10. As instituições de Educação Superior devem promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios e objetivos da Educação Ambiental.

Art. 11. A dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerando a consciência e o respeito à diversidade multiétnica e multicultural do País.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender de forma pertinente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Educação Ambiental.

TÍTULO II

PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 12. A partir do que dispõe a Lei nº 9.795, de 1999, e com base em práticas comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos e todas, são princípios da Educação Ambiental:

I - totalidade como categoria de análise fundamental em formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre o meio ambiente;

II - interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque humanista, democrático e participativo;

III - pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;

IV - vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação;

V - articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais;

V - respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, racial, social e cultural, disseminando os direitos de existência e permanência e o valor da multiculturalidade e pluriétnicidade do país e do desenvolvimento da cidadania planetária.

CAPÍTULO

II

OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 13. Com base no que dispõe a Lei nº 9.795, de 1999, são objetivos da Educação Ambiental a serem concretizados conforme cada fase, etapa, modalidade e nível de ensino:

I - desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo;

II - garantir a democratização e o acesso às informações referentes à área socioambiental;

III - estimular a mobilização social e política e o fortalecimento da

consciência crítica sobre a dimensão socioambiental;

IV - incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - estimular a cooperação entre as diversas regiões do País, em diferentes formas de arranjos territoriais, visando à construção de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável;

VI - fomentar e fortalecer a integração entre ciência e tecnologia, visando à sustentabilidade socioambiental;

VII - fortalecer a cidadania, a autodeterminação dos povos e a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas, como fundamentos para o futuro da humanidade;

VIII - promover o cuidado com a comunidade de vida, a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social, étnica, racial e de gênero, e o diálogo para a convivência e a paz;

IX - promover os conhecimentos dos diversos grupos sociais formativos do País que utilizam e preservam a biodiversidade.

X

Art. 14. A Educação Ambiental nas instituições de ensino, com base nos referenciais apresentados, deve contemplar:

I - abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social;

II - abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas;

III - aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade educacional em contraposição às relações de

dominação e exploração presentes na realidade atual;

IV- incentivo à pesquisa e à apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos que aprimorem a prática discente e docente e a cidadania ambiental;

V- estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental.

TÍTULO III ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 15. O compromisso da instituição educacional, o papel socioeducativo, ambiental, artístico, cultural e as questões de gênero, etnia, raça e diversidade que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes dos projetos institucionais e pedagógicos da Educação Básica e da Educação Superior.

§ 1º A proposta curricular é constitutiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e dos Projetos e Planos de Cursos (PC) das instituições de Educação Básica, e dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e do Projeto Pedagógico (PP) constante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições de Educação Superior.

§ 2º O planejamento dos currículos deve considerar os níveis dos cursos, as idades e especificidades das fases, etapas, modalidades e da diversidade sociocultural dos estudantes, bem como de suas comunidades de vida, dos biomas e dos territórios em que se situam as instituições educacionais.

§ 3º O tratamento pedagógico do currículo deve ser diversificado, permitindo reconhecer e valorizar a pluralidade e as diferenças individuais, sociais, étnicas e culturais dos estudantes, promovendo valores de cooperação, de relações solidárias e de respeito ao meio ambiente.

Art. 16. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer:

I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;

II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;

III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes

curriculares.

Parágrafo único. Outras formas de inserção podem ser admitidas na organização curricular da Educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerando a natureza dos cursos.

Art. 17. Considerando os saberes e os valores da sustentabilidade, a diversidade de manifestações da vida, os princípios e os objetivos estabelecidos, o planejamento curricular e a gestão da instituição de ensino devem:

I - estimular:

a) visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e seus processos ecológicos vitais, as influências políticas, sociais, econômicas, psicológicas, dentre outras, na relação entre sociedade, meio ambiente, natureza, cultura, ciência e tecnologia;

b) pensamento crítico por meio de estudos filosóficos, científicos, socioeconômicos, políticos e históricos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a participação, a cooperação e a ética;

c) reconhecimento e valorização da diversidade dos múltiplos saberes e olhares científicos e populares sobre o meio ambiente, em especial de povos originários e de comunidades tradicionais;

d) vivências que promovam o reconhecimento, o respeito, a responsabilidade e o convívio cuidadoso com os seres vivos e seu habitat;

e) reflexão sobre as desigualdades socioeconômicas e seus impactos ambientais, que recaem principalmente sobre os grupos vulneráveis, visando à conquista da justiça ambiental;

f) uso das diferentes linguagens para a produção e a socialização de ações e experiências coletivas de educomunicação, a qual propõe a integração da comunicação com o uso de recursos tecnológicos na aprendizagem.

II - contribuir para:

a) o reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza, contextualizando os conhecimentos a partir da paisagem, da bacia hidrográfica, do bioma, do clima, dos processos geológicos, das ações antrópicas e suas interações sociais e políticas, analisando os diferentes

recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades, usos e problemas devem ser identificados e compreendidos segundo a gênese e a dinâmica da natureza e das alterações provocadas pela sociedade;

b) a revisão de práticas escolares fragmentadas buscando construir outras práticas que considerem a interferência do ambiente na qualidade de vida das sociedades humanas nas diversas dimensões local, regional e planetária;

c) o estabelecimento das relações entre as mudanças do clima e o atual modelo de produção, consumo, organização social, visando à prevenção de desastres ambientais e à proteção das comunidades;

d) a promoção do cuidado e responsabilidade com as diversas formas de vida, do respeito às pessoas, culturas e comunidades;

e) a valorização dos conhecimentos referentes à saúde ambiental, inclusive no meio ambiente de trabalho, com ênfase na promoção da saúde para melhoria da qualidade de vida;

f) a construção da cidadania planetária a partir da perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações.

III - promover:

a) observação e estudo da natureza e de seus sistemas de funcionamento para possibilitar a descoberta de como as formas de vida relacionam-se entre si e os ciclos naturais interligam-se e integram-se uns aos outros;

b) ações pedagógicas que permitam aos sujeitos a compreensão crítica da dimensão ética e política das questões socioambientais, situadas tanto na esfera individual, como na esfera pública;

c) projetos e atividades, inclusive artísticas e lúdicas, que valorizem o sentido de pertencimento dos seres humanos à natureza, a diversidade dos seres vivos, as diferentes culturas locais, a tradição oral, entre outras, inclusive desenvolvidas em espaços nos quais os estudantes se identifiquem como integrantes da natureza, estimulando a percepção do meio ambiente como fundamental para o exercício da cidadania;

d) experiências que contemplem a produção de conhecimentos científicos, socioambientalmente responsáveis, a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da sociobiodiversidade e da sustentabilidade da vida

na Terra;

e) trabalho de comissões, grupos ou outras formas de atuação coletiva favoráveis à promoção de educação entre pares, para participação no planejamento, execução, avaliação e gestão de projetos de intervenção e ações de sustentabilidade socioambiental na instituição educacional e na comunidade, com foco na prevenção de riscos, na proteção e preservação do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis.

TÍTULO IV

SISTEMAS DE ENSINO E REGIME DE COLABORAÇÃO

Art. 18. Os Conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem estabelecer as normas complementares que tornem efetiva a Educação Ambiental em todas as fases, etapas, modalidades e níveis de ensino sob sua jurisdição.

Art. 19. Os órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino devem articular-se entre si e com as universidades e demais instituições formadoras de profissionais da educação, para que os cursos e programas de formação inicial e continuada de professores, gestores, coordenadores, especialistas e outros profissionais que atuam na Educação Básica e na Superior capacitem para o desenvolvimento didático-pedagógico da dimensão da Educação Ambiental na sua atuação escolar e acadêmica.

§ 1º Os cursos de licenciatura, que qualificam para a docência na Educação Básica, e os cursos e programas de pós-graduação, qualificadores para a docência na Educação Superior, devem incluir formação com essa dimensão, com foco na metodologia integrada e interdisciplinar.

§ 2º Os sistemas de ensino, em colaboração com outras instituições, devem instituir políticas permanentes que incentivem e dêem condições concretas de formação continuada, para que se efetivem os princípios e se atinjam os objetivos da Educação Ambiental.

Art. 20. As Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas para os cursos e programas da Educação Superior devem, na sua necessária atualização, prescrever o adequado para essa formação.

Art. 21. Os sistemas de ensino devem promover as condições para que as instituições educacionais constituam-se em espaços educadores sustentáveis, com a intencionalidade de educar para a sustentabilidade socioambiental de suas comunidades, integrando currículos, gestão e edificações em relação equilibrada com o meio ambiente, tornando-se referência para seu território.

Art. 22. Os sistemas de ensino e as instituições de pesquisa, em regime de colaboração, devem fomentar e divulgar estudos e experiências realizados na área da Educação Ambiental.

§ 1º Os sistemas de ensino devem propiciar às instituições educacionais meios para o estabelecimento de diálogo e parceria com a comunidade, visando à produção de conhecimentos sobre condições e alternativas socioambientais locais e regionais e à intervenção para a qualificação da vida e da convivência saudável.

§ 2º Recomenda-se que os órgãos públicos de fomento e financiamento à pesquisa incrementem o apoio a projetos de pesquisa e investigação na área da Educação Ambiental, sobretudo visando ao desenvolvimento de tecnologias mitigadoras de impactos negativos ao meio ambiente e à saúde.

Art. 23. Os sistemas de ensino, em regime de colaboração, devem criar políticas de produção e de aquisição de materiais didáticos e paradidáticos, com engajamento da comunidade educativa, orientados pela dimensão socioambiental.

Art. 24. O Ministério da Educação (MEC) e os correspondentes órgãos estaduais, distrital e municipais devem incluir o atendimento destas Diretrizes nas avaliações para fins de credenciamento e recredenciamento, de autorização e renovação de autorização, e de reconhecimento de instituições educacionais e de cursos.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PASCHOAL LAÉRCIO ARMONIA

Presidente em Exercício